

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

GABRIELA MILARÉ CAMARGO

“O CENTRO PULSA”, O CENTRO EXPULSA: SOBRE A REALIZAÇÃO DE  
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CENTRO DE SÃO PAULO

SÃO PAULO

2019

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

GABRIELA MILARÉ CAMARGO

“O centro pulsa”, o centro expulsa: sobre a rualização de crianças e adolescentes no  
Centro de São Paulo

VERSÃO CORRIGIDA

Dissertação apresentada à banca  
examinadora para obtenção do título de  
Mestra em Psicologia Social pelo Instituto  
de Psicologia da Universidade de São  
Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Martineli  
Massola

SÃO PAULO  
2019

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES  
TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,  
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação  
Biblioteca Dante Moreira Leite  
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo  
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Milaré Camargo, Gabriela

"O centro pulsa", o centro expulso: sobre a realização de crianças e adolescentes  
no Centro de São Paulo / Gabriela Milaré Camargo; orientador Gustavo Martineli  
Massola. -- São Paulo, 2019.

218 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) --  
Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2019.

1. Realização. 2. Crianças e Adolescentes. 3. ECCA Moinho da Luz. 4.  
Territorialização. 5. Pesquisa na rua. I. Martineli Massola, Gustavo, orient. II. Título.

Nome: MILARÉ, Gabriela Camargo

Título: "O centro pulsa", o centro expulsa: sobre a rualização de crianças e adolescentes no Centro de São Paulo

Dissertação apresentada à banca examinadora para obtenção do título de Mestra em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Profa.Dra. \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Profa.Dra. \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Profa.Dra. \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

Se nesta seção guardamo-nos o direito de mencionar e agradecer às pessoas que estiveram conosco na empreitada, minha sensação é de que o espaço para os agradecimentos poderia facilmente ser maior mesmo que o próprio trabalho. Isso porque a feitura desse tal trabalho é, de fato, muito maior que o que se apresenta aqui, mas daí já não poderia mensurar em páginas.

Precisei começar a versão final desse texto com os agradecimentos. O percurso de formação que me trouxe até essa concretude impressa, os cafés e os encontros no corredor do IP – marcados ou não –, as orientações – de Gustavo ou de amigos queridos –, a paciência e o amor que recebi dos meus mais próximos... são o que quis buscar com o mestrado, e que não poderia supor o quão significativos e intensos seriam, e que, mostraram-se as conquistas que me motivaram até o final.

Começo por meu primeiro coletivo. Agradeço a minha mãe e ao meu pai por terem sempre demonstrado amor prioritário a nós filhas, pois não fosse todo o investimento de vocês, cá não estaria completando mais esse ciclo. Em todos os momentos meus maiores apoiadores, saibam que o que faço é por saber que sou fruto de muito esforço, trilhando nos passos de vocês dois que vieram antes de mim. Mãe, acho que minhas melhores qualidades vieram de você. Saiba que é minha musa maior, meu ponto de apoio seja qual for a situação. Pai, sua confiança e seu carinho por mim me fazem acreditar em mim mesma. Com seu jeito bem-humorado e sério ao mesmo tempo, fui aprendendo que esse era um ciclo fundamental para mim. E de fato foi.

Lelê e Dudi, espero que essa dissertação esteja satisfatória! Espero poder apoiá-las a todo momento que precisarem, assim como me apoiaram com bom humor. Tenho muito orgulho das mulheres que estão se tornando, e de poder acompanhá-las nessa trajetória.

Da mesma forma, agradeço imensuravelmente a meus avós, que por suas diferentes riquezas e sabedorias, sempre foram meus exemplos, seja no time de futebol, na paixão por conhecer, no amor pela família...

Estendo meus agradecimentos a todas minhas tias-mães, que em diferentes momentos me acolheram, me lembrando que as dificuldades têm fim, mas que o que conquistamos, essas coisas ficam e nos fortalecem. Que esse possa ter sido um ciclo

no caminho de me tornar uma mulher forte como vocês! E tios, obrigada pelo carinho de pai com que sempre me cuidaram.

Primas e primos, Milarés e Camargos, dos dias de chacinha às noites de Carmen Sandiego... minhas melhores memórias são com vocês, memórias que foram meus respiros e lembretes de que a vida é muito boa. Ju, agradeço especialmente a você, pela aposta e suporte carinhoso à peripécia de querer brincar com outra linguagem para além da palavra.

À minha família estendida, Lu, Oswaldo e Tomás, que bom que assim o somos! O apoio de vocês veio nas horas mais necessárias. Queila, esse trabalho é para você também, que por tantos anos me deu a base e o caráter para que me tornasse a mulher que sou.

Minhas dádivas da vida psi, Dani(ellen), César, Carol, Fe, Dani(ella) e Pati, se perseverei em querer contrariar a psicologia, teve o bom humor e o apoio de vocês, com certeza! Talvez também uma participação especial das piadas sarcásticas no seu caso, Daniellen.

André, Marília, Lari e Pão, meus queridos de outros tempos, ajudar-me a estar atenta ao fato de que a vida ia além dessa empreitada foi tarefa que cumpriram com excelência – ao que sou profundamente grata. Aproveito para santificar São Bigor, santo dos analfabetos digitais, amém!

A vocês, Fabi, Gabi e Cíntia, e ao carinho que consegue nos unir fisicamente de tanto em tanto tempo, e que cresceu em um novo amor, nossa Valentina, sintam-se abraçadas. Obrigada pelos respiros!

Li Carrenho, mais uma jornada desbravada junta, durante a qual nosso amor só cresceu, em sincronia com minha admiração por você. Pelos balanços da vida vamos conquistando nosso autêntico rebolar... obrigada por me dar a mão e me mostrar o poder do respeito próprio.

Li Redressa, irmã, o caminho do cuidado mútuo foi o melhor que pudemos escolher, que certamente nos trouxe mais longe. Ju e Bru, que completam o quarteto, vocês me ofereceram a chance de dividir e ser amada nos momentos mais duros e nos mais recompensantes. Nanne, que alívio nossos cafés antropológicos. Sororidade nos leva além!

Richard, a você, que foi acompanhando o amadurecimento dessa dissertação café por café, agradeço pela sincera amizade que me levou a amadurecer junto. Você

talvez se reconheça em vários trechos dessa escrita, uma vez que se fez uma das companhias mais presentes. Vejo futuro na nossa Psicologia de boteco!

A meus colegas de orientação, especialmente nos nomes de Nikolas e Mário, agradeço as valiosas trocas, dicas e palavras de conforto! Acredito que esses bons encontros são os que nos abrem os exercícios mais potentes de construção de conhecimento.

Pedro, Sandra, Dona Neide e Seu Pedrinho, agradeço por todo carinho com que me acolheram por tantos anos e pela maior parte dessa empreitada. São das mais bonitas as coisas que aprendi com vocês.

Às suas provocações bem-humoradas ou apenas habituais, tenho de agradecer, Dylon. Na discórdia ou na concordância, o abraço sempre vem depois.

Rafael, nosso encontro transformou esse trabalho em um desafio muito mais leve, pelo que só posso agradecer. Que assim seja pela vida a fora, e que sinta a reciprocidade.

Às minhas mestras inesquecíveis, Liane, Miriam, Andeson, Yara. O carinho, o apoio e todo o acreditar na minha potencialidade são as lições maiores que apenas verdadeiras mestras conseguem passar. Minha trajetória também é de vocês!

Ro, Nalva, Teresa e Selma, quantas vezes facilitaram o processo para que não tivesse que me preocupar com as burocracias do mundo acadêmico eu não poderia dizer, mas gostaria que soubessem que fazem toda diferença em nossa experiência no PST, assim como os bom-dias e sorrisos quando passamos pela secretaria.

Gustavo, Ari e Ronaldo, que igualmente dão seu melhor em nos apoiar através dos caminhos da burocracia, agradeço especialmente pela boa vontade com que adotaram as pautas de nós, alunas/os, como a de vocês mesmos e assim pudemos nos tornar, de certa maneira, colegas de trabalho.

Especialmente aos Refugiados Humanos, mencionando com muito carinho Dri, André e Marcelo, junto aos quais iniciei os passos que vieram a desembocar nessa trajetória. Espero estar fazendo jus ao abrir de olhos que me ofereceram com tanta afetividade.

Adriana Marcondes, que viu o desejo desse trabalho nascer, crescer e agora brotar, agradeço por nunca ter gostado de apontar soluções simples, mas sempre uma boa reflexão e uma energia invejável. Raquel Diniz, que com muito prazer conheci nesse caminhar, fico imensamente grata pela generosidade com que se debruçou

sobre meu trabalho. Descobri a importância de ter pessoas reais como inspiração, e gostaria que soubessem que certamente se figuram assim aos meus olhos.

A meu querido orientador, Gustavo, agradeço a curiosidade e coragem com que se debruça sobre o interesse de seus alunos. Sua generosidade intelectual é um estímulo para nós que seguimos no caminho da produção de conhecimento, ainda que os tempos se mostrem turvos!

Às que também considero minhas orientadoras, enquanto exemplos de práticas de esperança, Dani, Tânia, Cacilda e Fernando, sou mais que grata. Sinto-me muito honrada de poder ter cruzado meu percurso com o de vocês. França e Cristian, meus colegas, que me mostraram do conhecimento que nunca terei, mas pelo qual fui tão tocada... Vocês dão sentido a essa conquista!

Minhas companheiras e companheiros de Núcleo SP da ABRAPSO, Glau, Cinara, Mari, Jean, Bruno, Maris, Léo, Cibele e tantas outras. Estar junto de vocês foi poder ressignificar o sentido da palavra “comum”, fazendo com que virasse um sentimento. A Psicologia só se mostra como um caminho a mim porque pude experimentar em nosso sonho comum que ela pode ser cuidadosa, com o outro e conosco mesmas, autocrítica, posicionada e transformadora!

Agradeço ainda aos espaços que me desafiaram a enfrentá-los e a torná-los lugares, a começar pela cidade de São Paulo. E aos lugares que fizeram possível as trajetórias seguras, com sentimento de casa, como o trailer do Ro e da tia Shirley, do corredor do IPUSP. A vocês dois, peças raras, agradeço o acolhimento incondicional, na piada ou no abraço. Espero que saibam o quanto são importantes para todos nós, que encontramos, no pedaço do corredor do trailer vermelho, uma pausa, os colegas ou uma comida que nos convida a fazer infinitas reuniões e a bolar planos para mudar o mundo. Ou apenas para um café. Como gosto de ouvir o grito “Gabizinha!”.

Ainda que talvez não se assente com pés sólidos – mas cada vez mais, o Coletivo da Pós foi uma morada possível no IP, e às amigas e amigos que toparam essa construção coletiva, deixo aqui o espaço para que palavras ainda não inventadas demonstrem meu profundo agradecimento. Junto de vocês, pude me enxergar para além de mim mesma, e compreender essa trajetória como muito mais ampla que apenas individual e mais profundamente arraigada do que o “simples” desfrutar do privilégio de cursar uma pós-graduação em uma universidade pública. Definitivamente, exercer os afetos é revolucionário. Maria, Henrique e Rodolfo,

companheiros mais assíduos e treteiros, a vocês devo grande parte da sanidade mental com que cheguei ao final dessa escrita. Nominalmente às outras colegas tão queridas, Marcela, Luciana, Paula e Sol, os caminhos que estão desbravando com tamanha coragem serão exemplos para as que estão por vir. Quanto orgulho... sigamos transformando!

Aos Refugiados Urbanos, aos perdidos no caminho... aos que seguem em suas derivas e virações... agradeço a todo o ensinamento dedicando-os esse trabalho.

Foi a fé de todas e todos vocês que, por incontáveis vezes, me sustentou. Com a licença da sabedoria que formulou de forma tão certa: eu sou porque nós somos. Obrigada.

Agradeço ainda ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo fomento financeiro a esta pesquisa sem o qual não haveria chance de ser, e o qual, infelizmente, figura-se cada vez mais como um privilégio escasso em nosso país.

Aproveito para manifestar total REPÚDIO aos atuais desgovernos posicionados a favor da criminalização do público e do comum, contrários à construção de uma sociedade democrática e esperançosa.

Se estivesse claro para nós que foi aprendendo que percebemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios...

**Paulo Freire**

## RESUMO

MILARÉ, G.C. O centro pulsa, o centro expulsa: sobre a rualização de crianças e adolescentes no Centro de São Paulo. 2019. 218 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

O presente estudo tem como objetivo apresentar, discutir e ressignificar o conceito de rualização a partir de contribuições do campo da Psicologia Ambiental, tomada em sua dimensão interdisciplinar, conjugada às perspectivas histórico-cultural e socioeconômica. De maneira a contextualizar o tema da pesquisa, utilizamos experiências da pesquisadora no centro da cidade de São Paulo com crianças e adolescentes em situação de rua atendidos no Espaço de Convivência para Crianças e Adolescentes (ECCA) “Moinho da Luz”, entre os anos de 2015 e 2016. De maneira complementar, realizamos um breve mergulho histórico, e recapitulação da formação do centro de São Paulo, lembrando de aspectos urbanísticos discutidos à luz da noção de *direito à cidade*. Utilizando como eixo de discussão as especificidades do espaço da rua brasileira, desenvolvemos a problemática condensada na noção de “territorialização precária”, a qual aponta para um problema ético-político vinculado às dinâmicas de violenta expulsão de territórios e marginalização da parcela expressiva da população brasileira. Em seguida, desenvolvemos uma reflexão acerca do uso de multimétodos no pesquisar na rua, metodologia construída de forma reflexiva a partir da abertura do/a pesquisador/a ao objeto de seu interesse, a experiência psicossocial de rualização de crianças e adolescentes, ou ainda, como proposto, de um território. Tais elaborações metodológicas são oferecidas como resultado de pesquisa, e tem como eixos de discussão: a) a inserção no trabalho de campo por meio da constituição de vínculos e de parcerias; b) a postura de deriva no trabalho de campo; d) a assunção da posição de sujeitos históricos, tanto do/a pesquisador/a quanto dos participantes do trabalho de campo, e, por consequência, e) dos afetos como elementos analíticos; f) o diálogo entre as temporalidades e epistemes da universidade e da rua; e g) o uso da escrita narrativa. Por fim, enriquecidos por essas reflexões metodológicas, discutimos o fenômeno da infância e adolescência rualizadas, e apontamos para a sobreposição da marginalização ocorrida no caso da infância e juventude nas ruas, que além de não representados nos espaços de disputa política, são reiteradamente compreendidos por estigmas construídos sobre a juventude das classes pobres (e negras) há séculos. Dessa maneira, esperamos ter contribuído para uma perspectiva crítica e interdisciplinar de futuros estudos e políticas públicas que trabalhem junto a essa população, e para que o fenômeno da rualização deixe de ser prioritariamente entendido como caso de segurança pública, e passe a ser compreendido como uma dimensão de nossa cidadania.

**Palavras-chave:** Rualização. Crianças e Adolescentes. ECCA Moinho da Luz. Territorialização. Pesquisa na rua.

## ABSTRACT

MILARÉ, G.C. Downtown pulses, downtown expels: streetfication of children and adolescents in downtown Sao Paulo. 2019. 218 p. Dissertation (Master) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

This study aims to present, discuss and re-signify the concept of streetfication enlightened by Environmental Psychology contributions, taken in its interdisciplinary dimension, along with both historical-cultural and socioeconomic perspectives. In order to contextualize the research thematic, we used the researcher's experiences in the downtown of São Paulo city with children and adolescents in street situation assisted in the Espaço de Convivência para Crianças e Adolescentes (ECCA) "Moinho da Luz", between the years 2015 and 2016. Complementarily, a brief historical is presented, and we recover formation of downtown São Paulo, and the urban aspects are discussed based on the notion of *right to the city*. Calling upon the specificities of the Brazilian street as an axis of discussion, we developed the discussion condensed in the notion of "precarious territorialisation", which points to an ethical-political problem linked to the dynamics of violent expulsion from territories and marginalization of the expressive parcel of the Brazilian population. Then a reflection on the use of multi-methods in street research is presented, a methodology built in a reflective way from the openness of the researcher to the object of interest, the psychosocial experience of child and adolescent streetfication, or, as proposed, of a territory streetfication. Such methodological elaborations are offered as a result of research, and have as axes of discussion: a) the insertion in the field work through the constitution of bonds and partnerships; b) the drifting posture in the field work; d) the assumption of the condition of historical subjects, both of the researcher and of the participants in the field work, and consequently, e) the affections as analytical elements; f) the dialogue between the temporalities and epistemes of the university and the street territories; and g) the use of narrative writing. Finally, enriched by these reflections upon methodology, we discuss the phenomenon of streetfied childhood and adolescence, and point to the overlap of marginalization occurred in the case of childhood and youth on the streets, which are not only not represented in the spaces of political dispute, but are also repeatedly understood through the stigma built on the youth of poorer (and black) classes for centuries. In this way, we hope to have contributed to a critical and interdisciplinary perspective for future studies and public policies that aim this population, and so that the phenomenon of streetfication is no longer primarily understood as a case of public security but becomes understood as a dimension of our citizenship.

**Keywords:** Streetfication. Children and Adolescents. ECCA Moinho da Luz. Territorialization. Street Research.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Ilustração de Castanha do Pará, história em quadrinhos de Gidalti Moura Jr. ....	17
Figura 2. Moinho da Luz visto do portão de entrada. ....	24
Figura 3. Horta planejada por educadoras juntamente com Sueli, cozinheira do Moinho. Fonte: André Luiz. ....	26
Figura 4. Nivaldo, segurança do espaço, jogando bola com os adolescentes na quadra do Moinho. Fonte: André Luiz. ....	27
Figura 5. Dia de festa de São Cosme e Damião, e ao fundo as paredes com registros dos próprios adolescentes. ....	28
Figura 6. Pinturas e símbolos deixados por meninos e educadores. ....	29
Figura 7. Vista do Moinho para fora dos portões, no pôr-do-sol do plantão da noite. Em destaque, a grande construção da Sala São Paulo e estação de trem Júlio Prestes. Fonte: André Luiz. ....	30
Figura 8. Parte da equipe do Moinho da Luz, em 2016, com os respectivos estênceis no muro. Da esquerda para a direita, Cadu, Ever, Lucas, Fafá, eu, Paulinha, Marcelo e Gabi. ....	39
Figura 9. A fila na zona do banho. Fonte: Everton Barbosa. ....	49
Figura 10. José França, em autorretrato escolhido pelo próprio. ....	141
Figura 11. Rua Anchieta pelo acesso da Rua XV de Novembro. ....	155
Figura 12. Mapa com trajeto das incursões realizadas com a Fundação Projeto Travessia, ponto de partida (A) até o ponto de referência dos educadores, a Rua Anchieta (B). ....	156
Figura 13. Visão frontal do baixo do Viaduto Jaceguai, de onde se vê os paralelepípedos. Fonte: própria autora. ....	165
Figura 14. Imagens obtidas pelo Google Maps Street View onde pode-se observar a presença de adolescentes em situação de rua no referido local. Fonte: Google Maps Street View. ....	185
Figura 15. Placa do Programa Vizinhança Solidária. Fonte: site da Polícia Militar de SP. ....	199

## LISTA DE SIGLAS

CASRua	Crianças e Adolescentes em Situação de Rua
CDCA	Conferência dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes
CEDECA	Centro de Defesa do Direito da Criança e do Adolescente Luz
CMDCA	Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CT	Conselho Tutelar
CTA	Centros Temporários de Acolhimento
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECCA	Espaço de Convivência para Crianças e Adolescentes
Fórum DDCA-Sé	Fórum de Defesa do Direito da Criança e do Adolescente Sé
FUMCAD	Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
FUNABEM	Fundação Nacional de Bem-estar do Menor
GCM	Guarda Civil Municipal
GT (PPCASRR)	Grupo de Trabalho Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua
MNPR	Movimento Nacional da População em Situação de Rua
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
ONG	Organização Não Governamental
OS	Organização Social
PER	Programa de Educação na Rua
PIVALE	Projetos Integrados do Vale do Anhangabaú
PM	Polícia Militar
PNABEM	Política Nacional de Bem-estar do Menor
PVS	Programa Vizinhança Solidária
SEAS	Serviço Especializado de Abordagem Social
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMDHC	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO E/OU SOBRE COMO SE FEZ POSSÍVEL UM MESTRADO</b> .....	18
<b>2. A CASA DOS REFUGIADOS E A APRENDIZAGEM DO CORPO NA EDUCAÇÃO DE RUA</b> .....	24
2.1. O Moinho da Luz, um consulado .....	24
2.2. O ciclo da violência não se encerra .....	32
2.3. Enxergar a rua com olhos de educadora social .....	36
<b>3. OS SENTIDOS NA RUA</b> .....	40
3.1. Recordações da memória olfativo-afetiva .....	41
3.2. O ritual de limpeza da rua: o banho como passagem .....	48
<b>4. RUALIZAÇÃO</b> .....	54
4.1. Qual interesse a Psicologia pode ter na rua?.....	60
4.2. O que a Psicologia, em especial a Ambiental, tem a contribuir? .....	62
4.3. Por que o uso da noção de territorialidade?.....	65
<b>5. O CENTRO PULSA, O CENTRO EXPULSA</b> .....	71
5.1. Histórias do Centro Antigo .....	71
5.2. A cidade como objeto transdisciplinar.....	82
5.3. A não simultaneidade e exclusão frente ao direito à cidade lefebvriano .....	86
<b>6. SOBRE OS MENINOS CABEÇA-DE-URUBU</b> .....	91
6.1. A questão da infância e adolescência em situação de vulnerabilização no Brasil..	91
6.2. Crianças e Adolescentes em Situação de Rua: conceituar para não estigmatizar .	95
6.3. “Quem não é visto não é lembrado”.....	99
<b>7. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS</b> .....	102
7.1. Ainda sobre o método: a escrita demanda corpo(s).....	111
<b>8. A RUA É UMA FORÇA CENTRÍPETA</b> .....	113
8.1. A dificuldade de se aproximar e de estar na rua e/ou O compromisso questiona a neutralidade .....	116
8.2. Território Rua e Território Universidade .....	120
8.3. “A criança você tem como trabalhar toda ela, senão, ela vai ser a futura população de rua”.....	129
8.3.1. Entrevista conversada e/ou Conversa gravada com José França.....	131
8.4. Estratégia de parceria: na rua não dá para ficar só.....	141
8.4.1. Parceria com a Fundação Projeto Travessia .....	147
8.5. O “sumiço” dos adolescentes em situação de rua como um elemento da <i>viração</i>	158
8.6. Viaduto Jaceguai: Como o Estado e a Empresa governam uma cidade .....	161
8.7. Participação junto a outros atores.....	166

8.7.1. Grupo de Trabalho Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua .....	167
8.7.2. Fórum Regional de Defesa do Direito da Criança e do Adolescente Sé .....	170
<b>9. COMO A CIDADE “CUIDA” DESSES MENINOS?</b> .....	<b>178</b>
9.1. A rualização como fenômeno de todo o território do Centro antigo .....	202
<b>10. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>205</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>211</b>



*Figura 1. Ilustração de Castanha do Pará, história em quadrinhos de Gidalti Moura Jr.*

Castanha, um menino cabeça-de-urubu, é perseguido pela truculência e intolerância em forma de cassetete e policial por entre as bancas do Mercado Ver-o-Peso. Os arredores e misérias de Belém do Pará acompanham a história do menino e outros cabeças-animalizadas, além das personagens adultas cabeças-normatizantes, retratados pelas belas aquarelas de Gidalti Moura Jr. Feito de suas derivas pela cidade, suas fantasias de menino cabeça-de-vento e da perspectiva de outros atores, como sua vizinha, avó, comerciantes e policial, Castanha ilustra no papel, como ensaiamos lograr também, a urgência à flor da pele das crianças e adolescentes que tentam traçar seus caminhos para a cidadania nas ruas de centro urbanos. Mescla da dureza que se impõe e da boniteza que se faz com ela.

Essa ilustração, escolhida para abrir o presente trabalho como forma outra de afetar que não seja nossa escrita já por vezes desgastada, também representou como personagem em um episódio da vida real: exibindo-se em toda sua pungência em uma

exposição realizada num dos centros comerciais de Belém, ciente do apelo ambíguo que faz aos olhos de seus admiradores, mostrou-se verdadeira demais a um policial militar. Bastou que este se manifestasse como ofendido, e recebesse apoio de outros por meio de redes sociais, que a obra foi retirada da exposição. Foi substituída por uma tarja preta, símbolo da censura, amiga do cassetete retratado. Produzida ao longo de três anos, editada de maneira independente e lançada no início de 2017, e depois publicada pela editora Sesi em 2018, Castanha do Pará (capa acima) foi vencedora do Prêmio Jabuti de melhor história em quadrinhos do ano.

Abramos bem os olhos, quanto mais eles sejam incomodados.

## **1. APRESENTAÇÃO E/OU SOBRE COMO SE FEZ POSSÍVEL UM MESTRADO**

Para que tantos meses de intenso debruçar sobre uma questão (sem levar em consideração o tempo anterior de caminhada até a questão) se façam representar em um produto material escrito, é preciso que nele caiba não só os passos, mas os tropeços e joelhos ralados. Na realidade, dizer que debruçamos sobre apenas *uma* questão é o hábito generalista, porque até que o tempo encurte e nos faça delimitar um escopo menor, os fios de uma questão não deixam de se ligar e puxar outros, acompanhando os encontros do caminho que tensionam ora para um lado ora para outro.

A intensidade deveria estar impressa, apesar de que talvez esse tenha sido o grande desafio dessa escrita, fazer o papel suar do suor que escorreu nos dias de incursão nas ruas, falar com as várias vozes das conversas que sustentaram essas ideias, chorar as várias lágrimas de insegurança que acompanharam nosso (meu e desse trabalho) amadurecer, fazer sentir a urgência que o contato com a rua punge. Foram dois anos e meio (ou aproximadamente 28 meses); 57 créditos de disciplinas; 214 páginas de dissertação, outras muitas de diário de campo, trabalhos e tentativas de artigos; ativa participação no Coletivo da Pós Psico USP; um mandato como representante discente; um semestre de estágio de formação à docência; eventos acadêmicos; estratégias de autocuidado; novos bons amigos. Foi ainda maior engajamento político, a buscar outras pessoas que se envolvessem com o tema, participando ativamente de espaços extramuros da universidade, para além da própria pesquisa. Ou seria tudo isso justamente a pesquisa? Faz parte da pesquisa também

a morte de 3 adolescentes que acompanhamos no Moinho, e de uma militante da população de rua?

Marco o trajeto pessoal concomitante ao desenvolvimento deste trabalho, pois parece a mim inseparável o desenvolvimento de uma pesquisa do próprio desenvolvimento como pesquisadora. Se a proposta é refletir sobre processos subjetivos dados sob um determinado recorte, seria incoerente não reconhecer os processos próprios da condição de pesquisadora em formação, discente de pós-graduação, e compreender que os caminhos que a pesquisa toma não são, senão, os próprios perseguidos pelo sujeito pesquisador.

Neste sentido, é relevante retomar brevemente a trajetória anterior ao processo de mestrado. A experiência que me trouxe de volta ao trabalho acadêmico foi poder ter trabalhado por um ano com a Educação Social de Rua, em um programa do Projeto Quixote chamado Refugiados Urbanos. O trabalho pela criação de condições para o acolhimento e o cuidado pelas vias lúdicas, psicológicas e pedagógicas de meninos e meninas que se encontravam em situação de rua, em colaboração tanto com colegas de profissão quanto com os chamados refugiados, foi de tamanha intensidade, que não por acaso compreendo-o como um divisor de águas. Foi partindo da riqueza de encontros, saberes, experiências e provocações que representaram para mim, para seguir em contato com os desafios e contradições colocados, e possivelmente aprofundá-los, que decidi por retornar a um trabalho mais rigoroso de registro, memória, de elaboração e de produção de conhecimento para a defesa de seus direitos. Guardo como um dos propósitos para essa empreitada a ideia de que essas existências, essas singularidades, possam ter suas vozes e suas pautas amplificadas e que a parte que compete a esse trabalho possa a de ser um aliado às suas existências, por princípio, de resistência.

Ressalto os aspectos motivadores do trabalho, pois acredito que daí se desdobrem consequências epistemológicas e metodológicas, e a minha postura em relação a esse trabalho e aos desdobramentos que pode ganhar. A experiência como profissional da área da infância e juventude, por meio de uma série de urgências e de afetos que mobiliza, impõe uma perspectiva de superação da dicotomia entre teoria e prática em prol de um compromisso social, de uma necessidade de rigor crítico e questionamento acerca de nosso papel como reprodutoras/es ou transformadoras/es da realidade social, preocupações compartilhadas por uma Psicologia comprometida

socialmente (LANE; CODO, 2012), à qual procurei recorrer e que busquei praticar. Em última instância, essa postura profissional coloca em jogo nossa transformação ético-política quanto à forma de ser, estar e atuar no mundo.

Outra dimensão tomada como uma constante física e simbolicamente presente foi a do urbano e suas convocações. Os tensionamentos próprios do habitar e ocupar a cidade se enredam com as discussões latentes com as quais nos envolvemos, de forma que produzir conhecimento sobre a cidade e seus fenômenos dialoga diariamente com a maneira como se vive a cidade. Se o interesse é um fenômeno próprio da urbanidade, e das formas de exclusões que produz, como a rualização, viver em uma cidade é estar imersa em *modo campo*.

Quando iniciei meu percurso de mestrado, também me mudei para um bairro mais próximo ao centro da cidade. Os anos anteriores de minha vida em São Paulo foram muito dedicados ao curso de graduação, e assim, havia experimentado o dentro dos muros da cidade *universitária* e o exercício de andar pela cidade apenas por turismo. Morando na região central, o andar e os acontecimentos da cidade passaram a fazer parte do meu cotidiano – fosse porque eles ocorriam nas mesmas ruas que eu percorria (como atividades culturais, manifestações políticas, cenas de violência, pessoas em mendicância...) ou porque eu poderia chegar até eles com maior facilidade – poderia andar até a Avenida Paulista, Câmara Municipal, os Conselhos Tutelares, o Pátio do Colégio, a Praça da Sé, locais de encontro de coletivos militantes etc.

Percebi que estava desacostumada. A sensação era de que a cidade e seu caos estavam me invadindo. No prazo de três meses, sofri três atentados na rua realizados por pessoas em situação de rua. Seria uma coincidência? Um deles aconteceu com um jovem adulto que reconheci, que havia conhecido no Moinho da Luz. A coincidência pareceu uma explicação fraca, e ali passei a acreditar mais na concretude com que estava me deixando afetar pela cidade.

Narrando aqui pelo prisma individual – entendendo que fazê-lo tem o potencial de apresentar aspectos mais amplos da sociedade e que se manifestam em sua menor unidade, o indivíduo – gostaria de representar também a maneira como vivenciei o exercício da pesquisa na universidade. O aspecto individualizante e desagregador que opera na vida urbana ecoou também na vida acadêmica que me acolheu inicialmente. Nessa esteira, outro processo central no caminhar desta

pesquisa/pesquisadora é a (re)construção de uma noção coletiva, mesmo comunitária, sobre o estar e o fazer na metrópole e no campo acadêmico. Em tentativas de me implicar com uma perspectiva coletivizante, busquei sustentação em coletivos tanto como dispositivo de reflexão sobre o tema de minha pesquisa, quanto como prática acadêmica, de convivência e de mobilização entre colegas da pós-graduação, e assim promover uma psicologia social ética.

O caráter não muito bem definido do que é estar na condição de discente de pós-graduação, o processo de construção de um repertório como pesquisadoras/es, e dos muitos momentos de insegurança e angústia, dado por um trabalho que não oferece metas ou parâmetros definidos, têm, por muitas das vezes, seus dilemas aprofundados por uma rotina solitária. A falta de espaços institucionais que estimulem o encontro entre as pessoas da pós-graduação (lembrando que somos muitas/os, entre discentes, docentes e funcionários) é uma marca no espaço físico das universidades, que acaba por constituir uma via de mão dupla com algo que é por certo algo mais grave, a não apropriação de nossa parte dos espaços da universidade como lugares de encontro, permanência e participação.

Durante os meses iniciais, prevalecia a percepção de que não estava correspondendo às expectativas que recaem sobre uma pesquisadora de mestrado, e que deveria entender minhas questões como de ordem individual. Contudo, compartilhando com colegas discentes que se queixavam de dificuldades semelhantes, foi-se configurando uma compreensão da presença de processos estruturais que nos perpassam de maneira alienante, e nos afetam de maneira coletiva. Desde então, a busca por alternativas ao trabalho acadêmico isolado tem sido uma maneira de me reencontrar como personagem histórica, social e politicamente forjada, inclusive, como uma forma de construir uma identidade de pesquisadora, e de refletir sobre as possibilidades de enfrentamento às nossas questões de uma maneira mais potente, mais cuidadosa e afetuosa, de maneira que as nossas subjetividades não sejam também anuladas no processo. O que, espero, possa se mostrar uma forma de fortalecer o próprio trabalho acadêmico, e o espaço da universidade enquanto promotor dos princípios democráticos.

Com essa apresentação, gostaria de marcar o tom que rege essa escrita, o de que um projeto de mestrado começa antes mesmo de começar, que se estende e ganha existência a partir de muitas expectativas, frustrações – e também alegrias,

alívios e comemorações –, vivências e diversas participações, e que certamente não se encerra ou se representa apenas em uma produção escrita.

Seguindo uma estratégia narrativa, o trabalho apresenta-se por meio de seções que tem o propósito de expor o desenvolvimento *processual* do estudo. Essa modalidade de escrita foi escolhida propositalmente, entendida como uma maneira coerente de tecer os questionamentos feitos ao longo do estudo sobre a impossibilidade de neutralidade de um conhecimento dialógico, sobretudo quando compreendido o rigor metodológico de se assumir e apresentar aos leitores os fatores limitantes e condicionantes da pesquisa de campo, bem como de expor a formação dos conteúdos abordados a partir do encontro entre pesquisadora e campo.

O primeiro momento aborda a experiência como estagiária de psicologia e, posteriormente, como orientadora socioeducativa no Espaço de Convivência para Crianças e Adolescentes Moinho da Luz, onde tomam dimensões espaço-temporais e afetivas os primeiros contatos com a temática da rua e da infância e adolescência em extrema vulnerabilidade.

A seguir, está disposto o arcabouço teórico com o qual pretende-se dialogar ao longo das demais seções: a noção de rualização, fundamental ao debate do fenômeno da situação de rua em seus aspectos histórico, social, cultural, econômico e psicológico; e o diálogo da concepção de processo de rualização com a compreensão interdisciplinar da Educação Social de Rua, área de atuação profissional da pesquisadora, e da Psicologia Ambiental.

Retornando ao desenvolvimento das reflexões levantadas pela prática profissional junto à literatura, dispomos de elementos históricos do Centro e de uma abordagem urbanística, que representam o pano de fundo sobre o qual proporemos nossas reflexões. Ademais, pretendemos situar a presente pesquisa no rol de contribuições feitas desde a década de 1980 por pesquisadoras advindas de diferentes áreas das Ciências Sociais, endereçando questionamentos cruciais a serem reatualizados diante de nosso contexto presente.

Passando ao momento de início da pesquisa de campo, discorreremos acerca dos recursos metodológicos dos quais lançamos mão, uma vez que encontrados certos desafios em relação ao nosso objetivo de estudo, fomos incorporando tais descobertas às formas de estar no campo e de conduzir a pesquisa. Ficará evidente

o desafio de aproximação (e decorrências disso) não apenas com os adolescentes em situação de rua, os quais figuravam como sujeitos de pesquisa num primeiro momento, mas com o próprio espaço da rua e de suas redes de contato, e o quanto a *insegurança* figurou como uma condição de pesquisa. A retomada dos princípios de compromisso e amorosidade do trabalho de Educação Social é realizada, nesse sentido, para que a abertura afetiva permitisse maior disponibilidade ao campo e ao reposicionamento frente à nova condição, a de pesquisadora no espaço da rua.

Os primeiros momentos do trabalho de campo permitiram que se vislumbrasse a existência de *populações* de rua, por meio da diferenciação etária, significativa na experiência de rualização. Nessa esteira, discutimos como a população infanto-juvenil em situação de rua ocupa uma condição ainda mais vulnerável em relação que a adulta, não só por estarem em um período sensível de desenvolvimento, mas por serem ainda mais invisibilizados nas pautas dos direitos da população em situação de rua que os adultos.

Ainda na etapa de aproximação, a estratégia de parceria figura como um recurso necessário à pesquisa na rua, reforçando a dimensão de mediação entre territórios, temporalidades e papéis sociais presente no trabalho como pesquisadora. O trabalho junto aos atores da rede de proteção e atendimento às CASRua da região, e a confrontação com o “sumiço” dos adolescentes abrem a discussão sobre o fenômeno da viração, proposta pela literatura na década de 1990, mas ainda pertinente ao cenário encontrado hoje.

A última seção apresenta de maneira mais evidente como a gestão do urbano imbrica as vivências desses meninos e os interesses postos nas disputas pelo espaço público. Vista a hegemonia da noção de gestão empresarial ao nível das ações estatais, simultaneamente que ao nível das relações cotidianas, sobrepujam os valores higienistas e excludentes aos direitos fundamentais dessas crianças e adolescentes incluídos perversamente. Considerando o espaço onde a pesquisa se deu, discorreremos sobre como o processo de rualização figura como um fenômeno intrínseco à sociabilidade do Centro antigo de São Paulo, não confinando a experiência da rua apenas às populações em situação de rua, mas abarcando os diversos atores presentes no território. Nessa esteira, propomos a ressignificação do processo de rualização – frente ao fenômeno de vulnerabilização que caracteriza atualmente, pela valoração do espaço público a partir de interesses políticos e

econômicos –, no sentido de reatualizar o significado da rua como espaço de exercício de cidadania, tornando assim o processo de rualização em algo positivado.

## **2. A CASA DOS REFUGIADOS E A APRENDIZAGEM DO CORPO NA EDUCAÇÃO DE RUA**

Por um ano, participei da rotina da casa destinada às crianças e adolescentes refugiadas em seu próprio país. Chamada de Moinho da Luz, funcionava como um “consulado” a esses apátridas, pequenos sujeitos que passaram a contar com o mundo da rua em suas estratégias de sobrevivência. Além de ressaltar as reverberações dessa experiência profissional no presente trabalho, gostaríamos de destacar dois pontos de reflexão: a relação de compromisso, fortemente afetiva, como necessária a uma atuação verdadeiramente transformadora junto a essa população; e os efeitos psicossociais do desmonte de políticas de atendimento para CASRua, partindo da cena de encerramento vivenciada no próprio Moinho da Luz.

### **2.1. O Moinho da Luz, um consulado**



*Figura 2. Moinho da Luz visto do portão de entrada.*

“O que se passa para alguém sentir o chão frio da rua mais quente do que o de casa? As perguntas são inesgotáveis. Não é possível respondê-las rapidamente” (Educatória Terapêutica Lívia M. Yago Lascane, em LESCHER; BEDOIAN, 2017, p.16)

Os refugiados urbanos não são fruto de guerras internacionais, de desastres naturais ou vêm de outros países. Estão próximos de nós, falam a mesma língua, também são brasileiros, são adultos e crianças. Este é o nome do programa no qual trabalhei por um ano, entre os anos de 2015 e 2016, criado pelo Projeto Quixote para o atendimento de crianças e adolescentes que vivem em situação de rua na cidade de São Paulo. Como retratados pelo Projeto, deixam suas casas e lugares de origem e se refugiam nas ruas da região central da cidade de São Paulo como num campo de refúgio, onde não há lugar seguro para ir ou voltar:

Por ser um processo de profundas rupturas com a família, com a comunidade de origem, com os estatutos de garantia de direitos e proteção da criança e do adolescente, entendemos que crianças e adolescentes que fazem da rua um espaço privilegiado de sobrevivência, moradia e relações estão na condição de estrangeiros e estranhos em sua própria pátria – são refugiados urbanos. (LESCHER; BEDOIAN, 2017, p.94)

O primeiro contato com a instituição responsável pelo serviço, um Espaço de Convivência de Crianças e Adolescentes (ECCA), especialmente em situação de rua, fez-se possível por meio de uma parceria firmada por uma disciplina da graduação sobre Psicologia Escolar e Práticas Interventivas, ministrada pela Profa.Dra. Adriana Machado Marcondes, prezava pelo pilar da Extensão, dado pelas experiências de estágio, na formação acadêmica. Importante ressaltar o caráter constitutivo do estágio na presente pesquisa, que proporciona a experiência relatada. A possibilidade de contar com o pilar da extensão e de um serviço suficientemente estruturado para o suporte formativo-técnico dos estágios constitui-se como um privilégio no cenário atual das universidades brasileiras, dado os crescentes cortes de orçamento que visam o enxugamento e a maior “eficiência” dos orçamentos universitários.

O Projeto Quixote, organização social parceira do estágio, teve início em 1996 também como um projeto de extensão coordenado por pesquisadores ligados ao Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Com

uma metodologia de atendimento própria, baseia sua atuação junto a crianças, adolescentes e famílias em situações complexas de risco em aspectos psicossociais, pedagógicos e clínicos integrados. Como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), o Projeto gerencia serviços conveniados à rede pública de atendimento, como realizado durante mais de três anos no caso do equipamento do ECCA Moinho da Luz, por meio do Programa Refugiados Urbanos.

Este espaço de convivência localizava-se na Rua Mauá, 38, em frente à Sala São Paulo e à Praça Júlio Prestes, nos Campos Elíseos, próximo da qual havia o maior fluxo de pessoas em situação de rua e uso de substâncias ilícitas a céu aberto da cidade, a chamada Cracolândia. O ECCA instalava-se ali há três anos, pelo que me contavam os educadores mais antigos, tendo tido um espaço físico anteriormente próximo à Praça da República e outro no Bixiga.



*Figura 3. Horta planejada por educadoras juntamente com Sueli, cozinheira do Moinho. Fonte: André Luiz.*

O modelo do atendimento ofertado respondia às normatizações nas quais um ECCA se enquadra, como uma parceria entre prefeitura e OSCIP, como atendimento de portas abertas, receptivo às demandas espontâneas, aberto das 9h às 19h para alocar atividades das mais variadas que se enquadrassem como de convivência, e



*Figura 4. Nivaldo, segurança do espaço, jogando bola com os adolescentes na quadra do Moinho. Fonte: André Luiz.*

aberto os 7 dias da semana, dado que atendia uma população entendida como de alta complexidade. O trabalho também correspondia a uma metodologia, que havia sido concebida no final da década de 1990 pelos fundadores do Projeto Quixote, consolidado por meio do programa nomeado Refugiados Urbanos. As atividades de convivência então não eram apenas no sentido prático, mas eram levadas pela equipe enquanto um tripé clínico, pedagógico e social. Uma das atividades diferenciais, o banho, era para além de uma forma de higiene pessoal, um resgate de dignidade, uma possibilidade de bem-estar, de autoestima: “Sem mencionar o lado da saúde e da higiene (que são importantíssimos), via que o banho conferia àqueles jovens um certo status: o de se misturar na multidão, de ser um cidadão a caminho de um compromisso qualquer” (Educador Terapêutico André Luís O. da Silva, em LESCHER; BEDOIAN, 2017, p. 140).

A função de estagiária foi uma construção tanto para mim quanto para o serviço, que nunca havia recebido ninguém no papel. Essa foi uma experiência privilegiada, uma vez que ia por algumas horas semanais observar e aprender, enquanto podia retornar à proteção da faculdade e ao respiro da supervisão; no papel de orientadora do espaço, estava implicada de formas outras, com responsabilidades sobre aqueles indivíduos, sobre a instituição que representava, sobre o ambiente de trabalho, enfim, em uma rotina extensa de dedicação. Foi a partir também do momento

em que me tornei equipe que redimensionei minhas experiências para um âmbito coletivo, que não mais se encerravam em minhas descobertas de aluna, e foi nos últimos meses que essa partilha se mostrou soberana sobre outros aspectos.



*Figura 5. Dia de festa de São Cosme e Damião, e ao fundo as paredes com registros dos próprios adolescentes.*

Aquela casa era como um consulado para esses expatriados, de paredes pintadas por desenhos infantis, árvores, nomes e declarações, povoada também por símbolos que lhe eram comuns nas ruas, como o Yin Yang, armas de fogo, “P JL” (Paz, Justiça e Liberdade) e “157” (um artigo penal); algumas crianças que apenas de me ver ao portão corriam para me abraçar, apesar de nunca terem me visto, e outras que respondiam a um bom dia com “Bom dia só se for pra você”; profissionais de diferentes áreas que a sustentavam, da Terapia Ocupacional, do Serviço Social, a cozinheira, a conhecida Psicologia; a constante penetração da rua no espaço, por meio dos meninos e através das grades vazadas do portão; uma horta nos fundos, feita com todo carinho para que desse alimentos saudáveis para os lanches e trouxesse algum verde para todo aquele concreto; armários cheios de materiais lúdicos, muita tinta, todo bagunçados, oferecendo-se a alguma empreitada artística; as roupas e sapatos doados que se tornavam o armário das crianças, junto com os cremes de cabelo,

desodorantes, esmaltes, sabonetes... Havia, sem dúvida, sido afetada e transformada de maneira profunda, e por vezes, exasperadoras.



*Figura 6. Pinturas e símbolos deixados por meninos e educadores.*

A percepção das contradições no exercício da proposta de trabalho se deu logo nas primeiras semanas. Entraves burocráticos; barreiras materiais como falta de recursos, condições de precarização como os salários baixos, a alta carga horária de trabalho, o desinvestimento em capacitação e na articulação dos serviços – ambos previstos pelos documentos –; indisposições entre gestores dos serviços; e jogos políticos, para mencionar algumas questões de ordem estrutural. Ainda, tínhamos uma equipe reduzida, éramos o único equipamento oferecendo este tipo de serviço no município, e testemunhávamos a violência que os próprios adolescentes sofriam pela própria reprodução que exerciam nas relações que estabeleciam conosco, por meio de agressões verbais ou físicas.



*Figura 7. Vista do Moinho para fora dos portões, no pôr-do-sol do plantão da noite. Em destaque, a grande construção da Sala São Paulo e estação de trem Júlio Prestes. Fonte: André Luiz.*

“Não responder ansiosamente a demandas ansiosas (LESCHER; BEDOIAN, 2017, p.110). O jargão que é transmitido através dos funcionários ganhou um sentido mais real, já que vi – e senti – que o primeiro movimento ao qual nosso corpo é lançado é um impulso de ajudar e tentar dar conta de ofertar o que a criança ou jovem aparenta – no rosto, nas roupas, na fala – não ter sido nunca oferecido. As diferentes temporalidades conjugadas – a urgência de ação contra as violações da rua, os atendimentos diários espontâneos, o processo demorado de vinculação e acompanhamento dos casos, o tempo de contato com outros serviços e dos processos institucionais... – figuraram como uma das dimensões mais marcantes do trabalho.

Mais ambientada no espaço, passei a questioná-lo, e a indagar sobre certas práticas, como o banho e o lanche, sobre os horários que soavam rígidos a mim (que fui com a expectativa de um local incondicional de acolhimento), sobre o propósito daquele espaço para aqueles meninos e meninas que pareciam não estar se direcionando a propósito algum, como tinha a ânsia de oferecer. A crítica foi ganhando gradualmente um caráter mais amplo, transcendendo aquele espaço e aquelas

práticas, passando a vislumbrar nosso posicionamento enquanto sociedade e cultura sobre quem são estes meninos que são tão destratados, e ali recebidos.

Apesar de presentes e de questionados anteriormente, esses foram todos fatores que começaram a ser assimilados sob outra perspectiva a partir do momento em que rumores de que nosso convênio seria cancelado, e o serviço fechado por definitivo, começaram a ventilar. Comecei a ver nossa situação como de *confinamento* dentro de um espaço que antes era de acolhimento.

O clima da convivência na casa nos meses finais era tão pesado e tenso, que o desânimo e o pessimismo predominavam na atmosfera da equipe, e o que antes era arejado, musical e frutífero na flexibilidade da rotina, tornou-se viciado, um espaço aversivo, mais fedido que nunca, onde entrávamos numa temporalidade diferente, num tempo arrastado, prostrado. Dou um exemplo. De maneira geral, sempre houve atrasos na hora da entrada, e as esticadas do horário de almoço, que eram manejados com a jogo de cintura por parte de toda a equipe. No caminhar dos últimos meses, nos víamos desejando almoçar fora todos os dias – desculpa que não se encerrava em não ter que fazer marmita, mas que dizia sobre a vontade de não estar mais lá dentro. Os compromissos pessoais aumentaram em uma frequência impressionante, os apontamentos médicos aconteciam quase diariamente, fossem por doenças crônicas ou que estivessem surgindo do processo, e a equipe estava quase diariamente desfalcada.

Nossas reuniões em equipe evidenciavam uma vontade de estarmos juntos por um trabalho no qual acreditávamos, o trabalho no qual investimos tanto de maneira coletiva. Mas o tom de dificuldade, a sensação de um fim próximo, trazia silêncio e esvaziamento, das pautas e das cadeiras. Estar lá era dolorido, sôfrego, estressante, quase um rastejar, misturado a uma vontade de não largar o osso e continuar até onde as forças fossem, pois fora dali a angústia não diminuía, a sensação era de que ninguém além de nós mesmos poderia compreender o que era passar por aquilo. As reuniões exteriores, como as supervisões institucionais que atendíamos mensalmente na sede do Projeto, na Vila Mariana, viraram peregrinações de sofrimento, sentindo-nos expulsos de nossas casas e mal acolhidos na casa do outro, e nossas participações viraram revoltosas, com falas ora inflamadas, ora ressentidas e machucadas; posturas pouco animosas, em que já não usávamos do humor sem o

sarcasmo ácido; e em atitudes que marcassem a diferença entre nós, os representantes (ou os próprios Refugiados Urbanos) e os donos da casa, protegidos das intempéries que nos acometiam.

## 2.2. O ciclo da violência não se encerra

Hoje, o último dia, é o dia em que sabemos que João foi morto.

Morreu dia 13, quando fez um ano do ato contra o silenciamento de vidas e mortes de meninos de rua. Foi espancado por pessoas das quais assaltou um celular. E que decidiram por si mesmas que o certo era matá-lo com as próprias mãos. João foi linchado por essa gente de bem justiceira. E imaginando que o centro nunca está vazio, outros devem ter visto e feito nada. Deixaram matar.

Não foi notícia também. Quem soube? Quem quer saber?

O João morreu, o João foi morto. O João não deixou nem um prontuário, mal queria deixar o nome...

Tinha só 13 anos.

E com essa notícia nos retiramos e fomos retirados

(Diário de campo como educadora no Moinho da Luz, dia 16 de março de 2016)

A cena que encerra nossas atividades no Moinho é simbólica, e carrega de forma condensada todo o processo dos últimos meses de atividades. Aquele não foi previsto para ser o último dia, apesar de sabermos que o tempo estava contado. Em meados de fevereiro, com a equipe já desfalcada, e os que estavam presentes sem ânimo de propor qualquer atividade – uma mistura de falta de energias, de incentivo, e de medo de dar esperanças às crianças atendidas das quais não daríamos conta – um grupo de aproximadamente 10 meninos entra pelos portões, todos atendidos pelo serviço. Somos abordados de forma muito ríspida. Esse tinha se tornado um tratamento comum nas últimas semanas, desde quando as notícias de que o espaço seria fechado começaram a circular. Nas palavras de um colega de trabalho:

Hoje, fico na dúvida se de fato os comportamentos ríspidos aumentaram, ou se foi nossa capacidade de traduzir/receber/amortecer/significar/rebolar/etc. esses comportamentos ríspidos que diminuiu. Muito provavelmente as duas coisas aconteceram simultaneamente. (Marcelo Melissopoulos, técnico psicólogo do serviço)

Muitos pedidos, muitas perguntas, e uma aparente necessidade de nos confrontar faziam sair faíscas de cada contato. Estes meninos tinham sido abordados pela polícia, não tomavam banho há um tempo, tinham feito uso de substâncias ilícitas recentemente, e algo muito menos aparente, porém explícito: estes meninos estavam perdendo aquele espaço que sediou o alívio de sofrimentos da rua, brigas e reencontros, paqueras, conversas boas, lanches caprichados, uma sombra boa para cochilos. Estes meninos estavam vendo fechar o único espaço declaradamente dedicado a eles em todo o município, e em vários casos, um espaço de vínculos muito fortes. Impossibilitados, negávamos aos pedidos, não tínhamos condições de lidar com toda a turbulência, todos os pedidos de comida, sabonete, roupas e quaisquer outras desculpas que pudessem usar para nos tensionar, e nos perguntar o porquê de não estarmos dando conta, nós enquanto representantes do mundo adulto, e de um sistema que falha com eles há tanto tempo. As ameaças começaram (não pela primeira vez), e as pedras foram tomadas à mão, os corpos procuraram os nossos para um choque real, que expressasse sem que precisasse ser dito.

A sensação era de que o não dito era grande demais, que fomos silenciados ao não sermos consultados sobre o trabalho que desenvolvíamos com tanto ardor, que o véu da invisibilidade mais uma vez era posto nestes seres humanos sob nossos olhares. Os empurrões então começaram entre alguns atendidos e funcionários, portas foram arrombadas aos chutes, as pedras vieram para estilhaçar o que encontrassem no caminho, e um duplo de tensão paralisante e de adrenalina que pedia por atitudes imediatas. Não foi o primeiro episódio, e outros ocorriam de tempos em tempos, contudo ali havia definitivamente um cenário de motim. Nós havíamos inclusive conversado sobre uma estratégia para o caso de confrontos que, em qualquer cena de tensão com um dos educadores, todos nos uniríamos para mediar a negociação, e proteger os corpos uns dos outros. E então os limites possíveis foram ultrapassados: um outro atendido, Pedro, que estava em atendimento conosco quando o grupo adentrou o Moinho, foi atacado e machucado por eles enquanto saía do serviço ao perceber a instabilidade da situação. Entre uns indo a seu socorro, e o desequilíbrio do resto da equipe, no portão do espaço – palco de muitos episódios, emblema do divisor entre o mundo da rua e o mundo de dentro – um dos meninos mais velhos começou a esmurrar e chutar um de nossos companheiros. Marcelo apenas reagiu protegendo-se com os braços, nunca revidando. As sensações que me

percorreram neste momento são difíceis de serem expressas, pois passaram do formigamento de todo meu corpo, ao enrijecimento, a uma confusão total, sendo talvez traduzidos pela palavra choque.

Nunca havíamos chegado ao ponto em que teríamos que dar uma resposta às agressões, parecia surreal que nossa despedida se daria desta forma. Adriana, que curiosamente tinha um apelo maternal para nós, projetou-se à frente da equipe, que neste momento encontrava-se para o lado de dentro dos portões e gestualizou a condição possível daquele confronto: com um braço empurrou o garoto que desferia murros e chutes, possibilitando o fechamento do portão. Não podíamos prosseguir daquela forma, para o melhor dos funcionários e dos adolescentes.

A cena figura como o ápice um processo de desbaste de potencialidades, parte de um ciclo que infelizmente parece se repetir em muitos trabalhos que tentam se desenvolver nas condições sob as quais são postos no campo da Assistência Social (e que partilha esse processo em muitos aspectos com o campo da Saúde). Esta é uma área que, por sua natureza, lida com situações de extrema complexidade, sempre necessitando de ações em rede e projetos em parcerias com outras secretarias, como de Habitação, Cultura, Direitos Humanos, Saúde (especialmente a Saúde Mental), e tantas outras, que, porém, é preterida, sofrendo do mesmo “esquecimento” que seus próprios usuários. Não só, é alvo de políticas tortas, uma vez que acabam sendo diretamente influenciadas seja pelo descaso ou pela ignorância da opinião pública – ou ainda dos próprios gestores, de quem se esperam formações mais sólidas e experiências mais próximas dos cotidianos, isto é, capacidade de compreensão das dimensões implicadas e de posturas profissionais idôneas.

No papel de educadora, há uma dualidade extremamente difícil: a rotina de trabalho não responde exatamente a conformações institucionais, pois as ações se dão corpo a corpo, fala a fala, podendo seguir as regras que se fizessem cabíveis, ou podendo mesmo criar outras; contudo, entaves institucionais, normativos, históricos, sociais e sistêmicos se sobrepõe à camada cotidiana e pessoal. Ali no ECCA Moinho da Luz, sob o encerramento do convênio – determinado por instâncias superiores, tanto da OSCIP quanto da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social –, estávamos (como outros trabalhadores de outros serviços) postos no ciclo da invisibilização, da mutilação de direitos, da violência estrutural que pode ser identificada na existência dos meninos e meninas em situação de rua atendidos, nas

instituições e sobre elas, nos órgãos gestores no campo da Assistência Social, e nas políticas públicas que ou são poucas ou inexistentes. Sentíamos-nos como intermediários de violências sem fim, ao passo que éramos receptores indiretos das violências que acometiam as crianças, e das estruturas acima de nós: policiais e outros adultos violentam as crianças, que já contam com histórias marcadas por outras violações, de contextos muitas das vezes historicamente violentados, que por sua vez reagem agredindo um de seus poucos interlocutores (nós), que também reproduzimos violências veladas e explícitas, corroboradas e incitadas por estruturas institucionais responsáveis, que respondem a uma superestrutura hegemônica que prevê a desigualdade, que prevê a existência dessas vidas degradadas para que possa manter as engrenagens rodando em benefício de outros.

Em um processo em que variáveis de muitas ordens confluíram – a citar, a complexidade do atendimento direto com os meninos, a desarticulação da rede de serviços, o enfraquecimento do controle social em relação a esta pauta e interesses políticos superiores – foi declarado o fechamento do último ECCA, e único serviço de atendimento voltado à população em situação de rua infanto-juvenil da cidade de São Paulo. Dada a posteriori em uma publicação em homenagem ao programa Refugiados Urbanos, a justificativa para o fechamento do serviço dada pela instituição Projeto Quixote foi a de “falta de estrutura (dos convênios públicos, da rede local, das condições de trabalho, da compreensão do fenômeno, da falta de uma política)” (LESCHER; BEDOIAN, 2017, p.180), e o prazo entre a decisão de encerramento do convênio e o fechamento real das portas mostrou-se insuficiente e excessivo ao mesmo passo.

Os poucos meses não permitiram encaminhamentos e/ou encerramentos construídos cuidadosamente junto aos adolescentes, e ocasionou o interrompimento dos atendimentos. Muitos dos encaminhamentos apropriados não foram realizados, inclusive, por não haver nenhum outro serviço voltado ao atendimento dessa população. Concomitantemente, os mesmos poucos meses foram mais que suficientes, pois a decisão vinha sendo tomada e discutida dentro da instituição, de maneira que toda a equipe vinha participando do processo de fechamento – ainda que sem poderes de influência ou decisão. Em pouco tempo, um assunto que passava como um temor entre os trabalhadores, com a preocupação de apresentar a trágica situação para os atendidos de maneira amadurecida e cuidada, passou a se espalhar

de maneira desmesurada, causando reações diversas, entre elas o fechamento precoce do serviço, com o estopim da cena revivida acima.

### 2.3. Enxergar a rua com olhos de educadora social

A educação social de rua, que se apresentava como base ao trabalho, bebe da pedagogia popular de Paulo Freire e de influências da Teologia da Libertação, entre outros autores, como Michel Foucault e Erving Goffman (OLIVEIRA, 2007), prezando pela disponibilidade, o respeito e a promoção da autonomia. Como colocado pelo mesmo autor, a chamada Pedagogia da Presença nasce com o movimento de articulação militante entre trabalhadores da área, líderes comunitários, pais, técnicos, entre outros atores sociais engajados do campo dos direitos humanos no período da ditadura militar no país. Com a proposta de resistência às políticas governamentais existentes destinadas a essas crianças e adolescentes, pautados na institucionalização e no modelo correcional punitivo, associado à “ ‘assistência ao menor’ com ‘punição à delinquência’ e a representação social de ‘menor’ a ‘delinquente’ ” (p.139), uma participação de grande relevância para o fortalecimento da pauta foi a de atores representantes das universidades:

O sistema de proteção ao menor estava falido, sem estratégia, sem criatividade, sem possibilidade de solução. Ao contrário, o movimento social pelos direitos da cidadania florescia com força inimaginada. Uma nova sensibilidade social gerava turbulência política e congregava grupos diversos e, até, historicamente antagonicos, como trabalhadores e intelectuais, cristãos e marxistas, profissionais liberais e líderes comunitários. Projetavam-se os desejos de uma massa que necessitava de uma bandeira viva. E não havia bandeira mais legítima e inquestionável que as crianças e adolescentes de rua – os mais oprimidos, as maiores vítimas da injustiça, filhos das favelas, a prole dos deserdados. (OLIVEIRA, 2007, p.142)

Referenciados na proposta da pedagogia libertária, com o apoio político da Igreja Católica por meio da Pastoral do Menor, um grupo de profissionais e universitários começou, no ano de 1979, a proposta de uma metodologia de

intervenção junto a crianças e adolescentes nas ruas. A Praça da Sé, na região central de São Paulo, foi o cenário do nascimento do primeiro grupo de educadores no mundo a se qualificarem como Educadores Sociais de Rua, ou Educadores de Rua.

Partindo de uma postura de disponibilidade afetiva e de compromisso, a Educação de Rua baseia-se na formação de vínculo entre educador e criança, e, por consequência, relações de respeito e dignidade que almejem não a “ressocialização” – como se essas crianças e adolescentes estivessem fora e tivesse que retornar ao pacto social –, mas uma relação dialógica pautada na dignidade e no reconhecimento do outro como sujeito de autonomia e direitos (GOMES DA COSTA, 1991 *apud* OLIVEIRA, 2007). Ademais, é uma pedagogia que não busca a conversão do menino, mas o crescimento, o qual não se faz sem a transformação da realidade concreta promotora de injustiças. Portanto, define-se como uma pedagogia política, de trabalho de transformação da realidade, por meio da transformação das pessoas e não a purificação dessas. É uma tarefa que exige sensibilidade social e histórica e da compreensão cientificamente rigorosa da realidade (FREIRE, 1989,2015,2017).

Em uma publicação pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF), Paulo Freire trata especificamente da educação de rua, e da questão da rualização de crianças e adolescentes. Contextualizando-se no final da década de 1980, Freire (1989) aprofunda suas reflexões sobre o contexto particular das Américas Central e Latina, do México à Patagônia, de crise econômica e social que vulnerabiliza particularmente a mulher e a criança pobre. Ainda, com o movimento de urbanização e industrialização tardia, o fenômeno do êxodo rural para as cidades explode e promove o crescimento desordenado das periferias dos centros urbanos. Por consequência, o atendimento ofertado por serviços públicos, já antes precarizados, não absorve o novo contingente populacional, o que é agravado pelo não acesso ao mundo do trabalho de forma digna e o acesso à renda.

Assim, coloca-se como recurso dentro do arcabouço da educação de rua para a compreensão das vidas destes adolescentes, e da situação de rua, uma perspectiva de não individualização do fenômeno de situação de rua, que se sustentaria na culpabilização do indivíduo, mas um fenômeno urbano, próprio do desenvolvimento desigual do contexto econômico social capitalista, que tem suas especificidades dada a posição da cidade no contexto histórico, cultural e econômico em relação ao resto

do país e do mundo, e como uma das resultantes das múltiplas desigualdades (FREIRE, 1989; FRONTANA, 1999; OLIVEIRA, 2007; LESCHER et al., 1998, 2010, 2017; FARIAS et al., 2018; TIENGO, 2018). Para que nosso trabalho não permanecesse no campo da urgência, isto é, atuasse apenas nas situações em que a vulnerabilização já havia ocorrido, era necessário enxergar as condições de vida daqueles adolescentes por uma leitura em camadas.

Nesse sentido, o processo de rualização é um fenômeno interseccional quanto a: questões conflituosas do espaço urbano, como ocupação do espaço e moradia, e as disputas com o grande capital, que são atravessados pela segurança pública, mobilidade, acesso a serviços públicos, distribuição de renda etc.; questões do coletivo, como uma população atingida diretamente pela opinião pública, pela forma como o coletivo analisa e enfrenta a desigualdade, o que, por consequência, torna-os alvos de discursos políticos; questões individuais, em relação a fatores vulnerabilizantes ou protetivos relacionados à ida para a rua, aos contextos e recursos pessoais a partir dos quais a rua é vivida, aspectos da cronicidade da situação, sofrimento social, e de maneira geral, à singularidade com que cada um enxerga a “situação de rua”, ou a tão buscada “liberdade” ofertada por ela.

No que tange à presente pesquisa, o contato próximo com os adolescentes e com a prática da Educação Social de Rua são os alicerces a partir dos quais entendemos como uma necessidade a de contribuir para a compreensão do fenômeno dos adolescentes em situação de rua, e suas diversas confluências, especialmente em relação à ocupação do espaço urbano e o processo de rualização. Pretendemos uma investigação que se estabelecesse em contato com suas vivências e suas histórias, e que entre as micro e macrocontingências, abarcasse, para além da perspectiva da falta, da exclusão, e do não pertencimento, a condição de produtores de relações e de significados. Partimos do entendimento de que a população muitas das vezes tomada como *objeto* tem, na verdade, a natureza de *sujeito*, que possui uma relação de reciprocidade com seu ambiente, isto é, que são produtos e produtores de seus meios, e numa situação de pesquisa, serão sujeitos também na relação com a pesquisadora e na produção de conhecimento. Destarte, a produção de saberes sobre a rualização não pode se dar sem a participação ativa dos sujeitos que a vivenciam, ou ao menos de uma aproximação tal que a autoria seja compartilhada por diversos atores/autores, e que, em última instância, estejam à

disposição como instrumento na luta pela garantia de seus direitos. Retomo as palavras de Paulo Freire (1989), em que o sonho deve ser o de transformar, e que as engrenagens da mudança devem ser afetuosas:

Uma das expressões, por exemplo, que se acha no discurso, e a que os educadores se referem, de forma poética, bonita, amorosa, ao trabalho com 10 meninos aqui, 10 meninos ali, não fica muito claro que o compromisso fundamental é com a transformação do mundo. Com a transformação do mundo mediada pelo sofrimento e pela exploração dos meninos. Evidentemente esse compromisso é amoroso, mas não piegas. O nosso amor por esses meninos negados no seu direito de ser só se expressa autenticamente quando nosso sonho é o de criar um mundo diferente. (FREIRE, 1989, p.20)

Relembro a equipe com a qual vivenciei e experienciei a proposta freiriana de sonhar uma transformação pela amorosidade. Com eles, e com cada criança e adolescente, pude aprender na pele, com marcas profundas no corpo, antes mesmo que pudesse recorrer às palavras, faladas ou escritas, compartilhando do senso ético de compromisso e resistência que sustenta esse trabalho esperançoso,



Figura 8. Parte da equipe do Moinho da Luz, em 2016, com os respectivos estênceis no muro. Da esquerda para a direita, Cadu, Ever, Lucas, Fafá, eu, Paulinha, Marcelo e Gabi.

necessariamente coletivo. A foto abaixo é em lembrança de todas/os com quem partilhei sonhos, como minha forma de agradecimento.

É expondo as veias abertas que fazem o estudo pulsar que apresentamos nessa seção contribuições metodológicas e teóricas acerca do trabalho com a rua a partir da experiência com atendimento direto. A assunção da dimensão afetiva como possibilitadora de uma relação dialógica e respeitosa para com sujeitos que se encontram em situações tão violadoras quanto a situação de rua, recurso já desenvolvido pela Educação Social, é, contudo, pressuposto metodológico que se estende a qualquer trabalho comprometido política e eticamente com a rua – nesse caso, um trabalho investigativo. Além de qualificar as relações tecidas com o campo, é uma forma de imprimir de rigor ao trabalho, uma vez que põe em jogo afecções que muitas das vezes escancaram valores estigmatizantes e pejorativos frutos da formação subjetiva presente em nosso contexto histórico e social – a serem compreendidos também como parte da análise da pesquisa.

Ademais, ilustramos a situação de fechamento do último equipamento de atendimento às CASRua, existente até o presente na cidade de São Paulo, não apenas com a finalidade de denunciar seu caráter violador. É também no sentido de explicitar as consequências psicossociais diretas nas vivências da população-alvo e de trabalhadores executores da política de atendimento encerrada por interesses governamentais, como a reprodução de ciclos de violência de distintas naturezas.

### **3. OS SENTIDOS NA RUA**

Andar pelas ruas de uma metrópole exige um tanto de nós. Gostaria de questionar os autores que flanavam pelas cidades no final do século XIX o que acham sobre ser pedestre na cidade de São Paulo. É preciso saber em que sentido se vai, e ter noção da localização das várias cidades que existem dentro de uma só; é preciso também obedecer aos sentidos, os que permitem, por meio de pistas discretas (ou nem tanto) nos situarmos socialmente. Os sentimentos desvelam elementos psicossociais sobre um ambiente – assim como revelam sobre nossa produção subjetiva. A partir dessa seção, contaremos com o apoio de relatos de diário de campo para partilhar com as/os leitoras/es dos diversos sentidos capturados durante a pesquisa.

### 3.1. Recordações da memória olfativo-afetiva

Meu período de experiência enquanto trabalhadora, apesar de ter sido matriz temática e motivação central do projeto que apresentei à seleção do mestrado, acabou por fazer-se presente como algumas poucas páginas, como apenas uma contextualização de meus passos em direção do tema. Figurou como uma “deixa” para iniciar *realmente* o que poderia interessar, representando os bastidores que teriam me impulsionado para a tal pesquisa.

Contudo, em algum momento, o projeto pareceu estar dando completamente errado, no qual me senti profundamente frustrada com os objetivos que havia previamente estipulado. Inicialmente, a proposta era trabalhar diretamente junto de *adolescentes em situação de rua*. Retirei, assim, as crianças desse grupo, de modo a tornar a pesquisa mais viável com uma população menor. Sobre seus *processos identitários* (hipoteticamente mensuráveis). *No centro antigo de São Paulo* (uma vez que tive que optar por um recorte também por território, ao dar-me conta de que não saberia como encontrar os adolescentes para muito além do território que havia conhecido como trabalhadora, inclusive pela grande mobilidade de seus cotidianos).

O sonhado projeto começou a ruir: ao tentar entrar em contato com os meninos por conta própria, sozinha, eu não conseguia me sentir à vontade, e não conseguia sair andando pelas ruas procurando por eles sem saber exatamente onde os encontraria. Após um momento de “pré-exploração” do campo, em que passei a participar de diversos eventos e buscar uma aproximação progressiva com pessoas ligadas a trabalhos e militâncias na rua, principalmente ligados à população *adulta* em situação de rua, consegui começar o que me permitiu chamar de *trabalho de campo*. Assim, entrei em contato com uma organização social, a Fundação Projeto Travessia, a fim de tentar uma via de acesso aos adolescentes. Com diários de campo escritos para mim mesma como um suporte afetivo, segui por alguns meses, me deparando com alguns conflitos e tensões quanto à entrada no campo e ao retorno à rede de serviços que havia conhecido, e principalmente, com muitos trabalhadores, dos quais alguns tinham contato direto com os meninos, e com alguns gestores. Pouquíssimos adolescentes, contudo, e por pouquíssimo tempo. Descrevi esse momento da pesquisa cuidadosamente em um diário de campo, anotações que vibram com as inquietações daquele momento.

Minha impressão geral no momento de meu próprio trabalho era de que a pesquisa de campo estava desestruturada, e que não havia chegado a lugar nenhum (como se houvesse uma direção e um ponto de chegada), que não havia obtido nenhuma novidade (em relação ao que considerava um conhecimento comum sobre a rua), novidade sobre a qual poderia construir um importante e extenso trabalho de mestrado. Senti, em outras palavras, que não havia feito o *esperado* para uma pesquisa: as etapas do método não haviam sido cumpridas, eu não havia me identificado com um autor ou teoria que contornassem minha proposta, pouco havia de escrito além dos trabalhos finais de disciplinas, sequer sabia como fichar um texto...

Além da ausência frustrante das conquistas esperadas, o primeiro ano foi de uma rotina de trabalho muito solitária. Ia aos eventos sozinha, disciplinas e atividades de trabalho de campo, e sentia não ter outros interlocutores para discutir sobre o andamento do campo, e sobre a vivência de uma pesquisa na rua, mais propriamente. Com a sensação de que estava *inventando* coisas, sem um embasamento sólido, e de que minha impressão do campo e trajetória por ele estavam sendo totalmente enviesadas, passei a duvidar muito da validade do que estava fazendo. Como posso produzir um mestrado baseado em uma pesquisa de campo que fiz artesanalmente, em um deslocamento errático que tentava aproveitar o “vento” das oportunidades e ocasiões que se abriam, e baseado nas minhas próprias impressões, sem que nenhuma autoridade acadêmica me autorizasse – em pessoa física ou impressa em textos?

Sempre que era perguntada sobre o que estava estudando, respondia “adolescentes em situação de rua”, e depois de meses, achando essa categoria muito rasa, comecei a dizer “e psicologia ambiental”. Inclusive, aprender que poderia me nomear como *pesquisadora* foi uma conquista, essa sim, nesse processo. O limbo que caracteriza a condição de discente de pós-graduação, especialmente no mestrado, onde me parece que a decisão pelo caminho acadêmico não está tão consolidada quanto no doutorado, aprofundou este sentimento de que eu não sabia o que estava fazendo e de que não tinha autoridade (capacidade? legitimidade?) suficiente para fazer o que supostamente deveria estar fazendo. O auto reconhecimento então como pesquisadora foi alentador, fazendo-me subir um pequeno degrau de autoconfiança dentro da Academia. Assumir um novo papel foi

alentador também no sentido de me situar em um novo lugar, já que não era mais trabalhadora, e tampouco estava exercendo apenas uma postura militante.

Marcar alguns processos pelos quais passei no período do mestrado encaminham uma ideia de qual me dei conta mais recentemente, num período mais próximo da qualificação: vinha tentando cindir meu período de profissional da experiência de pesquisadora. Certamente estava fantasiando sobre o lugar de pesquisadora, uma vez que, apesar de me articular em volta de discursos e iniciativas “críticas”, estava buscando por nortes positivistas – rememorando que a proposta inicial era o uso de questionários semi-estruturados, de observação de campo “neutra” (diários como relatórios), baseada em autores europeus. Tal perspectiva levou a um olhar pela *falta*, fosse a falta de rigor no trabalho de campo ou o que faltava ao campo em si – por exemplo, os próprios meninos, o uso dos instrumentos que havia proposto no projeto, as etapas a serem seguidas...

Dada a essa falta que via no meu trabalho de campo, busquei por arcabouços teóricos, adiantando as discussões que poderia fazer. Meu primeiro escrito de qualificação apresenta diversos autores, entre pensadores do direito à cidade da arquitetura e filosofia, dos conceitos de território e lugar na geografia, e outros da psicologia ambiental. Por uma devolutiva da banca, percebi que de fato a escrita não estava autoral, e talvez não pudesse estar, já que o que me motivava (e motiva) a realizar a pesquisa era minha experiência prática com o campo temático, não propriamente uma inquietude teórica.

Nessa esteira, retomar o trabalho que realizávamos no Moinho da Luz atualizou e reorganizou minha “relação” com o mestrado. Por quê? Pois a distância entre mim e os adolescentes em situação de rua que dizia estudar parecia grande demais no momento do mestrado, o que me permitiria dizer muito pouco “sobre eles”, algo que havia inicialmente planejado estudar. Aliás, dizer *sobre* eles passou a ser uma questão incômoda, porque a relação de dizer *sobre o outro*, que implica uma postura de distanciamento, parecia se agravar gradualmente mais e mais.

Partindo do convívio tão tenso e instigante ao nível do corpo que vivi no Moinho, que até me fez adiar os planos de mestrado e de trocar o tema de interesse que planejava na época – que antes eram as pessoas privadas de liberdade –, passei por fases graduais de distanciamento em relação ao campo: lembro do primeiro distanciamento como os meses finais do trabalho do Moinho, os quais passei lidando

apenas com documentos e pastas, além de uma situação de adoecimento quanto ao trabalho que realizava; vieram então alguns meses de afastamento da cidade de São Paulo, no interstício entre a finalização do trabalho no Moinho e o início do mestrado; com o novo propósito de retornar à universidade, iniciei buscas bibliográficas sobre essas crianças e adolescentes, por meio de palavras-chave, enquanto escrevia meu projeto de pesquisa. Foi um momento de um exercício de alteridade em relação à minha própria experiência, o de procurar enxergar essa população por meio de ópticas diferentes ao tentar cercar o tema no plano teórico, como, por exemplo, buscando por definições e dados sociodemográficos; por uma “questão metodológica”, optei pelo recorte do universo de crianças e adolescentes que atendia para apenas *adolescentes*; com o início do mestrado, tornou-se comum a repetição dessas palavras-chave como forma de apresentar simplificada-meu projeto, até culminar no uso de siglas que facilitassem a escrita, como CASRua... *voilà*, um processo de transformação de sujeitos, medos, angústias, curiosidades, vontade de transformação, indignação em poucas palavras, em escrita desmotivada, vaga.

Mas retomar como, se possuo poucos registros da época? Confiar na memória? Uma maneira simples, que me remete àquele *lugar*, no sentido forte do termo como apresentado por Devine-Wright e Clayton (2010), enquanto um produto dos processos psicossociais de apropriação, identificação e apego, que compreende os significados próprios atribuídos por um indivíduo ou grupo, tornando-se assim um *local único*, é recordar dos cheiros.

Meu trajeto era ir de casa ao metrô Butantã, atravessar confortavelmente no ar-condicionado, geralmente sentada, a linha amarela. Depois deste intervalo em que não estava em lugar algum, apenas no cosmos do transporte subterrâneo, descia do trem e ia recobrando o sentido de espacialidade. Tinha que subir dois grandes lances de escada, entre eles passando pela barraca de tapioca, para chegar à catraca. Após alguns meses de habituação, entrava naturalmente no vagão que me deixaria mais próxima às escadas rolantes.

Hoje, ao passar pela estação da Luz, tenho um sentimento nostálgico, porque essa estação fez parte de todos os dias em que fui trabalhar, e era como um entremundos. Entre a catraca e a rua, enquanto subia os dois lances de escada finais, a temperatura, os barulhos e os odores da Avenida Cásper Líbero começavam a me ambientar. A luminosidade quase sempre me incomodava, e a sensação durante a

caminhada até a Rua Mauá, 38, era de muita aridez. A memória é de um calor intenso, desprotegido do sol, porque podia contar em uma mão as pouquíssimas árvores do trajeto. A aridez vinha também das cenas que via. Sempre várias prostitutas se encontravam próximas à entrada do metrô e do trem, muitas mal arrumadas, em vestidos curtos, cabelos despenteados, enquanto outros trabalhadores passavam a pé ou de bicicleta pelas largas calçadas. O cheiro de lixo azedo que vinha das calçadas era uma constante, e por vezes, identificava as poças de chorume e dos aglomerados de lixo das quais tinha que desviar. O cheiro do “churrasquinho grego”, logo na esquina, deixou de revirar o estômago com o tempo, mas era sempre alvo de piadas entre nós no Moinho, que fazíamos apostas para que o outro tivesse que pagar comendo um daqueles lanches (R\$2,00 lanche mais suco). De pronto percebi algo que me tomou algum tempo para minimamente me acostumar, o fato de que, por meio do meu corpo, cresci e fui socializada de tal maneira a sentir o que sentia, ao ver essas cenas, ao inalar os odores, ao ouvir os sons da rua.

Não me lembro de ter usado um sapato mais aberto do que um tênis para trabalhar. No começo era um nojo escrachado, em que pensava se as solas do meu sapato não estavam finas demais e permitiram que entrasse a imundice em mim.

Peço licença para expressar sensações de campo que, por parecerem feias, e que certamente me causam vergonha frente às humanidades que deixei (e por vezes ainda deixo) de reconhecer nessas cenas, por entre sentimentos moralistas e higienistas, exprimem as contradições existentes. Contudo, fundamentais de serem compreendidas como operantes em nosso exercício de pesquisa. Descrever como se vive a rua não comporta escamoteamentos, e a sinceridade quanto às impressões estigmatizantes, moralistas, assustadoras, repelidoras, ou ainda de idealização, é uma maneira de contar sobre a rua em si, a rua que construímos socialmente, a rua que existe em nós. Estar em condição de pesquisa na rua, ou qualquer outra que exija uma aproximação, passa pelas ambiguidades postas, da repulsa e atração simultâneas, do medo e do fascínio constantes.

Chegando ao trabalho, a rotina da casa demandava uma organização. Abríamos com a distribuição de chocolate quente, chá e pão para os meninos às 9h, e muitas vezes eles já estavam no portão esperando pelos primeiros educadores para entrar. O cheiro de café coado já rondava o espaço, e Su, a dona da cozinha, já

começava a preparar os lanches da manhã. Havia o combinado de apenas abriremos a casa para os meninos quando dois educadores, além da equipe de limpeza e cozinha, tivessem chegado.

A manhã era preenchida por banhos e atividades e atendimentos mais individualizados, ou em pequenos grupos. O movimento costumava ser menor em relação ao período da tarde, dado que muitos dos jovens acordavam tarde, já que quase não dormiam a noite, por motivos de festa, uso de drogas, e/ou como estratégia de alerta contra a insegurança da rua, que não permite sonos tranquilos.

Às 11h, uma segunda leva de educadores chegava. A princípio, havia o esforço de realizar uma reunião de equipe (a mini-equipe), para que as pessoas dos diferentes turnos passassem informações, discutissem os casos, fizessem parcerias nos atendimentos etc. Ao meio-dia, o horário de almoço começava para os que haviam chegado no primeiro horário, seguido dos educadores das 11h. Começavam os cheiros de marmitas esquentadas, e a comparação entre o que conseguíamos trazer de casa.

O almoço dependia muito do movimento da casa. Se estava cheia, às vezes os horários eram adiados e não podíamos cumprir uma hora inteira. Se estava vazia, não precisávamos ser tão rígidos pela divisão em turnos, e muitas vezes saíamos do Moinho para almoçar nos arredores. O almoço era um acordo de gentileza entre nós, trabalhadores, pois este horário não era previsto no contrato de parte da equipe que realizava o cronograma de trabalhar seis dias seguidos e folgar outros dois (a equipe 6 por 2, como chamada).

Muito por conta disso, havia em geral maior afinidade entre os educadores que cumpriam o mesmo horário. E também algumas desavenças menores, quando uns não cumpriam o horário de almoço e deixavam outros esperando com fome ou atendendo a vários meninos sem suporte. Porém, de maneira geral, a rotina era levada com base na solidariedade, entendendo o trabalho como coletivo, em que todos dependiam de todos – para o lanche, para “segurar” a casa enquanto outro fazia um atendimento, no próprio Moinho ou fora dele.

Para os meninos não havia horário de almoço. O serviço não recebia verba para refeições, apenas para lanches. Assim, uma rodada de lanches era distribuída pela manhã, por volta das 11h, e outra no meio da tarde, aproximadamente às 15h30, para que das 16h às 17h, hora que a primeira leva de trabalhadores ia embora,

acontecesse a segunda mini-equipe. Como os educadores, por conta da reunião, ficavam reunidos dentro da sala da equipe, isto é, não disponíveis para atendimentos, encostávamos os portões, como indicativo de que não iríamos iniciar nenhum atendimento àquela hora. Às 17h, a segunda equipe ficava em modo de plantão até às 19h para acompanhar eventuais encaminhamentos para a rede de serviços, em geral para abrigos.

As tarefas da casa podiam ser divididas entre intelectuais e braçais. Nós mesmos conseguíamos dividi-las assim, quando passamos a reparar que elas não eram divididas igualmente entre os educadores, mas que uns se ausentavam das tarefas mais mecânicas e se guardavam o benefício de permanecer nas suas “especialidades”, ou nas atividades entendidas como atendimentos.

Ajudar com os lanches (os sucos eram naturais, os lanches feitos na hora, e frutas lavadas eram o acompanhamento) era uma tarefa braçal, e a seguinte, distribuir os lanches, também. Equilibrar a jarra de suco fresco, os lanches em bandejas improvisadas (às vezes, cheios de molho de tomate, calcule-se a probabilidade de um desastre!), driblar a própria fome que ia despertando. Não só isso, era também um posto de tensão, pois em dias cheios, perdíamos as contas e se esquecêssemos quem já tinha ganhado ou não o lanche, poderia haver brigas sérias (Fulano ganhou dois lanches, eu também quero!, Ele ganhou mais suco que eu, Pô, tia, não como desde ontem, Ele disse que dá o dele pra mim). Algumas cenas são memoráveis, como quando celebramos o aniversário de Pedro, em torno de uma mesa arrumada com toalha, frutas, doces, pipoca e música, ou quando o educador com as bandejas de lanche era atacado, ou os meninos jogavam lanche um nos outros. Era preciso muita comunicação, entre quem contava quantos lanches seriam, e quem iria dar os sucos e os lanches, para que a distribuição fosse justa e não acabasse em conflitos.

Lembro de me sentir com muita raiva quando os meninos me enganavam, mentindo sobre não terem ganhado lanche ainda, ou quando atacavam a bandeja, causando confusão. Mas como exigir muita ordem onde a fome está presente? Como pedir tal rotina para eles, que dependem tanto das intempéries da cidade para sua sobrevivência, que não estão necessariamente sob a égide do relógio?

Outra função indispensável do serviço, tanto porque era prevista pelo contrato, quanto porque fazia parte de nossa atuação clínico-pedagógica, era o banho.

### 3.2. O ritual de limpeza da rua: o banho como passagem

Gabriel, 15 anos e educadora, 22 anos

E: E aí, como é tomar banho?

G: Banho é muito bom, é a melhor coisa. Pra você não é? Porque fica perguntando? É porque não deve tomar!

E: Não, é que pra mim não é a melhor coisa.

G: Pra gente da rua, poder trocar de roupa, se limpar, não ficar lá só usando droga... fazer um corre pra tomar banho, pra uma alimentação, é muito bom.

Fico mais leve, dá uma leveza

E abana os braços como se fossem asas.

(Diário de campo como educadora no Moinho da Luz, 13 de novembro de 2016)

O corredor no qual se concentravam as salas da casa era o mais populoso de todo o território do Moinho tanto de adolescentes quanto de funcionários - contava ainda com um espaço de horta, uma quadra, a sombra fresca de uma grande mangueira (nosso ar condicionado), e o “redondo”, um espaço coberto em que realizávamos atividades. E era na porta do banheiro onde ocorriam das muitas atividades e ocorrências da casa. Esse era, certamente, o espaço mais disputado da casa pelos atendidos, principalmente no período da tarde. Era, como passamos a perceber com o tempo, um espaço evitado pela própria equipe, que demandava a criação de esquema de rodízio entre nós, ou corria o risco de a tarefa ficar para os mais corajosos.



Figura 9. A fila na “zona do banho”. Fonte: Everton Barbosa.

Na “zona do banho”, aproveitando da ambiguidade do termo, ganhavam cenário conversas com novos e antigos meninos e meninas atendidos, conversas entre eles mesmos – conhecidos ou não, cantorias, pinturas, descanso, filas (e furações de fila) e situações mais tensas, como brigas, ameaças e desentendimentos. Era também lugar para Jonatan, por exemplo, que prestes a fazer 18 anos, morava em um prédio ocupado que não possuía água encanada, e passava todos os dias no Moinho pela manhã, quase que religiosamente no mesmo horário, para se arrumar, lavar suas roupas e então partir para seus *corres*.

Xampu e sabonete unitários, e toalhas lavadas todos os dias, como os de hotel. A comparação com um hotel vem não pelo luxo de se poder ter um sabonete e toalha por dia, mas no desconforto de não ter algo seu para usar todos os dias, o desconforto de ter que dormir fora de casa em cama desconhecida, do sono leve de quem fica alerta em um local desconhecido, e do nojo que pode acometer ao usar um banheiro de histórico desconhecido. As toalhas até diziam isso, quando começaram a sumir. Os jovens estavam levando-as embora, mesmo que não fossem lavadas, para que fossem usadas só por eles. O propósito declarado era o de não transferir doenças através do uso comum desses objetos, como quando uma menina com uma alergia de pele não diagnosticada passou a frequentar o espaço, e todos, tanto os

adolescentes quanto os educadores, pediram para que sua toalha fosse logo jogada fora.

Sobre o uso comum: preconizava-se a divisão entre meninos e meninas na hora do banho, para evitar brigas entre casais e possíveis relações sexuais, além de permitir maior conforto, já que o banho era coletivo dependendo da demanda (havia três chuveiros com água quente e um com água fria). A coletividade do banho diz sobre como a vivência dos grupos atendidos é intensa: identificávamos os grupos dependendo de que região vinham, se dormiam na mesma maloca, e assim passavam a maior parte do tempo juntos, ou se mesmo que trocassem de grupo por motivo de briga ou porque o anterior foi desmanchado, logo se incluíam em um novo. O banho era mais uma dessas vivências, e ficava visível quando era um grupo de meninas: todas entravam no chuveiro ao mesmo tempo, trocavam de roupa juntas, emprestavam peças umas para as outras, dividiam cremes de pele e de cabelo, perfumes, maquiagem...

A limpeza e aparência eram marcadores da diferenciação trazidos à tona pelos próprios adolescentes quanto à questão da origem do grupo, ou melhor, onde frequentavam com maior assiduidade. Termos como “capitão sujeira”, “porquinho”, “cascudo” apareciam em brincadeiras. Outros explicitamente pretendiam marcar uma discriminação: os grupos vindos da Paulista não gostavam de fazer contato com outros jovens que frequentavam a Cracolândia, chamando-os de “nóia” ou “cracudo”. Os meninos da Paulista, usando do investimento pessoal com a higiene que faziam, diziam que os “nóias” não se cuidavam, não se limpavam, não saiam do uso de drogas para pedir ou conseguir dinheiro para comprar roupas novas, e que, em suma, não buscavam coisas melhores para si.

De fato, era notável a diferença na hora do banho: estes grupos da Paulista, por estarem mais expostos e dependerem da mendicância nessa avenida muito concorrida, travavam conversas mais estruturadas, vestiam-se e compravam roupas para estarem melhor apresentáveis, e assim, preconizavam o banho no Moinho. Jovens que permaneciam no fluxo da Cracolândia, que curiosamente em geral não se apresentavam em grupos, procuravam o local principalmente pelos lanches e para dormirem de maneira mais tranquila, protegidos pela pausa que o espaço oferecia em relação à rua; também tomavam banho, ainda que não com tanta frequência, mas não

apresentavam os outros rituais de cuidado com a roupa, ou mantinham pertences próprios de higiene pessoal.

Cito um episódio, no qual um adolescente que frequentava a Cracolândia, visto pela equipe como um dos casos mais complexos, se negava a entrar no banho. Chegava sempre sob efeito de drogas, muito difícil de ser acessado. Com o investimento dos educadores, Tiago passou a frequentar o espaço por mais tempo, e passou a conversar cada vez mais, trazendo um pouco de sua história e de vontades, além de seu lado adolescente, que desejava sair com garotas e ser notado. O progresso foi notado e comemorado com muito orgulho pela equipe no dia em que Tiago aceitou entrar no banho e trocar de roupa.

Parte da limpeza da rua também era a lavagem de tênis, chinelos, bonés e roupas, às vezes dentro do box, às vezes no chão próximo à caixa d'água, com uma mangueira. Também criavam jeitos e cuidados para a secagem da roupa, como colocar a peça enrolada por uma toalha e torcer bem, em duplas, ou colocar nos locais mais altos das grades da quadra ou da caixa d'água para secar e para não serem roubados.

O banho, quando perguntei o sentido à equipe, era uma incógnita em um primeiro momento. A pergunta fazia refletir, e então a resposta foi de que era uma forma de *dignificar*. De poder oferecer algo que todos tínhamos todos os dias, mas que dessas crianças foi tirado o direito (ou nunca foi ofertado). Na convivência desse espaço, via-se como era significativo o banho: antes do lanche, ou de uma conversa, que tal um banho? Para que desconectassem um pouco da rua e habitassem este outro sítio, no qual as vivências de violências e degradação não seriam replicadas, que tal um banho? E como era importante para a atuação dos educadores que os meninos se descolassem minimamente do circuito da rua e que não fossem confundidos com os adultos das ruas, pois “fora” eles significavam abusos, autoridades repressoras e violentas que tiravam suas liberdades e possibilidades de existir...

Uma outra resposta foi de que tomar um banho permitia com que os meninos pudessem entrar em um banco. Um banco? Pode parecer um exemplo esdrúxulo, mas poderia ser entrar no Poupatempo tirar documentos, ou em lugares em que quisessem acessar para comer, se divertir, estudar, receber atendimento de saúde... A apresentação pessoal, a limpeza aparente, é o que tira um pouco a condição de

rua, é a condição primeira de ser aceito. A estigmatização pelo olhar é automática, é utilizada pelos próprios trabalhadores para saber quem devem atender.

O cuidado com a dimensão simbólica do corpo recobra uma das sensações primeiras que me arrebatavam, provavelmente antes mesmo das trazidas pelo olhar. Os odores, aromas, fedores.

Os cheiros podem ser repelentes, implicando em reações despercebidas de afastamento. Ao mesmo passo, podem também nos fazer lembrar de que precisamos nos deixar sensibilizar. As reflexões construídas com base dos sentidos da memória apresentadas fizeram-me compreender que o uso do termo “invisibilidade” em referência à situação da população de rua, no par visível-invisível, traz um impasse: na realidade, o sentido da visão capta os corpos escondidos por papelão e cobertores de fiapos nas calçadas, nos faz desviar de meninos negros com andar rápido, nos lembra de evitar o olhar da mãe que pede uma lata de leite, às vezes nos fazem chorar ao ver uma criança pedindo por comida... Portanto, são visíveis. Mas, e o que vem depois?

Propomos o uso da chave sensível-insensível, pois tem maior possibilidade de convocar ao pensamento sobre qual a parte que nos cabe, qual a dimensão do que nos toca, e fazer pensar sobre como um sujeito encontrar nas ruas sua forma de sobreviver é um fenômeno que diz sobre nós, sobre o comum que nos une, nossas estruturas sociais. Os olhos podem ver e ainda nada ser feito, porque não traz a dimensão da corresponsabilização por aquela situação de violação de direitos. A sensibilização exige uma postura, é um segundo passo.

Os cheiros, fragmentos tão importantes da rotina, que se relacionam a memórias e que criam outras, que criam relações entre contextos e pessoas, que alertam sobre o redor, que trazem nostalgia, um sorriso ao rosto ou alguma seriedade. O cheiro, que no Moinho era uma estimulação marcante constante, do momento em que saía da estação do metrô em direção ao trabalho, até os contatos com os meninos, a proximidade e intimidade com eles, o cheiro que deixavam em mim, na casa, nas roupas e toalhas, no banheiro que utilizavam, e a transformação dos cheiros que o banho queria provocar, como uma medida de dignidade. O cheiro do café passado, o cheiro do álcool gel, do creme de cabelo, dos colchões sujos, de um cobertor abandonado, de uma sacola cheia de roupas molhadas esquecida e

mofadas, do sabão que pediam emprestado para lavar suas roupas, as que iam embora secando no próprio corpo.

O contato com esses cheiros diferenciava as funções dos educadores no Moinho, pois dizia da disponibilidade de cada um de nós. O grau e a natureza do cheiro dos meninos que os diferenciavam também, dizendo de onde vinham, há quanto tempo haviam dormido em um lugar razoável e podido usar um banheiro decente, e se eles buscavam o banho, e a depender da troca de roupas, do cuidado com a higiene pessoal, dizia também dos locais que frequentavam, da estruturação de rotina que tinham...O olfato parecia como uma forma mais instintiva de invadir, de se fazer conectar com o ambiente. De fazer querer vomitar ou afastar, mas logo em seguida, de fazer estremecer e retomar a importância justamente de tocar, de abraçar, de limpar, de aproximar o cheiro, e lembrar que são crianças, que são pessoas como nós. Que os cheiros, assim como as estigmatizações, estão sobre nossos corpos, nem sempre correspondem, e na verdade, são um convite para buscar outros *sentidos* (e significações).

*Rafinha, menino de uma ocupação de moradia da região, aproximadamente com sete anos, vinha ao espaço e fazia cenas para chamar a atenção dos educadores: subia no portão, na árvore, entrava na sala dos educadores para pegar o que visse na frente, subia no corrimão do corredor, subia nos próprios educadores. Em geral, a chamada de atenção acabava em carinho, com alguém tirando Rafinha no colo. Por muitas vezes, uma cena se repetia ao final do dia: apesar de frequentar o Moinho apenas às terças, num combinado do serviço de que as crianças de ocupação era atendidas apenas uma vez por semana, Rafinha aparecia ao portão do serviços em vários outros dias, fosse para pegar manga, pedir um gelinho, perguntar alguma coisa ou... pedir para lavar os pés.*

*Geralmente, estava brincando pela rua ou em alguma oficina em um projeto voluntário próximo à casa do Moinho, e antes de voltar para casa, o menino gritava pelo portão fechado, quando já estávamos no horário de plantão "Oh, tia! Oh, tia! Posso lavar meu pé? Eu tô de chinelo, tá muito sujo! É rapidinho! Preciso muito lavar meu pé!!!". Muitas das vezes, deixávamos. Não sabíamos se era pelo carinho, por estar em contato conosco, se porque levava algum tipo de represália caso chegasse sujo em casa. A parte mais especial deste ritual de Rafinha era pedir para que nós,*

*educadores, esfregássemos e enxaguássemos seus pés e chinelos. Lembro de querer fugir desta tarefa, por não querer lavar com as mãos e um pequeno sabonete seus pezinhos imundos, da mesma forma como fugíamos durante o dia ao ver as crianças mais novas entrando no banheiro, pois iriam certamente precisar de ajuda para se limpar.*

*Em um dos dias, a repulsa da sujeira foi atravessada pela curiosidade. Fui atendê-lo, e com a insistência de que eu mesma lavasse seus pés, mesmo após já ter oferecido a torneira e um sabão, consenti com o pedido. Ao ver sua expressão de satisfação, enquanto apoiava sua mãozinha em meu ombro, senti-me remetida ali ao papel de mãe, ou do responsável, do qual esperamos as ordens para que nos lavemos e comportemos expressas, em geral, com afeto e cuidado. O banho é um cuidado. Um cuidado com o corpo que precisa de saúde e de toque, que precisa descolar-se um pouco do que é ser a figura suja, um corpo que demanda sensibilidade apesar de todo o calejamento que a vivência de rua acaba por criar.*

*Qual o significado de pedir para limpar os pés, quando todo o resto do corpo estava sujo? O que Rafinha queria pedindo para entrar no serviço já fechado ao atendimento, seria uma forma de se sentir exclusivo? Por que fazia questão de receber a lavagem de um de nós, seria um carinho o esfregar dos pés? Seria um retorno ao sensível que os calinhos pretos de sujeira escondiam?*

#### **4. RUALIZAÇÃO**

No interior de São Paulo onde cresci, primeiramente, a rua era lugar onde se andava acompanhada, onde não se atravessava sem dar a mão. Morava em um dos únicos prédios da cidade, de maneira que a rua não era lugar de brincar. Mas para andar de carro, ou para olhar da sacada da casa da minha avó, vendo o comércio ou os blocos de carnaval passarem.

Quando mais velha, estudando no período da manhã, a rua era maior independência, porque ia sozinha, ainda que um caminho só, de casa para a escola e vice-versa, com um máximo desvio para a praça em frente ao colégio ou até a casa da minha avó. A ida era de muito sono e de um frescor de primeira manhã, que parecia tão puro, de uma nostalgia que ainda busco sentir pelas bandas da capital. Na volta, era de fome de almoço.

Na realidade, era mais uma criança de estrada, e viajava sempre para visitar meu pai em outra cidade do interior, ou meus avós paternos na capital. Lembro bem

que ao ir a São Paulo, duas eram as sensações impressionantes que me recepcionavam entre o rápido descer do carro e o entrar na casa: um clima sempre cinzento, chuvoso, sombrio e gelado, e um cheiro estranho nas calçadas que só sentia ali – que com os anos deduzi ser a mistura de cocô de cachorro e gás encanado.

Ao ficar mais velha, a rua em Porto Feliz passou a ser só o trajeto entre os lugares, onde eventualmente parava para cumprimentar um conhecido ou outro, ou bater perna, como dizemos, para resolver assuntos no centro da cidade. Não tinha mais o sentar no banco da praça, e encontrar as amigas era nas próprias casas ou no condomínio de casas, onde fui morar depois de alguns anos. No condomínio, cercado por muros e cercas elétricas, e guardas vigias, aconteciam as conversas na garagem, andar de bicicleta, os encontrinhos com paqueras, e as festas no parquinho da área de lazer.

Mas confesso que fora dali, era como se a cidade já tivesse sido decorada. Se aparecia (o uso do pretérito aqui apenas por hábito, porque isso ainda acontece) um novo comércio, ou colocavam um radar novo em alguma rua, era novidade por poucos dias, até que todo mundo já tivesse ido conferir ou avisado para os conhecidos diminuïrem a velocidade naquele exato trecho. Passar pela cidade era pelos trajetos de sempre, e assim todos os amigos de fora que levei para conhecer a cidade devem conhecer as mesmas vias, do bairro do Bambu ao Último Gole.

Então me mudei para São Paulo, escolhendo morar mais próximo da grande cidade (universitária). Durante anos, suas ruas foram as que eu mais percorri. Os caminhos entre as aulas dos diversos institutos, para outras faculdades, não eram problemas, além da dificuldade de localizá-los. Quando era para voltar para casa, era sempre muita pressa, uma questão de ultrapassar o obstáculo que me separava de casa, o lugar seguro que fui criando ao longo dos anos com ajuda de amigas queridas. Era muito feliz quando era época do horário de verão, porque não precisava sair correndo da faculdade com medo de andar pela Avenida Jaguaré, e enfrentar sua poluição, a falta de pedestres e o excesso de fábricas. Lembro do corredor de vento que fazia na avenida, que por segundos refrescava, e logo em seguida se fazia notar que era intoxicante, na verdade, de fumaça dos caminhões, assomado às sensações desagradáveis de se estar debaixo do sol árido e em cima do asfalto.

No transporte público, que dava acesso à grande cidade (de verdade), aprendi a não usar saia ou roupa mais curta (fosse por acabar grudada de suor no banco, ou

por me sentir mal com os olhares alheios invasivos) e a andar com a mochila na frente do corpo. Aliás, sempre mochila, para evitar assaltos. E tênis, porque nunca se sabe o clima do dia, mas porque era uma forma de evitar poças, calçadas irregulares, vidros quebrados, a sujeira... sempre invejei os colegas que iam de chinelos para aula, que transpareciam ter despreocupação e segurança sobre a preparação dos pés (ou de todo o corpo) para sair às ruas.

Quando iniciei meu percurso de mestrado, também me mudei para um bairro mais próximo ao centro da cidade, passando a ter mais intimidade com os espaços para fora de casa, ou da casa institucional, a cidade universitária. O andar e os acontecimentos da cidade passaram a fazer parte do meu cotidiano – fosse porque eles ocorriam nas mesmas ruas que eu percorria (como atividades culturais, manifestações políticas, cenas de violência, pessoas em mendicância...) ou porque eu poderia chegar até eles com maior facilidade – poderia andar até a Câmara Municipal, os Conselhos Tutelares, a Praça da Sé, locais de encontro de coletivos militantes etc. Além disso, ao morar mais próxima ao centro, passei a ter um bairro em volta. Pequenos comércios, bares, costureiras, açougue, oficina mecânica, porteiros conversando, pessoas mais velhas varrendo suas calçadas, taxistas tirando um cochilo à sombra dos pontos de embarque.

Maior intimidade que também proporcionou maior crueza. O receio de andar pela rua de alguma forma que me colocasse como inapropriada – fosse pelas roupas novamente, ou por portar algum objeto mais caro, ou alguma expressão que denunciasse fragilidade ou abertura – já sentia há algum tempo. Contudo, havia uma forte sensação de que a cidade e seu caos estavam me invadindo. Sem os intermediadores – os meios de transporte-cápsula –, que magicamente levam de uma estação a outra do lado oposto da cidade, ou que permitem fechar as janelas, ligar o rádio e desligar do lado de fora, pude ter, por exemplo, a experiência de encontrar um dos jovens que conheci no Moinho da Luz agora numa tentativa de assalto por parte dele.

Depois de minha experiência como trabalhadora na região da Luz, tive que ressignificar as sensações contraditórias que esse deslocamento de lógica espaço-temporal causavam, como um meio de lidar e me conectar com o território. Uma cena vivida com minha irmã caçula me deu pistas do que a rua, em especial a de São Paulo, e o andar a pé pelos bairros mais próximos ao centro significavam para mim.

Em uma das visitas de férias que me fez, resolvi desafiá-la a fazer passeios a pé. Tendo nascido e sendo criada no interior também, entre a cidade e o sítio, sabia que tinha medo de São Paulo, e que tinha o hábito ainda mais esparso que eu quando criança de andar a pé, sem os benditos mediadores. Enquanto andávamos, parecia tensa, atenta com o que pudesse se aproximar, e calada, respondendo muito contrariada. Ficava andando de encontro comigo, me empurrando. Quando passamos por uma pessoa que dormia na calçada, fez uma grande volta para evitá-la. Lembrei de quando me disse que havia uma “praça dos mendigos” em sua cidade, a qual era “nojenta”. Estava irritada por eu estar fazendo com que estivesse ali. Estava com nojo e assustada. De alguma maneira, o medo que minha irmã imprimia ao apertar minha mão andando na rua era algo que reverberava em mim

Onde cresci não havia moradores de rua, mas os “loucos de rua”. Moradores de rua são desconhecidos, já os loucos tinham apelidos, eram reconhecidos por seus hábitos, e eram, de alguma maneira, incorporados à dinâmica da cidade - alguns estabelecimentos doavam refeições com regularidade, as pessoas notavam caso a pessoa estivesse doente ou estivesse sumida, ou eram lembradas como parte do folclore da cidade.

Em São Paulo, após me aproximar do trabalho junto à população em situação de rua, os moradores de rua tornaram-se uma questão profissional, de atendimento direto e de crítica social, e com o tempo, tornou-se uma perspectiva de ser e estar. O objeto de pesquisa, a situação de rua, estava o tempo todo se fazendo presente. Concomitantemente, estava se fazendo presente porque passei a me entender como parte do que conforma a experiência dessas pessoas também.

A rua modula nosso cotidiano, nossas relações, pois ela se faz presente ainda que como o elemento negativo, o não lugar, a via de passagem, a ser evitado, o perigoso, o oposto da casa. A rua é um lugar de referência, sobre a qual cada um de nós tece representações simbólicas e que conformam nossas relações psicossociais. Não é preciso que se diga exatamente o que é a rua, ou o que queremos dizer quando falamos “morador de rua”, “criança de rua”, “pessoa em situação de rua”. O “de rua” conjuga por si uma série de significados e representações, algumas compartilhadas – como a de que esse seria um último estágio de vulnerabilidade, de exclusão e marginalização da sociedade.

O elemento da rua, nos contextos urbanos em que se insere, é, num primeiro momento, sinônimo de vias de acesso, espaço de trânsito entre um lugar e outro, é para passagem e não para se ater. É tida como lugar de insegurança, de medo e de violência, da velocidade, do caótico. É até mesmo um lugar a ser extinguido, como para Le Corbusier (1989). Contudo, como esperamos estar evidente a essa altura, a rua não é um entre-lugares, apenas. A rua é uma forma de sociabilidade, uma experiência, e desempenha diversas funções e simbologias, tão diversas quanto os atores que nela convivem.

Outra das primeiras relações feitas para se descrever ou aproximar de uma definição do que é a *rua* remete a uma oposição ao espaço *casa*, desenvolvida pelo sociólogo Roberto Da Matta (1997), que propõe a casa e a rua como esferas de sentido na sociedade brasileira, “um par estrutural que é constituído e constituinte na própria dinâmica de sua relação” (p.16). O espaço da casa é moralmente o da hospitalidade, do carinho, do calor humano, um lugar de iguais onde somos “supercidadãos”. Já a rua figura como espaço do impessoal, do desumano, onde somos “subcidadãos”. Esta cisão entre as duas esferas é representada por expressões como “vá para o olho da rua!”, que denotam um rompimento com um grupo social. O binômio casa-rua propõe a reflexão sobre as contradições que a rua abarca, pois, ao passo que é um espaço de estigmas, é também lugar constituinte da sociabilidade brasileira.

A rua é cenário de cotidianos balés de calçada e seus dançarinos desavisados (JACOBS, 2011), e também de manifestações (e repressões) políticas de grupos articulados e multidões inconformadas; é “caminho público em uma cidade, vila etc., ladeado por casas, prédios ou muros” em sentido estrito (Dicionário Michaelis Online<sup>1</sup>), ou ainda, figurativamente, “conjunto de indivíduos que pertencem à camada menos favorecida da sociedade; plebe, ralé”; é objeto inanimado, asfalto, selva de pedra, ou ainda sujeito, quando Gógol (2013) retrata a Avenida Niévski como sua musa.

A partir do olhar da antropologia urbana, Magnani (2009) aponta como a rua desperta o olhar antropológico por oferecer o encontro com o desconhecido, a troca com o diferente, e o reconhecimento entre semelhantes. Apesar da sensação de

---

<sup>1</sup> Dicionário Michaelis Online. <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/rua/>>

desordem e caos, o autor defende que há regularidades a serem desveladas se observarmos do prisma *de perto e de dentro*, a partir da cotidianidade, do contato direto com os atores da cena urbana e com descrições pormenorizadas, que contando com uma postura também de distanciamento e estranhamento, podem revelar unidades de significado entre os elementos observados.

Sob um olhar histórico, Schuch e Gehlen (2012) retomam como o espaço público da rua torna-se um campo estratégico a partir da modernidade. A análise dos autores converge para uma perspectiva integrativa entre as esferas do urbano, da saúde, do poder biopolítico e da subjetividade:

Sabemos que, historicamente, no Ocidente, a partir da época moderna, a rua passa a ser um espaço importante a ser governado, e as políticas médico-sanitaristas e higiênicas se esforçam para esquadrihar espaços e privatizar e nuclearizar famílias; políticas de promoção de saúde, trabalho, educação e bem-estar passam a definir populações governáveis e disciplinar sujeitos (Ariés, 1981; Donzelot, 1980; Foucault, 1979). O urbanismo passou a constituir-se num saber-poder que visava ao remodelamento dos espaços; o higienismo da mesma forma enfatizava a profilaxia e a desagregação; a polícia, finalmente, tentava controlar desvios e incentivar a vigilância quanto aos comportamentos aceitáveis (Costa, 1983; Pechman, 2002). Novos problemas e autoridades para seu combate passaram a ser criados e, no que se refere às populações que teimavam em fazer da rua seu local de existência social, mesmo que temporariamente, um olhar de suspeita e anormalidade passou a se evidenciar. (p.14)

Nessa esteira, a ideia de se ter uma experiência de vida nas ruas tornou-se um problema social e urbano inaceitável (DE LUCCA, 2007 *apud* SCHUCH; GEHLEN, 2012), passando à concepção de rua como um espaço de passagem e trânsito, incompatível com a permanência e a existência social. Ainda conforme Schuch e Gehlen (2012), a rua – e os que nela tem seu lugar de sobrevivência – passa a ser conformada e valorada a partir do signo da normalidade, isso é, dos atributos hegemônicos vigentes do que se espera de um indivíduo regular.

Apesar da contradição que pode aparentemente representar, a rua pode ser morada, espaço de vida e sobrevivência. Estima-se que haja hoje no Brasil aproximadamente 101 mil pessoas sob a categoria denominada “situação de rua” (IPEA, 2016). De acordo com a pesquisa nacional do Ministério do Desenvolvimento

Social (2009) e o censo produzido pela FIPE (2009, 2015), a cidade de São Paulo concentra 28% dessa população. Para além de fonte de comida, outros recursos básicos, um papelão para dormir e acolhimento para situações de abandono e/ou rompimento, a rua pode figurar “como um espaço de relações sociais e simbólicas, as quais não se reduzem a um significado puramente pragmático de resposta a fins específicos (trabalho, dormitório etc.) ou respondem puramente a necessidades básicas de vida” (GEHLEN; SCHUCH, 2012, p.33).

O que significaria então alguém que é categorizado/a frente às outras pessoas e ao próprio governo, inclusive por vezes autointitulada, como “em situação de rua”? Se uma pessoa passa a ser identificada como “de rua”, isso faz com que o espaço da rua se transforme em uma questão para o campo da Psicologia?

#### 4.1. Qual interesse a Psicologia pode ter na rua?

Trago essas reflexões iniciais sobre o espaço da rua partindo da curiosidade levantada por agentes da rede de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua no centro de São Paulo, quando era orientadora socioeducativa de um ECCA na Luz: por diversas vezes e a partir de diferentes relatos, ouvi que existem perfis característicos conforme a região em que esses adolescentes e jovens se instalavam (entre elas Cracolândia, Praça da Sé, Avenida Paulista e Vale do Anhangabaú). A citar, os meninos abordados na Cracolândia, ou que vinham de lá até o ECCA, se apresentavam em geral mais quietos, raramente em grupos, mais sujos, e em condições de saúde mais precárias que grupos vindos da Avenida Paulista. Estes outros, em geral, compareciam ao espaço com maior frequência para hábitos de higiene, como banho e lavagem de roupas, e com discursos mais articulados e mais dispostos à interação com os educadores.

A marca dos territórios da rua no comportamento dos meninos era, assim, algo apontado por outros educadores mais antigos, bem como a mobilidade constante. As estratégias de trabalho baseadas em perímetros de atuação estavam ligadas às regiões que eles mais frequentavam, e a outros elementos urbanos que influenciavam a dinâmica da rua, como obras de revitalização, ação policial mais ou menos ostensiva, abertura ou fechamento de serviços, movimento do comércio etc.

Como relatado por Gregori (2000) sobre uma pesquisa etnográfica com os “meninos de rua” na década de 1990, um aspecto da rua que marca suas rotinas

exemplarmente é a constante circulação, que inclui a passagem por suas casas, instituições de acolhimento ou internação, e a rua. O conceito de viração, apresentado pela autora, designa “o ato de conquistar recursos para a sobrevivência” (p.31), esta de cunho material, simbólico e relacional. Sobreviver nas ruas é possivelmente se virar com bicos, mendicância, e pequenos furtos para arranjar dinheiro, mas é também a manipulação de “recursos simbólicos e ‘identificatórios’ para dialogar, comunicar e se posicionar” (p.31) com a cidade e seus diversos atores, tendo em vista que tais sobrevivências exigem um deslocamento espacial concomitante. De tal maneira que é na dialogicidade com os outros elementos e atores urbanos que exercem suas atividades de viração, usam e apropriam-se dos espaços urbanos e aprendem a lidar com as imagens com que eles próprios são representados.

No que tange ao aspecto territorial da viração, pode ser frutífero lembrar da contribuição de Haesbaert (2004), que aprofunda a noção de mudança entre o controle antes exercido sobre territórios mais definidos, que não contavam com as conexões e mobilidade existentes nas sociedades pós-modernas, e que passa a vigor sobre os “territórios-rede”, ou seja, sobre um dos elementos fundamentais da construção do território que é o fluxo, o movimento. Este é ingrediente fundamental no entendimento da vida destes jovens: não só fala da saída da casa e do bairro de origem, mas de uma característica de suas vivências, pois apresentam uma mobilidade (não a necessariamente prevista e possibilitada pelos transportes públicos) entre os bairros periféricos e o Centro, entre a Rua e outros espaços, e entre papéis sociais, reiteradamente.

A partir dessa perspectiva, que não corrobora com uma visão dicotômica entre o privado e o público, ou sobre uma relação moralista e unidirecional do movimento da casa para a rua, Roberto (2016) aponta em sua tese de doutorado que é possível discordar de que a casa guarda os aspectos de amizade, lealdade, e lugar de proteção frente o que representaria a rua – a malandragem, perigo, vadiagem, individualização. Quando partimos da vivência de pessoas em situação de rua, vemos que muitas vezes a função da casa é encontrada na rua, onde se formam vínculos de convivência e proteção, e de libertação de violências sofridas nos lares.

No sentido de tratar mais atentamente essa experiência da rua, a autora retoma o termo *rualização*, de Prates, Prates e Machado (2011), que nos amplia o olhar para uma vivência que não se dá a partir do momento em que o sujeito passa a dormir nas

ruas, e que se encerra em uma condição de vulnerabilidade homogênea e estigmatizante. O processo de rualização é, antes, um *continuum* de imbricação (PRATES; PRATES; MACHADO, 2011) com a rua,

Um movimento de aproximação e/ou vinculação com a rua, ou seja, não é um estado de 'ser de rua', mas sim um processo em que o espaço da rua torna-se uma referência para aquele indivíduo. É um processo que acontece gradativamente e que, se não for interrompido, acaba tornando-se a referência para o indivíduo na construção de sua identidade. (ROBERTO, 2016, p.190)

A autora faz a ressalva de que outros autores se utilizam do termo rualização como referência a pessoas em situação de rua, como Florentino (2006 *apud* ROBERTO, 2016), o qual conjuga sob o termo o processo próprio de rompimento com a família de origem, e uma compreensão de um processo cíclico de estada na rua, volta para casa e retorno para a situação de rua, que não é rompido devida à lacuna de políticas públicas eficazes.

Trazido esse conceito, e enveredando pela proposta de Prates, Prates e Machado (2011), é possível afirmar a relevância do processo de rualização para a área da Psicologia. Como uma maneira ampla de descrever o movimento de aproximação com a rua, caberiam ainda abordagens diversas de interpretação sobre o fenômeno a partir de teorias psicológicas. No presente estudo, propomo-nos a compreendê-lo com base no campo de saber da Psicologia Ambiental – e sua abertura a contribuições interdisciplinares – como apresentado a seguir. No mais, uma proposta que objetiva abranger o fenômeno da rualização para dentro das dimensões histórica, cultural, econômica e sociais, e, por meio dessa compreensão, vislumbrar possíveis intervenções.

#### 4.2. O que a Psicologia, em especial a Ambiental, tem a contribuir?

Discussões quanto às interações pessoa-ambiente são propostas por diversas áreas do conhecimento, a citar, o planejamento urbano, a antropologia, a arquitetura e o urbanismo, a arte, a psicologia, a geografia, a biologia, a agronomia, entre outras. Na grande área da Psicologia, a Psicologia Ambiental se destaca como campo de estudo desta relação. Negligenciado pelos outros campos, o ambiente compreendido pela Psicologia Ambiental é um meio físico concreto, natural ou constituído e abarca condições sociais, políticas, econômicas, culturais e psicológicas. Tudo o que está

presente no ambiente, incluindo pessoas, o compõe. Assim, diferencia-se dos estudos tradicionais de Desenvolvimento Humano e da Psicologia Social, sendo ainda uma disciplina que abarca ambas.

Como apresentada por Stokols (1977), a Psicologia Ambiental diferenciou-se quanto às outras áreas de conhecimento na abordagem de temas como aprendizagem, cognição e personalidade ao integrar níveis molares e moleculares de análise, e ao apoiar-se sobre questões de relevância prática, seja na ordem social e/ou ecológica, com implicação na criação de políticas públicas de curto e longo prazo. Gunther & Rozestraten (2005) identificam ainda aspectos característicos da área como: a influência da Gestalt e uma proposta holística do par comportamento-ambiente, preconizando a relação de influência recíproca entre eles; um viés pela Psicologia Social, dado pelo cruzamento de temas e metodologias entre as duas áreas; a interdisciplinaridade, como forma de ampliar a percepção do mundo real sobre o qual se debruça, e o que acaba por exigir um aporte multi-metodológico; e por fim, uma postura integrativa de teoria e prática através do modelo de pesquisa-ação.

Uma contribuição importante do campo da Psicologia Ambiental versa especificamente sobre o ambiente urbano. Identidade social urbana é uma subestrutura da identidade social espacial, especificamente ligada ao ambiente urbano. Por exemplo, o conceito de identidade social urbana referencia-se na noção de identidade social. O segundo centra-se nos processos individuais, ao passo que o primeiro busca, por sua vez, focar em teorias explicativas baseadas nos grupos sociais.

Esse conceito abarca os processos de pertencimento a uma categoria urbana, como a uma região, um bairro, uma cidade, e que resulta em comportamentos, valores e emoções compartilhados por um grupo, sendo também consequência das interações simbólicas entre seus membros. Compreende, dessa forma, o imbricamento entre o sentimento de pertencimento a determinadas categorias sociais relacionadas a entornos urbanos significativos ao grupo social ao qual se identifica (MOURÃO; BOMFIM, 2011).

Outrossim, é um processo dinâmico e complexo, que se atualiza ao longo da vida dos sujeitos, de acordo com suas vivências e vinculações a espaços sócio físicos da cidade, e que envolve seis dimensões: territorial, temporal, psicossocial, social, de

conduta e ideológica, de acordo com Valera e Pol (1994 *apud* MOURÃO; BOMFIM, 2011).

De maneira sucinta, a dimensão territorial refere-se ao limite geográfico no qual o grupo se insere, e não necessariamente coincide com a delimitação administrativa, pois é fruto de construção social do coletivo. Usando o caso dos adolescentes em situação de rua da região central, poder-se-ia considerar o perímetro mais frequentado por eles, mas de maneira geral, a região central. A dimensão temporal, relativa à história e à construção de uma memória do grupo em relação a determinado entorno urbano, permite a seus indivíduos partilharem de um senso de continuidade, a partir de um passado ambiental comum. Apesar de não podermos afirmar a existência de uma memória e um sentimento de continuidade consciente pelos grupos de adolescentes, acabam por circular em regiões já frequentadas por crianças em situação de rua há décadas. A dimensão psicossocial, por sua vez, leva em conta a imagem que o grupo social possui de suas próprias características típicas relacionadas ao entorno. Novamente, não é possível afirmar o grupo de adolescente como um grupo social coeso, contudo, a identificação com o espaço da rua é fundante. De forma complementar, a dimensão social diz respeito ao contexto social no qual a comunidade se insere, levando em consideração, por exemplo, hierarquias simbólicas entre esse e outros espaços da cidade. Seguindo com as reflexões a partir dos adolescentes nas ruas, a própria dicotomia rua-casa pode figurar como uma dimensão social primordial. As práticas sociais próprias do coletivo, e como usam e/ou transformam o espaço são consideradas na dimensão de conduta. No caso dos meninos, o uso da rua como espaço para sobrevivência, e transformação do espaço público em lugar de atividades de cunho privativo, por exemplo. Por fim, os valores e a cultura desenvolvidos pelos grupos, que podem refletir-se no espaço urbano, fazem parte da dimensão ideológica. Consideraria, como um exercício reflexivo, que um valor comum na cultura da rua seja o de liberdade – ou, ver-se para além das dificuldades e violências vivenciadas nos lares e territórios de origem.

Como fica evidente a importância da dimensão espacial na conceituação de identidade social urbana, apresentamos a noção de território (podendo ser especificamente o urbano) e o processo de territorialidade como conceitos que ampliam ainda mais a leitura sobre a relação pessoa-ambiente urbano.

Definitivamente influenciada pela produção do geógrafo brasileiro Milton Santos, a geografia humana abre-se para a compreensão de território como produção da relação com o humano, não apenas como evento topográfico. Rogério Haesbaert (2004), outro geógrafo brasileiro contemporâneo, desenvolve a noção de território para além da dimensão política do termo, afirmando a relevância também das relações econômicas e culturais. Uma vez que está diretamente ligado aos modos como as pessoas se utilizam e se organizam no espaço, bem como aos significados que são atribuídos a ele, o território tanto é o riscado por um mapa, lido em suas composições geográficas e geológicas, quanto é a intervenção humana na natureza, local habitado e produzido no cotidiano, trama do cotidiano com a história. Em outras palavras, em uma leitura a partir do campo da psicologia, subjetividade e território produzem-se reciprocamente: “A cidade não é humana só porque é uma construção do homem ou porque engendra subjetividades, mas porque os processos vitais de ambos se entrelaçam: espaço e homem compartilham a mesma materialidade e a mesma subjetividade” (SAWAIA, 1995, p.20).

Entendido que todo território é uma combinação das várias produções que nele se inscrevem, tanto utilitárias quanto simbólicas, o autor ressalta que é necessário distinguir os vários sujeitos produtores dos territórios, podendo ser indivíduos ou grupos, instituições e aparatos do Estado, empresas etc. Falamos de processos macroestruturais – como reformas e construções, abandono de terrenos ou implementação de serviços públicos, ao passo que falamos das relações criadas nas vivências dos que habitam o território. Neste sentido, trabalhos que têm como escopo investigar o uso da cidade e a participação da população infanto-juvenil, como os de Mekideche (2005), trazem contribuição sobre a possibilidade de acessar todo um cenário sociopolítico, histórico e cultural, que diz sobre a estrutura social básica da sociedade, quando olhamos para o uso e a socialização no espaço pelas crianças, os quais estabelecem uma projeção espacial específica e influenciam diretamente a organização social e os modos de vida.

#### 4.3. Por que o uso da noção de territorialidade?

O uso do termo feito ao longo do trabalho remete à noção utilizada no campo da Assistência Social, que a partir de sua sistematização em 2005 com o decreto do Sistema Único de Assistência Social, tem como prerrogativa a leitura dos casos e as

formas de intervenção sempre referenciadas aos *territórios* – inspiração vinda também das contribuições de Milton Santos (NASCIMENTO; MELAZZO, 2013). A incorporação dessa dimensão no campo da Assistência diz respeito aos princípios de consideração às potencialidades locais, à descentralização das ações públicas, e à universalidade da cobertura dos serviços, entretanto, negando universalismos que homogeneizam os diversos contextos sociais, econômicos e culturais brasileiros; e complexificando a compreensão da produção da vulnerabilidade e do risco social para outras camadas além das imediatistas. Todavia, há uma discussão sobre a pluralidade dos usos do termo, tanto nos constructos teóricos de documentos e políticas públicas quanto nas práticas em Assistência Social pelo país.

Entendendo que é preciso circundar melhor o conceito, trazemos a contribuição de Haesbaert (2007) que propõe um percurso do conceito de território a partir de variadas abordagens em sua obra *O Mito da Desterritorialização*. Contrapondo-se às vertentes pós-modernas que enfatizam a perda da importância do *espaço* nas relações humanas como consequência de uma cultura de globalização e fluidez das relações, reafirma a categoria de território e expõe sua proposta do conceito, baseado em autores predecessores de diferentes bases epistemológicas.

Ao convidar a um olhar mais integrativo sobre o território, Haesbaert abre caminho para a contribuição de outras áreas do saber, e conjuga um exercício interdisciplinar sobre a matéria. Defende uma noção de “espaço híbrido”:

Híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e ‘idealidade’, numa complexa interação tempo-espaço, como nos induzem a pensar geógrafos como Jean Gottman e Milton Santos, na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade [...] Tendo como pano de fundo essa noção ‘híbrida’ (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. (HAESBAERT, 2007, p.79)

Ainda, a noção de território defendida pelo autor é concebida como um fenômeno *relacional*, tanto por inserir-se num contexto de relações histórico-sociais quanto por contemplar o imbricamento entre processos sociais e espaço material – as dimensões simbólicas e materiais. Compartilhando de um pensamento dialético

marxista, conversa com a obra de Henri Lefèbvre ao passo que dá prosseguimento à distinção entre domínio e apropriação do espaço que o autor propõe. Citando as próprias palavras de Haesbaert (2007):

Poderíamos dizer que o território, enquanto relação de dominação e apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou 'cultural-simbólica'. Embora seja completamente equivocado separar estas esferas, cada grupo social, classe ou instituição pode 'territorializar-se' através de processos de caráter mais funcional (econômico-político) ou mais simbólico (político-cultural) na relação que desenvolvem com os 'seus' espaços, dependendo da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo. Não é preciso dizer que são muitos os potenciais conflitos a se desdobrar dentro desse jogo de territorialidades. (p.96)

Um exemplo que pode facilmente servir de ilustração é a forma como o mercado imobiliário domina terrenos, prédios e áreas da cidade com o propósito de promover a especulação imobiliária e seu caráter econômico-político, que gera maior lucro e poder sobre o espaço urbano. Já a relação estabelecida por movimentos sociais de ocupação de imóveis abandonados, que lutam pelo direito constitucional à moradia, não gera lucro ou poder de decisão sobre o uso do espaço urbano, mas busca a possibilidade de ocupar o território visando sua função social, além de tensionar politicamente a disputa por uma sociedade menos desigual e uma cidade mais acessível.

Um aspecto sensível de sua obra é a compreensão de que o território e o processo de territorialização incorporam o caráter de mobilidade, negado por pensamentos pós-modernos, que encerram o território como fixo, estático, e portanto, algo em dissolução nos tempos globalizados. Seguindo esse segundo modo de pensamento, o processo de desterritorialização funda-se na mudança da relação tempo-espaço da pós-modernidade – em que com a maior velocidade de deslocamento de informações, coisas e pessoas, isto é, com a condensação espaço-temporal, estaríamos prescindindo da dimensão espacial – e caracteriza-se, portanto, pela grande mobilidade espacial possibilitada pelo avanço da tecnologia.

Haesbaert (2007), no entanto, pondera sobre esse aspecto. E quando pessoas são privadas de sua liberdade em presídios? Ou quando são determinadas a viver em

guetos? Ou são levadas, por processos históricos de exclusão, a viverem em áreas precárias que as privam de direitos fundamentais? Ainda que sem apresentar deslocamentos físicos, esses seriam grupos desterritorializados, uma vez que sofrem de evidente precarização de suas condições básicas de vida e/ou da negação da possibilidade de expressarem-se simbólico-culturalmente – ou frutos de *territorialização precária*. A chave da questão mora em compreender que esses são exemplos de situações impostas exteriormente, que não partem das ações de domínio e apropriação dos próprios indivíduos ou grupos sobre o território que ocupam. Sob essas condições, a “reterritorialização” – ou a busca por dominar e apropriar-se, em sentido amplo, do território ocupado – por parte desses sujeitos configura-se como um movimento de resistência. O autor caminha, dessa maneira, para a noção de “desreterritorialização”, por conceber que, num jogo de poderes, os processos de desterritorialização e reterritorialização podem ocorrer simultaneamente – prevendo que haverá sempre forças hegemônicas que impõem heteronomamente movimentos de domínio, ao passo que, por ações subjetivas ou coletivas, sempre haverá tentativas de apropriação e autogestão do território em busquem romper com processos precários de vida e apropriação de territórios.

Nesse ponto, vamos ao encontro de produções recentes de Tadeu Farias e Raquel Diniz, em que constroem uma aproximação do olhar da Psicologia Ambiental das discussões acerca do direito à cidade e da produção do solo urbano, por meio de um viés reflexivo crítico. Em seu artigo *Cidades neoliberais e direito à cidade: outra visão do urbano para a psicologia* (2018), partem do pressuposto de que o binômio cidade-humano partilha uma imbricada relação de mão dupla.

Ressaltam como a ciência psicológica tradicionalmente sustenta sua produção em uma concepção pragmática, a-histórica, cognitivista e pretensamente neutra sobre a relação pessoa-ambiente, apartando assim discussões que avancem por uma leitura crítica que complexificam a relação nos sentidos social, político e subjetivo. Opondo-se a permanecer nesse âmbito de discussão, analisam os espaços urbanos como “lócus de tensões e forças, em que concorrem modos de subjetivação hegemônica e produção de outros modos de vida” (p.281), discutindo o caráter eminentemente político do urbano por meio da compreensão de processos de subjetivação.

Apoiados na teoria marxista de sociedade, trabalhada na obra de Lefèbvre em relação ao espaço urbano, por exemplo, “as cidades são, assim, produto e condição

das formas de reprodução social que lhe são imanentes” (FARIAS e DINIZ, 2018, p.284). Com a esperança de contribuir para o enfrentamento da reprodução de segregações socioespaciais, violações de direitos fundamentais encenados na cidade, em favor de modos de existir mais igualitários e não alienantes, os autores apresentam uma crítica feroz à condição de mercadoria que o território urbano marcadamente ocupa essencialmente a partir do final da década de 1960, com o surgimento do aparato econômico e ideológico conhecido como neoliberalismo. A cidade vira um bem de consumo para quem pode ser proprietário, e a participação dos indivíduos passa a estabelecer-se como relação entre cliente e consumidor:

O próprio modo de vida urbano se torna intensamente mercantilizado, uma vez que a sociabilidade, o lazer, o prazer estético, cada vez mais se voltam para espaços intramuros, ou são definidos nos balcões de agências culturais e de turismo. A privatização dos bens e serviços como segurança e transporte, além da negligência com os espaços públicos comuns são também marcas desse modelo. Como grande mercadoria, a produção da cidade é mediada pela criação de espaços de consumo, especialmente para as classes mais abastadas. Crescem os projetos de urbanização das orlas e zonas centrais, criando grandes infraestruturas comerciais e promovendo a imagem da cidade globalmente. (FARIAS; DINIZ, 2018, p.287)

Com a segregação dos espaços por intermédio dos interesses das classes proprietárias, as principais atividades humanas passam a ocorrer em espaços privados, isolados, desprezando o outro, o que não se encaixa em seus padrões de consumo e em sua norma de viver ao espaço da rua, onde haveria a possibilidade de contato com o diferente. A rua torna-se então esvaziada da possibilidade de sediar relações mediadas pelo valor de uso, isso é, passa a representar o lugar da passagem, ou, em última instância, dos que não possuem capacidade econômica (e cultural) para comprar um espaço privado nessa cidade.

Reproduzindo as desigualdades inerentes ao sistema capitalista, a urbanidade abarca a existência de segregações socioespaciais, bem como estratégias de administração dos efeitos sociais desse modelo, por exemplo, com a política de “criminalização das consequências da miséria do Estado” (WACQUANT, 2003, p.27 *apud* FARIAS; DINIZ, 2018) sustentada pelo encarceramento em massa sistemático das populações mais vulneráveis – no caso do Brasil, a juventude negra, pobre e

periférica. Esse é também, não por coincidência, o perfil predominante da população encontrada em situação de rua no país.

Entrando nessa seara, Farias e Diniz (em fase de pré-publicação) detêm-se ao fenômeno da população em situação de rua, propondo a leitura de que é um resultado previsto pela reprodução da cidade capitalista, e explicitam a contradição inerente, pois concomitantemente, tem sua cidadania negada – isto é, tem o usufruto de seu espaço deslegitimado, negado o acesso a seus recursos e à possibilidade de ser representada politicamente. Ademais, os sujeitos em situação de rua figuram como as “formas históricas de discriminação, os corpos que serão responsabilizados por sua disfuncionalidade, e o *locus* dos ajustes necessários, mesmo que repressivos”.

Destarte, é preciso enfatizar que, apesar da leitura de proximidade que propomos ao longo do trabalho com a situação de rua, e da compreensão das pessoas nessas condições como sujeitos, com potencialidades ontológicas para a postura de autonomia e transformação, a apropriação que fazem das cenas urbanas não se configura exatamente como exercício do direito à cidade. Apesar de manejarem recursos urbanos para garantirem sua sobrevivência, fazem-no de maneira precária, ditados, a partir de nossa concepção histórico-cultural-econômica do fenômeno, por contingências externas que delimitam seu acesso aos equipamentos urbanos e mesmo sua legitimação como sujeitos dignos de direitos. Acrescentamos ainda que é coerente entender a existência de pessoas em situação de rua como parte da reprodução urbana capitalista, portanto, não é possível utilizar do termo “exclusão”, mas da noção de inclusão perversa – dialogando com Haesbaert, com a noção de territorialização precária.

Nesse imbróglio de contradição, na cidade encontramos a coexistência de modos de subjetivação hegemônicos, produtos do modo de produção capitalista do espaço urbano, e exacerbados a partir da ascensão da ideologia neoliberal; e de outros modos de vida possíveis que tencionam a lógica do valor de troca em benefício do valor de uso, por exemplo, a luta dos movimentos sociais pelo direito à moradia, apontando para uma utopia possível (a partir da luta e da construção coletiva) em que outros valores e projetos de cidade floresçam.

Dispostas as principais bases conceituais do trabalho, acenamos nosso interesse em apresentar reflexões a partir do contexto de São Paulo que provoquem o debate sobre o direito à cidade para CASRua. Partindo da compreensão dos

processos de territorialização precária (HAESBAERT, 2007), o direito ao espaço é garantido pela possibilidade de uso e apropriação do espaço, físico e simbólico, e portanto, retomamos a defesa do uso do espaço público enquanto afirmação da cidadania e não da exclusão, processos sociais que devem considerar não apenas a população-alvo de exclusão, mas toda a comunidade.

## **5. O CENTRO PULSA<sup>2</sup>, O CENTRO EXPULSA**

Na persistência de buscar por meios de compreensão do fenômeno da rualização que possibilitem uma real transformação, não apenas condenando o trabalho junto à rua como o de lidar com emergências, situações a serem contornadas no imediato, sem plano de ação a longo prazo, partimos da reflexão de que o território urbano e a existência do fenômeno da rualização são produtos históricos de exclusão socioterritoriais. Mesmo na lida direta e cotidiana com sujeitos singulares, é preciso manter a perspectiva ampla das forças que operam sobre as situações vivenciadas, resguardando a autonomia dos sujeitos sem colocá-los como os culpados por seus processos de vulnerabilização.

Nessa seção, desenvolvemos paralelos desse cenário atual com elementos históricos do Centro antigo de São Paulo, bem como da sociedade brasileira em séculos passados, especialmente no que tange aos processos de mercantilização das terras e aos processos econômicos – apontando relações diretas entre nosso passado escravagista e a existência e a construção da imagem social da população de rua hoje.

### **5.1. Histórias do Centro Antigo**

*Morando mais próximo ao centro, tenho andado muito mais a pé. Porque as coisas são mais perto, porque é sempre movimentado, porque pegar o carro significa pelo menos o triplo do tempo e gasto para estacionar, e às vezes nem ônibus compensa. Isso tem feito com que me depare com questões diferentes sobre essa cidade, que sempre vi de longe, lá do Butantã, desde que cheguei. Meu nariz anda constantemente tampado pela poluição, meu sapato mais gasto é um tênis, o céu é coisa que não se vê, enquanto nunca vi tantos moradores de rua e nunca fui tão*

---

<sup>2</sup> Frase encontrada pixada em uma banca de jornal no Viaduto do Chá, mas apagada até o final da pesquisa.

*abordada – por vendedores, pessoas pedindo dinheiro e comida, gente pedindo assinatura para petição, homens assediando com seus olhares nojentos... mas uma cena em específico me chacoalhou.*

*Soube de uma roda de conversa sobre cidade, afeto e crianças, que seria no começo da noite, e resolvi fazer uma caminhada a pé de uns 20 minutos até uma galeria na Avenida São Luís. Desço a Rua Augusta, me deparo com vários moradores de rua, alguns que até já reconheço. Passo por um trecho onde, há mais ou menos um mês, fui abordada por um homem, que chamou minha atenção, jogou o líquido de sua latinha de refrigerante em mim, e saiu correndo. É, do nada, de repente.*

*Quando atravesso a avenida e me aproximo da calçada da galeria, há um grupo de jovens, que se dissolve assim que piso no meio-fio, e um deles vem em minha direção. Em desconforto, minhas mãos gelam, desvio, mas sou seguida e o jovem me pergunta “Tá com medo?”. Olho para seu rosto, tenho uma sensação de familiaridade, e pergunto de volta “Você não é o Júnior?!”.*

*Desde que finalizei o meu trabalho no Moinho da Luz, constantemente me pego olhando os rostos à procura de algum menino ou menina conhecido, e achei que tinha achado. “Pô, sou eu mesmo”, “É, achei que tinha te reconhecido, lá do Quixote, lembra?! Encontrei o tio André hoje mesmo. Como você tá?!”, “Não acredito, até fiquei feliz agora, você lembrou meu nome!”. Logo me abraçou, e foi me acompanhando muito de perto pela rua. Mas não foi alívio o que senti. A situação foi estranha, não sabia se era ele mesmo ou se havia entrado no jogo.*

*Perguntou as horas, e eu olhei meu relógio de pulso de plástico, constatando que estava atrasada. Perguntou como estava a vida, falei que desempregada, sem mais delongas. Perguntei quais os planos dele, como estava a vida, e ele anuncia “Procurando uma mulher bonita, continuo no corre, né. Acabei de sair da prisão, empresta o celular pra eu ligar pra minha mãe?”, “Putz, to sem celular, queria te ajudar, mas to sem”.*

*Não estava, mas havia sido furtada dois meses antes, e não me senti confortável em sacar meu celular ali, sentindo uma tensão com essa súbita intimidade.*

*O jovem, de seus 22 anos, não queria me deixar entrar na galeria. Pois bem, despedidas, bom te ver, fique bem, até mais, e caminho pra dentro da galeria. Ouço-o chamar meu nome de novo e quando volto, daquelas coisas que a gente não explica por que faz, ouço “Eu to armado aqui, tia, passa o celular e ninguém toma bala. Não*

*quero meter bala, passa de boa”. O coração dispara, e só continuo repetindo, tentando demonstrar calma, de que não tinha mesmo um celular. Um colega dele se aproxima como se quisesse ajudar a me assaltar, e ele diz “Sai, deixa que eu to conversando com minha amiga”. Continuo insistindo, no auge do meu medo, de que não ia dar celular, que o assalto não iria acontecer.*

*Por fim, ele largou meu braço e disse que entendia que eu só queria ajudar, eu “tava beleza”, com um tapinha no ombro.*

*Voltei a encarar o corredor da galeria e segui, sem mudar o passo, para não demonstrar a adrenalina que me alterava. Como se tivesse sido só mais um encontro, me controlando para não olhar pra trás e conferir se havia uma arma ou não.*

*Ficou o eco do estranhamento, dos vários “ses” que ficam. Se eu não conhecesse ele? Se ele estivesse armado? Se eu tivesse dito outra coisa, se não tivesse reconhecido e apostado minimamente na empatia dele? Se ele não era o Júnior, mas entrou na encenação, o que significa? Isso aconteceu justamente no dia em que pretendia atender a um evento sobre cidade, afetos e crianças... coincidência?*

*Ter sido quase assaltada por alguém que conheci, foi ter imergido em variados afetos – foi vontade de olhar no olho e encontrar alguém ali, foi de carinho no abraço, foi de alegria de ele ver que foi lembrado, foi também tensão por saber que ele poderia tentar algo violento, foi muito medo por ter sido ameaçada, foi um sentimento de ter sido ativa e passiva nesse encontro que deixou não só um rastro de medo de andar sozinha pelas ruas por alguns dias, mas de perplexidade, ao sentir que me deparei literalmente com a complexidade dos encontros que se dão na cidade – mas que talvez se deem somente no momento em que você se abra para eles.*

*Me demorei pensando, qual é a cidade que se oferece, ou se recusa, para cada um de nós? Especificamente, aos atores que apresento, os meninos em situação de rua?*

(Diário de campo de mestrado, agosto de 2017)

A cidade hoje conhecida como São Paulo, uma das maiores capitais do planeta, o principal centro econômico da América do Sul, a primeira megalópole do hemisfério sul e a mais populosa cidade de nosso país, iniciou-se como um pequeno vilarejo organizado em função de uma missão de jesuítas portugueses no ano de 1554, onde

atualmente se encontra o Pátio do Colégio. Ali era território da etnia tupi, população nativa brasileira, nomeada então de indígenas. Vale do Anhangabaú, Rua Tabatinguera, Bairro do Cambuci, rio Tamanduateí...heranças dessa cultura que passam batido quando a elas recorremos no dia a dia.

A região central da cidade de São Paulo ganha uma narrativa interessante por meio da óptica de Sevcenko (2004). O autor propõe que pensemos a cidade de São Paulo a partir de suas ruas. Não as que se tornaram cartões-postais, pois estas seriam máscaras que colocamos sobre histórias nem tão bonitas, como a da Rua São Paulo, no bairro da Liberdade. Elegendo-a justamente pelo que escamoteia, a rua, curiosamente homônima da cidade, tem uma longa história que remonta ao período em que ali foi alojada a primeira força da cidade, em 1775, por ser o local mais visível de todos os ângulos da cidade, posição que representasse a soberania da Sua Majestade Imperial sobre seus súditos, sobretudo sobre os escravos. A invisibilidade a qual foi destinada, contudo, expõe um paradoxo se comparado a sua origem.

Próximo do local foram construídos o Largo do Pelourinho, a Cadeia Municipal e a oeste o Cemitério Geral (ou dos Aflitos, em 1779, o primeiro cemitério público), todos símbolos públicos do poder sobre os tidos como indigentes, condenados, pobres, e aos escravos, que por suas tradições de fé, agregaram à região um sentido de sacralidade, junto com o erguimento da Igreja dos Aflitos. Os indígenas tiveram como fim o extermínio ou a assimilação a estes processos, concomitantemente às demais populações marginalizadas. Ao longo das décadas, tanto o Morro da Força quanto o Cemitério dos Aflitos foram arrasados e loteados, em resposta ao que a população reergueu repetidas vezes a Santa Cruz dos Enforcados, ainda que cada vez mais afastada. A presença e a força da comunidade no bairro é elemento central de sua história, que hoje é conhecido pelos turistas pelas lanterninhas japonesas (SEVCENKO, 2004).

Ali viviam tanto povos tradicionais, como a comunidade do cacique Caaubi, e outros estrangeiros, como imigrantes ingleses. A rua, assim, simbolizava a multiplicidade da cidade, conectando o contexto afro-brasileiro ao indígena por um eixo anglo-germânico, que com o tempo conectou-se ao Bixiga, com a comunidade italiana, e assim por diante... No casarão da família da famosa Marquesa de Santos, amante do imperador, a rua novamente é protagonista de episódios escusos, que pela marginalidade deliberadamente atribuída a ela, aliviava a tensão das elites, como local

da traição real, ou como local para abandono de bebês frutos dessas traições, por meio da Roda dos Enjeitados, instalada no período em que o casarão foi transformado em Santa Casa de Misericórdia. Nas palavras do autor, “a Glória, quando não era o inferno, era o purgatório” (SEVCENKO, 2004, p.24).

Em triangulação com a Rua São Bento e Direita, figuraram como eixo articulador da vida da cidade de São Paulo no início do século XX, época do urbanismo moderno, antes que houvesse a migração do eixo para o outro lado do Vale do Anhangabaú. Juntas, essas três vias tiveram um dia “potencial de polarização de recursos, centralidade orgânica, articulação de fluxos, referência espacial, simbolização e visibilidade” (SEVCENKO, 2004, p.18 e 19).

Com o crescimento da cafeicultura no último terço do século XIX, populações imigrantes, atraídas para o Brasil por conta das lavouras num primeiro momento, deslocaram-se para a prosperidade do centro urbano, uma vez que com a queda do preço do café nas primeiras décadas do século XX as atividades industriais e comerciais concentradas nos núcleos urbanos eram mais promissoras. Outro fator para a migração para a cidade foi, como descrito por Ferreira (2005), no ano de 1850, a Lei de Terras, que passa a regular o solo brasileiro, transformando-o em uma nova modalidade de propriedade privada. Tal legislação favoreceu os que já possuíam bens, uma vez que para ser dono de uma terra seria preciso comprá-la, fortalecendo a presença de latifúndios e coibindo as pequenas produções de subsistência. Estes pequenos produtores, por sua vez, ou passavam a trabalhar como mão-de-obra semiescrava nos latifúndios ou migravam para as cidades em busca de sobrevivência. Fundamental associar esse fato à proibição do tráfico de pessoas escravizadas, pois, uma vez que a posse de escravos não poderia mais ser o indicativo de poder e riqueza, o solo o seria (FERREIRA, 2005).

À essa altura, a cidade de São Paulo figurava-se como sede administrativa do negócio de agro exportação cafeeiro, e já assumia caráter de capital, com uma grande população. De forma semelhante ao Rio de Janeiro, ambas sendo centros comerciais e políticos do país, recaiu sobre a cidade o interesse de que correspondesse aos padrões estéticos das cidades europeias, uma vez que o mercado visava sua projeção internacional. Grande intervenções urbanas para “inglês ver” foram realizadas na época, reproduzindo no espaço urbano também uma segregação dos espaços bem vistos – destinados à presença das elites – e dos que comportavam o que se desejava

ocultar – “o populacho inculto, desprovido de maneiras civilizadas, mestiço” (FERREIRA, 2005, p.5), sendo dessa época os primeiros registros de cortiços e ocupações de morros, “ou seja, nas cidades como no campo, a estrutura institucional e política de regulamentação do acesso à terra foi sempre implementada no sentido de não alterar a absoluta hegemonia das elites” (FERREIRA, 2005, p.4).

Tal relação de submissão aos padrões europeus, e de modificação da cultura no país para agrado de um mercado internacional escancara a relação colonial ainda viva. Como afirma Rolnik (1989) ao tratar dos territórios negros nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, a virada do século XIX para o XX foi marcada não apenas pelo crescimento populacional e adensamento demográfico já mencionados, mas também pelo embranquecimento, que veio a rebote da intensa redefinição territorial do espaço urbano. Uma vez que a posse de terras passa a ser a medida de poder também nas cidades, o projeto de limpeza e exclusão tratado por Ferreira (2005) tem como principais alvos os territórios negros, isso é, da população recém liberta do regime de escravidão, o qual não permitiu nenhum tipo de acúmulo de capital.

A elite paulistana passa a buscar por locais afastados do Centro antigo, onde teriam maior exclusividade e distância das populações pobres, majoritariamente negra, que permaneceram no bairro central ou às margens dos novos bairros ricos, dado que neles viam uma fonte de empregos. Um caso a ser mencionado é o bairro de Campos Elíseos, em torno do qual se assentou uma significativa população pobre, e que atualmente figura como alvo de absoluta especulação imobiliária, e de ações de gentrificação por parte do próprio governo municipal – local não coincidentemente em que se situa e perpetua a Cracolândia. Tais mecânicas deram-se diferentemente nos bairros identificados como negros por movimentos ativos de resistência dessa população, como os bairros do Bexiga e da Barra Funda, onde existiam um quilombo e uma alta concentração de negros libertos em condição de mão de obra assalariada pela Estrada de Ferro e trabalhos no Porto de Santos, respectivamente.

Neste período, as reformas urbanas, como o alargamento de ruas, construção de praças e bulevares, transferência e demolição de mercados, prédios com fachadas neoclássicas... levaram a expansão da mancha urbana a concentrar-se na região central, sendo os terrenos altos destinados às elites, enquanto as várzeas e áreas próximas das estradas destinadas às fábricas, oficinas e sua mão de obra, como já exemplificado. No caso do Bairro da Glória, com seu morro aplainado e seu rio

retificado, deu-se lugar à segunda demanda. Paradoxalmente, teve sua parte mais elevada reurbanizada, transformando a Avenida da Glória num bulevar arborizado à moda europeia, que acolhia o escritório do arquiteto mais prestigiado do momento, Ramos de Azevedo. Novamente nas palavras de Sevcenko (2004), “o contraste entre os altos da Liberdade e os baixos do Glicério (parte baixa da glória, do morro) definia agora o retrato acabado da nova segregação social que marcaria a cidade” (p.24).

É neste período que se configurou uma operação de higienização social implacável, em que, à guisa de exemplo, cortiços, hotéis e pensões que se situavam nas imediações da Praça da Sé e do Largo Municipal foram demolidos (ROLNIK, 1989). Talvez soe como um exemplo nem tão distante dos tempos em que nos encontramos, se recordarmos dos projetos de “revitalização” do centro antigo.

Ainda, a ideia de cidade concebida pelas elites, aos moldes europeus, “civilizada”, não admitia a presença da população *non-grata*, especialmente a presença da cultura negra, explicitando o racismo estrutural que perpassa os processos de desigualdade socioespacial próprios do solo urbano. Rolnik (1989) exemplifica citando a criação de um código municipal de posturas em 1886<sup>3</sup>, em que práticas cotidianas características da população negra foram proibidas:

As quituteiras devem sair porque “atrapalham o trânsito”; os mercados devem ser transferidos porque “afrontam a cultura e conspurcam a cidade”; os pais-de-santo não podem mais trabalhar porque são “embusteiros que fingem inspiração por algum ente sobrenatural”.  
(p.7)

No início do século XX, sempre com vista à inserção da economia brasileira no mercado internacional, por meio da atração do capital estrangeiro, as capitais brasileiras, essencialmente Rio de Janeiro e São Paulo, passam a investir em ações de cunho sanitarista. Era preciso sanear as cidades, e criar planos urbanísticos de “melhoramento e embelezamento”, que pouco escondiam seus propósitos de higienização social (FERREIRA, 2005). Com base no status inegável do conhecimento científico, o argumento de controle sanitário tinha como foco locais com grande adensamento populacional, locais vistos como imundos e infectos, como as moradias populares, tipo cortiço. O Código de Posturas do final do século XIX, já mencionado, proibia a existência de cortiços, e impunha a obrigatoriedade de recuo

---

<sup>3</sup> Código de Posturas do Município de São Paulo, 6.10.1886. Arquivo Histórico Washington Luís.

às construções, norma apenas cumprível em terrenos de maior porte, o que inviabilizava a existência de terrenos pequenos e mais baratos. Tais restrições ao uso do solo e à construção tornaram-se ainda mais rígidas, privilegiando o mercado imobiliário, único capaz de respeitar as novas normas, ou ainda burlá-las dado seu poder financeiro e de influência sobre o poder público (FERREIRA, 2005).

Elementos de urbanização foram se consolidando e passariam por um processo sem volta a partir da industrialização. Com a pressão demográfica e o declínio da cafeicultura, a atividade mais rentável (aos que já possuíam capital, como os cafeicultores decadentes) passou a ser a especulação imobiliária, favorecida pelas ações governamentais de regulação do solo urbano, conformando a dinâmica habitacional observada atualmente, e que figura como ponto de debate atualíssimo (CARLOS, 2009; ROLNIK, 2015, 2017; FERREIRA, 2005; HARVEY, 2014). Além disso, com a crise econômica mundial de 1929 e os abalos causados pela Segunda Guerra Mundial, o fluxo imigratório diminuiu, mas o migratório aumentou exponencialmente, principalmente provindo das regiões de Minas Gerais e Nordeste, assegurando um crescimento alarmante entre as décadas de 1940 e 1980 (de 1.326.261 para 8.493.217 de habitantes). Em 1940, a população urbana brasileira representava apenas 26,34% do total, explodindo para 68,86% quatro décadas mais tarde, e chegando a 81,20% no ano 2000 (FERREIRA, 2005; SEVCENKO, 2004).

A industrialização crescente formatava consigo a cidade aos moldes das cidades industriais tipicamente vistos na Inglaterra do século XIX, configurando precários bairros proletários. No primeiro período de urbanização, o transporte pela cidade se dava pelos bondes, monopolizados pela companhia *Light&Power*, que de alto custo de instalação, possuía uma rede limitada e favorecia uma condensação nos bairros centrais e imediatos. Décadas mais tarde, com os períodos de governos autocráticos de 1930 a 1970, as referências passaram a ser os veículos automotores, o que marcou profundamente o desenvolvimento e expansão da cidade, tendo como um grande entusiasta Prestes Maia (hoje, curiosamente, nome de uma das maiores ocupações de moradia da América Latina).

Ao longo do tempo, com a extensão da malha viária possibilitada pelos ônibus, é instaurada uma nova tendência entre a população proletária, a de compra de lotes e da casa própria em bairros afastados, dispersando a população de formas não planejada, precarizada, e ilegal, enquanto o centro passa a verticalizar-se, dando

início ao modelo centro-periferia. Retomando o exemplo da região central, a baixada da Glória, hoje do Glicério, é praticamente soterrada pelos viadutos, pontilhões e vias expressas.

O papel do Estado neste apanhado histórico é um aspecto de fundamental destaque. A ação do poder público, nos diversos momentos recapitulados, poderia remeter, num primeiro momento, ao suposto papel que desempenharia de regulação em prol de processos de democratização do acesso aos bens nacionais, sejam eles materiais ou imateriais. Contudo, como colocado por Deák (2001 *apud* FERREIRA, 2005), intervenções como obras urbanizadoras, instrumentos tributários e outros reguladores do uso e forma de ocupação do solo urbano, evidenciam como é possível visualizar um papel ambíguo do Estado: ao passo que partiriam do princípio de democratização e do governo a todos, tais intervenções de controle sobre o solo urbano favoreciam aos que pudessem pagar para ocupá-lo, ou que tivessem poder de influência sobre a máquina pública:

No Brasil, desde as primeiras ondas de crescimento das nossas cidades, na virada do século XIX para o XX, todas as grandes intervenções urbanas promovidas pelo Poder Público foram, salvo raras exceções, destinadas a produzir melhorias exclusivamente para os bairros das classes dominantes.[...] E nas nossas cidades, a intervenção estatal foi capaz de produzir recorrentemente a diferenciação espacial desejada pelas elites, e a disputa pela apropriação dos importantes fundos públicos destinados à urbanização caracterizou – e caracteriza até hoje – a atuação das classes dominantes no ramo imobiliário. (FERREIRA, 2005, p.6)

Numa ponte facilmente imaginável, voltemos ao presente. É nesse local, no centro antigo de São Paulo, mais especificamente nos arredores da Praça da Sé, que uma disputa por território, poder e direito a ter memória e a ser lembrado, continua a ser travada nos dias de hoje. Ao anoitecer, concentra-se, exatamente no mesmo largo, um alto número de pessoas em situação de rua, que buscam por proteção mútua, que o ajuntamento de pessoas na mesma situação talvez ofereça, e também por doações, sendo ali um ponto tradicional de distribuição de sopas, cobertores e alguns momentos de acolhimento. As relações de colonização, dos processos de disputa pela manutenção das hierarquias sociais e da negação do acesso ao território, este como

um *bem*, seja individual, público, histórico, de espaço de pertencimento, de acesso à cidadania... seguem operando no Pátio do Colégio.

Como Carlos (2009) põe à reflexão, tanto o setor imobiliário, que afasta, expulsa, e desterra os mais pobres, quanto o do turismo, que exige que o feio seja limpo das vistas de seus importantes possíveis investidores, e ainda o narcotráfico, que acha nos vulnerabilizados mão de obra, consumidores e bodes expiatórios para seus conflitos com as forças repressivas, são eixos que atravessam os fenômenos da rua, em especial a população que vive nelas, sob a égide de todas as suas violências, físicas e simbólicas.

Falar de uma população que, após diversos processos de exclusão e vulnerabilização, vão parar nas ruas na cidade de São Paulo é falar das formas perversas de formação da própria cidade. A desigualdade histórica marcada nas vielas e avenidas de São Paulo fala diretamente às pessoas que se encontram em situação de rua hoje – não por acaso ainda em sua maioria negra – uma vez que carrega o espaço da rua de estigmas, lugar no qual se refugiam (ou são tornados refugiados) os que não se encontram em algum dos sentidos ou narrativas disponíveis. Assim, as identidades são marcadas territorialmente a nível individual e de maneira estatística, como processo histórico, reduzindo as possibilidades de viver, em termos tanto concretos como virtuais.

A consequência mais direta dessa proliferação aleatória de ações de construção, desapropriação dos espaços e de multiplicação de referências simbólicas alheias ao convívio coletivo, é a impossibilidade da consolidação de qualquer configuração de memória capaz de gerar algum sentido de identidade comum. A ocorrência, em paralelo, dessa fragmentação do espaço e da dilaceração da memória se manifesta reiterada na indefinição arquitetônica, urbanística e paisagística da cidade. Eis a disparidade básica: por um lado a proliferação caótica de ações, presenças e circuitos; de outro a dissipação de sentidos e nexos cognitivos, dos investimentos afetivos da memória e da experiência compartilhada, assim como dos laços de pertencimento e dos espaços de participação. (SEVCENKO, 2004, p.30)

Pelos elementos históricos acompanhamos o desenvolvimento de uma lógica entrópica, de um urbanismo inflacionário (SEVCENKO, 2004), em que a ausência ou inexistência de uma instância pública oriente, controle ou fiscalize as disputas

desiguais que se dão na malha urbana, dando brecha (se não apoio) aos interesses privados dos mais poderosos. A indefinição urbanística e arquitetônica da cidade é a outra face da dissipação de sentidos, de investimentos afetivos e políticos, que promovem por fim a impossibilidade de configurar uma memória coletiva capaz de gerar uma identidade comum. Gestões e profissionais altamente tecnicistas, em círculos em que o jargão e o nível de operação, sempre em grande escala e com muita tecnologia, não permitem a participação do cidadão comum – projetos para uma cidade concreto e especulação, para e em grande escala.

Como metástasis, não há parte de São Paulo que não conviva, admita ou não, queira ou não, goste ou não, com a comunhão errante da Rua São Paulo. Onde quer que você esteja, olhe para o lado, olhe para a sombra e a Rua São Paulo estará lá, com suas crianças e seus cachorros. Olhe bem para ela, talvez você descubra ali algo que você perdeu, algo que todos nós perdemos. (SEVCENKO, 2004, p.34)

Teríamos perdido o sentido original da palavra cidade, *civitas*, ou “condição ou direitos de cidadão”? Se assim o for, as pessoas que se encontram vivendo nas ruas das cidades, talvez a situação mais vulnerabilizada que se possa cogitar, tem que relação possível com a cidade? O que a Avenida São Luís permite a mim, e o que permite a Júnior?

Com uma poética e expressiva metáfora, o editorial da *Folha de São Paulo* homenageia a cidade de São Paulo, em seu aniversário de 426 anos, que convém replicar:

Odiada por alguns, suportada por muitos que vêm com olhos de mediocridade, amada por muitos outros que a enxergam com olhos fascinados. Cidade cruel, desumana e adversa de um lado; rica, confortável e cosmopolita de outro, São Paulo é, sob todos os aspectos, uma terra de superlativos.

*Essas grandezas é que fazem a Capital um organismo ao mesmo tempo repulsivo e acolhedor, mais parecendo imenso coração.* Que recebe e rejeita, que estimula e desencanta, que vivifica e sufoca, que multiplica e reparte. (FOLHA DE S. PAULO, 25 de janeiro de 1980 *apud* FRONTANA, 1999, destaque nosso)

## 5.2. A cidade como objeto transdisciplinar

Mais de sete bilhões de seres humanos espalhados pelo globo hoje, mais da metade deles concentrados em áreas urbanas, projetando-se que sejam aproximadamente 68% até 2050, conforme dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2018). Em dados analisados em 2012, as regiões da América Latina e Caribe apresentam-se como a segunda mais urbanizada, com 81% de sua população total vivendo em áreas urbanas – atrás apenas da América do Norte. Nesse cenário, duas das megacidades globais encontram-se especificamente no Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo.

Apesar de apontada uma relação positiva entre urbanização e crescimento econômico, redução da pobreza e desenvolvimento humano e o indicativo de diminuição proporcional da pobreza nos últimos 10 anos nessa região, um em cada quatro habitantes de centros urbanos da América Latina e Caribe ainda se encontra em situação de pobreza, o que significa 124 milhões de pessoas. Ainda, apenas nessas regiões, 111 milhões de pessoas enfrentam habitações precárias. Somado a esses dados, acrescenta-se a estimativa de que 95% do crescimento populacional esperado nas próximas décadas ocorra em países em desenvolvimento, onde já são encontrados os mais altos índices de pobreza (ONU, 2012).

A vida urbana se faz premente na qualidade de contexto e de objeto em nossa leitura de mundo, seja de uma perspectiva do cotidiano, das experiências humanas, e de como estão imbricadas com as questões da urbanização, e mais recentemente do fenômeno da globalização. São problemáticas que concernem esferas mundiais de poder, como o mercado econômico, conflitos bélicos, e a degradação ambiental, e esferas nacionais e locais, como mobilidade, emprego, serviços públicos, habitação, lazer...

O tema da cidade como modo de vida é uma questão latente, mas muitas vezes também explícita, e que começa a se colocar como questão, por exemplo, por meio da arguta percepção social de muitos artistas modernistas, como Baudelaire. Num contexto de explosão de algumas cidades, de sua transformação em metrópoles industriais, e do nascimento das cidades mundiais, um novo paradigma se instalava e precisava ser decifrado.

No campo das ciências sociais, autores como Georg Simmel, Robert Park, Robert Redfield, entre outros, com destaque para as primeiras gerações da Escola de

Chicago, foram supridos pela condição urbana e a nova socialização derivada da urbanidade, suas novidades e problemáticas sociais. Wirth, já em 1938, teoriza sobre o urbanismo como modo de vida. Na tentativa de definir o que é a cidade, local onde se dariam as relações urbanas, acaba por apresentar uma concepção sociológica muito mais abrangente. A urbanidade não está confinada aos locais com determinada densidade populacional, ou é determinada por certo tipo de sistema econômico produtivo, ou se oporia às formas de organização previamente existentes. A urbanidade existe em uma relação de gradação com o campo, e é um conjunto de características associadas ao modo de vida que emerge com o crescimento das cidades, que seduz, ou ao menos influencia outras formas de organização humana, através do poder de suas instituições, e da extrapolação dos centros urbanos para além de seus limites físicos que tecnologias como a comunicação e o transporte permitiram.

Atualmente, com as tecnologias mais avançadas, a mobilidade e fluidez transformando a relação tempo-espço, a facilidade de conexões através do globo, uma produção agrícola suficiente para alimentar toda sua população, uma medicina avançada que eleva a expectativa de vida e acha curas antes impensáveis, a questão da urbanidade e do humano urbano continuam sendo atropeladas pelo progresso econômico, sem que seja de uma reflexão e escolha coletiva para onde este rumo. É nessa toada que propomos a retomada da noção de direito à cidade elaborada por Henri Lefèbvre, com vistas a refletir sobre processos conscientes de participação e construção do espaço urbano e seus sentidos.

A obra *O direito à cidade* foi escrita em 1967, em Paris, um ano antes das irrupções de maio de 1968. Como Harvey (2014) coloca, o contexto em que se encontrava é seminal à compreensão dos conflitos e disputas, tanto políticas quanto ideológicas, que trespasam a reivindicação que marca a obra. Desde o início da década de 1960, uma crise da vida urbana na Europa se anunciava, na qual voltar a um paradigma anterior não era desejável, e muito menos era desejável rumar às mudanças que vinham mostrando um caráter estéril para com a vida cotidiana.

Assim como a produção de outros pensadores da urbanidade, o homem blasé de Simmel, com a fragmentação de seus sentidos e das esferas de seu cotidiano, retorna no pensamento de Lefèbvre. A vida é cindida entre o transporte; o trabalho; e

a vida privada, da qual é delegada uma ínfima parte ao lazer; e da prática social, baseada no ato de consumir e na ideologia do consumo. A divisão do trabalho e a intensificação do contato com o outro, que acaba por significar a superficialização das relações humanas, marcariam uma cidade segmentada por funções especializadas, presentes do início do século XX até hoje.

Inspirado pelo pensamento dialético marxista, a sensibilidade às efervescências das ruas permite com que Lefèbvre faça a transposição da teoria para o cenário que o envolve. Enquanto a economia era central para Marx, Lefèbvre adota a cidade como a chave de sua discussão. Não apenas com o propósito de oferecer uma análise do novo modo de vida urbano, mas com a urgência de se repensar os rumos deste, o autor discute o papel das coletividades e a importância de os diversos interesses presentes numa cidade caminharem em busca da retomada do valor de uso do espaço urbano. Tal busca pareceu imprescindível, uma vez que o economicismo derivado do poder de consumo transformou as relações antes baseadas no valor de uso em relações fundadas no valor de troca, levando-as para o campo da alienação – ou ainda, dialogando com Haesbaert (2007), produzindo territorializações precárias.

Já no trecho inicial de *O direito à cidade*, no qual o autor trata sobre a industrialização e urbanização, a cidade é descrita como uma arena de conflitos quanto à possibilidade de participação da classe operária no planejamento e construção da “cidade-obra” (um espaço em que suas relações operam quanto ao valor de uso), e, por consequência, do direito de pertencer e ocupar essa cidade, a partir do momento em que uma divisão de classes é posta pelo sistema capitalista. A suburbanização dos operários promove um afastamento da cidade, e leva à fragmentação do sentido da obra, mantendo ainda sua dependência em relação a ela. A cidade-obra, que se inicia pela capacidade criadora da apropriação do espaço, acaba por findar-se na não participação, num sentimento de não pertencimento, e na alienação da consciência urbana. Ainda, o crescimento das cidades em países com desenvolvimento tardio explode em favelas, o enfraquecimento da estrutura agrária expulsa para a cidade grandes massas camponesas, que se veem defronte a um novo modo de vida, e sem recursos materiais para recomeçar. Nesta desapropriação dupla, se consolida a vida urbana.

O conceito de obra é importante para a compreensão do pensamento do autor. A cidade na qualidade de obra seria um lugar ao qual os indivíduos pertencem, e no qual podem criar novos espaços. A cidade deve ser compreendida como uma incubadora de ideias, irrupções, movimentos efêmeros e organizações perenes quando aludimos ao seu carácter de simultaneidade e encontro, lugar onde os diferentes (e as diferenças) se encontram, interagem e produzem. O urbano seria um circuito de fluxos – de produção material e simbólica, e constitui-se de relações funcionais. “A cidade tem uma história: ela é obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra” (LEFÈBVRE, 2008, p.52), o que significa que a cidade e a sociedade mudam concomitantemente. Ou, em outras palavras, a cidade é:

Fenômeno essencialmente humano, e como obra que sintetiza um processo histórico de maturação do capitalismo e de conformação da subjetividade moderna - a cidade contempla contradições, tensões e potencialidades fundamentais que nos ensinam sobre o que somos como humanidade, mas também o que poderemos ser. (FARIAS; DINIZ, 2018, p.284)

Nesse sentido, as propriedades de simultaneidade e encontro, não obstante, são defrontadas num contexto de fragmentação e segregação do espaço e da vida urbana. Nele, as instituições Estado e Empresa se esforçam para absorver a cidade a fim de assumir suas funções, e por mais que declarem uma ideologia anti-segregacionista (por exemplo, investindo em habitação – o primeiro promovendo seu papel de representante dos interesses da população, a segunda se promovendo), operam conforme um humanismo demagogo que converge, na prática, à segregação. Um planejamento monótono, unívoco, choca-se com a multiplicidade da existência, que precisa da coexistência (simultaneidade) das diversas formas de participar. Ainda, ao propor uma análise espectral da questão urbana, Lefèbvre afirma ser a segregação um dos critérios cruciais, e compreende-a como indicador do carácter democrático de um regime, pois revela a maneira como ele age em relação à ideia de cidade.

Ao propor uma análise espectral da questão urbana, Lefèbvre afirma a segregação com um dos critérios cruciais, e compreende-a como indicador do carácter democrático de um regime, pois revela a maneira como ele age em relação à ideia de cidade. Para a análise especificamente deste critério, três de seus aspectos devem ser focalizados: o espontâneo (referente à ideologia e à posição econômica),

o voluntário (que diz sobre a separação dos espaços), e o programado (escamoteado como planejamento e arrumação). Complexificando os termos de análise da estrutura urbana, demonstra a necessidade da realização de uma ciência da cidade e de uma planificação voltada às premências da sociedade urbana, conduzidas por uma força social e política capaz de corresponder.

### 5.3. A não simultaneidade e exclusão frente ao direito à cidade lefebvriano

Como apontam autores como Lescher et al. (1998), observar o fenômeno destes jovens em situação de rua como uma expressão social urbana agrega a discussão sobre a cidade e suas formas de viver, a serem pensadas desde a perspectiva da região central de São Paulo, aqui observada diretamente, a outras mais abrangentes, que pautem problemáticas estruturais da sociedade contemporânea capitalista urbana. Com base nesta perspectiva, retomamos algumas referências quanto à discussão do elemento urbano e de questões estruturais da lógica da vida nas cidades, e discutimos a seguir sobre a produção de desigualdades e segregações socioterritoriais, em um diálogo com a perspectiva de aproximar análises micro e macrossociais.

Partindo do campo de contribuições da Psicologia, Sawaia (2011) defende que uma perspectiva sócio histórica é fundamental para abarcar o fenômeno da exclusão social com a complexidade que lhe compete. Não é do campo individual, nem do coletivo, não é por si nem subjetivo nem objetivo, tampouco segmentado em racional ou emocional. Ainda, é em relação ao seu antônimo – a inclusão. A autora começa com uma provocação: seria o fenômeno da exclusão o azar dos excluídos, e quiçá, algo a ser combatido enquanto tal, ou um processo de carácter estrutural, mais próximo de uma “inclusão perversa”?

Devemos conceber os excluídos como uma classe não à margem da sociedade, mas como um pilar de sua sustentação. Cabe esclarecer, exclusão não diz direta e unicamente à pobreza material se adotarmos tal perspectiva. A exclusão social é ausência de renda, inserção precária no mercado de trabalho, acesso precário a serviços públicos e ausência de poder, poder este de ação e de ser representado (WANDERLEY, 2011). Portanto, exclusão é a condição de desigualdade quanto a bens materiais e simbólicos, de não garantia de direitos humanos, de não participação efetiva no âmbito político.

A segregação de Lefèbvre, como a não continuidade e simultaneidade que uma cidade deve ter, e exclusão, como aqui usado, não são sinônimos. No entanto, para utilizar um raciocínio proposto pelo próprio autor, conhecimento precisa ser reunido acerca da exclusão, e uma prática precisa ser proposta enquanto tática para que se vislumbre uma estratégia de construção de uma cidade com simultaneidade, para que se alcance o ideal do homem urbano.

Poderia dizer-se que o direito lefebvriano não diz respeito à defesa dos direitos humanos como condições básicas de humanidade. Sua proposta, em breves palavras, vai além e vislumbra um estágio mais avançado de sociedade, em que todos exerçam o modo de vida que desejam; que possuam poder de decisão sobre as iniciativas de carácter comunitário; que um planejamento sempre por se realizar, que contemple a existência simultânea de infinitas possibilidades esteja no horizonte da sociedade urbana, enfim, que permita a forma prático-sensível da existência urbana enquanto apropriação – condição oposta ao da alienação descrita por Marx. A segregação neste arcabouço representaria, em última instância, a privação dos segregados da cidade, e a impossibilidade da verdadeira existência de uma.

Contudo, não parece contradizer a luta por direitos humanos, esta que de certa forma está mais comprometida com as barbaridades contundentes às quais milhões de seres humanos estão submetidos em pleno século XXI, apontam diretrizes mais objetivas e mais simplistas – sem deixarem ser fundamentais. A defesa do direito à vida, ao bem-estar, à realização das necessidades que configuram a vida hoje, como o direito à trabalho, habitação, participação democrática etc., vislumbra também a possibilidade de autonomia dos indivíduos, de equidade social, de acesso às vias de efetivação e do sentimento de apropriação. Na verdade, ambos os conceitos de direito aqui referidos guardam uma semelhança: precisam ser exercidos – não se realizam os direitos humanos apenas como tratados e Constituições escritas em papeis, e nem o direito à cidade apenas no campo conceitual: são um exercício.

Partindo então da ideia de que a segregação a que se refere Lefebvre não é justaposta à de exclusão aqui invocada, mas que o enfrentamento à primeira não é possível sem a dissolução da segunda, é imperativo ter como horizonte em ambas as perspectivas que o direito a ser defendido é acima de ser uma questão de propriedade, é uma questão de apropriação.

Refletindo sobre os diálogos possíveis entre a obra do autor francês e o contexto brasileiro, por meio de um olhar da Psicologia Social, é preciso contextualizar sua produção. O autor sustenta sua teoria alicerçado em uma formação histórica, cultural e econômica bastante específica, a dos países europeus, ao tratar da Cidade que propõe. O cenário é um continente que reconhece seu passado na antiguidade grega, em modelos de cidade que remetem a esta civilização, e que acompanha suas transformações, e se transforma conjuntamente, ao longo dos séculos. Fala, mais especificamente, de um dos países pioneiros no processo de industrialização e da formação de centros e metrópoles urbanas, que por muito tempo sustentaram, se ainda não sustentam, as vanguardas tecnológicas e os ideais civilizatórios do mundo ocidental.

De certa maneira, mostra-se ciente disto, e ao longo de sua obra, descreve algumas dissemelhanças nos processos de urbanização e formação das cidades em outros continentes, como nos Estados Unidos, e a singularidade ainda de países de histórico de colonização e industrialização tardia, como o Brasil. Para além disso, no entanto, é nosso dever atualizar as discussões próprias de nosso território.

A necessidade de se pensar as especificidades da América Latina é um campo de discussão que vem ganhando força em diversas disciplinas. Por seu passado extremamente violento, não muito distante, em que todo seu território sofreu sob um regime de colonização e que, por exemplo no caso do Brasil, sustentou por mais de 300 anos o sistema de escravidão de povos nativos e povos africanos, uma desigualdade material e simbólica foi forjada desde o início de sua assimilação à civilização ocidental europeia.

Enquanto nosso contexto exige que pensemos em melhor distribuição de renda, das terras, e em garantir saneamento básico, enquanto lutamos contra elevadas taxas de mortalidade infantil em regiões desprivilegiadas do país, ou ainda em garantir que a população não viva abaixo da linha da miséria, esse já não era o contexto da Paris de 1960. Ainda hoje vivemos em uma sociedade de mentalidade racista e elitista, pautada em princípios como o da meritocracia, sem a compreensão apropriada da dívida histórica formada para com alguns segmentos da população. A luta por direitos trabalhistas, ações afirmativas, direitos de minorias, e por tantas outras reformas, como a agrária, são entendidas como buscas por “privilégios” destas

classes, uma vez que provocam o sistema, esse sim de privilégio, de uma outra bastante menor.

A questão do campo e da cidade, a extensão de nosso território, as desigualdades e diferenças entre suas regiões, a profusão cultural que bebe de fontes muito diversas das europeias, a formação da sociedade brasileira, as formas de participação social e política, questões relacionadas ao público e privado, entre muitas outras, fazem de nosso país um caso muito dissemelhante de outros, e exigem uma compreensão específica. Esta é uma necessidade inclusive para que não corramos o risco de almejar ideais não coerentes com nossas realidades social, histórica e política, e assim ficarmos presos na armadilha de uma busca inalcançável.

Um exemplo mais atual e palpável é tratado por Melo (2011), de como a exploração da população de crianças e jovens através do trabalho, dada desde os tempos coloniais, se agrava no contexto das cidades, mantendo um ciclo de exclusão inclusive pela não garantia do acesso à educação. Tal desigualdade, contudo, sobrepesa em segmentos da população específicos, diretamente ligada a questões de classe, raça e gênero: é nas favelas e periferias que ocorrem as maiores violações de direito, enfatizando aqui o próprio direito à vida. Segundo o Atlas da Violência, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (CERQUEIRA et al., 2016), jovens pretos e pardos, na faixa dos 21 anos, tem 147% a mais de chances de serem assassinados, comparados à população em geral – assassinados, diga-se de passagem, em larga escala pelo braço armado do próprio Estado.

A autora aponta uma direção basilar para nossa compreensão da questão urbana no Brasil – a desigualdade é parte do modo de perceber do sujeito urbano brasileiro. A fragmentação dos espaços está posta geográfica e funcionalmente, e correspondem a uma fragmentação social. Neste curso, já se adianta a impossibilidade de abstrair o sentido cidade enquanto obra.

Devemos nos questionar o quanto a academia e os discursos de saber também não operam de forma fragmentada, e qual o esforço para romper com as visões parcelares, buscando compreender o fenômeno dos vários prismas possíveis. Questões de segurança pública, de mobilidade e acesso a serviços e espaços da cidade, ambientais, de saúde e educação, lazer, de assistência social, habitação, entre outras, devem todas compor a resposta (ou respostas) à pergunta “Que cidade queremos?”.

Neste sentido, com todas as ressalvas e em constante postura crítica, ainda é possível, e preciso, recorrer ao pensamento de Lefebvre, pois o raciocínio que propõe é de natureza prático-sensível, e se baseia em um elemento que permite a continuidade de seu pensamento em qualquer território – a práxis.

Com a pretensão de contribuir a partir de um olhar do polo “periférico”, e das profundas problemáticas que encontramos em países forjados em relação de subalternidade pela colonização, Haesbaert retoma a ideia de ‘amor por tudo o que existe’, emprestadas do pensamento de Spinoza e Deleuze. Alerta para a necessária ampliação de nosso olhar para além das dimensões sociais e humanas como abortadas pelas tradições nas Ciências Humanas, invariavelmente sob epistemes antropocêntricas. É urgente abranger nossa perspectiva sobre nossos processos de existência para os demais elementos presentes no globo, e arraigar nossa postura em uma relação de mutualidade com a natureza - no sentido ecológico e dos demais elementos presentes no mundo físico-simbólico:

Sem dúvida, seria redundante lembrar, para poder “amar tudo que existe” e construir territórios efetivamente – o que significa, sobretudo, “afetivamente” – apropriados, é necessário, primeiro, acabar com toda a exploração e indiferença dos homens entre si e dos homens para com a própria “natureza”. (HAESBAERT, 2007, p.370)

Sintetizando de maneira integrativa os pensamentos aqui entrelaçados:

Precisamos assim lutar concretamente para construir uma sociedade onde não só esteja muito mais democratizado o acesso à mais ampla multiterritorialidade – e a convivência de múltiplas territorialidades, mas onde estejam sempre abertas, também, as possibilidades para uma reavaliação de nossas escolhas e a consequente criação de outras, territorialidade ainda mais igualitárias e respeitadoras da diferença humana. (HAESBAERT, 2007, p.371)

Partindo de reflexões que ampliam a compreensão sobre as relações pessoa-ambiente, mais especificamente sobre relações que se dão no espaço urbano, pretendemos seguir dimensionando o fenômeno da situação de rua frente aspectos sociais, culturais e históricos da sociedade urbana brasileira, mais especificamente na cidade de São Paulo, e em relação à população infanto-juvenil. Esperamos que fique evidente o diálogo complementar que se dá entre os olhares histórico e urbanístico

que apresentamos anteriormente, e os mais próximos da sociologia e do campo dos direitos humanos, e como o elemento do espaço urbano exige um enfoque transdisciplinar. Todos em diálogo próximo e cotidiano com as experiências na rua.

## **6. SOBRE OS MENINOS CABEÇA-DE-URUBU**

A infância e adolescência são construções sociais, históricas e culturais, baseadas em concepções forjadas pelo mundo adulto. A seguir, apresentamos parte de uma longa produção bibliográfica comprometida com a discussão dessas produções sociais em diferentes períodos no país, que embasam discussões fundamentais uma vez que nos propomos a aprofundar no campo da infância e adolescência em situação de rua. Por exemplo, é preciso distinguir de qual infância estamos falando – qual sua classe e sua raça. Certamente o gênero é um marcador social igualmente importante, contudo, não foi possível enveredar por essa discussão de maneira qualificada no presente estudo.

Ademais, é apresentada a profícua discussão sobre os conceitos sobre crianças e adolescentes em situação de rua e como as formas de nomear uma situação social constroem o próprio fenômeno, de maneira a superá-lo ou de estigmatizá-lo. Justamente por constituirmos parte do mundo adulto e da produção acadêmica, que oferece certa resistência a assimilar outras perspectivas de mundo que se utilizem de diferentes formas de expressão, pomos em evidência as contradições e pontos sensíveis desse campo de discussão, e nosso compromisso em construir conhecimentos que transformem essa relação entre os “cabeças-animalizadas” e os “cabeças-normatizantes”.

### **6.1. A questão da infância e adolescência em situação de vulnerabilização no Brasil**

Documentos que datam aproximadamente da década de 1870 retratam a cena pré-republicana na cidade de São Paulo acerca da participação da criança no espaço público, como aponta Moura (1999). Filhas da classe trabalhadora pobre, apresentavam-se como uma problemática social, dado que o “futuro da nação” se encontrava desde sua infância sob o signo da rua, lugar onde se perpetram os comportamentos imorais, o crime e o ócio. Neste período, caracterizavam-se ainda como crianças e adolescentes “na rua”, tendo participação tanto em trabalhos

operários como em atividades informais e ilegais, assomando aproximadamente 21% das ocorrências policiais, no período de 1900 a 1915, na cidade de São Paulo.

Como analisa a autora, estas crianças e adolescentes eram alvos de dois estereótipos simultaneamente, o de seres pertencentes a um mundo infantil angelical e inocente, a serem protegidos das moléstias do mundo – uma vez que em condição desigual a de adultos –, e o de delinquentes representantes da degeneração social sediada nas ruas, pela relação entre pobreza e criminalidade que já se apresentava na sociedade da época. Esta leitura sobre um papel ambíguo dessa população, reafirmada pelo Comitê Nacional de Atenção à Criança e ao Adolescente em Situação de Rua (2014), coloca ainda que entre os extremos em que são enquadrados, dos coitados aos perigosos, suas identidades acabam por ser vinculadas à rua, e tornam-se alvo de uma série de concepções, que se transformam ao longo da história:

Do filho de escravas do ventre livre de 1871, passando pelas categorias de menor abandonado ou delinquente habitual do Código de Menores de 1927, e de menor em situação irregular, do Código de Menores de 1979, até a de ser humano em desenvolvimento do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990(...). (p.6)

A obra *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo* (FRONTANA, 1999) refaz o percurso histórico pelo qual emerge a “questão social” e como se torna premente no contexto brasileiro: baseada em autores anteriores, Frontana coloca que com a libertação das pessoas escravizadas, isto é, a população negra, é constituída uma preocupação de governantes e civis em torno de problemáticas que diziam respeito ao flagelo das populações mais vulneráveis, como a exclusão, o desemprego e pobreza extrema dessas pessoas recém concebidas como cidadãs, como questões de preocupação da sociedade como um todo. A autora apresenta um percurso argumentativo até alcançar tempos mais recentes em que o “menor”, como heteronomeado em outras épocas crianças e adolescentes filhos da classe trabalhadora que tinham a rua como espaço de busca de sobrevivência, passa a figurar como a questão social mais premente, a “questão do menor”.

Retomando a obra de Philippe Ariès, *História Social da Criança e da Família* (1981, *apud* FRONTANA, 1999), e como a noção de infância vai tomando vulto em nossas sociabilidades, a autora demonstra como a preocupação com o desenvolvimento e a educação destinada a essa faixa específica e singular da sociedade ganha relevância já no século XIX. É simultaneamente a esse processo

que a importância do Estado sobre a regulação e controle dos processos individuais se estrutura. E é em prol do fortalecimento de uma nação comandada por um Estado moderno que o papel de autoridade mor do pai, nas famílias da época ainda estruturadas patriarcalmente, perde espaço para o próprio Estado, uma nova autoridade suprema.

Nessa toada, de normatização e moralização da vida cotidiana a serviço de um bem maior nacional, é que o Estado passa a assumir o papel de defensor protetor da família e da propriedade, células constituintes do projeto de nação vigente, papel antes exercido pelo pai. Como forma de consolidar as formas de ação e intervenção estatais, passa-se a regimentar a vida também por vias jurídicas.

No que tange à infância e adolescência, em 1927 é elaborado o Código de Menores, primeira legislação em respeito a essas populações. Além de definir limites etários, a condição civil e jurídica, essa legislação dá contornos a expressão que vinha ganhando maior visibilidade e uso em jornais, discursos e produções academicistas – “menor”. Esse termo é assim, melhor explicitado, e evidencia o processo social que subjazia à sua constituição, o de cisão entre as noções de *infância* e *menoridade*.

A infância, como uma idealização desse período de desenvolvimento, não correspondia ao público delimitado pelo Código. Este, por sua vez, previa prescrever sobre a vida da população enquadrada abaixo dos 18 anos que se encontrasse sob o signo da marginalidade e do abandono moral e/ou material, ocasionados, em última instância à negligência do Estado perante as precariedades crescentes da condição da vida urbana moderna, mas também da negligência ou indignidade de seus pais ou responsáveis. O termo “menor” passa a ser o sucessor de nomenclaturas utilizadas nos tempos de império, como “enjeitados” ou “expostos” (em referência às Rodas dos Expostos<sup>4</sup>), os abandonados da época, fosse por serem frutos de adultérios ou de famílias pobres.

Crianças e adolescentes estarem nas ruas desde tão tenra idade, quando deveriam estar sendo educadas para o bem do futuro da nação, mostravam-se como grande preocupação de juristas, que viam nessa situação a necessidade de intervenção estatal. A preocupação recaía ademais sobre a crescente criminalidade infantil e juvenil vista pelas ruas das cidades. É a partir dessa legislação que o termo

---

<sup>4</sup> Roda dos expostos era uma estrutura acoplada a prédios de organizações religiosas por meio da qual bebês poderiam ser entregues aos cuidados da organização sem que a pessoa que abandonava a criança pudesse ser identificada.

“menor” passa a ter os contornos que chegam até os dias de hoje, da infância abandonada, material e moralmente, carente de suporte e cuidado do mundo adulto, que por sua vez era julgado como incapaz, negligente e culpado.

No rol das mudanças mais recentes, em 1987, foi criada a Secretaria do Menor no Estado de São Paulo (FERRAREZI, 1995), com o objetivo de humanizar a concepção e o tratamento pelas políticas públicas das crianças e adolescentes, até o momento caracterizadas por um viés assistencialista-repressor, instauradas em nível nacional pela Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNABEM), fruto da estratégia de desenvolvimento do regime militar pautada na centralidade representada pela Fundação Nacional de Bem-estar do Menor (FUNABEM) (FRONTANA, 1999).

Anteriormente, ainda sob a vigência do Código de Menores, a questão destes infantes era tratada como de polícia – a ser reprimida, como importunos à segurança pública –, podendo chegar a ser uma questão de carência – tratada pelo viés do assistencialismo. Ainda que o discurso jurista que embasa esta primeira legislação se mostrasse a favor de uma abordagem de assistência e proteção por parte do Estado, em que os menores seriam vítimas de seus meios deturpados, a prática demonstrava como eram concebidos, na realidade, como existências “irregulares”, e tratados primordialmente pelas políticas de segurança da ordem social pautados nos princípios correccional-repressivos.

De maneira apurada, Frontana (1999) se debruça sobre o período do regime ditatorial civil-militar brasileiro, e aborda como, ao passo em que o crescimento econômico se fazia visível a partir das políticas empreendidas pelo regime, as desigualdades sociais se acirravam, expressamente nos núcleos urbanos. Notavelmente, a marginalização das populações mais pobres pode ser compreendida por uma chave sociológica como decorrência dos processos de industrialização e modernização, nortes da economia militar, concentrados nas metrópoles urbanas. Nesse período histórico, o forte discurso nacionalista recrudescedor clamava por medidas que colocasse a segurança nacional como prioridade. Como bem tecido na obra da autora, a questão social passa a ser tratada como questão de ordem social, uma vez que parecia ameaçar a integridade moral da nação. Os meninos e meninas de rua, nesse contexto, figuravam como máculas aos valores nacionais.

A década de 1980, marcada fortemente pela pressão de movimentos sociais e setores civis pela queda do governo ditatorial, pauta a mudança deste paradigma,

defendendo como princípio democrático o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, atribuindo o caráter de cidadão aos anteriormente tratados como “menores”. Somado o início do processo de reconstrução das políticas públicas, na década de 1970, a movimentos organizados por setores da sociedade civil e do governo que culminaram na inclusão de direitos das crianças na Constituição, por meio do Artigo 227<sup>5</sup>, a história do “menor” dirige-se a uma nova fase de concepção das políticas sociais: em 1990 é promulgado no Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instrumento político reconhecido na época como uma das mais modernas legislações de proteção e garantia de direitos da infância e adolescência no mundo, defendendo os princípios de *cidadania e proteção integral* como substitutas da noção de “situação irregular”. Neste sentido, diversas políticas públicas voltadas a este público, agora compreendidos como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, mercedores de direitos especiais, foram criados na cidade de São Paulo. Apesar de não configuradas com a estabilidade e a implementação de política pública, alguns serviços e equipamentos tiveram, ao longo dessas décadas, a população infanto-juvenil em situação de rua como seu público-alvo.

## 6.2. Crianças e Adolescentes em Situação de Rua: conceituar para não estigmatizar

Movimentos sociais e setores da população ligados à causa das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade tiveram participação-chave na construção desta nova concepção de sujeito de direitos em condição peculiar de desenvolvimento (BRASIL, 2014). Um dos movimentos que vinham ganhando força desde a década de 1970, e que também exerce papel fundamental frente à reconstrução da democracia no país, é o voltado à questão dos meninos e meninas de rua, que congregava trabalhadores, técnicos, intelectuais, líderes comunitários, setores da Igreja Católica, defensores dos direitos humanos, pais e outros cidadãos (OLIVEIRA, 2007). Influenciados principalmente pela Teoria da Libertação e pela pedagogia de Paulo Freire, defendiam uma compreensão destas crianças

---

<sup>5</sup> Art.227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

abandonadas como produtos mais complexos de uma sociedade desigual, considerando aspectos sociais, políticos e econômicos da produção da pobreza no país, substituindo a culpabilização da vítima por uma visão social do abandono e da chamada delinquência juvenil.

É neste contexto em que nasce a iniciativa de atender a estes meninos e meninas em situação de rua no próprio espaço da rua, contrariando os movimentos de institucionalização. No ano de 1979, diversos profissionais vindos das universidades, com o apoio da Pastoral do Menor, começam o trabalho que seria conhecido mais tarde como Educação Social de Rua. O local escolhido: Praça da Sé. Na metade da década de 1980, o local, as crianças e adolescentes em situação de rua (CASRua) e os educadores sociais estampavam capas de publicações em todo o mundo (OLIVEIRA, 2007).

Roberto (2016) retoma em sua tese de doutorado o histórico dos termos utilizados na bibliografia para se referir aos que hoje denominamos crianças e adolescentes em situação de rua. Discute sobre a preponderância do uso de termos pejorativos no século passado, que impregnavam sentidos desqualificatórios a essa população, como peraltas, vadios, pobrezinhos sacrificados. Faz notar como as terminologias foram (e são) empregadas, invariavelmente, de maneira a designar uma população supostamente homogênea, sem atenção a pluralidade de condições de viver e existir sob o emprego dessas noções formuladas a despeito de seus sujeitos reais. Outra produção que trata dos vários termos utilizados ao longo do tempo mais detalhadamente é o estudo de Mantoni e Carvalho (em fase de elaboração) e de Rizzini (2003).

No caso da situação de rua, ou dos outros vários sinônimos perpetuados ao longo das décadas passadas por posicionamentos oficiais ou pelo senso comum, Mantoni e Carvalho<sup>6</sup> (em fase de elaboração) apontam sobre o contrassenso em incorrerem, ao utilizarmos uma determinada definição, no uso do conceito enquanto uma condição já determinada, uma identidade consolidada – alguém que é de rua – ou mesmo estigmatizadora. Argumentam que, uma vez que nenhuma designação é neutra, pois é forjada em um determinado contexto, por determinados personagens da cena histórica e política, a noção que embasa a metodologia de pesquisas e

---

<sup>6</sup> MANTONI, L.; CARVALHO, M. Questões em torno das denominações utilizadas para crianças e adolescentes em situação de rua. (Em fase de elaboração)

intervenções pode se desdobrar como repressoras e violadoras em vez de emancipadoras. Nossa preocupação com o uso das terminologias, portanto, deve ser de uma coerência crítica com os efeitos que desejamos produzir a partir de nossas intervenções e estudos.

Problematizando o uso dos conceitos como forma de denominar um grupo de pessoas com determinada vivência, e de como pode-se, com isso, incorrer no risco de reiterar suas condições de maneira a cristalizar uma concepção de vinculação direta da identidade dessas pessoas com seu estado de vulnerabilização, as autoras Prates, Prates e Machado (2011) propõem que, contudo, sigamos nos debruçando sobre os conceitos, por auxiliarem também num melhor tateamento dos processos envolvidos no fenômeno, e assim subsidiar políticas públicas mais adequadas, oferecer embasamentos mais sólidos para pesquisas e para a formação da opinião pública, bem como contribuir para o fortalecimento dos movimentos de resistência protagonizados pelos próprios sujeitos.

Ainda que não haja consenso acerca da definição de situação de rua em estudos e práticas (nacional e internacionalmente), contando inclusive com uma profusão de termos e usos, por vezes contraditórios, como apontado por autoras da área (APTEKAR, 1996; RIZZINI et al, 2003; ROBERTO, 2016), a definição atualmente reconhecida pelo Governo Federal (2009) é a situação dada pela pobreza extrema, por vínculos familiares fragilizados e por desfiliação social por ausência de trabalho assalariado, e que tem como palco de suas relações privadas a rua, nela desenvolvendo relações identitárias e de sobrevivência. Ainda no decreto Nº7053 (BRASIL, 2009), reconhece-se que a denominação “rua” é carregada do estigma e exclusão a que essa população é submetida, e aponta que a naturalização da questão – ou invisibilidade – é acompanhada pela quase completa ausência de estatísticas e informações, bem como de políticas públicas de enfrentamento específicas. Contemplando as especificidades da população infante-juvenil, a Resolução Conjunta CNAS/CONANDA 01/2016 propõe:

Art. 1º. Definir como crianças e adolescentes em situação de rua os sujeitos em desenvolvimento com direitos violados, que utilizam logradouros públicos, áreas degradadas como espaço de moradia ou sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente, em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social pelo rompimento ou fragilidade do cuidado e dos vínculos familiares e comunitários,

prioritariamente situação de pobreza e/ou pobreza extrema, dificuldade de acesso e/ou permanência nas políticas públicas, sendo caracterizados por sua heterogeneidade, como gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência, entre outros.

Essa definição foge da concepção por trás de termos anteriormente utilizados como “menino de rua”, que, conforme Glauser (1990 *apud* RIZZINI, 2003), carrega a noção de crianças que fugiram da norma, norma essa definida não em função das prioridades e necessidades dessas crianças, mas de interesses que tangem à sociedade. Normatizando-se, assim, o que se espera do período da infância e adolescência de acordo com preocupações exteriores que não a da própria população. Ressaltando uma diferenciação utilizada ainda hoje no uso das terminologias, os termos “criança de rua” e “criança na rua”, cunhados por Peter Taçon há mais de três décadas (1985 *apud* RIZZINI, 2003), diferenciam as crianças que possuem laços familiares rompidos e utilizam primariamente a rua como local de moradia, e as que utilizam os logradouros apenas para atividades de lazer ou retorno financeiro, mas que retornam às casas para o pernoite, respectivamente. Os termos ganham aceitação, pois passam a se referir e a questionar as condições em que se encontram as crianças e adolescentes, não fazendo julgamentos morais sobre os próprios sujeitos, como os termos anteriores.

Rizzini (2003) complementa a análise constatando que é na década de 1990 que a compreensão sobre a “criança de rua” avança para além dos esforços de traçar um perfil descritivo desses sujeitos, e se aprofunda sobre termos socioeconômicos. Isso permitiu o deslocamento do foco sobre a família como a culpada e incapaz, para a leitura de que essas famílias se encontram elas mesmas espoliadas de recursos, entre eles materiais. A rua, por sua vez, passa de local de busca por recursos materiais para local também de busca por outras experiências, como a de liberdade e melhores condições de vida.

Nesse sentido, ainda que o termo tenha sido atualizado com a criação e implementação do ECA, garantindo concepções mais amplas e alinhadas com a defesa dessa população enquanto sujeito de direitos, a fim de incorporar a ideia de condição, e de determinação da pessoa como em “situação” e não apenas como “de rua”, pode-se questionar o quanto os discursos e práticas tem operado nesta nova

proposta, uma vez que o termo continua a focar os sujeitos na situação de rua, e não os processos que os levaram a ela. Assim, as autoras Jane e Flávio Prates e Simone Machado propõem que o fenômeno seja tratado como processo social, em um *continuum* de aproximação à (sobre)vivência das ruas:

O termo processo de rualização parte de uma concepção oposta, na medida em que o reconhece como processo social, condição que vai se conformando a partir de múltiplos condicionantes, num *continuum*, razão pela qual processos preventivos e a intervenção junto àqueles que estão ainda há pouco tempo em situação de rua parecem ser fundamentais para que se logre maior efetividade em termos de políticas públicas. (PRATES; PRATES; MACHADO, 2011, p.194)

Nesse ponto, gostaríamos de explicitar a opção feita pelos termos utilizados para nos referirmos às CASRua. Variando entre os termos “crianças e adolescentes em situação de rua”, “população em situação de rua” e “meninos”, baseamo-nos nos termos utilizados no campo de pesquisa, os dois primeiros sendo termos mais recentes, como demonstrado acima, e o terceiro utilizando mais em ocasiões informais ou em comunicação entre trabalhadores da área.

É com base nas contribuições dessas últimas autoras que nos apoiamos para a proposição das reflexões acerca do processo de rualização já apresentadas e por meio das quais desenvolvemos nossa pesquisa, uma vez que nos alinhamos com a perspectiva de compreender o fenômeno da situação de rua como uma produção das relações sociais, isso é, de relações inter e intra-indivíduos imersos em ambientes de abrangência micro e macro estruturais.

### 6.3. “Quem não é visto não é lembrado”

Outro aspecto sobre a produção acerca da temática, próxima da problemática sobre a conceituação da situação de rua, se observa quanto aos censos e dados estatísticos. Não há dados oficiais nacionais quanto à quantidade e ao perfil destas crianças e adolescentes, como evidenciado no documento publicado pelo Ministério dos Direitos Humanos (2017). O mesmo documento afirma que a ausência dessas informações revela e mantém a invisibilização da temática frente à agenda governamental, o que prejudica o planejamento de políticas específicas, bem como de estratégias para a garantia dos direitos fundamentais dessa população e da avaliação do impacto de eventuais políticas públicas existentes.

Na década de 1980 e início de 1990, os números aventados eram exorbitantes, não correspondendo a um diagnóstico fiel à realidade (ROSEMBERG, 1996). De acordo com informações levantadas por Hecht (1998 *apud* RIZZINI, 2003), o UNICEF divulgava em 1984 o número de 30 milhões de crianças vivendo nas ruas no Brasil, o que corresponderia a um contexto de mais crianças vivendo nas ruas que em casas. As cifras divulgadas na década de 1980, tanto por instituições como por jornais e pesquisas acadêmicas, eram de sete milhões de crianças, estimativa que corresponderia a 6% da população brasileira em 1993. Contudo, contagens realizadas nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo entre os anos de 1993 e 1994, realizadas com apoio de instituições envolvidas com a questão, apresentaram uma estimativa um número muito inferior, de 13 mil “crianças de rua” em todo o país. Os autores apontam que a falta de uma definição apropriada e compartilhada da noção de criança de rua, inclusive, pode ser um fator para a inflação das estatísticas.

A reivindicação por dados oficiais acerca desta população é uma demanda também de movimentos sociais, trabalhadores da área e sociedade civil (Comitê Nacional de Atenção à Criança e ao Adolescente em Situação de Rua, 2014). No contexto da cidade de São Paulo, com o propósito de fornecer estimativas mais próximas, uma primeira contagem de CASRua foi realizada no ano de 1993 pela Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social do Estado, hoje extinta, registrando um total de 4.520 crianças e adolescentes no período diurno e 895 no período noturno (ROSEMBERG, 1996). Uma segunda contagem (e última) especificamente sobre crianças e adolescentes foi publicada entre os anos de 2006 e 2007 (FIPE, 2007), e contabilizou 1842 crianças e adolescentes vivendo nas ruas da capital, registrando um total de 805 crianças e adolescentes nas regiões das subprefeituras Sé (acrescida dos distritos Pari e Brás) e Pinheiros, caracterizando esta população como predominantemente masculina (77,7%) e adolescente (73,6%), sendo ainda 80,3% de cor identificada como não-branca. Uma fala recorrente entre os trabalhadores e pesquisadores da área é a de questionamento sobre o número total divulgado, que apresentaria um diagnóstico distorcido frente a suas experiências, ainda que corroborem com outros aspectos do perfil apontados.

O censo mais recente divulgado oficialmente pelo governo municipal sobre a população de rua foi publicado em 2015, todavia, não apresenta metodologia consistente para a contagem da população infanto-juvenil. Segundo o documento, a

capital paulista tem 15.905 pessoas vivendo em situação de rua, entre moradores de rua e acolhidos. Esse universo representa 0,1% do total da população da cidade, estando, destes, 52,7% na região central (Subprefeitura Sé e distritos Pari e Brás), e mais especificamente, 17,9% no distrito Sé. Apesar de apontar desaceleração do crescimento dessa população entre 2009 e 2015, o censo constata que no período de 2000 a 2015, o crescimento da população total da capital foi de 0,7% ao ano, enquanto o crescimento da população em situação de rua foi de 4,1% em relação à população total, o que representa 82,6% de crescimento absoluto no período de 15 anos – de 8.706, em 2000, para 15.905, em 2015.

Apesar de o levantamento não ter considerado a população adolescente em situação de rua (indicando o número de apenas 54 adolescentes em todo o município, incoerente com a demanda que se apresentava ao ECCA, por exemplo), não lhes foi dirigido nenhum questionário ou levantamento, por exemplo, o relatório aborda informações gerais interessantes sobre a localização da população que buscou (adulta em situação de rua), que possivelmente sejam replicáveis aos mais jovens: a população tende a diminuir quanto mais periférica a região; nos distritos Sé e República, os moradores se concentram em alguns numerosos pontos (discrepante com o encontrado em outras regiões, onde se encontram dispersos); e a ocupação das ruas se dá principalmente em áreas comerciais (57%), com pouco movimento noturno, como praças, estações de trem, metrô e ônibus, além de grandes avenidas e baixos de viadutos, igrejas e serviços destinados à população, ou regiões de uso misto (28%). Um dado relevante é a migração noturna para o centro.

O Sumário Executivo, elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS, 2015) a partir da pesquisa censitária de 2015, é um documento que sintetiza os dados levantados e propõe um relatório temático das necessidades da população de rua, que não resvala na questão da criança e do adolescente de rua (com exceção dos que foram computados como acompanhados das mães). É fundamental notarmos que o adolescente não constitui um tema elegido como relevante.

Retomo que não é possível ir *contra* a rua sem *conhecer* as ruas, pois ainda que se mantenha o objetivo de erradicar a situação de vulnerabilidade de se viver nas ruas, não é possível – nem humanitária, nem eficazmente – que seja feito a partir de noções generalizadas e homogeneadoras. Além disso, há uma questão histórica na

área (GREGORI, 2000), de que tanto a super quanto a subestimativa destes dados podem prejudicar os esforços de erradicação da situação de rua. Subestimar o número de pessoas em situação de rua significa destinar menos recursos financeiros e humanos a esta seara, bem como a superestimativa incentiva manchetes de alarde, pressionando as entidades que desenvolvem um trabalho no campo, sem, contudo, implicar em uma maior atenção do poder público e de aumento de recursos e suporte. Ainda, a escassez de censos e estatísticas nos deixa sem instrumentos demográficos, como para apontar a influência de variáveis como cor, gênero, histórico socioeconômico, região de origem, que poderiam indicar a maior ou menor prevalência de passagem pela rua, ou de permanência na rua, ou ainda quais são as situações que mais os acometem, os lugares de maior frequência, que indicariam focos de atuação.

Nessa seção, dispomos do arcabouço teórico do campo da infância e adolescência em situações vulnerabilizadas, ao qual pretendemos contribuir a partir de nosso escopo de estudo. Como fica evidente, as produções destacadas posicionam-se de maneira a contribuir para o avanço da garantia dos direitos fundamentais dessas populações, e nesse sentido demarcam seu posicionamento ético-político de compromisso. Essa questão será melhor desenvolvida nas seções seguintes.

## **7. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS**

Como argumentado ao longo do trabalho, o desenvolvimento de uma pesquisa no espaço da rua traz desafios muito próprios, que demandam, em prol de uma vivência e apreensão mais densas e éticas. A prática ética tanto refere-se aos demais sujeitos participantes da pesquisa – nesse caso, consideremos, e.g., a busca por melhores formas de aproximação dessas pessoas na pesquisa de campo; quanto diz respeito à compreensão dos limites e das capacidades do sujeito pesquisador – como por exemplo, experiências prévias nos ambientes estudados e preconceções, recursos interpessoais para contato com outros participantes, a inscrição de seu corpo no trabalho de campo... Dessa maneira, a presente pesquisa contou com recursos diversos, apoiados no objetivo de aproximar-se qualitativamente do campo estudado.

A pesquisa na rua defrontou-me com o desafio de acompanhar metodologicamente a mobilidade dos adolescentes e o universo simbólico que

envolve a rua, sempre em atualização. Sobre a rua e os adolescentes que dela fazem uso para a sobrevivência e a socialização, os pontos de partida dessa pesquisa, temos comumente concepções e experiência anteriores que norteiam nosso olhar. Na rua, exercemos papéis que se colocam como um recorte de experiência, como condições de existência do campo: nossa aparência, nosso gênero, como nos comportamos nos diversos ambientes, nossa maneira de falar e se relacionar, nossas concepções anteriores (baseadas em experiências pessoais, nível de escolaridade, concepções estruturais de classe, culturais, de raça...). Sobre estes dois apontamentos, é preciso sustentação em uma metodologia que ofereça formas de investigação que desviem de nosso senso comum, e dos estigmas que fomentam.

Uma vez que o próprio objetivo da pesquisa foi se desenrolando e transformando ao passo em que esta era realizada, apresentei ao longo do texto a compreensão de que a dita pesquisa e o dito método são, em última instância, uma só substância. Contudo, para fins de explicitação e reconhecimento dos processos e das materialidades que compõem o fazer acadêmico, são apresentadas nessa seção as estratégias metodológicas utilizadas.

Como introduzido anteriormente, adotamos como inspirações metodológicas o fazer etnográfico e o fazer da Educação Social de Rua. A Educação de Rua, com base na obra de Paulo Freire, vem da bagagem da pesquisadora como trabalhadora da área, que, por meio da afinidade teórica com o campo da Psicologia Social, argumenta uma proximidade com a postura proposta por autores da Etnografia.

Essa segunda proposta vem compor visto seu propósito de formar campos de sentido a partir da observação direta do fenômeno, buscando a articulação entre observação e teoria, e formulando uma “teoria da descrição” como uma consequência do fenômeno estudado, e não algo a priori (EZPELETA; ROCKWELL, 1986). A prática etnográfica é, na verdade, mais uma postura a ser exercida no contato com o outro, que através do estranhamento, possa oferecer alteridade em relação ao observado. Esta alteridade não é sinônimo de distanciamento dos atores e dos cenários, mas sim de um exercício de trânsito entre estes e suas regras e elementos exteriores, que possam trazer insights e até mesmo emprestar categorias de análise. O fruto dessa prática deve ser uma troca entre os pesquisadores e os pesquisados, e de debate entre seus universos, teóricos ou vividos, que no fim aponte para novas formas de entendimento e novas pistas não previstas (MAGNANI, 2012). Nesse sentido,

contribui complementarmente com a postura de compromisso ético e político de transformação da realidade defendida pela Educação de Rua para a construção de um conhecimento – ou produção acadêmica – que não se mostre alienada da realidade e de seus “sujeitos de pesquisa”, e que possa desempenhar alguma relevância social.

Apontada brevemente a afinidade teórica quanto ao método, a experiência direta com o campo figurou como a parte central da pesquisa. O interesse e foco pelos percalços do trabalho de campo foi bastante enfatizado também por outros pesquisadores colaboradores da pesquisa, que foi, por vezes, marcado inclusive por muito espanto, urgência e/ou comoção por parte desses interlocutores.

Um primeiro dilema ético despontou com a submissão do projeto de pesquisa inicial ao Comitê de Ética em Pesquisa com Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Com o objetivo inicial de investigar formas de apropriação do espaço da rua e de desdobramentos identitários por esses adolescentes, foi elaborada uma entrevista semi-aberta, a ser aplicada em contatos feitos na própria rua. Contudo, como um procedimento previsto pelos Comitês de Ética, quem seriam os responsáveis a autorizarem tais entrevistas com os sujeitos menores de idade? Quem assinaria os termos de consentimento livre e esclarecido por eles?

Como entendido que não configuram capacidade plena para consentirem com sua própria participação em pesquisas, crianças e adolescentes tornam-se participantes a partir do consentimento de seus responsáveis legais e de seus assentimentos, após a compreensão dos procedimentos e os objetivos da pesquisa. Contudo, a população alvo inicial do estudo era de adolescentes caracterizados como em situação de rua, isto é, que possuem a rua como espaço privilegiado de vivência, podendo ou não possuir vínculo com a família ou alguma instituição. Como já apontado pela literatura, o caso de estudos com crianças e adolescentes em situações configuradas como de risco enseja uma grande discussão, pois os entendidos como responsáveis por sua proteção e cuidado são nestes casos promotores e/ou coniventes com essas situações.

Neste sentido, como declarado pelo Conselho Federal de Psicologia<sup>7</sup>, a/o psicóloga/o pesquisador/a não aceitará o consentimento informado por pais ou

---

<sup>7</sup> Artigo 7º da Resolução 016/2000.

guardiões legais que não mantenham contato ou interajam sistematicamente com seus filhos (público alvo da pesquisa), ou que abusaram, negligenciaram ou foram coniventes com abuso e/ou negligência (itens 2 e 3).

Esta barreira, portanto, parecia eticamente resolvida, enquanto o objetivo de questioná-los sobre suas vivências e impressões próprias sobre a rua e suas identidades era mantido. O desafio seguinte, metodológico dessa vez, foi: onde estão os adolescentes com os quais pretendo encontrar? Onde está meu campo de estudo?

Partindo das dificuldades surgidas nesse momento da pesquisa, um desvio no percurso antevisto (ou novo e imprevisível caminho) se fez necessário, e buscamos por parceiros possíveis que facilitassem a entrada no campo e o contato com os adolescentes. Foi tentado contato com colegas trabalhadores da rede, ainda funcionários do Projeto Quixote – em outro programa de atendimento que previa a abordagem de rua no centro da cidade. Ao ser informada de que, por aquele momento, não estavam promovendo atendimentos na região central, optamos por entrar em contato com outra ONG conhecida por seu trabalho com Educação de Rua, a Fundação Projeto Travessia.

O planejamento de realizar as entrevistas com os adolescentes foi mantido até que, em companhia dos educadores do Projeto Travessia, foram realizadas seis incursões à rua sem que conseguíssemos contato direto com os adolescentes – relatadas posteriormente. Assim, passamos a apoiar o trabalho de campo com outros recursos de registro, além de variar a participação em campo para observações participantes em outros espaços relevantes na discussão do tema das crianças e adolescentes em situação de rua na região da Sé, nos quais fui inserida por meio da parceria com a ONG.

Concomitantemente às atividades em parceria direta com a Fundação Projeto Travessia, participei de três reuniões do Projetos Integrados do Vale do Anhangabaú (PIVALE), que congrega os serviços da rede de atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua na região do Vale do Anhangabaú; diversas atividades ligadas ao Grupo de Trabalho Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua (GT), coordenado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e da Adolescente (CMDCA) e pelo Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS). Passei ainda a participar ativamente – em um molde inspirado pela pesquisa-ação – do Fórum Regional de Defesa do Direito da

Criança e do Adolescente da Sé (FDDCA-Sé), espaço de controle social sobre as questões pertinentes à infância e juventude na região central de São Paulo.

Como, de acordo com o projeto inicial, o acompanhamento de reuniões com organizações, trabalhadores e outros atores não era previsto, estas atividades foram realizadas sem observação sistematizada, mas de forma a recolher elementos presentes no campo de discussão sobre a infância e adolescência em situação de rua na região do estudo, bem como meio de aproximação com os trabalhadores de serviços que eventualmente poderiam ser acompanhados nas abordagens aos adolescentes.

O principal instrumento de registro de observações e impressões das idas a campo, de eventos pertinentes à pesquisa e outras passagens relevantes ao processo da pesquisa, foram os diários de campo, e uma entrevista gravada, além de eventuais registros fotográficos. Foram utilizados diários de campo mantidos durante o período da formação como mestranda, como também registros realizados anteriormente, quando ainda me enquadrava como estagiária e trabalhadora no serviço onde iniciei meu contato com o tema – no Programa Refugiados Urbanos do ECCA Moinho da Luz.

O uso dos diários de campo referentes a estes dois momentos, os primeiros sobre o momento de contato inicial com a temática e de um posicionamento de intervenção direta maior no campo, e os mais recentes já enquanto pesquisadora, pautada no desenvolvimento de um projeto de pesquisa, mostrou-se relevante ao passo que, ao longo da trajetória de pesquisa, ficou evidente a impossibilidade de cisão entre os papéis e experiências tidos entre “momento de pesquisa” e “momento de não pesquisa”.

A maneira de *vivenciar* o campo (PEIRANO, 2008) – uma compreensão também fortemente inspirada pela etnografia, mas que, no caso, deu-se naturalmente por meio da prática em Educação de Rua – é caracterizada por uma proximidade espaço-temporal: tenho atuado na área da infância e adolescência em situação de rua há mais de quatro anos, e a partir de diferentes prismas, ora como estagiária em Psicologia, ora como orientadora socioeducativa de um serviço de convivência para a referida população gerido por uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), ora como militante, ora como pesquisadora. As posições de observadora e de participante, assim, oscilaram e complementaram-se em porções variáveis a

depender da etapa do campo, variando ainda conforme as tarefas e status conferidos por cada papel desempenhado – entre estagiária, psicóloga, orientadora socioeducativa, militante e pesquisadora.

*Charm da Augusta [à noite]*

*No bar Charm da Augusta, na companhia da Aline, fomos para falar da vida debruçadas sobre uma cerveja. Uma menina bem pequena se aproxima com uma caixa de balas, e oferece sua mercadoria cantarolando. Responde que seu nome é Vitória e que eu poderia comprar algo para ela, continuando com o tom melódico. Não costumo comprar produtos de crianças ou adolescentes, por entender que isso fortalece sua presença na rua, sem de fato trazer algum benefício. A prosa segue com Aline, algumas lágrimas também. Estou ansiosa e meu olhar não para de buscar por alguém, que também não quero encontrar. Uma pessoa passa oferecendo brisadeiros [brigadeiro com maconha]. Um grupo de três meninos não nos aborda, mas seguram suas caixas de bala. Em um momento, enquanto conversávamos, olho para a calçada atrás de Aline e digo “Conheço essa moça”. Desacelero o que estava falando e ela repara na moça, mas ela passa batido por nós e para na mesa seguinte, onde há dois homens mais velhos, mais bem vestidos. Esperta. Digo de novo, em baixo tom, “Ela chama Ana Paula, conheço por atendê-la no Moinho da Luz”. Como a palavra estava comigo, segurei o silêncio, querendo ouvir o que ela iria dizer.*

*Boa noite, com licença, me chamo Ana Paula. Apesar da minha aparência, sou uma menina de rua. Vivo debaixo de um viaduto, ali no Vale do Anhangabaú, e cuido de 69 (ou 109?) crianças. Já apareci na televisão, no Programa do Profissão Repórter e no Conexão Repórter, que mostrou o trabalho que eu faço. Ele (o apresentador) até dormiu com a gente lá no viaduto, na rua e viveu na pele o que é isso. Tô aqui vendendo pra conseguir ajuda pra fazer um macarrão hoje pro pessoal. Não é fácil cuidar de 69 crianças, então peço ajuda pra vocês.*

*Silêncio enquanto os homens buscam algum dinheiro, e um elogia “Olha, já te vi por aqui antes. Parabéns por esse trabalho que você faz, muito bonito, muito importante”. “É, mas não é fácil não”.*

*O campo está em todos os lugares, basta estar.*

*Minha sensação foi de nostalgia. Talvez não tenha me trazido nenhum insight, mas trouxe uma proximidade que pareço não ter mais, além da impressão de haver ali um ciclo. Ana Paula era maior de idade, jovem adulta quando a conhecemos no Moinho. Já era mãe de rua. E ali continua. Reciclando momentos, como a aparição na tv e o papel de mãe de rua, como formas de aparentar como cuidadora para arrecadar mais dinheiro.*

*Devia ter falado com ela, mas não tive coragem...*

(Diário de campo de mestrado, 5 de novembro de 2018)

Cito a passagem do diário de campo acima como ilustração de que a pesquisa ocorre em um “modo campo” (SPINK, 2003), sendo assim não apenas difícil, como indesejável e despropositado que procuremos uma cisão, ou um limite definido, entre os variados papéis ocupados, ou melhor, pontos de vista adotados pela pesquisadora. Tampouco parece beneficiar a análise da presente pesquisa que esta seja caracterizada por apenas um tipo de método, de maneira que pretendo apresentar as influências e recursos utilizados justamente para que se mostre prevalente o compromisso ético com a complexidade do campo de estudo, e assim a disposição de uma postura multimétodos. Dessa maneira, defendo a fundamental importância do período anterior ao delimitado pela pesquisa, dos diferentes contatos e papéis frente ao tema ora tomado como interesse de pesquisa acadêmica, evidenciando que, em geral, a pesquisa não acontece apenas nos momentos em que conscientemente dizemo-nos dedicada a ela.

Ainda, é de nosso escopo a abertura aos afetos que perpassam o campo, de afetos que, por consequência, perpassam os atores do campo, isto é, os participantes da pesquisa e o/a próprio/a pesquisador(a). Deixar afetar e ser afetada/o pelo campo convoca necessariamente a uma postura que não é apenas a de observador/a, mas a de participar à sua maneira, como defendido pela autora Jeanne Favret-Saada (2005). As impressões de campo acabarão por falar da/o própria/o pesquisador/a, porém de maneira a enriquecer a observação, pois ocupar essa postura abre canais de comunicação não intencionais com os atores do campo, de forma verbal e não verbal e pode até mesmo despontar em um posicionamento mais crítico, uma vez que permite romper com relações de poder colocadas pela produção científica, como já apontado anteriormente a partir de Freire, a de distanciamento entre sujeito e objeto

– sendo o primeiro, de maneira geral, o detentor de posição superior de produtor de verdades.

É certo que tal postura não implica assumir o ponto de vista dos atores – como poderia eu sentir-me na pele de uma adolescente em situação de rua? – porém, implica um desapego de nosso “projeto de conhecimento”, pois “(...) se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível” (FAVRET-SAADA, 2005, p.160).

Tal desapego mostra-se assim como aliado da pesquisa, como uma estratégia produtiva, isso é, proporciona que outros caminhos se mostrem, caminhos esses que aparecerão de acordo com o desenrolar do contato da pesquisadora com o campo, e, portanto, pertinentes. É nesse sentido que descrevo uma das estratégias da presente pesquisa como *deriva*, ou acompanhamento da rede de serviços e atores ligados à temática inicial dos meninos em situação de rua.

A palavra *deriva* passou a figurar como nome para a sensação que acompanhava o processo de procura dos adolescentes, conforme ia sendo convencida a mudar meus objetivos de pesquisa, e minhas formas de estar e participar do campo. Ainda discutindo com a ideia de relação sujeito-objeto clássica das ciências, o percurso de deriva contou com o convencimento de mim mesma enquanto pesquisadora que fazer o objetivo da pesquisa se sobrepor às condições que iam se apresentando a mim não produziriam um conhecimento mais sólido e legítimo, pelo contrário, poderia torná-lo alienado do que pretendia alcançar. Pôr-se à deriva foi uma maneira de aproximação do que é a rua e dos próprios meninos, esses que parecem eles mesmo à deriva pela cidade, à deriva na sociedade.

Ao ganhar confiança de que o método mais adequado, tanto ao espaço da rua quanto às redes de eventos, serviços e acontecimentos relacionados, era o de me pôr à deriva junto ao campo, e não o que havia arquitetado, passei a investir na presença física e virtual. Foi possível assim o contato com serviços diversos e a criação de uma rede de trocas com os trabalhadores, as quais encontram-se registradas nos diários de campo. É importante ressaltar que o caminho metodológico buscou seguir a trilha tanto pelas ruas da cidade, em busca de contato com os adolescentes, trabalhadores ligados ou outros atores do território, quanto pelas vias institucionais, em seus códigos de conduta e procedimentos.

Ademais, o uso da palavra *confiança* em relação ao método feito acima não se dá por acaso. O sentimento de insegurança, como diversas vezes relatados em diários de campo e na narrativa sobre a pesquisa, configurou como a condição de estar no campo, em ambos os Territórios, em suas dimensões de *tempo* e *espaço*, explorados.

O acompanhamento de grupos de Whatsapp<sup>8</sup> ligados a notícias e discussões da militância, do GT e do FDDCA foi fundamental para que estivesse à par das movimentações e atividades, uma vez que não foi escolhido um/a *informante* específico no campo, como ocorre na tradição etnográfica. Ainda, ferramentas como Facebook<sup>9</sup> e portais de notícias foram muito utilizados para acompanhamento e atualização em diversos assuntos relacionados à temática no âmbito municipal, nacional e internacional. Outro uso tecnológico de extrema importância foi o sítio Google Maps<sup>10</sup>, por meio do qual pude localizar os diversos locais desconhecidos em que atividades eram realizadas, bem como traçar os percursos realizados durante a pesquisa.

Retomamos que o percurso metodológico se inicia com a experiência como estagiária, é marcado crucialmente pelo fechamento do ECCA Moinho da Luz, e reinicia-se, de certa maneira, com a dificuldade de acesso aos adolescentes. Passa então pela busca por parcerias (algo próximo ao recurso do trabalho em dupla da Educação Social de Rua), que possibilitaram embarcar nos vínculos que já tinham estabelecidos com os meninos e com outras instituições e trabalhadores, assim oferecendo acesso a outros espaços de observação, discussão e participação. É, dessa maneira, um percurso que muito se apoia na pluralidade de perspectivas dos interlocutores, entre eles a da própria pesquisadora.

Descritas mais pormenorizadamente em seções posteriores, gostaríamos de destacar as contribuições que o presente estudo traz acerca dos dispositivos metodológicos da escrita narrativa; da necessidade de parceria para a realização de incursões à rua; da assunção dos afetos circulantes como forma de aferição de pistas sobre o próprio campo; e da postura de *deriva* como um *modo possível* de pesquisa sobre a rua.

---

<sup>8</sup> Aplicativo digital via internet de comunicação em que é possível criar grupos de discussão.

<sup>9</sup> Rede social virtual utilizada para contatos pessoais, divulgação de eventos, notícias etc.

<sup>10</sup> Ferramenta disponibilizada pelo Google que oferece o acesso a mapas detalhados do planeta.

### 7.1. Ainda sobre o método: a escrita demanda corpo(s)

O mestrado é um processo de formação que envolve o ganho de autonomia por parte da pesquisadora. O amadurecer para o exercício intelectual mais autônomo, fazer escolhas do próprio percurso metodológico, o uso das teorias, arriscar a fazer autores conversarem entre si... assumir a exposição de ser uma pessoa que pensa por si e propõe pensamentos. Esse amadurecimento pode parecer muito abstrato, mas, na verdade, é baseado em pequenas tarefas cotidianas, que são escamoteadas, e criam a ideia de que a academia é para quem tem o dom, é um gênio. É preciso, em realidade, aprender a ler um texto, a organizar a leitura e o fichamento dos argumentos, e as formas de recuperar as principais ideias do texto. É preciso aprender o que é relevante escrever, anotar, e de que maneira escrever no diário de campo ajudará mais no futuro. Ou ainda... como buscar bibliografia, como selecioná-la dado o tempo sempre restrito que temos, como se preparar para ir a campo, quando e como abrir mão de um planejamento e se deixar flexionar pelos rumos que a pesquisa de campo vai abrindo... Sem dúvida, é fundamental o exercício de apreensão dos materiais teóricos por meio de vias ativa e crítica, fazendo dialogar, com criatividade e rigorosidade, as contribuições de sua própria pesquisa e a de referências anteriores.

Por muitas vezes que conversei com colegas já em fase de finalização de projetos ouvi “já fiz a pesquisa, agora só falta escrever”, como se fossem descrever algo objetivo, ou apenas relatar um ocorrido, passível de uma única versão. Foi ao começar os diários de campo e a me implicar com o que apresentaria como escrita final que percebi que essa frase explicita a perda da dimensão subjetiva do *artesanato* que é a escrita em si, e em como a pesquisa tem as marcas de digitais das autoras.

O processo de escrita dá os contornos finais de um trabalho de pesquisa que ordena esforços de diversas naturezas. Nosso produto escrito e impresso é entendido como o representante, que deve ser capaz de transmitir e apresentar esses esforços. Escrever não se faz tarefa óbvia, tampouco fácil, demandando aprendizado e amadurecimento, e reler, reconsiderar, recortar, reordenar, jogar com as palavras, revisar, expor-se... A escrita demanda tempo, o do fazer artesanal, e por isso permanência, insistência. O exercício da escrita em si é um produto manufaturado, dado frase por frase, que conjuga uma série de escolhas e de desafios, e que

determinam também o caminhar da pesquisa. A própria narrativa é uma estratégia metodológica.

Nesse sentido, a escrita faz-se um exercício ativo e determinante. A palavra não representa: ela é, ela institui, portanto, é escrita-ato. Ato que tem posicionamento político, de se pôr num embate entre os efeitos públicos que pode vir a ter e os processos privados de sua manufatura. Ato a partir do qual é possível traçar estratégias que conjuguem nos objetivos desejados, como o de afetar o leitor e, em última instância, o campo temático onde a pesquisa se insere. Escrevemos para quem? Nossa escrita compõe com quais outras produções, discursos, atos?

Sendo a escrita uma produção legitimada da academia, não é possível ignorar que se inscreve num contexto de pressão à produção, e de constante moeda de avaliação. Especialmente nesse contexto, a escrita é dura, porque pede um posicionamento frente ao gaguejo, exige o esforço de tentar traduzir o que está à flor da pele, e obriga-nos a expormos hipóteses que nos são caras e passíveis de críticas e confrontamentos.

Não à toa decidi por utilizar substantivos flexionados no feminino ao longo do trabalho, onde costumeiramente utilizaria o gênero *neutro*, o masculino. A produção da escrita tem gênero. Assim como qualquer produção, e assim como os ambientes profissionais, em geral, estão acostumados a tomarem o neutro como o masculino. Leituras e escritos podem ser encontros com outros – autores, interlocutores, leitores, atores do campo apresentados. E para encontros acontecerem de maneira legítima, é preciso não estar submetido – não estar sob controle de um outro, sob a opinião constante, sob o julgo, em lugar de inferioridade. É preciso que este/a outro/a seja equivalente, não superior e/ou opressor, para que vejamos legitimidade em nosso próprio percurso e o lugar de onde falamos. Esse é um exercício constante para mulheres, o de disputar o direito de estar, de falar e de ser vista como uma presença legítima. É um desafio que se coloca em apresentações, palestras, e outras exposições diretas; é a sensação que nos toma quando decidimos por não ocupar espaços de maior visibilidade e decisão; é também a insegurança extra, árdua, ao escrever algo e de duvidar de sua capacidade para tal.

É preciso que lembremos dos marcadores de diferença que nos atravessam, pois enquanto autoras/es, nossos produtos artesanais serão feitos das matérias e recursos dos quais dispomos, e estarmos cientes disso potencializa nossas

produções, assim como as estratégias de enfrentamento ao que se contrapõe à nossa possibilidade de ser, estar e fazer – entre elas, especialmente, a de coletivizarmos e politizarmos os enfrentamentos. Nesse sentido, é preciso mencionar a grande inspiração-provocação vinda de mulheres negras escritoras e intelectuais, como Carolina Maria de Jesus, por toda sua trajetória e especialmente por sua obra de alcance internacional *Quarto de Despejo* (2014), bem como das contemporâneas Conceição Evaristo (2018) e Grada Kilomba (2019).

A poética de enfrentamento que propõem faz refletir sobre quais os corpos legitimados a terem espaço dentro da produção de saberes hegemonicamente euro-andro-branco-cêntrica, e convoca-nos a pensar sobre a interseccionalidade entre gênero, raça e classe que se apresenta nessas relações. Posto dessa forma, a tentativa de localização do corpo pesquisador ao longo da narrativa dessa pesquisa é realizada com esse intuito: o de não escamotear, e, na medida do possível, tentar analisar junto a outros elementos do campo, onde essas características se apresentam como fatores condicionantes.

Ao endereçar as reflexões sobre o próprio ato da escrita, e da dimensão interseccional de gênero, raça e classe, uma dimensão a ser cuidada, nesse sentido, está o da solidão do trabalho da escrita, que se mostra de maneira geral, mas, como ato social, certamente intersecciona-se com os marcadores citados. Uma vez mais, recordo-me de colegas que somem nos meses finais de suas pesquisas, e aparecem eventualmente com questões de saúde – tendinites, insônia, perda ou ganho de peso, oscilação de humor, depressão, ansiedade, entre outras. Apesar de exigir um tempo de solidão, de reflexão e diálogo interiores, nosso com nossas produções, não é preciso que estejamos em solidão, isso é, em isolamento. Ao contrário da noção de um conhecimento forjado por uma intelectualidade *abstrata* e *neutra* e de autoria *individual*, as mãos tecedoras do texto podem ser apenas duas, contudo, o exercício de arejamento de ideias, de confronto de hipóteses, de sugestão de autores, de apoio nos momentos de dúvida – todos elementos da construção de conhecimento – demandam compartilhamento, companhia, parcerias. Novamente, creio caber o apontamento da saída da coletivização como ferramenta de trabalho acadêmico.

## **8. A RUA É UMA FORÇA CENTRÍPETA**

*28.11.2018 Notícias de uma morte pouco anunciada*

*As informações chegam fragmentadas. Pedro foi executado. As histórias de vida são fragmentadas. Não confirmaram se é Pedro, Pedro nem é seu nome verdadeiro.*

*A primeira notícia vem da informalidade. Pessoas da Cracolândia estão dizendo que é ele. Saiu uma reportagem na TV, mas não dizem quem se foi, só quem foi preso. E que o corpo, da pessoa encontrada, seja Pedro ou outra pessoa que era, foi encontrado na carroça de dois homens, que o carregaram ensacado para jogar no rio. Descartar. Desovar. No rio.*

*Estava amarrado com pés e mãos para trás, e várias cordas no pescoço. Não se diz a causa da morte, mas há um desenho simulado do corpo, parecendo um arco, flexionado para trás. Todas suas possibilidades já atiradas, mais que flexionadas, já esgarçadas, torturadas.*

*Soube dessa notícia mais uma vez pelo grupo de whatsapp que mantemos do Refugiados Humanos. Há uma comoção para resgatar seus dados, para que se pudesse confirmar ou não a informação e avisar à família.*

*Relembaram Raul, outro menino que atendíamos, morto há menos de um mês. Na verdade, desde que fechamos, Pedro é o terceiro menino próximo do qual me recordo, perdemos o João também, logo depois do fechamento. Neide Vita foi outra vida que foi perdida durante essa pesquisa.*

*A minha própria reação à notícia já é estranha, há um choque, mas um choque esperado. Há vontade de sentir dor, mas a sensação é confusa, parece que um conformismo vem antes mesmo de se confirmar o fato. Parece um pouco a experiência nesse campo de forma geral, os acontecimentos vão se dando, atropelando, mas fragmentados, sem fonte, sem confirmação, intensos, efêmeros, esquecidos, mobilizadores, sem conclusão, sem ser levado à sério, à cabo, me parece.*

*Putá que pariu, parece que estou falando da própria vida desses meninos, e o que acessamos delas. E também a forma como venho compreendendo meu próprio trabalho, sem conseguir legitimá-lo, reconhecê-lo, consolidá-lo.*

*Pedro foi, provavelmente, o último menino com o qual tive um atendimento no Moinho. Lembro do dia em que estávamos prestes a fechar os portões e Pedro foi até lá, a casa já esvaziada, ele incrédulo de que logo não estaríamos mais ali, as lágrimas*

*nos olhos, a voz rouca entalada na garganta. Se afastava de nós com inquietação, irritação, enrolado em seu cobertor de fiapos. Fui atrás dele, e nos sentamos no chão, no canto entre a casa e os portões vazados. Choramos juntos. Lembro que a angústia de Pedro era pensar o que faria ali sem o Moinho, se teria que voltar para casa.*

*Estava sujo, tinha acabado de vir da Cracolândia, e dos banhos que nunca tomava. Foi na mesma tarde em que o grupo do Anhangabaú foi até o Moinho, e também não querendo aceitar o fechamento e as poucas condições que tínhamos para atendê-los, começaram as provocações e desentendimentos.*

*Não me lembro o estopim, só me lembro da confusão já armada, entre Pedro, solitário como os que vinham da Craco, e o grupo, que já se mostrava exaltado com a equipe. Pedro enfrentou-os, pediu para que não nos tratassem daquela maneira, e foi empurrado. No chão, foi chutado e espancado pelos outros. Conseguimos apartar a briga, mas não conseguimos atendê-lo, pois Pedro saiu correndo dali. Após a batalha, que havia de continuar ali entre os outros meninos e nós, alguns de nós foram procurar por ele, saber se estava machucado, se conseguíamos levá-lo ao pronto socorro.*

*Essa é a memória que me vem de Pedro. Ou Antonio Cosme Soares Traga, 20 anos. Tenho outras também, boas. O novelo de sentimentos nunca é desfiado e de um tom só, nem hoje, porque hoje é também aniversário de André, dia de celebrar um dos grandes amigos que minha vivência do Moinho cativou. Mas é com esse fato e com essa memória que termino as folhas do caderno de campo.*

*A primeira notícia vem da informalidade. Seu pai confirma que era ele mesmo. Segue na informalidade.*

*(Diário de campo de mestrado, 28 de novembro de 2018)*

Com o relato sobre a morte de Pedro, iniciamos a seção em que discorreremos sobre o desafio que constitui o desenvolvimento de uma relação com a rua, em amplo sentido, e de compreensão do fenômeno da rualização no centro de São Paulo. Porém, longe de desejarmos reencenar as concepções relacionadas ao espaço da rua como de penúria, violência, medo, entre outras depreciativas, temos o intuito de adensar e qualificar o *pesquisar na rua*.

Destarte, apresentamos a seguir algumas reflexões acerca do modo de deriva como postura metodológica; da necessidade de parceria para a realização de um trabalho de campo na rua; e sobre o encontro entre o Território-Rua e o Território-Universidade e as tensões produzidas sobre a produção de conhecimento das Ciências Sociais. Com a colaboração de José França, parceiro morador de rua, versamos sobre a diferenciação entre adultos e crianças e adolescentes em situação de rua; e adentrando a rede de atendimento especificamente às CASRua, ponderamos sobre a percepção de um movimento de viração do Território-Rua; ao que ainda relacionamos a aspectos da gestão empresarial que predomina sobre o território urbano no centro da cidade. Finalizamos com os relatos sobre desdobramentos derivados do projeto inicial a partir de invocações do próprio campo, por meio da participação ativa, a citar, no GT e o Fórum DDCA-Sé.

#### 8.1. A dificuldade de se aproximar e de estar na rua e/ou O compromisso questiona a neutralidade

*Querer falar dos cheiros me despertou para algo que vinha sentindo, mas não traduzindo sobre o trabalho de campo. A minha falta de contato com os tais adolescentes em situação de rua, que agora eram “objeto de pesquisa” e que, portanto, deveriam ser contatados, passou a soar como estar falando de alguém que não está presente, ou falar sobre alguém que não pode falar por si. A repetição do termo “adolescente em situação de rua”, e depois o refúgio na sigla CASRua passou a evidenciar o distanciamento entre mim e eles. Como fazer uma pesquisa assim? O que eu teria para falar deles e de suas vidas? Eu, que não só não estou passando o “veneno” e não poderia tomar seu lugar de fala, mas eu que sequer estou ali para escutar ou observar?*

*A cisão entre os papéis de trabalhadora e pesquisadora, ambos frutos de uma construção pessoal (conquistas em poder me dizer tanto trabalhadora quanto pesquisadora), desempenhou uma função importante nesse rumo. Fica a impressão de que, do lugar onde tenho pisado hoje (o de pesquisadora), preciso ter observações sólidas, rigorosas, críticas, analíticas, distanciadas até. Ao passo que, de quando era trabalhadora, herdo a necessidade de posicionamento político, de contato e exposição das durezas, de autocrítica e crítica aos que muito pensam e pouco fazem. Nesse encontro, sinto me paralisada. Sinto como se guardasse a pior parte de ambos, a*

*imobilidade e indiferença da universidade e a falta do rigor da prática profissional na rua.*

(Diário de campo de mestrado, 7 agosto de 2018)

O desafio de realizar uma pesquisa de campo no tempo curto e limitado de um mestrado não foi, em momento algum, uma dúvida. Após o encerramento do trabalho que conduzimos no Moinho da Luz, era certo que voltar à rua era fundamental, como um desejo pessoal e como premência de uma pesquisa aprofundada. Contudo, uma vez o projeto escrito e aprovado, bolsa concedida, o Comitê de Ética ciente e anuente, orientações realizadas... Como iniciar a pesquisa? Por onde? Onde estão os meninos? Como abordá-los? Será que uma pesquisadora desacompanhada pode parecer intimidante a eles? Ou é a rua que intimida a pesquisadora?

O espaço da rua, enquanto ambiente e objeto de análise de pesquisa, impõe certos ritmos, desafios e afecções. O tom fugaz com que as informações surgiam e logo eram desditas ou esquecidas, ou superadas; a informalidade das fontes dos relatos, que pareciam se desmanchar quando postos em palavras escritas; os caminhos do boca-a-boca pelos quais acontecia articulação entre os atores, inclusive para a organização de ações estruturadas – e que, apesar disso, tinham sua efetividade; ou ainda, a ansiedade e recusa em realizar as explorações iniciais de território sozinha, ou de abordar pessoas na rua sem um roteiro pré-estabelecido; a percepção de um movimento de medo e fascínio simultâneos, de afastamento e aproximação...

É possível esboçar uma imagem: um corpo gravitando em torno de um outro maior, que pela força da gravidade é atraído para o centro, mas que pela inércia, tende a se afastar em movimento tangente a sua trajetória circular. Senti-me como um corpo ínfimo desejando gravitar em torno de algo muito maior, a Rua, mas que por forças exteriores sentia-me tendendo a evitá-la e a me afastar. Contudo, sempre gravitando em torno, sem necessariamente fundir ou colidir com o corpo maior ou afastar-se de vez.

A imagem ocorre pela descrição da aproximação do campo por nossa parte, as atrizes e atores que partem do pensar e das preocupações da Universidade, contudo, talvez possa ser emprestada também aos próprios meninos, aos trabalhadores, e aos outros atores que se dão com a rua. A rua é envolvente, a rua é ríspida. Em seu excesso de informação e rapidez, te capta e te assusta. Quando se escolhe estar,

restar, se demorar, observar, vagar, parar, sentar... na rua, ela se torna muito mais assustadora. *Estar* na rua é ocupar um lugar mais desprotegido do que passar, é se deixar estar desprotegido, pois estar de passagem nos blinda de um maior contato com o arredor, faz-nos sentir em um estado mais próximo ao de fuga, caso essa seja necessária.

A complexidade de aproximação, mesmo dificuldade, é relatada por estudos anteriores que se voltaram ao sistema criança e adolescente-rua por metodologias empíricas (APTEKAR, 1996; ALVES et al., 1999; MATHIAS et al., 2008; FINKLER et al., 2017; MORAIS et al., 2017). No caso de estudos com população adolescente em situação de rua, a aproximação requer a conquista de um lugar respeitável (ou ao menos acessível) frente ao grupo pesquisado para uma negociação sobre a troca possível entre eles e nós, como aponta Mathias e Francischini (2008), a fim de que um acordo seja feito para uma produção conjunta dos significados do campo, e uma postura de acolhimento e produção da participação dessas pessoas como sujeitos ativos do processo.

Outro autor que desenvolveu pesquisas com crianças em situação de rua em contextos culturais diversos, Aptekar (1996) apresenta objetivamente a dificuldade de se obter dados etnográficos diretamente dessa população, propondo que essa troca poderá se dar com o suporte de um *informante local* - mas que essa aproximação dependerá sensivelmente do *relacionamento* entre ambos.

Ao descrever seu trabalho de campo, a antropóloga Maria Filomena Gregori (2000) não esconde a forma não convencional (e certamente polêmica) de aproximação dos adolescentes: “Uma tarde no pátio do Clube da Turma da Mooca. A forma eficaz de contato com os meninos é *acender um cigarro*. Logo duas meninas se aproximam. Passo a bituca e elas trazem. Digo o meu nome, pergunto o delas: Sueli e Simone” (grifo nosso, p.132).

É relevante que a produção mais recente no campo segue reiterando as observações metodológicas acima. Moraes et al. (2017) defende a estratégia de inserção ecológica neste tipo de estudo, pois oferece acesso aos variados contextos em que os sujeitos da pesquisa se encontram, bem como outros atores de sua rede social. Além da preocupação com uma apreensão mais complexa do cenário da pesquisa, os autores discorrem sobre medidas de segurança com os pesquisadores,

que somado ao cuidado com a vestimenta e com o portar-se nas ruas, utilizaram da estratégia de aliar-se a *educadores sociais* já atuantes no território.

Ademais, o estudo de Finkler et al. (2017), que explorou o uso de entrevistas com adolescentes em situação de rua, ressalta que uma observação feita pelos próprios adolescentes é o enfrentamento de situações de risco por parte dos educadores de rua, fosse pelo comportamento agressivo por parte dos educandos, quando discordantes ou incomodados com a intervenção dos educadores, ou pelas situações oferecidas pela própria região da cidade, e seus outros atores. Como uma estratégia de contato com os sujeitos em campo, os autores reforçam ainda a importância da manutenção da informalidade na relação entre ambas as partes, fugindo a um molde rígido de interação, pois esta fortaleceria o sentido de apoio social que o contato pode oferecer.

A partir da busca bibliográfica sobre pesquisas no contexto da rua com a população infanto juvenil, fomos conformando estratégias e recursos disponíveis para a construção do método da presente pesquisa, diferentemente do que planejado no projeto inicial. Como já abordado da seção Método, as diversas mudanças e desafios encontrados mostram-se como desvelamento de um *método possível* para a pesquisa, nas condições em que se deu. Nessa esteira, defender este *método possível* tornou-se um dos objetivos do trabalho – não um método específico, como já dito, mas o possível, o que busca respeitar a existência dos sujeitos presentes no campo, tanto a pesquisadora quanto os outros colaboradores, bem como o contexto histórico e político do período.

É nesse sentido que propomos a assunção das afetividades, para além da descrição de cenas, de informações, e de avanços teóricos que nos ajudem a compreender. Os afetos, que de alguma forma podem ser compreendidos como aferências mais “cruas” do campo, por sua resposta imediata aos acontecimentos vividos, podem mostrar-se como vias fundamentais de uma compreensão mais complexa e completa de nossos “objetos” e dos percalços para nos aproximarmos, justamente pela assunção da relação sujeito-sujeito na qual necessariamente nos encontramos, uma vez nos adentrando no campo das ciências humanas.

Esta concepção de abertura aos afetos do campo ancora-se na proposta da Educação Social de Rua, um dos fundamentos da presente pesquisa. Freire utiliza o termo “assunção” para dizer sobre o movimento de reconhecer-se enquanto

responsável, enquanto um sujeito que age conscientemente, e aponta para um elemento fundamental neste processo: as emoções (FREIRE, 2015, 2017). Os aspectos emocionais, sensíveis e afetivos, bem como a assunção da criticidade, são constituintes de uma prática verdadeiramente ética. O cuidado da aproximação, como postulado também pela prática etnográfica, é apontado por Freire (1989) como um cuidado necessário para que o espaço vital do menino não seja violado, caso este não o queira. A aproximação entre as propostas da Educação Social de Rua e da Etnografia dá-se também no nível metodológico, conforme a descrição do método da educação social de rua por Oliveira (2007):

O “namoro” é o processo inicial de abordagem da criança no seu ambiente, na rua. É um processo de sedução, uma maneira de chegar, de buscar a proximidade, de mostrar-se e produzir a vontade do encontro. O educador deve estar consciente de que está não só abordando a criança, mas entrando em contato com toda a subcultura da rua. (p.146)

Ao retornar aos pressupostos da educação social de rua, resgato a ideia de que o abandono do afastamento entre objetivo e subjetivo - e em decorrência, entre o indivíduo e a sociedade (SATO; SOUZA, 2001) é um princípio epistemológico comum à Psicologia Social e Ambiental e à etnografia. Essa proposição deve-se voltar para dentro do território da universidade também, não apenas para o da rua. Ou talvez, exatamente para os sujeitos que representam essa ponte entre territórios, que ocupam o papel de interlocução, de aproximação, o de pesquisadora.

Respaldadas pelo arcabouço teórico apresentado e pelo percurso do trabalho de campo, vemos dois atalhos como maneiras de aprofundar a discussão: o encontro tenso e potente entre o Território Rua e o Território Universidade, representado pelo papel de pesquisadora de campo; e o da aposta em parcerias de campo, que oferecessem uma aproximação mais cuidadosa com o campo, por meio de vínculos que sustentassem o compromisso ético e afetivo da pesquisa.

## 8.2. Território Rua e Território Universidade

Não tenho dúvida do insucesso do cientista a quem falte a capacidade de adivinhar, o sentido da desconfiança, a abertura à dúvida, a inquietação de quem não se acha demasiado certo das certezas. Tenho pena e, às vezes,

medo, do cientista demasiado seguro da segurança, senhor da verdade e que não suspeita sequer da historicidade do próprio saber.

Paulo Freire (2017, p.62)

A assunção do outro e de si como sujeitos históricos, como propõe Freire e muitas correntes críticas na área da Psicologia, é um exercício por vezes preterido em pesquisas acadêmicas, inclusive no campo das Ciências Humanas. Contudo, é um primeiro passo para a abertura epistemológica a uma dimensão ainda mais negligenciada, taxada como impertinente ao mundo da ciência, por sua oposição à estimada *racionalidade*. A dimensão dos afetos, cindida do exercício cognitivo pela tradição ocidental cartesiana, é retomada por pensadores de renome como Vigotski, o próprio Paulo Freire, ou por Orlando Fals Borda na conceituação de seres *sentipensantes*, entre outras/os.

Ademais, esse sujeito histórico, enquanto agente de mudanças e transformações no coletivo, é um sujeito que não pode se apresentar com passividade ou pretensa neutralidade em uma relação. Esta reflexão parece-me pertinente de ser transposta para nosso fazer acadêmico, que por muitas vezes almeja uma postura de neutralidade frente seus objetos de estudo, mas que é, inevitavelmente, uma “prática de gente” (FREIRE, 2017, p.142) tanto quanto a pedagogia. Assim como na educação popular, em que o ensino e a aprendizagem são vias de mão dupla entre educador e educando, a construção de conhecimento em nível acadêmico para nós do campo das ciências humanas pressupõe uma relação com o outro, e que deve ser pautada em um processo dialógico, pertencente a ambos, a fim de que se comprometa com o reconhecimento de reais sujeitos, e não, na contramão, promova o falseamento dos sujeitos, e a retirada de sua autonomia. Ao passo que é preciso construir uma relação sujeito-sujeito, compete ao educador/pesquisador um compromisso ético, no qual deve assumir o exercício de criticidade sobre sua prática, e mais, a conscientização da direção política para qual aponta, uma vez que toda ação tem uma ideologia.

O exercício crítico se faz no movimento da prática à reflexão sobre essa prática, de maneira dialética, e na esteira da proposta de uma relação “sujeito-sujeito”, qualquer pensar que se proponha crítico parte do reconhecimento dos sujeitos.

*Como em todas as manhãs que fui ao Moinho, encontrei Batatinha e me aproximei para saber de sua semana, e como estava. Conversamos sobre*

*amenidades, o que também é comum nos nossos encontros, mas por algum motivo naquele dia, Batatinha trouxe uma pergunta provocadora para mim: Tia, você nasceu na periferia como eu ou nasceu em berço de ouro?*

*Não sei se Batatinha sabia o quão desconcertante seria essa pergunta, creio que nem eu poderia esperar por uma situação que me pusesse de frente com essa questão que me assombra quieta. É óbvia a diferença entre nós: sou branca, arrumadinha, com cara de “ingênua” (o que já ouvi de um dos meninos), no lugar de estagiária de uma grande universidade, fazendo estágio por opção e não por necessidade financeira; ele é preto, sem família, responsável por arranjar dinheiro para pagar seu quarto em uma ocupação, mandar dinheiro para a mãe e sobreviver. É um receio de estar ali exercendo uma opressão da ideologia com a qual cresci, e de repente, ser perguntada que ideologia é essa. Fiquei desconcertada por um minuto... Ah, acho que comparado a você... Não nasci na periferia, acho que então nasci em berço de ouro... Ah é, tia?!... Não é que sou muito rica, mas consigo estudar sem precisar trabalhar, né... É, eu já pensava em roubar aos três anos.*

*Com sua resposta, um alívio veio sobre mim, porque pude pôr na relação uma dificuldade minha, a de que nossa diferença não-falada produzisse afastamento. Mas Batatinha trouxe sua vida, trouxe sua história, para contar como somos diferentes. E vi que esse era um conteúdo que não havia trazido para mais ninguém. Ia no supermercado e roubava pra comer, porque não tinha, tia...com treze saí de casa, depois perdi meu irmão mais velho, que era chefe do tráfico lá, pros policiais que deram três tiros nele.*

*Esse momento de encontro, no qual a diferença foi trazida à tona, algo que certamente estava perpassando nossas impressões um sobre o outro, virou uma ferramenta de intervenção, e o foi por conta da iniciativa do próprio menino.*

*(Diário de campo de estágio no Moinho da Luz, março de 2015)*

*Ao ser afetada pela maneira como os adolescentes no Quixote pensavam sobre a rua, suas famílias, relacionamentos amorosos, sobre espiritualidade e crime, sobre a polícia e a política, sobre outras culturas... enfim, sobre eles mesmos, sobre nós educadoras/es, ao ver como sofriam com as violências físicas e simbólicas, como as privações, ou abordagens de policiais e outros pedestres, e acabavam por significá-las cada um a seu modo, fosse pela resignação (“Ah, tia, já to acostumado, né”), pela indignação (muitas vezes direcionada a nós, cuidadores), ou outras vias, como*

demonstrar vontade em conscientizar a população, fazer assembleias etc.; também ao me deparar com adolescentes que traziam em si as marcas próprias da juventude, de resquícios da infância, mas tantas outras já desde muito cedo ligadas a uma postura adulta precoce... não havia possibilidade eticamente coerente de manter uma postura neutra, como idealmente postula uma ciência positivista.

Esta, que justifica que estudemos um outro distanciado, que é primitivo em relação a mim ou possui uma natureza que não toca a minha, o depositário de minhas teorias, também produz objetificação. Porém, é preciso se apresentar, deixar ser conhecido, pôr-se à disposição das pessoas e dos afetos que estão presentes, poder identificá-los em suas singularidades e poder ser identificado, possibilitando a criação de alianças para que se sintam dispostos a dividir suas histórias e suas teorias, tornando-se quiçá informantes de maneira espontânea.

Trago a cena com Batatinha como ilustração viva da concepção de que no encontro entre diferentes, pesquisadora e pesquisados, o campo é instaurado a partir da situação de pesquisa (SATO; SOUZA, 2011). A assimetria entre nós e eles, assumindo esta concepção, pode ser menor do que a esperada e isto tem consequências diretas para o trabalho: a qualidade da relação com as pessoas do local pesquisado será tão importante quando os rigores metodológicos que devem embasar a pesquisa.

Neste sentido, é preciso ter a disponibilidade e curiosidade metodológica para admitirmos preconceções equivocadas e abriremos nossa escuta aos nossos interlocutores. Tal disposição figura centralidade nas ópticas tanto da Psicologia Ambiental, quanto da etnografia, e um dos instrumentos pessoais para os investigadores dessas áreas é a atenção (ANDRADA, 2010). O “modo campo” é um estado de atenção que exige olhos e ouvidos aguçados, quando imergimos no contexto a fim de apreender o uso das palavras, os gestos, hábitos e outras sutilezas que digam, através do não verbalizado, os sentidos e regras em jogo. Como ferramenta clássica do psicólogo, a escuta é nada mais que isso, estar atento aos enunciados e outras pistas que expressem o mundo de significado adotado por seus observados. Incorporando a dimensão dos afetos, como premissa da Educação Social de Rua, poderíamos distender o termo atenção em *disponibilidade*.

Ao nos colocarmos como sujeitos, com nossas diferenças na conversa com os meninos, permitimos que as diferenças deles também apareçam e que eles possam

falar delas. É o que vemos quando Batatinha pode então falar de seu irmão e de sua vontade de roubar. Disfarçar a diferença é uma forma de apagar o outro, no sentido em que não lhe é ofertado a possibilidade de se diferenciar, de reconhecer sua própria história e sua singularidade, por fim, é perpetuar o assujeitamento.

Esta possibilidade mostrou-se possível na experiência do Moinho da Luz, pois, como educadora social do espaço, tinha como rotina atender e me aproximar dos meninos, respeitosamente comprometida com o aprofundamento dos vínculos entre o adolescente, a equipe e o espaço. O contato direto, a abertura para o diálogo, com espaço para o acolhimento amoroso, como diria Paulo Freire. Do lugar de pesquisadores, como exercemos esse contato? Que qualidade de diálogo podemos construir, dadas as diferenças entre os papéis exercidos em ambos os momentos? Conseguimos exercer uma disponibilidade para além de uma relação de *coleta de dados* em um trabalho de campo?

*Tenho ido nos últimos meses ao Fórum como participante, apesar de sempre me sentir excluída de alguma forma. Vou às reuniões sem expectativa de registro formal, e sem um norte de observação. Na hora da apresentação, em que devo dizer meu nome e de que instituição sou, tenho me apresentado como pesquisadora em Psicologia Social, com interesse nos adolescentes em situação de rua. Reparo que, por vezes, aciono meu histórico de trabalhadora do Quixote, às vezes para me sentir mais enturmada – dado que todos os frequentadores são trabalhadores da rede de serviços, em geral do centro. Às vezes, não exatamente separado do primeiro motivo, recorro à minha ex-condição de trabalhadora para legitimar minha presença e o que eu falo perante os outros. São motivos que advêm da minha própria insegurança, mas que opera a partir dos outros também, que por vezes me tratam como “café com leite” – e daí já não sei se porque estou na condição de pesquisadora, com a fama dos pesquisadores de que vão a um contexto sugar das pessoas sem estar situado, ou participar do cotidiano (e de suas durezas), ou se por conta de minha aparência – dado que por algumas vezes já foram apontadas a minha delicadeza, a minha pequenez e juventude aparentes.[...]*

*Sobre os serviços que se comprometeram a dar apoio à Conferência Lúdica [atividade do Fórum DDCA], Tânia foi citando: “MSE Bela Vista, CCA Paulo IV... e a Gabriela”. Neste momento, soltei um riso baixo, achando engraçado o fato de que ali*

*eu aparecia mais uma vez como alguém avulso, que diferindo de todos os outros que estavam ali representando um serviço, Gabriela está apenas representando Gabriela. Outras pessoas notaram, como William, Cacilda, Fernando. Gabriel, que estava no meu lado, meu colega dos tempos de Quixote, colocou a mão no meu ombro, como que me encorajando e parabenizando. Comentei ainda “É como se eu já fosse uma entidade”. Isto se relaciona a tensão inicial vivida no Fórum, em que não me enquadrava como trabalhadora da rede e não representava nenhum serviço, e que, por isso, não identificava um lugar para mim, movimento que era partilhado pelos outros, que também não conseguiam me atribuir uma identidade, um lugar dentro do Fórum, apenas um que não fosse o mesmo que o deles.*

(Diário de campo de mestrado, julho de 2018)

O incômodo que ocorre ao ser identificada como pesquisadora pelos trabalhadores diz sobre a dificuldade de articulação entre um campo e outro, o medo de incorrer em um trabalho que corresponda muito mais aos moldes acadêmicos, e às suas tarefas, que a um compromisso ético com as problemáticas do campo. Na ponte entre os dois Territórios de saber, em suas especificidades de tempo e espaço, com o desafio de ter um pé em cada território por vezes pareceu me cindir, sempre tensionando os princípios éticos norteadores, e questionando qual o equilíbrio possível entre os dois territórios, e suas formas de engendrar diferentes produções, de se articularem com diferentes desdobramentos, atores, discursos, produções... que, em suma, respondem a diferentes demandas e urgências. A dificuldade de aproximação do campo que senti, em grande medida, pode ser compreendida pela tentativa de adequar uma proposta, um objetivo inicial, forjados em um território muito específico – o acadêmico – a um outro, com outra forma de viver e de pensar, o da rua.

*Mas o que poderia unir essa vontade de retornar ao Moinho e ao maior contato que tive, de onde trago a vontade para esse projeto, e o lugar onde me encontro hoje? As vias de sensibilização e de produção de conhecimento e encontros, pensando no caráter territorial desses processos. Se falar sobre os meninos, sua mobilidade e percursos territoriais, enquanto trabalhadora, que estava presente diariamente na casa do Moinho, vivendo nas des-sensibilizações do cotidiano, e falar da falta de proximidade e dificuldade de contato com eles, a partir do lugar de pesquisadora, que passa a frequentar a Luz como turista, que anda pelas ruas com olhar de observadora*

*rigorosa/analítica, que volta a circular por ambientes institucionais fechados, é falar que “a cabeça pensa conforme onde o pé pisa”, e pensar os processos de territorialização deles, as nossas formas de aproximação, sensibilização e produção de conhecimento sobre eles a partir de nossas limitações territoriais também.*

(Continuação do diário de campo de mestrado, 7 de julho de 2018)

Estar tentando pisar e transitar entre territórios, entre rua e universidade, é uma tensão necessariamente colocada na escrita, pois coloca em jogo as diferentes narrativas e linguagens próprias de cada território. Certamente é uma tensão colocada na decisão de fazer um mestrado, de escrever um projeto, de tentar não cindir entre os momentos de trabalhadora e pesquisadora, de escolher as leituras, de me aproximar as pessoas dos serviços, de caminhar pelas ruas, de pensar em como abordá-las... esses, porém, se pareceram mais dinâmicos, e portanto, mais abertos às contradições e à coexistência da multiplicidade de forças operantes. A escrita, por sua vez, pede um posicionamento, pede que traduza e explicita para um outro (as leitoras, a banca, o fantasma racionalista da Academia) que forças são essas, e como se relacionam. Além disso, a escrita é um instrumento que marca lugares de poder, e que se identifica por excelência como a linguagem do Território Universidade, enquanto pode ser inadequada, inoperante, oposta ou ainda inexistente no Território Rua – o qual provê de suas próprias linguagens outras. É talvez nesse momento que a coerência da postura em campo de compromisso ético-político seja mais tensionada, pois deve se manter apesar da “mudança” de mundos simbólicos.

O esforço da escrita, ainda, condensa o desafio e o desejo de estar em dois lugares ao mesmo tempo, algo fisicamente impossível, mas que com uma imaginação hollywoodiana se possa tentar: como numa cena em que um jovem leva a menina pela qual está apaixonado a uma estrada onde há uma placa indicando a divisa de cidades, para que realize seu último sonho antes de morrer – o mesmo que o dessa pesquisa – de esgarçar a relação espaço-temporal e pisar e se fazer presente em dois lugares no mundo, dois territórios, *duas cidades distintas*, simultaneamente.

***A temporalidade é um desafio.*** Não só pelo fato de quando pensamos nas pessoas que estão nas ruas pensarmos que têm uma relação com o tempo, com as marcações de rotina diferenciada, em uma organização não regulada exatamente pelo ponteiro do relógio. É um desafio, pois o descompasso entre

*temporalidades não vem só de se estar para fora das instituições que delimitam a rotina da sociedade, mas de estar sob as urgências de se viver sob tantas necessidades, sob tanta vulnerabilidade. Trabalhar a urgência, com a sensação de emergência que o contato com a realidade traz, mas com o cuidado e processos necessários para não se incorrer em soluções mágicas e frágeis, de articulação que permitam maior abrangência e profundidade, é um trabalho de **negociação de temporalidades no trabalho nesse campo.***

(Diário de campo de mestrado, novembro de 2018)

Mora aí uma tensão para nós: cada território configura uma materialidade e temporalidade de trabalho diversas. Para estar na rua, preciso de uma roupa mais fechada mas fresca, cuidadosamente escolhida assim como as usadas para ocupar atividades e eventos acadêmicos, que, por sua vez, pedem, de alguma forma, uma aparência mais séria, formal e de acordo com uma etiqueta nem sempre explicitada. Um gravador, pertences guardados cautelosamente em uma mochila, tênis, e caderno de anotações ainda são outros instrumentos da rua, além da garrafa de água para aplacar o calor, ou o guarda-chuva, para aplacar justamente a água, e muita paciência. E o mais importante, o sorriso no rosto e disposição para me apresentar, conversar, explorar novos lugares, conhecer pessoas, e demorar-me pelas ruas, desacelerar o ritmo do olhar.

Os instrumentos da academia: internet, um computador, livros, xerox, biblioteca, papeladas, silêncio, tempo de compreensão das leituras e de amadurecimento dos raciocínios, pausas para café, desenvolvimento de recursos pessoais como se expressar, apresentar ao público ou escrever, recursos financeiros para frequentar eventos acadêmicos... E apesar de uma rotina mais solitária, sempre a boa disposição para os colegas, para buscar por parcerias, o exercício da postura diplomática para discussão de teorias ou ainda divergentes posições político-institucionais.

Há nesse entremeio, a sensação de incerteza sobre todo o processo, um lugar de “limbo”, o espaço do trabalho cotidiano, o mais frequentado, que acabou sendo minha própria casa. Esse lugar, o lugar de interlocução entre os outros dois territórios, que se situa, inclusive fisicamente no mapa da cidade, numa posição intermediária entre o Território Universidade (USP-Butantã) e o Território Rua (Centro Antigo), entre tempo-espaço da universidade e tempo-espaço da rua.

O exercício da escrita, nessa esteira, possibilitou o desvelamento da tensão posta na construção da pesquisa de campo como um processo para além do escopo individual: o diálogo entre formalidade e informalidade, o incômodo de trabalhar com conceitos estabelecidos teoricamente *a priori* das vivências, a importância da nomeação do papel “pesquisadora”, a sensação de isolamento e de um difícil diálogo entre os saberes de atores colegas da universidade e colegas da rua... dizem respeito ao questionamento de qual territorialidade que se parte para indagar e/ou enfrentar o Território Rua.

*[Sobre uma apresentação realizada em um evento acadêmico] Sinto conflito em ouvir, ver, trabalhar junto com a rua, na rua, mas a partir da academia. São temporalidades muito diferentes, têm objetivos de ser, propostas muito diferentes.*

(Diário de campo de mestrado, junho de 2018)

É preciso que no processo de construção de conhecimento não só o lugar do “outro”, tornado objeto dessa maneira, seja questionado. Assumida a concepção de uma relação ética sujeito-sujeito, questionando a posição de produção e colonização do *outro*, como aprofunda em outras palavras bell hooks (2013), faz-se imprescindível o questionamento do próprio sujeito que questiona, compreendendo sua existência como contextualizada histórica, social e culturalmente, tanto quanto de seu interlocutor. Como provoca Frei Betto, “A cabeça pensa de acordo com onde os pés pisam”, portanto, não é possível esquecer o valor do metro quadrado que um pé com calçado lustrado pisa, e o valor do metro quadrado que pisa no pé descalço.

Não posso negar-lhe [ao outro] ou esconder-lhe minha postura, mas não posso desconhecer o seu direito de rejeitá-la. Em nome do respeito que devo aos alunos não tenho por que me omitir, por que ocultar minha opção política, assumindo uma neutralidade que não existe. (FREIRE, 2017, p.69)

Negar nossa posição, assumindo falsamente uma neutralidade aceita pelos discursos oficiais, é uma forma de desrespeito com nosso interlocutor, e com a própria confecção de saberes. Não há produção de conhecimento que seja neutra, portanto, faz-se como um imperativo de rigor metodológico explicitar nossos pontos de partida. Na rua, tomar uma postura de neutralidade frente às violações a que outras pessoas estão sujeitas é negligenciar e concordar com sua perpetuação. Manter a postura neutra no Território Universidade é fazer o mesmo.

A partir da suscitação dessas reflexões, em parte inesgotáveis por tratarem da condição própria da feitura de uma pesquisa, desenvolvemos a seguir o processo pelo qual, por meio de *desvios bem-vindos*, recorremos a parcerias no campo, embasadas na noção de vínculo e no princípio da amorosidade como estratégia na produção de saberes.

### 8.3. “A criança você tem como trabalhar toda ela, senão, ela vai ser a futura população de rua”

O primeiro momento do projeto concentrou-se em formas de retornar à região central e retomar o contato com questões em voga sobre a situação de rua no local. Buscando por eventos, ações e iniciativas que se voltassem a este público, passei a fazer contato com coletivos militantes, como a A Craco Resiste, a participar da criação de uma Frente de Resistência contra a Violência contra a População de Rua, e também como voluntária de um grupo autônomo que atua na região central, o coletivo Doe um Ouvido. Frequentei eventos promovidos pela Defensoria Pública, como um ciclo de palestras acerca de questões que atravessam a experiência de situação de rua – a exemplo, discriminação em espaços privados e públicos, disparidades de gênero, direitos da população etc. – e uma ação conjunta entre Defensoria Pública e Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) sobre o direito à moradia. Compareci ainda à audiência pública promovida na cidade de São Paulo pela Comissão Parlamentar de Direitos Humanos sobre a violência contra a população de rua, como apuração do aumento de denúncias realizadas no ano de 2017.

Reúno estas atividades junto à de militância e de contato com a população em situação de rua, e os eventos ligados aos órgãos públicos como um retorno ao território e o primeiro momento de aproximação do trabalho de campo, pois representaram formas de tatear as movimentações acerca da situação de rua que pudessem me oferecer uma abertura ao campo mais específico da pesquisa. Em busca de contato com a rua, mas especificamente com a população mais jovem, foi notável que, algo em comum entre estas atividades, foi a preponderância da presença de *adultos* e da discussão de pautas pertinentes à população *adulta* em situação de rua. O uso do termo *situação de rua* nos títulos e chamadas de eventos, quando não especificava a população da qual trataria, remetia-se, invariavelmente, à população adulta.

Ao passo que se possa compreender que a discussão da situação de rua aborda fenômenos gerais que atravessam toda a população, uma vez que fala sobre aspectos promotores e perpetuadores de desigualdades e vulnerabilização dos sujeitos que acabam por fazer do espaço da rua um lugar de (sobre)vivência, as formas de enfrentamento da situação de rua, para além de variarem conforme a singularidade dos sujeitos, variam também por idade, como observado.

As pautas mais recorrentes eram a de direito à moradia e de acesso ao mundo do trabalho, e de tratamento digno perante serviços públicos – em relação ao tratamento violento de agentes de segurança pública e da precariedade dos equipamentos de serviço à essa população. O Movimento Nacional de População de Rua esteve presente em todos os eventos públicos atendidos, demonstrando mobilização e articulação política frente aos espaços de discussão. Este movimento, no entanto, é liderado por adultos e encabeça pautas concernentes a suas necessidades, não tendo entrado na seara das crianças e adolescentes desacompanhadas de suas famílias, como visto pelos posicionamentos nos eventos. Outro exemplo é a participação forte de adultos em situação de rua no Comitê PopRua, espaço previsto na alçada da SMDHC, que, com a participação da sociedade civil e de organizações, prevê a formulação de políticas públicas municipais para a população em situação de rua. Ao passo que não há participação ou representação da população infanto-juvenil, a discussão de suas especificidades parece novamente comprometida. Apesar de mostrar-se ativo em outros momentos e espaços acompanhados durante a pesquisa, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, de importância histórica na conquista de direitos para a infância, não se fizeram presentes em tais atividades.

Uma hipótese acerca da diferença da participação política entre as faixas etárias é sobre a questão identitária – de se reconhecer enquanto pessoa em situação de rua –, mais fortemente marcada em adultos, uma vez que, de maneira geral, encontram-se em situação de rua há mais tempo, muitas das vezes de maneira cronicada, enquanto tal relação com a rua não está estabelecida na população mais jovem. Outra hipótese é a de que devemos considerar o quanto os movimentos e espaços de disputa política reconhecem a existência de crianças e adolescentes em situação de rua, e de que forma os espaços de participação acolhem a presença da população infanto-juvenil, e se ocorre o reconhecimento destes como cidadãos

políticos – aspectos que, se não se fizerem presentes, não favorecem ou convidam à adesão e participação destes em movimentos de ordem política.

### 8.3.1. Entrevista conversada e/ou Conversa gravada com José França

A percepção de que, ao longo da pesquisa, em que quis me aproximar dos adolescentes e saber quais suas experiências com a rua, consegui pouquíssimo contato direto com eles, e passei a *ouvir falar sobre eles* por parte de outros atores relacionados ao mundo da rua, levou à ideia de aproximação desses outros discursos, ao passo que também projetam e conformam a experiência com a rua vivenciada pelos adolescentes.

Mapeando quais atores eu vinha escutando, e quais poderia entrevistar: trabalhadores da rede de serviços conveniados (Travessia, CEDECA, SEAS), representantes do poder público, ou outras pesquisadoras do tema (como as envolvidas na coordenação do GT e as colegas participantes da Rede Brasileira de Pesquisadores de População em Situação de Rua); ainda há outras personagens que estão em contato diariamente com os meninos, mas com os quais ainda não havia sido levada a contactar por não se fazerem presentes no campo da pesquisa até o momento, como agentes de segurança, comerciantes da região, adultos em situação de rua, e o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) e o MNMMR.

Tanto pelo bom contato que mantive com colegas adultos moradores de rua, quanto pela inquietude quanto à forma como os *adultos* ativistas pela situação de rua compreendiam a questão infanto-juvenil nessa seara, entrevistei José França, figura conhecida nos espaços em que é pautada a temática, e que conheci logo no início do trabalho de campo.



Em meados de setembro de 2018, contatei França por meio de seu celular. Durante a semana, confirmei o horário e dia que havíamos combinado (um sábado à tarde, dia 22 de setembro), e na manhã do encontro, mandei uma mensagem pelo *Whatsapp*, para confirmar o lugar exato onde nos encontraríamos. Ele havia pedido para marcarmos mais tarde, mas provavelmente teve que sair do albergue onde dorme e não teve mais acesso à internet para me responder confirmando o horário.

Cheguei à Catedral da Sé às 15h, como combinado. A Praça estava lotada, onde havia um palco montado e um show rolando. Fui até onde poderia enxergar o dizer da faixa “Cristo Rua”, com o patrocínio da Prefeitura de São Paulo. O som, que era do estilo *hip hop*, trazia letras evangélicas, com a dança e palmas do público, que, em sua maioria, aparentavam estar em situação de rua.

Aguardei sentada nos degraus da Catedral, onde me senti um incômodo aos muitos turistas que por ali estava passando para adentrar a igreja ou para tirar fotos com sua fachada. O tempo passa, e quando seu atraso batia 30 minutos, resolvi ligar para França. Me atendeu dizendo que estava pela região, e estaria ali em breve.

França me encontrou ainda sentada nos degraus, me deu um forte abraço e se juntou a mim na escadaria. Enquanto conversávamos sobre sua vida, um rapaz, que parecia um pouco alcoolizado, nos abordou pedindo dinheiro. França prontamente lhe respondeu – pelo que fiquei muito feliz, porque invariavelmente, sinto-me desconfortável com esse tipo de abordagem, sem saber como reagir. Disse a ele que estávamos conversando, que também era da rua e que depois poderia “desenrolar isso aí” com ele. O homem insistiu, e França seguiu firme, pedindo licença para nossa conversa. O rapaz pareceu ficar nervoso, e começou a apontar para o tênis e para as roupas limpas de França, dizendo que ele tinha dinheiro para dar, que estava sendo egoísta. Meu colega seguiu firme uma vez mais, dizendo que poderia arranjar um trocado para ele, mas que ele deveria nos respeitar, e o homem se afastou:

- Viu? Tem que saber o linguajar da rua, tem que saber como as coisas funcionam.

Fiz questão de apresentar o termo de consentimento a ele, dizendo que poderia ler com calma e me perguntar caso tivesse qualquer dúvida, ao que aproveitei para mostrar também o roteiro de perguntas que havia preparado. Assim, caso discordasse de algo, poderia me dizer no ato, e eu mudaria ou suprimiria.

A única observação de França quanto ao TCLE foi de que não concordava com a proposta de não identificação dele, como entrevistado. Gostaria de ser mencionado por seu nome, e poder ser reconhecido pelo que estava dizendo, pois defende que essa é uma postura importante para a quebra da invisibilidade que é colocada pelo anonimato oferecido pelos termos de consentimento e que sofre como uma voz das ruas.

O local estava barulhento, de maneira que mal nos ouvíamos, então resolvemos ir até o Pátio. França me perguntou se iríamos tomar um café. No meio do caminho até o Pátio, conhecia um boteco que tratava bem pessoas de rua, do qual era cliente. Ao nosso lado, uma senhora com uma menininha pediu um prato de feijoada para dividir. A mulher pediu também uma caipirinha, e o homem do balcão pegou, em uma das portas do refrigerador embaixo do balcão, uma jarra com tampa. Chacoalhou o líquido, que parecia um suco de limão, e serviu em um copo americano uma dose. Ofereci para França se gostaria de terminar meu café, pois um mal-estar no estômago me incomodava, e quando tomou um gole disse que café gelado dava dor de barriga, e dispensou. Paguei por nosso lanche, e fomos então até os degraus em frente a Secretaria de Justiça, no Pátio do Colégio.

Nos sentamos e assim que iniciei a gravação, França me interrompeu, dizendo que iria buscar um refrigerante. Uma dupla de guardas civis caminhava pelo Pátio, e o som dos skates fazendo suas manobras povoou o áudio da entrevista. Começo com uma brincadeira 'França, vamos lá, de frente com Gabi!', e rindo, responde com bom humor 'Gostei, começou extrovertida!'

José França, 40 anos, nascido na capital maranhense, São Luiz, conta que desde os 15 anos tinha vontade de viajar. Sonhava em conhecer três estados em especial, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Após ter saído de casa e morado por seis anos no Triângulo Mineiro e aproximadamente quatro no interior do estado de São Paulo, França veio para a capital. Na época da entrevista, fazia três anos e três meses, sendo que nos conhecíamos há aproximadamente dois deles. Apesar de ter família no Rio, diz que não tem mais vontade de conhecer esse estado, pois é de São Paulo que gosta mesmo e aqui que deve ficar.

Apesar do tempo que já nos conhecemos, nunca havia perguntado a França sobre sua história. Não que não houvesse o interesse, mas que ao perguntar para um colega o motivo e história de estar em situação de rua, pareceria uma curiosidade objetificadora, fazendo-o narrar sobre a situação de rua necessariamente e não sobre o que lhe ocorresse contar a uma amiga. A sensação era de que, da mesma forma como não me ocorria de contar sobre meu passado, não cabia provocar intencionalmente essa conversa com ele tampouco, ou o tornaria o "amigo morador de rua".

É quando pergunto como veio parar em São Paulo que me responde que foi na capital paulista onde acabou por morar na rua. Aqui, não conseguiu uma renda que conseguisse sustentar o uso de crack que fazia em Minas, e acabou sem nada. Usa a expressão *morador de rua*, e não pessoa em situação de rua, pois acha que não é preciso de novos termos se a situação em si não muda, que a rotulação é uma imposição externa. Foi também na metrópole onde se envolveu com a luta por moradia e com o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, do qual já não faz parte, por entender que o movimento não o representa. Hoje, prefere ser identificado como voluntário, em vez de militante.

Há 15 anos fora de casa, relata que poucas vezes retornou, jamais contando à família em que condições tem vivido em São Paulo. Ao perguntar sobre sua forma de se autointitular, acaba por revelar a razão de manter o segredo de sua família:

Pesquisadora: Sabe que eu ia te perguntar, hoje você se considera em situação de rua?

França: Sim, eu sou morador de rua.

P: E você fala isso pra sua família?

F: Não. Minha família não sabe... minha família não sabe. Por que que eu não falo pra minha família? Primeiro que minha família nunca vai entender. *Se eu falar pra minha mãe que eu tô na rua, ela vai imaginar que eu tô todo sujo... O que é morador de rua pra minha família? É um cara todo sujo no chão... né?* Então se eu falar "mãe, sou morador de rua, tô na rua" é capaz de ela morrer.

[...]

F: *Antes de morar na rua, eu odiava morador de rua.* Eu não gostava de morador de rua de jeito nenhum [com ênfase na voz], porque minha família não gosta de morador de rua. Então eu não gostava de morador de rua. Eu olhava os morador de rua e falava assim "esses cara são vagabundo, véi", se fosse pra eu morar na rua, eu metia um assalto [para conseguir dinheiro e não estar na rua], mas morar na rua... Então tá entendendo? Foi quando eu fui morar na rua que eu fui entender, ouvir a história de cada um, porque cada um tem sua história pra contar, né? Cada pessoa tá na rua por um motivo.

(Fragmentos da entrevista realizada com José França no dia 22 de setembro de 2018)

Narra como enfrentou a adição, por meio de sua fé religiosa, e passou a integrar espaços de luta pelos direitos da população em situação de rua. Foi eleito representante dessa população do Comitê de População de Rua, ligado à SMDHC, e participa de outros Conselhos, como o Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS). De todos esses espaços, busca coletar informações que o ajudem a articular novas propostas e fazer enfrentamentos ao governo municipal. Para aperfeiçoar sua participação nesses espaços, França revela que recorre a vídeos e cursos de oratória na internet. Por ser tímido desde a infância, conta como esses recursos ajudam-no a fazer melhores apresentações, a como cumprimentar e falar adequadamente nas ocasiões, e até como finalizar uma fala.

Conversando sobre estes espaços que frequenta como representante da população de rua, questiono sobre como o tema das crianças e adolescentes é geralmente abordado, introduzindo minhas percepções de que o termo “população em situação de rua” invoca a população adulta como a representante, invisibilizando crianças e adolescentes que se encontrem também nessa situação. Sua resposta me aponta para uma dimensão fundamental: a representatividade. França coloca que sua presença como representante da PSR é uma minoria nesses espaços de disputa, inclusive porque as próprias pessoas moradoras de rua não acreditam que sua participação possa acarretar mudanças reais. No caso de crianças e adolescentes, observa que é uma problemática ainda mais grave, pois as próprias não se encontram nesses espaços, e os que se fazem representantes de suas pautas não causam o mesmo efeito que elas mesmas poderiam causar, o de impactar os que as ouvem.

Sobre a razão de não se encontrarem nesses espaços, pondera que podem não ser convidadas a participar ou ainda, por conta da profunda exclusão de seus direitos, não tenham interesse em estar. Na condição de morador de rua, com a qual se identifica, o entrevistado relata sentir-se muito mais chocado ao ver crianças e adolescentes que adultos na mesma condição. Para me explicar o motivo, rememora sua própria infância, quando pôde estudar e brincar, como o esperado para essa fase de desenvolvimento. Cita Aristóteles para dizer que a criança é um livro de páginas em branco, e a infância um momento privilegiado em que se pode aprender e estudar com maior facilidade conteúdos pertinentes a um desenvolvimento desejável, ao contrário de já estar no ambiente da rua, e aprender o que a rua tem a ensinar: como dormir, conseguir comida e dinheiro, virando um “expert na rua”. Essa segunda

condição dificultaria o processo de saída da rua. Para expressar a urgência com que entende ser prioridade o trabalho com essa população, usa de uma frase bastante expressiva: “*A criança você tem como trabalhar toda ela, senão, ela vai ser a futura população de rua*”. Aprofundando em suas impressões sobre o que diferencia a experiência de jovem e de adultos nas ruas, aponta para especificidades interessantes, e também alarmantes:

F: As cabeças são diferentes, depende. A cabeça da criança é diferente, a do adolescente é diferente, a do adulto é diferente. A criança e adolescente eles tem um grupo deles, o adulto geralmente não tem um grupo (Ah, é?) não, adulto não tem grupo, às vezes tem uma maloca. O adolescente é mais unido ainda, tem mais união forte, porque ele corre mais risco que o adulto, a criança e adolescente corre muito mais risco (De que jeito?) aqui mesmo na Praça da Sé já morreu várias crianças, adolescentes. Ainda mesmo outro dia eu só soube que um menino de 15 anos foi assaltar um cara, e ele era polícia civil, e o cara meteu um tiro, isso foi de madrugada. De manhã não tinha nada, e eu só soube porque os moradores de rua me contaram (Eu não fiquei sabendo), então, ninguém fica sabendo de nada! Chegaram, tiraram o corpo e já era, sumiu! Não deu nem tempo de... sabe, foi uma coisa muito rápida! Então assim... outro dia morreu um de 15 anos amarrado no fio, amarraram ele no poste. Os caras cobram muito caro da criança e adolescente, não dá oportunidade, e correm muito mais risco.

P: E com o adulto você acha que não é assim?

F: Não, com o adulto eles já chegam pra trocar uma ideia... Criança e adolescente têm prioridade nos direitos, né, a Vara da infância e Juventude vem com tudo pra cima dos policiais.

P: Ah, você acha que isso faz diferença?

F: Ô! Por isso que eles têm raiva. Se cair um caso de um policial com criança e adolescente, alguma coisa, o juiz fode com o PM. Por isso que eles têm raiva. O adulto não, eles vão lá, dão uns baculejos.... Se filmarem a polícia fazendo alguma coisa com criança, eles já eram. Por isso que eles [adolescentes] correm mais risco, e só andam em grupo.

P: Acho até que por eles andarem mais em grupo, eles andam mais, ou não?

F: Não, não, acho que eles ficam mais localizados. Onde eles conseguem dinheiro pra comprar a droga pra eles usarem, e alimentação. Pronto, eles têm esses dois pontos, eles não vão sair andando pra cima e pra baixo. O morador de rua, principalmente o que tá na droga, no crack, ele já anda mais, ele vai andar pra catar papelão. Criança e adolescente não cata, não trabalha, não faz nada né. Eles manguem [pedem dinheiro], porque ajudam mais a elas.

(Fragmentos da entrevista realizada com José França no dia 22 de setembro de 2018)

França diz sobre a vivência em grupo como mais presente entre os adolescentes, inclusive podendo ser uma estratégia de se proteger das violências às quais estão sujeitos, como por exemplo, a violência policial. Sua fala revela a diferenciação no tratamento dispensado por agentes de segurança a adultos e a crianças e adolescentes nas ruas, e como apresentam uma face mais raivosa e mais violenta, inclusive fisicamente, em relação aos mais jovens, justamente por esses terem prioridade e maior proteção de órgãos jurídicos. A maneira como descreve o proceder dos agentes policiais, que espancam e ocultam os corpos de adolescentes na calada da noite, pouco se distancia de casos históricos, como a chacina na Candelária ou a Operação Camanducaia – essa segunda bem explorada por Frontana (1999) – e revelam como a noção de “menor”, sem direito sequer à vida, é a que ainda pauta a ação policial, mesmo depois de 31 anos do fim da ditadura militar e 29 da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, e como a proteção jurídica não se faz valer na prática como prevista, mas até de forma perversa.

Apesar do grande desconforto causado pela maneira casual como relata o assassinato e desaparecimento de adolescentes na região da Praça da Sé, a conversa prossegue, talvez num tom de raiva resignada sobre essa discussão, pois ambos sabemos, por informação de mídias, por contatos informais e experiência própria, que o tratamento nas ruas dispensado às populações em situação de rua, principalmente por agentes de segurança, beira a barbárie. Estar na rua é oscilar entre um estado de revolta e um estado de resignação constantemente. Talvez ambos os estados sejam estratégias de seguir diante de tamanhas contradições e absurdos.

O tratamento discriminador e violador de direitos é apontado por França também como presente em serviços de saúde, exemplarmente quando ficam mais velhos e os cuidados com a saúde aumentam: uma vez que se identificam como

peças em situação de rua, passam a serem estigmatizados. São identificados como merecedores de outra postura dos profissionais, a de *desprezo* – “Agora imagina tu dentro do hospital, doente, tu sendo desprezado... Tu começa a pagar o preço da rua. E se tu estiver velho, pior ainda, vai sofrer mais. O preço da rua é cruel”.

O envelhecimento também pesa quanto às oportunidades recebidas, pois ofertas de trabalhos ou bicos levam em conta o preparo físico da pessoa. França conta sobre o sentimento de julgamento que recai sobre os adultos e idosos na rua, dentro de uma perspectiva de que a permanência na rua é uma escolha, justamente pelo avanço da idade. Revela também com isso, que concebe que a condição dos mais jovens estarem nas ruas é pela falta de escolha, sendo um produto de outras situações das quais não têm poder de mudar. Sintetiza em uma frase: “ Se ela for nova, vão dar aconselhamento. Se for velha, vão perguntar ‘o que que tu fez da sua vida?’ “. Contudo, essa parece ser o posicionamento pessoal de meu colega, uma vez que logo em seguida, ao falarmos sobre outros atores da rua, me aponta uma relação diferente para com os adolescentes.

Pergunto da relação entre comerciantes da região e as pessoas que habitam os entornos, e conta que, dependendo do comportamento do morador de rua, pode haver entendimento e colaboração. Porém, ao perguntar especificamente de crianças e adolescentes (duas populações distintas que vão se configurando como uma só categoria em nosso diálogo), e dizer de minha experiência pessoal com essas populações de que são tratados como assaltantes, França concorda:

P: E você acha que é diferente? Porque já vi muito de enxotarem, de expulsar, de colocar aqueles espetos na porta pra não ficar gente. E adolescente eles acham que vai roubar, né.

F: A criança... é mais perigosa! Porque a criança... mano, os cara. Eles têm muita proteção da justiça, eles sabem que não vai dar nada, então os caras têm maior preocupação com a criança de rua, mais cuidado e tal, mais discriminação (Eu tenho essa impressão!). É, é mais discriminada, os cara olha e já acha que é trombadinha. O adulto não.

(Fragmentos da entrevista realizada com José França no dia 22 de setembro de 2018)

Os apontamentos de França remetem a uma surpresa inquietante encontrada em uma revisão bibliográfica. Buscando por produções acadêmicas que utilizassem o

termo “adolescentes em situação de rua” ou similares, encontrei o estudo de Roazzi, Federicci e Carvalho (2002), em que pretendem, por meio de metodologia experimental, analisar estatisticamente quais elementos apresentados por adultos de ambos os sexos como mais relacionados ao sentimento de *medo*. Dividido em três etapas, a primeira fase do estudo pediu a 72 adultos em ambos os sexos que, por associação livre, enunciassem elementos que remetessem ao sentimento medo. A 14ª palavra mais mencionada por estes adultos, das 20 primeiras selecionadas para as seguintes etapas do estudo, foi “menino de rua”.

A dimensão do trabalho (e desemprego) apontada pelo entrevistado, e em trabalhos anteriores, como a pesquisa nacional realizada pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI/Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2009) e Prates et al (2011), é algo que diferencia as duas populações, uma vez que crianças e adolescentes, em sua maioria, provém de lares que convivem com a escassez de recursos econômicos, e, muitas vezes, familiares desempregados ou subempregados. Contudo, não estão eles mesmos em período de desenvolvimento no qual seja esperada a atividade laboral, não sendo marcados pelo estigma do desemprego e pela expectativa de “utilidade social”, projetada sobre a população adulta – tidos como “vagabundos”, “preguiçosos”. Por sua vez, apesar de legalmente pertencerem à faixa etária protegida pelo ECA, em que poderiam trabalhar a partir dos 14 anos apenas sob condição de aprendizes, a condição social de “adolescentes-adultos”, ora pertencentes a um mundo ora a outro, que devem lutar por sua sobrevivência, projeta sobre eles a figura de sujeitos perigosos, espertos, malandros, por sua agilidade de criança e necessidades de subsistência concomitantes. Fundamental costurar esses elementos com a retomada realizada por Frontana (1999), em que concatena eventos históricos e documentos ao longo de décadas da cena brasileira que vão constituindo a noção de “menor”, a criança e adolescente que, proveniente da classe trabalhadora, tem sua condição de pobreza como sinônimo de criminalidade.

Ambas as situações levantadas, a percepção de medo em relação aos “meninos de rua” e o “menores” criminosos, remontam à essa condição de infância e juventude de classe trabalhadora, em que não podem conjurar apenas a dimensão lúdica, angelical e protegida da infância, mas atuarem também como sujeitos em busca ativa pela sobrevivência. Uma vez que historicamente construída o pareamento entre pobreza e criminalidade, ocupam o imaginário social a partir de uma perspectiva

mais medrosa e estigmatizadora da opinião pública – que meninos de rua são malandros, batedores de carteira, pequenos bandidos... operando uma oscilação entre sujeito a ser protegido e sujeito a ser responsabilizado, apesar das décadas que já nos separam da redemocratização do país e da teórica consolidação dos direitos humanos fundamentais.

Sobre a impressão de um segundo processo de invisibilização das crianças e adolescentes em relação à população em situação de rua adulta, censos nacionais e da alçada do município de São Paulo, como já abordado anteriormente, demonstram corroborarem com essa hipótese por meio da não inclusão ou da contagem das populações menores de 18 anos ou do uso de metodologias não adequadas para levantamento adequado da população infanto-juvenil. É marcante que a primeira diretriz nacional para atendimento específico a crianças e adolescentes que se encontram em situação de rua tenha sido expedida apenas em 2017 (BRASIL, 2017) ao passo que as produções científicas vêm apontando a existência da problemática desde a República Velha, na passagem do século XIX para o XX (Moura, 1999), e do fortalecimento dos movimentos sociais em luta por essa pauta há ao menos 50 anos.

Dado esse contexto revoltante, levo um questionamento a meu colega sobre o uso do termo “invisíveis”: como seguir, e o que ganhamos com isso, utilizando o termo “invisíveis” ao falar sobre as pessoas marcadas pela insígnia da rua? Se os pedestres conseguem, e o fazem por vezes deliberadamente, desviar de uma pessoa deitada com seu cobertor e pertences na calçada; se escondemos o celular rapidamente quando avistamos um jovem negro; se a atuação de agentes de segurança tem se mostrado ostensiva há décadas em relação a essas populações... como podemos seguir utilizando o termo invisíveis? Seriam invisíveis para quem e com que propósito?

P: Tem muito morador de rua que prefere falar assim, que acha que é invisível, mas quando eu penso nisso, fico “gente, quem vem e te chuta, quem vem e te violenta, e te xinga, ela viu, né?”

F: É, eu fiquei pensando, que porra de palavra é essa. Na verdade, é muito visível a população de rua, é visível!!! Eu mesmo tava lembrando que lá em São Luis tinha um morador de rua, negro, ele andava de calção, na feira. Quando a gente ia pra feira, eu mesmo, quando olhava ele, atravessa pro outro lado da rua, e hoje fico pensando “rapaz, que crueldade eu fazia. O cara nunca me xingou, nunca me

tratou mal, o cara nunca me fez naada [ênfase na palavra]! E eu passava pro outro lado, nem queria papo com aquele cara.

P: Eu venho pensando nisso, como fazer as pessoas enxergarem de um jeito diferente [as pessoas em situação de rua]...

F: Porque tu, tu só veio fazer entrevista comigo, porque eu não to lá no chão, bêbado... porque tu me viu já numa situação de rua, mas já de avanço, que ele passou mas já tá avançado (É, que pensa sobre isso, né). Os caras falam que eu to melhor, eu digo “Não! eu to numa situação diferente, eu nunca vou me tornar melhor que o cara que tá na rua, porque o processo que eu passei ele pode passar”. Então eu não uso a palavra melhor, eu uso a palavra situação.

[...]

P: Ali ta cheio de adolescente...

F: Vamos ali comprar uma casquinha... quer uma casquinha?



*Figura 10. José França, em autorretrato escolhido pelo próprio.*

#### 8.4. Estratégia de parceria: na rua não dá para ficar só

O início do trabalho de campo, como já melhor detalhado anteriormente, contou com desafios impostos por uma série de fatores, que ao longo do desenvolvimento do

estudo, ganharam um caráter de *fato de pesquisa*, no sentido de que os desafios passaram a ganhar a conotação de propriedades da experiência do trabalho de campo. Os desafios, que reverberavam intensamente ao nível subjetivo como pesquisadora, foram concomitantes a eventos exteriores, e uma ponte entre indivíduo e contexto foi se desvelando com o amadurecer da análise. O que acreditei inicialmente ser de caráter pessoal passou a ser observável também na dinâmica de habitar a rua dos adolescentes, em certa medida.

Destaca-se, como exemplo, o caráter de mobilidade, própria dos adolescentes em situação de rua, algo já observado e descrito anteriormente na literatura por Gregori (2000), e que se mostrou também como a movimentação possível do trabalho de campo. Essa mobilidade é dada pela itinerância na rua, o transitar pela cidade como maneira de obter recursos e se proteger, o tateamento da região também por meio de dispositivos institucionais, a fixação pouco duradoura de um local de descanso, a leitura dos contextos e adequação de suas formas de se portar e a rotação entre os papéis sociais a serem incorporados – todas particularidades já descritas por Maria Filomena Gregori, em sua obra que leva o nome em referência direta a este aspecto da vida nas ruas, *Viração* (2000). São observações que foram largamente corroboradas pelas experiências acompanhadas no período como educadora social, em que o ponto de observação era exatamente um ponto institucional nessa rede de trajetos, e que, no papel de pesquisadora, ecoaram no próprio método, isso é, no modo de estar em campo – maneira que propomos representar pela palavra *deriva*.

Tendo como referência a discussão proposta pela autora, e saberes advindos da prática profissional compartilhada bem como do trabalho de campo, discorreremos brevemente sobre as experiências de *viração* e *deriva* para introduzirmos a necessidade da formação de parcerias no campo de pesquisa, a fim de que os trajetos perseguidos permeiem pontos de referência significativos ao campo.

O termo *viração*, cunhado por Maria Filomena Gregori em sua tese de doutoramento, refere-se às estratégias de “se virar” para sobreviver, no sentido tanto de circular pelo território e estar em mobilidade, quanto no de “dar um jeito” quanto a suas necessidades de sobrevivência. Muitas vezes em uma trajetória que triangula os espaços da casa, rua e de instituições de assistência, a autora enfatiza que a

aproximação com a rua não se deve apenas ao estado de pobreza. A ida para as ruas se dá na história de apenas uma pequena parte de crianças e adolescentes que nascem em um contexto de miséria. Argumenta que uma característica que difere esses sujeitos, que passam a fazer do espaço público seu espaço de privacidade, é uma circulação entre ambientes desde pequenos, muitos deles passando períodos de vida afastados dos genitores, ou ainda com significativa rotatividade do local da moradia familiar, além de familiaridade e circulação pela cidade – situações que correspondem à vivência de toda a família, não apenas dos menores:

Para os meninos de rua, mais do que uma representação que implica novidade e liberdade, trata-se de uma vivência cuja origem se relaciona com os padrões indicados pela dinâmica familiar – a circulação de crianças, a mobilidade urbana, a irregularidade da convivência escolar, a familiaridade com a cidade. Antes de ser causa do fenômeno, a família faz parte do contexto que propicia uma experiência de circulação que poderá ser – e, no mais das vezes, é – aproveitada na rua. (GREGORI, 2000, p.100)

Nesse sentido, os meninos representam, por vezes, o papel de porta-vozes das necessidades de suas famílias frente às instituições de assistência. Esse movimento de viração, no entanto, mostra-se não somente como estratégia benéfica de sobrevivência. Ao passo que leva a uma “adaptação para a sobrevivência” no circuito da rua, promove o aprisionamento dos que conseguem ser bem-sucedidos nesse ciclo, o que dificulta que o adolescente rompa com o circuito e realize sua transição para a maioridade.

Ao considerarmos a discussão apresentada pela antropóloga, é possível traçar uma analogia ao movimento por parte da pesquisadora que nomeamos como deriva. Os movimentos de tatear as aberturas possíveis à pesquisa de campo se deram em diversos sentidos, a começar pela concepção de uma posição estratégica, um papel, no campo a ser ocupado: não mais o de estagiária ou trabalhadora, mas o de *pesquisadora* em Psicologia Social no contexto da rua.

Uma vez conquistado este papel, poderia interpretá-lo perante os outros personagens. Porém, uma dificuldade marcadamente angustiante veio a seguir, a de localizar os principais personagens de interesse. Foi preciso partir para outras buscas: quais instituições estavam atuando no território com essa população no período do trabalho de campo, quais se mostrariam receptivas a um trabalho conjunto, quais os

canais pelos quais me informar e atualizar sobre o cenário da rua no momento da pesquisa – quais fontes oficiais, ou contatos pessoais possíveis, ou ainda fontes virtuais, e inclusive, quais flexibilizações necessárias do papel de “pesquisadora” cabiam para uma melhor inserção no campo. Um papel novo, mais próximo de uma personagem engajada e atuante, ou o já conhecido, de ex-trabalhadora da rede de serviços acabaram por mostrar-se não apenas boas estratégias de entrada, mas como desdobramentos naturais de minha presença.

A sensação de um “método por se fazer”, como um caminho não conhecido a ser desbravado, é marcada em vários momentos da pesquisa, como exemplificam os trechos de diário de campo abaixo:

*Já havia anteriormente tentado contato com W. [educador de rua do Projeto Travessia conhecido da época de trabalhadora], por meio de seu número pessoal que consegui por L. [colega com qual trabalhei no Moinho da Luz]. Senti que ele não se sentiu confortável com que eu o procurasse por meio de seu telefone pessoal, e indicou que eu ligasse à instituição diretamente. Tentei esse caminho antes, porque achei que facilitaria, caso ele se lembrasse de mim (do mesmo jeito como venho me aproximando do campo de maneira geral, pela pessoalidade). Então contatei o projeto, e a profissional do RH me pediu que enviasse um resumo de minha pesquisa e de meu objetivo por e-mail.*

(Diário de campo de mestrado, 10 de agosto de 2017)

*Fica uma angústia, porque os adolescentes não estão em nenhum lugar delimitado, não tem ninguém que saiba, e parece muito que a busca por eles se dá aleatoriamente, a depender da sorte, e isso não é rigor suficiente, me parece... contudo, é dado dessa população também, a **deriva**. [...]*

*Agora, descobri de última hora (via Facebook) uma reunião do CMDCA onde haveria posse dos novos conselheiros tutelares. Fui, e lá fiquei sabendo pela fala de J. (trabalhador representante da SMADS) que há um Grupo de Trabalho da prefeitura que trata sobre crianças e adolescentes em situação de rua. Descobri também que o Projeto Travessia aceita voluntários!*

(Diário de campo de mestrado, 17 de agosto de 2017)

[Relato entre a primeira e a segunda incursão à rua acompanhada do Projeto Travessia] *A sensação entre uma e outra foi de que estou andando a passos muito lentos. Não estou conseguindo estar em campo, no campo que previa que era mais*

*próximo dos meninos que dos trabalhadores, e não se não estava conseguindo fazer isso muito sozinha, agora vejo nem eles mesmos sabem onde os meninos estão. A pergunta “onde estão os meninos? Estarão em grupos? Foram presos?” permeia nossas conversas.*

(Diário de campo de mestrado, 24 de outubro de 2017)

[Relato sobre a terceira incursão à rua acompanhada do Projeto Travessia] *Resolvemos na hora, sem nenhum objetivo específico, procurar pelos meninos, que ainda não havíamos achado. Fizemos um percurso saindo da sede do Travessia, indo para o Pátio (Rua Anchieta, na verdade), passando pela Rua Direita, e voltando ao Vale do Anhangabaú. Vimos algumas pessoas na Anchieta, mas adultas e dormindo, porém nenhum/a menino/a. Houve a brincadeira novamente se eles existem mesmo, se estão escondendo de mim e das estagiárias, uma vez que não fizemos ainda nenhum contato direto com eles.*

(Diário de campo de mestrado, 31 de outubro de 2017)

[Relato sobre a primeira participação no Fórum DDCA Sé] *Pareceu uma maneira de me inserir, agora no momento em que os meninos “sumiram” e que não consigo fazer as coisas que planejei. Talvez atuar por meio do Fórum, fazer uma pesquisa-ação com o propósito de “procurar” os meninos.*

(Diário de campo de mestrado, 10 de novembro de 2017)

Este aspecto de manter-se como uma pesquisadora flexível às brechas mostradas pelos contatos, pelas informações parcas e/ou imprecisas, às oportunidades que foram se configurando, certamente fomentaram, em um primeiro momento, intensa insegurança quanto à relevância da pesquisa. Tendo que mudar as expectativas quanto às etapas previstas para a investigação, e quanto a ideia de que facilmente retornaria ao campo, uma vez que já tinha sido trabalhadora, foi um processo de amadurecimento metodológico e teórico. *Pari passu*, a produção do campo demandou um esforço de constante revisão crítica e ética, considerando a possibilidade de se constituir consistentemente um movimento de deriva, e não de “viração”, mantendo equilíbrio entre a rua e a universidade, a atuação militante e a de produtora de um saber crítico em que o vivido pode ser questionado, e não apenas assimilado.

Simultaneamente, o que figurou como insegurança levou a uma mudança metodológica relevante, que divergiu da proposta cientificista de uma pesquisa

autoral, conduzindo a uma postura investigativa mais próxima da Educação de Rua: a busca por parcerias pelas quais (re)adentrar o campo. Uma parceria importante foi realizada com uma instituição – uma aliança também utilizada pelos meninos, com instituições de atendimento e entre si, com a formação de grupos de crianças, adolescentes e jovens adultos. Todavia, como apresentaremos na seção adiante, também foram forjadas outras formas de vínculo, como a de participação social no campo e de laços estreitos com os companheiros mais assíduos do campo, a exemplo das educadoras da instituição.

Ao utilizarmos do termo “estratégias coerentes”, é preciso salientar que o fazemos no sentido de concordar com os princípios freirianos de uma relação de diálogo e respeito ao saber do outro, o qual encontramos em nossa pesquisa, isso é, ainda a “leitura de mundo” (FREIRE, 2015) que precede a nossa existência no campo, fazendo desse encontro um momento de troca mútua por meio da amorosidade e de uma postura de “curiosidade epistemológica” – a partir da qual avançamos para uma “leitura das palavras” e da formulação de um conhecimento científico crítico.

De maneira a não deixar passar batido um olhar de mais longo alcance, acredito caber a lembrança do percurso do encontro pesquisadora-campo ao seu momento atual: por meio de uma curiosidade mobilizadora e de uma oportunidade de estágio, o território de uma estudante vinda do interior alarga-se para além dos muros universitário, ganhando rizomas até os bairros mais centrais da cidade de São Paulo, que passa a conhecer e a participar de um lugar bastante emblemático para o corpo da sociedade paulistana, o quadrilátero da Boca do Lixo<sup>11</sup>. É ali também onde passa a criar relações ainda não experimentadas, a de contato direto com a miséria personificada, com tratos delicados e cuidados sempre urgentes. Ademais, onde passa a operar sob a lógica do mercado de trabalho, como funcionária de um serviço de caráter público. É adiante, sob esses novos engendramentos territoriais, que vive o fechamento do serviço, o último de sua espécie, o Espaço de Convivência de Crianças e Adolescentes Moinho da Luz, para crianças e adolescentes em situação de rua. Com seu fechamento e o término da graduação, São Paulo deixa de ser território possível – emblematicamente a “terra das oportunidades”, mas com a proposta de um projeto de mestrado, uma nova configuração é criada para que esses

---

<sup>11</sup> Boca do Lixo, como era chamado o quadrilátero de ruas adjacente ao espaço do Moinho da Luz, é uma região conhecida por ter sido polo de produções cinematográficas independentes. Sua fama é projetada na década de 1970 com a pornochanchada.

espaços já conquistados se fizessem novamente ambiente, uma relação agora entre estudo e trabalho, entre universidade e rua. Contudo, o retorno apenas é possível pela criação de novas relações, dado que o contexto histórico, social e político é outro, bem como o local ocupado pela atora. As andanças e contornos tomados para driblar a dificuldade de encontrar com os adolescentes, acabaram por retornar a ferramentas já conhecidas: a instituição e a estratégia de parceria. Partindo daí, novas redes se formaram, e espalharam para novos “tipos” de território, como o que esses novos atores me mostram conhecer sobre o paradeiros dos meninos, também sobre espaços de poder – de discussão e disputa pela visibilidade e defesa da pauta da infância e adolescência desassistida nas ruas, outros de articulação e fortalecimento, e outros ainda, pouco explorados por eles, como o contato com a opinião de outras personagens da ecologia da situação de rua – como comerciantes, skatistas, agentes de segurança.

Por fim, o momento atual se faz representado pelo encontro de registros distintos, pela disputa de narrativas e formas de produção de saber, a qual desejamos simular neste espaço do escrito simbólico, mas que tenta manter seus pés ainda frescos das calçadas.

#### 8.4.1. Parceria com a Fundação Projeto Travessia

“Queremos ser ouvidos e creditados por nosso trabalho”

Clóvis, coordenador de projetos da Fundação Projeto Travessia

Como já ensejado, Paulo Freire distingue entre duas formas de conhecer, a *leitura de mundo* e a *leitura da palavra* (FREIRE, 2015). A leitura de mundo, que precede a da palavra, é a explicação do mundo que seus viventes formulam e as formas e manhas que desenvolvem para sobreviver em seu contexto imediato, um saber da experiência. Partindo de uma pedagogia – ou, *latto sensu*, uma proposta científica – que sustente o processo de emancipação dos sujeitos, é impossível que ignore a leitura de mundo dos sujeitos em vez de aliar-se a ela, pois com ela poder-se-á propor novas maneiras de pensar o mundo, que conduzam à tal *curiosidade epistemológica*, a qual carece ser metodicamente rigorosa, e não propor verdades

messiânicas ou conformar-se com o senso comum. Há que se manter a dialogicidade entre a leitura de mundo e a leitura da palavra.

Assomado a essas afirmações, compartilhada por autores da Psicologia Social, é que trazemos as contribuições da pedagogia freiriana, que por meio do legado que construiu ao longo de toda a vida, defende a “ampliação e diversificação das fontes legítimas de saberes (FREIRE, 2015). Assim, faz-se importante ressaltar que houve uma preocupação em considerar os adolescentes sujeitos ativos da pesquisa, com a perspectiva de não produzir conhecimento *sobre* eles, mas aprender sobre suas formas de viver e concepções sobre suas experiências na rua, e conjuntamente construir saberes que pudessem intervir e transformar seus cotidianos de maneira significativa a eles mesmos, aliando à produção de conhecimento pertinente à universidade. O objetivo foi, afinal, investigar sobre o fenômeno da rualização e suas produções em parceria com quem a vive.

Tendo em mente a premência de se avançar no sentido do protagonismo juvenil, e a fim de fortalecer metodologias que visem o processo de autonomia e emancipação dos sujeitos, o projeto pretendia utilizar de metodologias ativas de pesquisa e intervenção – formas de contato e comunicação, de participação dos sujeitos e de produção de um material que pudesse retornar não só à universidade, mas produzir *in locu* intervenções significativas para os envolvidos, “afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas *objeto*, mas *sujeito* também da história.” (FREIRE, 2015, p.53, grifo nosso)

Desse modo, passamos a mapear parcerias possíveis. O não encontro direto com os adolescentes – o medo de me expor sozinha ao ambiente da rua, o receio de não conduzir abordagens respeitadas, o não conhecimento de seu paradeiro... e o progressivo trato da questão de formas apenas teóricas e distanciadas, levaram à recuperação de um método de trabalho na rua: a formação de duplas de trabalho, em geral de um homem e uma mulher, para que em equipe, realizem as abordagens de rua bem como o acompanhamento dos casos, com o fim de criar um vínculo com os atendidos – retomando que a questão do vínculo é tomada como central na definição da noção de situação de rua.

Partimos então da ideia de promover aproximação de uma organização social que já desenvolvesse atendimentos diretos com os adolescentes, podendo assim nos

“aproveitarmos” dos vínculos já formados pela instituição. O cuidado no contato com os adolescentes já havia sido ressaltado por uma conselheira do Conselho Tutelar da Bela Vista quando consultada a pedido do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. “É preciso um trabalho de aproximação”, e indicou o baixo do Viaduto Jaceguai como um ponto de permanência dos adolescentes. Sugeriu que o contato fosse realizado com apoio de alguma equipe que já possuísse vínculos com o grupo, por exemplo, uma equipe do Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS).

Contudo, como desenvolveremos adiante, o trabalho constitui-se muito mais como a criação e o fortalecimento das relações como pesquisa com a Rede, o que acabou renovando o sentido da pesquisa, apontando para que esse seria o método possível e/ou passível de produzir uma construção orgânica, perto e junto de outros atores e do fenômeno da rua.

Já introduzida na seção de método, a Fundação Projeto Travessia é uma organização social que atua desde 1995 na área de defesa, garantia e promoção dos direitos da infância e juventude, em especial de crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade, e tem sua origem relacionada ao trabalho de educação social de rua. Destacando-se por sua trajetória, na qual já implantou e geriu aproximadamente 30 projetos, atua ainda por meio da produção teórica na área, e de uma inserção política atuante nos espaços de defesa e garantia de direitos da população alvo da cidade de São Paulo.

O Travessia oferece ainda, por meio do Núcleo de Desenvolvimento Travessia, cursos de capacitação na área da Infância e Juventude por cidades de todo o país, e disponibiliza produções bibliográficas que vem colecionando desde seu início, incluindo resultados de programas de atendimento desenvolvidos, abertamente por meio de seu site<sup>12</sup>. Tem por base os seguintes princípios: crianças e adolescentes são sujeitos de Direitos, assim como afirmado pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança, a Constituição Federal Brasileira e o Estatuto da Criança e do Adolescente; o convívio familiar e comunitário são prioridades, e atuam por meio de atendimento longitudinal às crianças e adolescente e a suas famílias; a educação, como aposta de investimento no processo de agência dos jovens na transformação de suas vidas; o protagonismo juvenil, como exercício da cidadania; pluralidade de

---

<sup>12</sup> <http://www.travessia.org.br/publicacoes.html>

formações e valores nas equipes de atendimento, bem como na realização de parcerias; a colaboração e parceria entre todos os segmentos sociais, uma vez que todos são responsáveis pela garantia dos direitos de crianças e adolescente; ética, essencialmente quanto ao compromisso com a coletividade e à transparência da fonte dos recursos financeiros e dos resultados obtidos; e por fim, o investimento na profissionalização de seus trabalhadores, sustentada pela estratégia de formação continuada.

Um de seus braços de atuação é o Projeto de Educação da Rua (PER), realizado através do projeto “Lume Centro – Educação Sócio Protetiva na Rua” nos primeiros meses da parceria. O PER apresenta uma proposta metodológica de atendimento própria (FUNDAÇÃO PROJETO TRAVESSIA, 2009), e conforme já descrito na literatura, tem a duração prevista de três anos entre a situação de rua e o retorno do atendido à sua casa, e ocorre em três etapas: a “paquera pedagógica”, momento de aproximação visual; o “namoro”, para o estabelecimento do vínculo; e o “aconchego”, etapa em que o vínculo está estabelecido e a disponibilidade do acolhimento e da escuta possibilitam a problematização da vida na rua.

O projeto contava com apenas dois educadores no momento do primeiro contato, uma vez que não estavam como serviço conveniado, e portanto, com verba restrita. Esta dupla fazia o acompanhamento de quatro atendimentos, limite estabelecido por eles como forma de despender maior atenção aos casos, que foram escolhidos pela cronicidade (maior tempo) do adolescente na situação de rua. O fato de não atuarem como serviço conveniado conferia certa autonomia em relação às mudanças e instabilidades causadas pelas ações do governo municipal, como corte de verba, por exemplo. No momento em que se deu o trabalho de campo, esta foi uma variável importante para a escolha da OS e não dos SEAS atuantes na região, isto é, serviços conveniados à prefeitura especificamente para a abordagem de rua, pois as equipes de abordagem social de rua estavam sob ameaça de corte de pessoal.

Desta maneira, assim que o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, foi feito o contato com a instituição e realizada a primeira reunião com o propósito de que o “sul” do projeto de pesquisa e os recursos metodológicos previstos fossem apresentados aos integrantes do PER, e de discutir os termos da parceria. Na fala do coordenador de projetos do Travessia, era do interesse da instituição firmar a parceria visando os possíveis impactos sociais

gerados pelos resultados da pesquisa, com o poder de “questionar os números” apresentados sobre esses adolescentes e de cobrar posicionamento das instâncias públicas sobre suas situações de vulnerabilização e violação de direitos. Posicionou também o interesse de que a instituição, enquanto organização historicamente envolvida na militância pela infância e juventude, fosse ouvida e creditada por seu trabalho e acúmulo de conhecimento na área, no que tange ao projeto de pesquisa especificamente, e aos possíveis desdobramentos, como o questionamento do poder público.

Um aspecto apresentado pela instituição é o de que, frente ao número insuficiente de pesquisas, tinham interesse em fortalecer as que procurem formas alternativas ao olhar da *falta*, por seu caráter de maior colaboração a desvelar elementos relevantes a serem trabalhados, e possivelmente potencializados. Ainda neste sentido, fizeram um apontamento contundente aos espaços universitários, sobre a pouca abertura do campo da Psicologia e das universidades ao tema da situação de rua, visto o baixo número de produções, mas também das parcerias de estágios com organizações da área. Interpretam tais posturas como despreocupação por parte da Universidade com o preparo de seus futuros profissionais no tangente ao campo da infância e juventude em extrema vulnerabilidade, especialmente no contexto de rua.

No sentido de inserir-me em discussões atuais sobre o tema, e assim ampliar minha percepção sobre o campo, a educadora de referência do Travessia sugeriu que entrasse em contato com outros atores da rede de atendimento e garantia de direitos das CASRua, e convidou-me a participar de espaços de discussão como as reuniões ordinárias do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Grupo de Trabalho Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua, do PIVALE e do Fórum de Defesa do Direito da Criança e do Adolescente Sé (Fórum DDCA-Sé), que sua equipe frequentava.

Na segunda reunião com a OS, pude rerepresentar meus objetivos de pesquisa e organizamos um cronograma de atividades conjuntas. Esta agenda foi adequada também para a participação de três estagiários do curso de Psicologia de uma faculdade particular, de forma que o critério maior na decisão dos horários deu-se por conta da disponibilidade dos educadores do Travessia.

Resumidamente, ocorreram três encontros para discussão dos objetivos da parceria e para planejamento das atividades, além de seis incursões à rua, dentre as quais quatro exploratórias, com o objetivo de fazermos contato com os adolescentes em situação em rua da região do Pátio do Colégio, Vale do Anhangabaú e Av. 23 de Maio (no Viaduto Jaceguai), localidades indicadas pelos trabalhadores da rede como pontos de convivência dos adolescentes, e duas incursões com atividades planejadas, ocorridas no Pátio do Colégio.

As incursões exploratórias tiveram como propósito apresentar-nos os espaços da rua em que os educadores faziam abordagens e atendimentos, com o fim de proporcionar a aproximação das crianças e adolescentes já atendidos ou conhecidos pelo projeto. Contudo, foram importantes também para a reaproximação dos próprios educadores do PER da dinâmica atual dos CASRua, uma vez que há alguns meses não estavam realizando suas atividades no espaço da rua, pois os quatro casos que estavam acompanhando se encontravam internados em unidades da Fundação Casa. Transcrevo um trecho do diário de campo da primeira incursão à rua:

*O objetivo era ir até o Pátio da Sé, onde sabiam haver um grupo de meninos dormindo. Pelo horário em que saímos, por volta das 10h, julguei que ainda os encontraríamos dormindo. E assim foi. Quando chegamos, havia três ou quatro meninos deitados entre alguns adultos, num prédio em frente ao Pátio. Não os acordaríamos, era o procedimento já passado em nossa conversa inicial, mas nos demoramos uns instantes, andando pela rua e deixando tempo para algumas conversas. W. (educador do PER) observou que na faixa de um dos prédios desta rua havia nomes escritos em rosa, com alguns números embaixo. Observou que deveriam ser os nomes dos adolescentes presos, e os números seriam dos artigos pelos quais foram pegos. (...) Andamos até a Praça da Sé, contudo ali é um local onde se concentram mais adultos, e estes “não querem as crianças por perto porque chamam polícia. (...) Voltamos ao lugar onde os meninos dormiam e alguns haviam acordado, sentados nos degraus de uma porta aparentemente desativada.*

*Éramos 8 pessoas, e formamos um grupo volumoso parado a pouca distância do grupo de adolescentes, de aproximadamente 6 meninos, para avaliar se era o caso de fazermos o contato. A dupla de educadores não parecia à vontade, não conheciam os meninos, mas A. (educador do CEDECA) demorou-se um pouco mais, observando indiscretamente se faria contato ou não. Disse que parecia um momento deles, em*

*que preparavam um cigarro de maconha e conversavam. Os meninos tampouco vieram fazer contato, como se nos ignorassem. T. (educadora de referência) apontou isso, que o contrário também poderia ter acontecido, e eles poderiam ter ido questionar nossa presença, e a interação poderia ter sido turbulenta por consequência. A. começou a falar sobre o perfil dos meninos (um deles estavam bem vestido e parecia do tipo que saía de casa para fumar maconha, mas que voltava mais tarde), e então, sem clima para interação, resolvemos que não faríamos a abordagem e fomos embora.*

(Diário de campo de mestrado, 9 de outubro de 2017)

Conhecia a região central por turismo e pelos percursos do trabalho no Moinho, contudo, ao me sentir perdida pelas ruas, tomou-me a reflexão sobre as diferenças entre um trabalho assentado, estabelecido em uma casa fixa – como no Moinho, e o que se dá pelas ruas, em movimento. Nesse segundo, há o risco constante de estar invadindo o espaço de alguém, se aproximando de alguém que não o deseja, flagrando algo que tinha a intenção de ser íntimo, fazendo parte de uma cena da qual não deveria ser ator... todavia, é espacialmente possível e mais fácil sair do lugar quando se sente desconfortável. No Moinho, quando você está no espaço que deve receber, quando você é a casa, vivíamos num limiar entre a possibilidade de oferecer acolhimento e aconchego e o de estarmos atados, encurralados num espaço poroso, permeável.

Outra diferença era que da casa dos refugiados, ouvíamos seus relatos, suas versões das histórias, próprias ou alheias. Assim, trabalhávamos essencialmente sobre suas falas e o conhecimento geral que tínhamos sobre a rua. Em um trabalho de abordagem nas ruas, pode-se andar por aí percebendo elementos que compõem o atendimento, o que permite fazer um diagnóstico e o oferecer uma disponibilidade sem estar refém de demandas de rotina, das tarefas de uma casa, de paredes e muros, e de uma estrutura física para proteger.

Ao final da primeira incursão, a impressão foi definitivamente de alívio. Além dos motivos já apresentados acima, de sentir que possuía companhia e que não teria que lidar sozinha com as situações de abordagem, foi fundamental o reconhecimento que encontrei de algo que vinha procurando palavras para expressar: a maneira como os educadores foram à rua, caminharam, conversaram, e decidiram coletivamente que a abordagem poderia não ser benéfica, dado o momento em que os adolescentes se

encontravam e a falta de vínculo entre eles, corroborou com a postura metodológica que vinha tomando, não avançando para um contato sem entender que é preciso tempo e muito cuidado, com eles e conosco mesmos, para fazermos um trabalho respeitoso. Como explicito em diário de campo:

*A impressão dos educadores, as instruções de Tânia (educadora de referência), a postura quieta dos alunos, mostrou-me que tudo bem ter medo de se jogar num trabalho desses, porque esse seria um jeito muito errado, inclusive prejudicial para futuros possíveis contatos. O medo que vinha sentido tinha fundamento e eu tinha direito de respeitá-lo, como achei por algum tempo que não, que era algum tipo de preguiça.*

(Diário de campo de mestrado, 9 de outubro de 2017)

É na segunda incursão que a Rua Anchieta, rua estreita entre o Pátio do Colégio e a Rua XV de Novembro, passa a figurar como o lugar principal onde buscamos pelos meninos. A curta caminhada da sede da OS até o local (figura 11) foi a mesma realizada na primeira incursão, guiada pelo andar já experiente dos educadores do Travessia:

*Não fizemos nenhum contato na primeira incursão pela rua Anchieta ... Já comentamos que não encontrarmos os meninos pode ser devido ao horário, já que pela manhã eles podem estar dormindo em outros lugares. Hoje, novamente saímos às 10h e dissemos que iríamos ao Pátio do Colégio, mas sequer fomos até o fim da Rua Anchieta em direção ao Pátio, porque poucas pessoas permanecem ali de dia. A Rua Anchieta, menor, com as paredes dadas por prédios bem altos, poucas entradas, com uma cara de beco, apesar de ter saída, e cinza, com poças, parece preferível em relação ao Pátio em si. Ao não encontrá-los uma segunda vez, decidimos ir até a maloca na Av. 23 de Maio, onde sempre referem ter muitos meninos.*

(Diário de campo de mestrado, 24 de outubro de 2017)



*Figura 11. Rua Anchieta pelo acesso da Rua XV de Novembro.*

Sobre as primeiras duas incursões, é relevante ressaltar a tônica muito forte no cuidado aparente na aproximação realizada pelos educadores, para a garantia da segurança do educador e do respeito ao adolescente, e que futuros contatos não sejam prejudicados por um primeiro encontro conturbado. Neste sentido, esta é uma metodologia advinda do campo da educação social de rua e é também descrita como parte do processo de pesquisa frente essa população, indicando o contato gradual e, por vezes, através de educadores já conhecidos deles, que o trabalho de pesquisa (tanto quanto o de atendimento) deve proceder.

Ainda, o trajeto realizado nas duas primeiras se deu pelo direcionamento dos educadores do Travessia, sendo provavelmente o qual costumavam fazer quando “faziam o perímetro” – abordagem na rua no alcance do território que consideram de escopo de seu trabalho. Este foi realizado em quase todas as incursões, algumas com acréscimo de alguns trechos por alguma razão específica. Saímos da Rua Libero Badaró em direção à Rua XV de Novembro, até seu encontro com a Rua Anchieta, onde costumeiramente paramos para procurar pelos adolescentes, cruzando por ela até a praça do Pátio do Colégio. Dali, não encontrados, prosseguíamos para a Praça da Sé, e andando pela rua de comércio, Rua Benjamin Constant, seguíamos até o Vale do Anhangabaú, retornando à sede do Travessia.

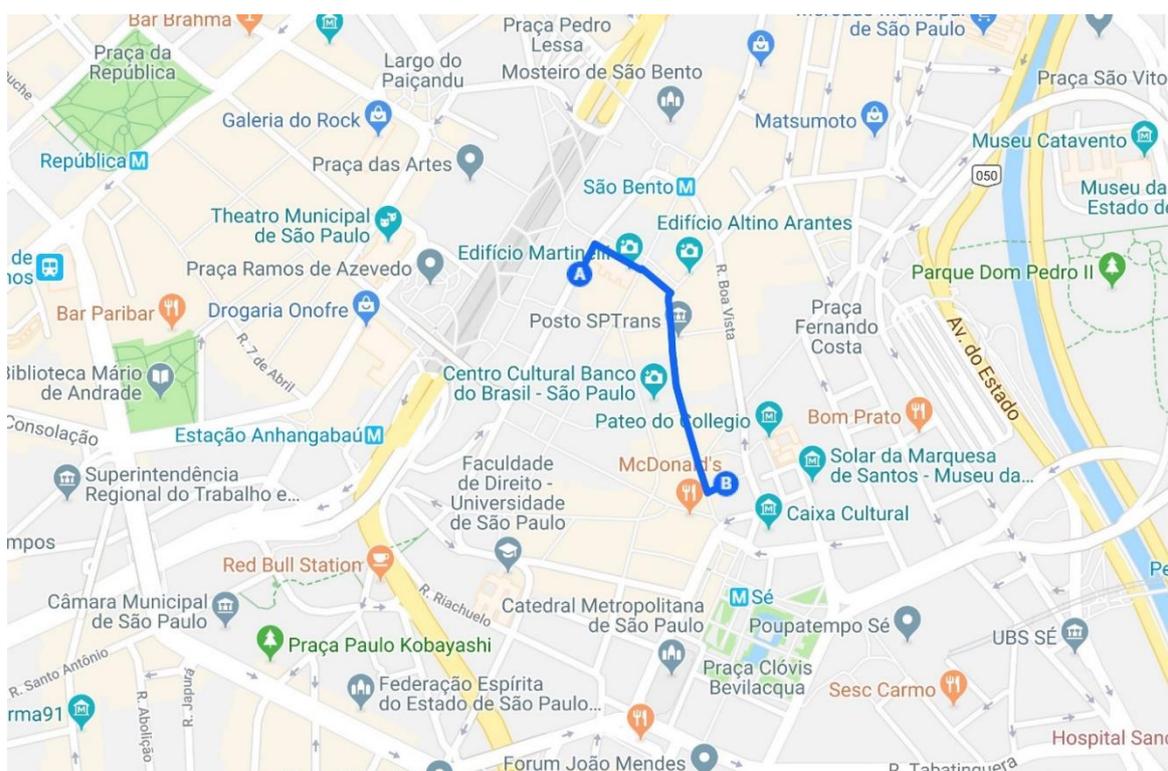


Figura 12. Mapa com trajeto das incursões realizadas com a Fundação Projeto Travessia, ponto de partida (A) até o ponto de referência dos educadores, a Rua Anchieta (B).

Por mais que a localização na “23”, como chamada pelos educadores a localização no baixo do Viaduto Jaceguai onde um grupo de adolescentes dormia, fosse indicada como uma referência para os adolescentes, fomos até o local apenas na segunda incursão, quando começamos a duvidar sobre o número pequeno de adolescentes pelas ruas do centro nos arredores da Praça da Sé. Assumo a hipótese de que tenham preferido ir a este local somente num segundo momento, pois o acesso é bastante difícil – a maloca fica entre as vias rápidas da Avenida 23 de maio, onde

não há estruturas para pedestres atravessarem –, além de representar o local de intimidade dos adolescentes, correndo maior chance de desrespeitar seu espaço pessoal. Mais uma vez, não encontramos crianças ou adolescentes em situação de rua.

As incursões variaram no quórum, uns dias com a presença de todos, e outros em que apenas eu e a dupla de educadores fomos. Na terceira incursão, também no período da manhã, fomos novamente à Rua Anchieta, sem encontrá-los. O lugar é também estabelecido pela equipe do SEAS Sé como um ponto para a realização de atividades lúdicas, pois o reconheciam como um ponto de concentração dos meninos, como fui informada em uma reunião do GT. Assim, questionei a dupla de educadores sobre possíveis contatos com o SEAS Sé, ou outros serviços da rede, para o levantamento de informações sobre onde os adolescentes vinham sendo encontrados. Responderam que não há este tipo de conversa entre os serviços, reafirmando uma desarticulação da rede de serviços também muito presente nas reuniões do GT.

A falta de comunicação e colaboração entre os serviços da rede de atendimento às crianças e adolescentes no centro de São Paulo é observada também por Gregori (2000) em suas pesquisas de campo entre 1991 e 1995. A autora coloca que a rivalidade por recursos e prestígio se revelaram presentes, e formam “tramas institucionais”, que ao contrário de uma rede, reforçariam o aspecto da “viração”, e do aprisionamento das crianças e adolescentes no ciclo da rua. Vários comentários ao longo das incursões à rua foram feitos por parte dos educadores, demonstrando a rixa entre as figuras conhecidas na rede (entre eles, gestores, representantes públicos, trabalhadores) e o questionamento da qualidade da metodologia de um serviço por outro.

Outra observação de grande relevância à pesquisa se refere à localidade que se figura recorrente nas incursões à rua. A viração que marca a vida desses adolescentes nas ruas assume também elementos históricos, dada pela natureza mesma do processo de “repetição circular”, quanto por sua dimensão necessariamente social, histórica e cultural – dimensão compartilhada com todos fenômenos humanos, como a rua. Não podemos ignorar esses elementos, pois a andança e presença deles não é aleatória, nem é apenas conforme as repressões vão moldando, ou onde estão os melhores lugares de “corre”, mendicância ou comida.

Não coincidentemente, a região da Praça da Sé, onde se encontra o Pátio do Colégio e a Rua Anchieta, é apontada pela literatura como o berço da Educação Social de Rua (OLIVEIRA, 2007), localidade onde muitas instituições de atendimento se situam e/o situavam. A região é identificada também por Gregori (2000) como ponto “emblemático para os meninos de rua” (p.105), e reafirma-se como um *lugar* para esta população a partir da experiência empírica já na etapa inicial do trabalho de campo.

#### 8.5. O “sumiço” dos adolescentes em situação de rua como um elemento da *viração*

De maneira geral, a impressão compartilhada pelo grupo formado pelos educadores, pesquisadora e estagiários a partir das incursões à rua e das atividades realizadas foi a de que os tais meninos de rua que pretendíamos abordar haviam “sumido”. É a partir da terceira incursão que começa a ganhar maior vulto tal impressão, como colocado em relato de campo:

*As estagiárias cancelaram a presença, bem como A. (educador do CEDECA). Tânia também não foi, de forma que fomos eu, Dani e W. (educadores sociais do Travessia). Os dias anteriores foram chuvosos, e este estava cinzento, o que pode ter influenciado o movimento da rua. Resolvemos juntos, sem objetivo específico, procurar pelos meninos, que ainda não havíamos encontrado. Fizemos um percurso saindo da sede do Travessia, indo para o Pátio (Rua Anchieta), passando pela Rua Direita, e voltando ao Vale do Anhangabaú. Vimos algumas pessoas na Anchieta, mas adultas e dormindo, e mais nenhum/a menino/a para interagir. Houve a brincadeira novamente se eles existem mesmo, se estão escondendo de mim e das estagiárias, uma vez que não fizemos ainda nenhum contato direto.*

(Diário de campo de mestrado, 31 de outubro de 2017)

Algumas hipóteses foram levantadas sobre o fato de termos encontrado tão poucos adolescentes nas ruas onde costumavam frequentar, segundo relato de trabalhadores e dos próprios educadores da OS: o horário em que as incursões ocorreram, no período da manhã, não foi favorável por ser o momento em que encontravam-se dormindo em outros locais mais protegidos das abordagens policiais, como a maloca na Av. 23 de maio; a violência e perseguição por parte de agentes de segurança pública, relatada como mais ostensiva nos últimos meses, possivelmente provocou uma mudança na dinâmica da rua, de forma que os lugares habitualmente

frequentado pela população de rua passam a ser evitados, por serem lugares visados para as abordagens; e, uma última hipótese, baseada na experiência dos educadores com a mudança da ocupação das ruas pelos adolescentes em épocas festivas, nos meses de novembro e dezembro parte dos adolescentes retorna à sua casa para as festas de final de ano, ou ainda, descem para as cidades do litoral.

Com a falta de informações sobre o paradeiro dos adolescentes, e pela percepção de “sumiço” relatada também por outros serviços da rede, por exemplo, pelo SEAS Sé, a fala “os meninos sumiram” apareceu em diversos espaços durante os primeiros meses do trabalho de campo no ano de 2017. Tanto em nossas incursões, como nas reuniões de rede e do GT, o “sumiço” foi tematizado. Muitas vezes, as falas vieram acompanhadas pelo medo de estas crianças e adolescentes estarem sendo perseguidas por policiais, sem que suas localizações fossem conhecidas sequer por outros colegas em situação de rua – se nas casas de origem, se em unidades da Fundação Casa, ou mesmo desaparecidas. A questão da ação da polícia em relação à presença destes jovens nas ruas é tematizada pela literatura. Lewis Aptekar (1996), por exemplo, revela como a brutalidade da polícia é um dos maiores medos relatados pelas crianças e adolescentes em situação de rua na América Latina, ainda que comparada à fome e a falta de segurança.

É relevante ressaltar que, mesmo nos espaços de discussão entre serviços e outros atores que atuam pela defesa dos direitos das CASRua, não foram encaminhadas medidas concretas para a busca, como denúncia de desaparecimento, acionamento dos Conselhos Tutelares (CT), busca ativa junto aos serviços de atendimento. Essa dimensão de “acomodação” frente a uma situação tão grave, em que a hipótese de risco de morte era aventada, foi recebida com tremenda angústia por mim e outros colegas pesquisadores, preocupados com a dimensão interventiva que minha presença deveria tomar neste cenário.

*Não ter caminhos para procurar um menino me diz de uma fragilidade de toda a situação. Como isso é possível? Que no mundo de hoje, com toda a tecnologia e acesso à informação e dispositivos de comunicação e localização, alguém não possa ser encontrado? Somos rastreados o tempo todo, mesmo sem saber, mesmo não querendo. Quem não pode ser encontrado, não o pode ser porquê? Há interesse ou desinteresse nisso?*

(Diário de campo de mestrado, 21 de novembro de 2017)

Neste contexto, a hipótese dos educadores do Travessia, bem como o coordenador de projetos, era de que a dificuldade de contato é uma marca do trabalho de rua, ao passo que a sensação de desaparecimento dos meninos se devia às movimentações da vida na rua, dinâmica de “viração”, o que aprofunda a complexidade da leitura sobre esse “sistema rua”.

A partir dessas lentes de análise, compreendendo o comportamento dos trabalhadores junto ao sumiço dos meninos, é como se ambas as classes de atores estivessem no ciclo de viração da rua. Pelas hipóteses aventadas acima sobre os adolescentes sumidos, esses estariam buscando por outra configuração de ocupação das ruas como estratégia de sobrevivência. Os trabalhadores, por sua vez, operando numa lógica de inconstância, de vulnerabilidade também de seus corpos, e da fragilidade do alcance de suas possibilidades de ação, deixariam a viração ocorrer sem interferências além de suas atividades já cotidianas. Imersos em um universo que desinteressa às manchetes; que não possui prioridade de pauta nas secretarias municipais; onde costumam atuar junto de situações das mais extremas com baixos recursos financeiros; com estados pessoais muitas vezes fragilizados, dado o estado de precarização de suas condições trabalhistas; sem possibilidade de se apoiar no aparato de segurança do Estado, como os agentes policiais, acabam por participar da viração sem vislumbrar oportunidade de quebrá-la. Essa não é uma proposta maniqueísta, que pretende culpabilizar os trabalhadores pelas violações que atingem às CASRua, mas de compreensão do fenômeno que parece englobar diversos atores que estão na rua ou em sua órbita.

Algo que havia escutado no primeiro dia de estágio, quando o técnico psicólogo me recebeu e apresentou o trabalho que faziam ali, para além das recomendações sobre a necessidade de estar ali com uma postura de abertura, foi que algo que foi sendo ressignificado com o passar da experiência: as redes (assistência ou saúde, ou outras públicas) são estruturadas, programadas de forma a não funcionar, e ter isso em mente é importante em um trabalho como o do projeto, pois poder-se-ia cair no raciocínio de que as coisas não funcionam por conta da boa vontade, ou não, dos funcionários ou de determinado equipamento.

*Lidar com essa falha programada é também pensar que estamos em uma sociedade na qual essa população atendida lá é entendida como necessária para a sustentação dos ideais e interesses dos beneficiados.*

(Diário de campo de estágio, abril de 2015)

#### 8.6. Viaduto Jaceguai: Como o Estado e a Empresa governam uma cidade

É preciso que situemos o cenário político no qual se insere a presente pesquisa, especialmente a primeira etapa do trabalho de campo, durante a qual tivemos uma presença mais intensa nas ruas do centro. O ano de 2017 foi o primeiro da gestão do prefeito PSDBista João Dória Jr.. No ano de 2018, apesar das promessas feitas em campanha de que não abandonaria o cargo para o qual foi eleito, Dória dá lugar a seu vice a fim de pleitear uma possível guinada, rumo ao cargo de governador do estado de São Paulo, que se concretiza. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Social (SMADS), até a metade do ano de 2019, com menos de três anos do mandato Dória/Covas, já contabiliza a passagem de quatro diferentes secretários: Soninha Francine (PPS), Felipe Sabará, José Castro e Marcelo del Bosco.

O contexto municipal quanto aos serviços sob a supervisão de tal secretaria, especialmente os destinados à população de rua, era de grande instabilidade, como relatado no segundo semestre de 2017 pela conselheira tutelar consultada da região da Bela Vista, entre outros trabalhadores, pois como parte das ações do governo municipal, a verba destinada à Assistência Social sofreu cortes muito bruscos – no início do segundo semestre de 2017, muitos equipamentos e serviços da Assistência Social estavam sem receber ou recebendo o repasse de recursos atrasado, e sem previsão de continuidade do convênio ou verba, isto é, implicando um trabalho limitado a planejamentos mensais, sem perspectivas a longo prazo. Entre estes serviços, colocavam-se as equipes de Serviço Especial de Abordagem Social (SEAS) da região central, que realizam a abordagem da população infanto-juvenil e adulta em situação de rua, contando com o agravamento de estarem sob ameaça de corte drástico do quadro de funcionários. No início de 2018, os SEAS da região central, bem como outros serviços da rede de proteção à criança e ao adolescente, estavam sem receber desde o mês de dezembro do ano anterior.

Conforme relato de trabalhadores, serviços de atendimento à população de rua anteriores à atual gestão foram fechados e outros, de metodologia divergente dos anteriores (questionada pelos trabalhadores e pesquisadores da área) implantados em caráter emergencial – podemos citar o fechamento polêmico (e político) do programa do governo anterior De Braços Abertos. Estes mesmos equipamentos

implantados a partir de 2017, os chamados Centros Temporários de Acolhimento (CTA) – que, vale mencionar, são voltados apenas ao atendimento da população adulta em situação de rua, têm, contudo, sido fechados pela própria prefeitura. Foi, inclusive, a deflagração de irregularidades nos contratos assinados com as organizações responsáveis pelos CTA implantados a causa do pedido de demissão do terceiro secretário da SMADS.

Outro elemento que teve implicações na dinâmica urbana vivida no trabalho de campo é a maior visibilidade da população de rua como agenda política do governo municipal atual, que, como relatado por trabalhadores e denunciado pelas próprias vítimas, tem se desdobrado em maiores ações ostensivas por parte dos agentes de segurança pública, como investigado pela Comissão Parlamentar de Direitos Humanos no ano de 2017.

A título de exemplo, destaca-se a derrubada do decreto aprovado pela gestão anterior, denominada “lei do frio”, que proibia as ações de zeladoria urbana de retirar pertences como papelão, cobertores, colchões etc. O decreto havia sido implementado como resposta às mortes de moradores de rua na época do inverno na gestão municipal anterior, sendo modificado pela atual na alteração do parágrafo sobre a retirada destes pertences – há diversos relatos de pessoas em situação de rua, inclusive, de que o “rapa” (agentes da zeladoria urbana) age com truculência, levando pertences como documentos e carroças de maneira ilegal, com o uso de violência e abuso de poder. Como apontado em audiência pública de apresentação da Relatoria Especial sobre Impacto das Políticas Econômicas sobre os Direitos Humanos (Plataforma DHESCA Brasil) no ano de 2017, a proteção especial à população de rua está sendo retirada, e os serviços de abordagem de rua estão sendo substituídos pela polícia, deixando inclusive trabalhadores em constante ameaça, visto que ocorreram ao menos dois casos de prisões de servidores em horário de trabalho.

Algumas outras diretrizes do governo municipal dizem respeito diretamente às crianças e adolescentes e merecem atenção, a citar, a proposta de desvinculamento de 30% da arrecadação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMCAD) previsto para o ano de 2018, o que especulava-se que poderia diminuir ainda mais a verba destinada à rede de atendimento à infância e adolescência. O uso da violência, de invisibilização da pauta da situação de rua como compromisso

governamental, e o desinvestimento da área da Assistência Social são fatores recorrentes, não sendo restritos à atual gestão municipal, mas é preciso ressaltar que se diferencia neste momento político a forma como foi marcadamente utilizada enquanto produto midiático na campanha eleitoral, para a mobilização da opinião pública pela via da espetacularização.

No momento da finalização da dissertação, a pasta da Assistência Social sofre novas ameaças de corte orçamentário, que já vem afetando o quadro de funcionário de diversas OS. Em fevereiro de 2019, o atual prefeito Bruno Covas (PSDB) assinou o Decreto Municipal nº 58.636/2019, que obriga a todos os serviços da rede de Assistência Social, Saúde e coleta de lixo a reduzirem seu orçamento de 15%. O corte representaria para a área da Assistência uma redução de aproximadamente R\$240 milhões, ao qual serviços diversos de atendimento a crianças e adolescentes teriam que se adequar em pouco mais de um mês.

O Fórum DDCA-Sé pronunciou-se por meio de uma carta aberta denunciando o processo de descrédito que vêm sofrendo as OS por meio de ataques da mídia, que tem assumido um discurso criminalizando e desqualificando as OS de maneira geral, e alguns trabalhos desenvolvidos há anos no município. Respalda por relatos de trabalhadores de seu território, a carta aberta ainda expõe como as próprias estruturas burocráticas têm dificultado execução dos convênios, por exemplo, por meio da adesão cada vez maior a instrumentais de avaliação das metas dos serviços conveniados, que transformam a população atendida em meros números estatísticos, e dificultam o cumprimento da meta. Resultado: verbas são cortadas com a justificativa de que não há demanda populacional para os serviços, quando, na verdade, as formas de avaliação quantitativas não condizem com a natureza dos serviços prestados.

Nesse sentido, gostaríamos de trazer o caso do Viaduto Jaceguai como exemplo de como as políticas da gestão municipal engendram e conformam as formas de viver possíveis no território urbano. E impõe territorialmente a prioridade de interesses hegemônicos do capital sobre a existência da vida digna.

Na primeira incursão à rua, conversando sobre a mudança de locais dos adolescentes em relação ao tempo em que era trabalhadora, no ano de 2015, os educadores do Travessia relataram sobre o Vale do Anhangabaú:

[...] *Por ações policiais eles haviam debandado, mas também por que dois adolescentes fizeram denúncias de abuso físico por parte dos GCM à Defensoria, e por medo de sofrerem mais abusos e represálias, haviam ido para a Av. 23 de maio.*

(Diário de campo de mestrado, 9 de outubro de 2017, grifo a posteriori)

O uso da expressão “23” pelos educadores referia-se à Avenida 23 de Maio, mais especificamente ao baixo do Viaduto Jaceguai, que corta a avenida em uma altura próxima à Praça da Sé. A identificação de tal local como o ponto de refúgio dos adolescentes em situação de rua, onde poderiam ser encontrados com alguma facilidade, pois ali haviam construído sua “maloca”, foi apresentada desde a primeira incursão à rua, do que depreendo que havia se tornado uma nova referência tida por toda a rede de atendimento.

Na segunda incursão à rua, fomos até o local. Como relatado pelos próprios adolescentes ou por trabalhadores, que figuram como seus porta-vozes, após um tempo de ocupação do local pelos adolescentes, agentes do “rapa” (zeladoria urbana) passaram a fazer batidas frequentes no local, levando pertences pessoais dos meninos. Relatos de abordagens policiais nesse espaço foram feitos algumas vezes nas reuniões de rede, denunciando tratamentos violentos e de perseguição. Ao passo que agentes de segurança não aparentavam dificuldade em alcançar o baixo do viaduto, ouvi o depoimento de um dos serviços de atendimento de que apenas faziam o “perímetro” até lá quando estavam com o automóvel, dado o perigo e à *dificuldade de acessar aquela maloca.*



Figura 13. Visão frontal do baixo do Viaduto Jaceguai, de onde se vê os paralelepípedos. Fonte: própria autora.

Contudo, cessada a agenda de atividades conjuntas com a Fundação Projeto Travessia, deixei de entrar em contato com os relatos do local. Sempre que conseguia passar pelo viaduto, no entanto, o fazia. Assim, no mês de abril de 2018, ao passar pela Av. 23 de Maio, na altura do Viaduto Jaceguai, a concretude do tratamento absurdo dispensado pela gestão municipal se fez visível: o local onde abordamos os adolescentes tinha tido sua abertura interditada por pedras de calçamento. Dada a quantidade de pedras, a ação provavelmente demandou o uso um caminhão ou equipamento semelhante, demonstrando que foi planejada.

Meses depois, retomando este fato com uma trabalhadora do campo numa das reuniões do Fórum, ouvi dela que as pedras continuavam por lá, e que tal intervenção havia proporcionado maior *conforto a eles*, “porque agora ninguém vê”, demonstrando uma mescla de leve crítica aos praticantes de tal intervenção e de sarcasmo ao indicar que os adolescentes “tiraram proveito” da situação. Outra trabalhadora, ocupante de um cargo superior de supervisão, que acompanhava nossa conversa, afirmou que tinha a hipótese de que haviam posto as pedras propositalmente para que impedissem a visão dos adolescentes por parte dos demais cidadãos que circulam pela Avenida 23 de Maio (em seus carros de passeio). No entanto, essa situação não havia surgido como pauta de preocupação entre os trabalhadores. Ao ouvir as trabalhadoras

comentarem, era como se estivessem já calejadas de situações de violação com essa, inclusive perpetradas pelo próprio Estado.

Alguns meses mais tarde, plantas ornamentais são plantadas onde primeiramente haviam despejados os paralelepípedos, como que metaforicamente enraizando a postura higienista, tornando-a o discurso definitivo e oficial. Agora os paralelepípedos, uma medida precária para espantar os adolescentes e tentar tornar o local (mais) inóspito evoluiu para uma intervenção de estética urbana, unindo o “útil ao agradável”. Não tomei contato com nenhuma manchete anunciando o caso.

A nova intervenção de jardinagem, sem reflexões mais demoradas, mascarou facilmente o caráter desumano, higienista, e negligenciador de direitos humanos fundamentais aos passantes desavisados. A Av.23 de Maio, de vias de velocidade média, sem semáforos para a obstrução do fluxo de carros ou faixas de pedestre, feita para oferecer um rápido escoamento de tráfego, certamente teve algum valor imobiliário agregado naquele trecho com a “revitalização” de seu Viaduto. Cabe apontar que não nos posicionamos contra intervenções estéticas urbanas, especialmente se preveem arborização. Contudo, marcamos o uso dessa estratégia como forma de disfarce e negligência de uma situação tão extrema quanto a vivência se faz possível embaixo de um viaduto.

O fato exemplifica concretamente o tratamento recebido por estes jovens em extrema vulnerabilidade por parte da gestão municipal. Engana-se a análise que afirma que o Estado não deita seu olhar sobre a população miserável: ao contrário, destina estrategicamente os recursos que dispõe de controle e repressão aos que constitucionalmente teriam prioridade de atendimento, muitas das vezes apresentando-se ele mesmo como a ameaça da violação máxima, a do direito à vida. Tampona uma cena que explicita a olhos nus as desigualdades e contradições da produção do solo urbano no contexto capitalista, em que reina o valor da gestão empresarial da gestão urbana (FARIAS; DINIZ, 2018), e possivelmente beneficia a valorização imobiliária da região por afastar os “indesejáveis” e adicionar elementos estéticos. A custo de nenhum protesto ou contestação por parte da sociedade.

#### 8.7. Participação junto a outros atores

Foram detalhadas anteriormente as atividades realizadas em parceria direta com a Fundação Projeto Travessia, que ocorreram no início da pesquisa, ao longo do segundo semestre de 2017. Após o encerramento deste semestre de uma agenda de

trabalho com a parceria institucional, o vínculo com a instituição e seus educadores perdurou até a etapa final do mestrado.

Seguindo como pesquisadora, e não mais como colaboradora da instituição, porém a partir dos vínculos proporcionados pela parceria, foi possível acessar a rede de articulação entre serviços da área, representantes do poder público e sociedade civil. Com a introdução ao campo por meio destas novas veredas, passei a participar do Grupo de Trabalho Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua (GT), de responsabilidade do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente (CMDCA), e do Fórum do Direito da Criança e do Adolescente Sé (Fórum DDCA-Sé), órgão de controle social estabelecido na região central de São Paulo. A questão do “sumiço” apresentada é marcante como propulsora da diversificação as atividades de pesquisa, e a adentrar a complexidade do “sistema rua” a partir de outros prismas – por exemplo, como participante ativa do Fórum DDCA-Sé, e do GT, espaço que foi proposto como de construção de políticas públicas.

Como, de acordo com o projeto inicial, o acompanhamento de reuniões com organizações, trabalhadores e outros atores não era previsto, estas atividades foram realizadas sem observação sistematizada, mas de forma a atentar e costurar elementos presentes no campo de discussão sobre a infância e adolescência em situação de rua na região do estudo, bem como meio de aproximação com os trabalhadores de serviços que eventualmente poderia acompanhar nas abordagens aos adolescentes.

#### 8.7.1. Grupo de Trabalho Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua

O Grupo de Trabalho (GT) nasce em resposta às manifestações públicas do movimento Pelo Não Silenciamento de Vidas e Mortes, iniciativa dos serviços participantes do PIVALE, um fórum autônomo criado por trabalhadores da rede de serviços deste território que atendem em comum as crianças e adolescentes na rua. A iniciativa foi corroborada por uma ação do Ministério Público sobre a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. A partir da determinação judicial, GT então passou a existir com o propósito de construir uma proposta de política pública de atendimento a essa população, de maneira a tornar a necessidade de

atendimento a ela como um dispositivo sólido, documentado e de responsabilidade indiscutível do município.

Foi coordenado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e pelo Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS), e contou com um grupo de pesquisadoras da ONG Associação dos Pesquisadores de Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente (NECA) responsáveis pela sistematização da produção do GT e da escrita da proposta da política de atendimento discutida por todas/os as/os participantes.

Um dos direcionamentos da discussão do GT se deu em torno da diferenciação de “situação de rua” e “na rua”, a primeira caracterizada pela maior fragilidade dos vínculos com a família e território de origem, tempo maior de permanência na rua, incluso período noturno, em oposição à situação representada pelo segundo termo, em que a criança e o adolescente encontram-se na rua em situação de exploração de trabalho infantil, fazendo da rua espaço de obtenção de recursos para complementação da renda da família, para a qual retorna.

Neste sentido, as pesquisadoras coordenadoras apresentam o perfil destas crianças e jovens na região central majoritariamente como de *situação de rua* (NECA, 2018), enquanto em outras regiões caracterizam-se por uma população na rua, como declarado por trabalhadores de serviços das cinco regiões da cidade. Também a partir de depoimento de trabalhadores, é percebido um aumento de meninas em situação de rua, bem como o aumento de crianças e jovens abordados nos últimos anos. Por apresentar maior número de CASRua, foi proposta a criação de um novo equipamento específico de atendimento na região central, à semelhança do último ECCA encerrado, pois entende-se ser esta a região da cidade que acolhe as crianças e adolescentes que estão com os vínculos mais fragilizados no território de origem. A proposta mesma não foi apresentada da mesma formulação para outras regiões, onde o melhor encaminhamento foi compreendido como a priorização do atendimento desta população nos serviços já existentes.

Iniciada como uma proposta integrativa entre pastas, como da Assistência Social, Esporte, Cultura, Saúde, entre outras, as reuniões do GT se deram sem a presença de seus representantes. Inicialmente, um representante da SMADS acompanhava as atividades, porém, afastado do cargo, não foi substituído por outro.

De maneira que o GT foi composto, ao longo de mais de dois anos de trabalhos, predominantemente por trabalhadores e sociedade civil. Além do não comprometimento das diversas pastas de governo convidadas a participar do GT, o contrato firmado pela prefeitura com o núcleo de pesquisadoras NECA, no segundo semestre de 2017, para registro, acompanhamento e construção de uma proposta de política pública, não foi remunerado até aproximadamente metade do tempo de duração do GT. O descaso com o acompanhamento do GT - por meio, por exemplo, da não participação dos representantes das secretarias, e do não pagamento das profissionais contratadas para a efetuação do GT foi, na opinião de nós participantes, um prenúncio do destino dado à produção apresentada pelo GT.

Ainda sobre o descaso do governo municipal, que se deu de diversas formas escamoteadas, as reuniões do GT possuem pouquíssimos registros oficiais, e, apesar de em uma das etapas da construção da propostas terem sido feitas Audiências Públicas convencionais, visando o público adulto, e lúdicas, visando a participação das próprias crianças e adolescentes em situação de rua, seus chamamentos não foram amplamente divulgados, e muitas das reuniões marcadas pelo CMDCA e COMAS foram divulgadas a participantes do GT por meio de mensagens informais pelo aplicativo Whatsapp – o que ocasionou que as informações foram seletivamente disseminadas, e como pesquisadora informalmente participante, não tive acesso a diversas discussões e reuniões.

O produto dos trabalhos do GT foi entregue pela instituição contratada no início de 2018, contudo, foi apenas apreciada e apresentada oficialmente no mês de setembro pelo CMDCA e SMADS. No mês de novembro do mesmo ano, a SMADS convocou uma reunião aberta aos participantes do GT. O propósito foi apresentar o projeto aos trabalhadores e pesquisadores dessa área o projeto proposto pela Secretaria, que porém, foi produzido a despeito dos esforços Grupo de Trabalho.

Este novo projeto foi desenvolvido contando apenas com a participação da SMADS, diferentemente da proposta de intersetorialidade de atendimento proposta pelo GT, sob a justificativa de que convocar as demais pastas traria maior morosidade à implementação do serviço.

Ressalto a questão do não registro oficial dos trabalhos do GT, da não participação dos representantes do governo, e da demora na oficialização do produto construção e apresentado pelos participantes da sociedade civil, porque constituem

mais uma vez o não interesse do governo municipal em enfrentar essa situação de violação de direitos, e que o protagonismo encontra-se uma vez mais com a sociedade civil.

Enquanto cidades como o Rio de Janeiro possuem políticas públicas de atendimento para CASRua desde 2010 (20 anos depois do ECA), é somente no ano de 2017 que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente lança o primeiro documento nacional com diretrizes de atendimento a essa população, ao passo que São Paulo, a capital mais populosa da América Latina, e a maior população de rua do país, não possui até o presente momento nenhuma política pública oficial destinada a essa população.

#### 8.7.2. Fórum Regional de Defesa do Direito da Criança e do Adolescente Sé

A primeira reunião da qual participei foi também a primeira reunião do Fórum após 10 meses de inatividade. É um espaço de articulação regional criado em 1990, e tem como escopo de atuação a ampla defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes, com foco sobre a denúncia de situações de vulnerabilização e violação. Tem em vista ainda a participação em espaços de decisão sobre a infância e adolescência no município, como no Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente, de atuação permanente, e em Conferências Regionais, Estaduais e Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA), eleições de Conselheiros Tutelares, entre outros.

“Apesar de não ser um privilégio do centro”, como dito em uma das reuniões, a região central tem como tradição pautar a problemática da situação de rua, e desta forma, é algo que mantém hoje como pauta da região. Como instrumento de controle social, trabalhadoras, representantes de órgãos públicos, militantes e moradores, bem como as próprias crianças e adolescentes do território são convidadas/os a participar.

Iniciei minha participação como observadora em novembro de 2017, e com a presença nas reuniões mensais, passei a uma posição participativa, não só nos debates, mas a realizar tarefas práticas, como redigir atas, propor atividades, participar de cartas de manifestação, ao ponto de ser incluída na Comissão Executiva, e portanto, à altura das tarefas de manutenção de funcionamento do Fórum, bem como uma representante dele em outros espaços.

Como discorrido anteriormente, a conquista de um espaço de participação sentido como legitimado deu-se processualmente até o momento em que passei a frequentar as reuniões e a assumir atividades pelo sentimento de compromisso com as pautas e com o grupo mais assíduo. Deste grupo, não coincidentemente, duas membros são as educadoras da Fundação Projeto Travessia por meio das quais conheci o Fórum. Em especial, esse *lócus* do trabalho de campo trazia tensões constantes sobre os objetivos da pesquisa, e sobre o propósito e a validade do saber acadêmico, convocando meus “três papéis” – de ex-trabalhadora, de pesquisadora e de ativista.

De maneira geral, todos os demais participantes compareciam representando uma instituição de atuação social, ao passo que estava ali representando o espaço do saber-poder, que, como apontado por Clóvis, do Travessia, não desdobra seu interesse ou utiliza de seu lugar estratégico de poder sobre as classes profissionais e como formador de opinião pública. Em concordância com a impressão sobre a falta de registro sobre as experiências nessa área, a expertise não se encontra em livros, mas diretamente na prática das pessoas. Assim, soava-me que por vezes os profissionais sentiam-se deslegitimados em seu saber por discursos que falam sobre a CASRua, mas que não são construídos a partir da vivência, o contrário de seus saberes. Ainda que não fosse um tratamento recebido explicitamente, com alguma constância ou de todos os atores, era certamente uma “culpa” que, como representante do mundo universitário, carregava por compartilhar dessa opinião também, especialmente a partir de minha experiência como trabalhadora. Um dos esforços em campo, destarte, era o trabalho de aproximação, de empatia e escuta dos demais atores, de forma a construir afetivamente uma forma de diálogo e de legitimação de minha presença, fosse por atitudes vindas deles, como me aceitar, validar minhas falas, acolher minhas propostas... fosse por um sentimento de pertencimento, fruto também de um maior conforto de minha própria parte, ao sentir ser legitimada.

Na primeira reunião atendida, havia sete pessoas presentes, entre elas três do Travessia. Nesse período, fazíamos as reuniões em uma sala no prédio da Pastoral do Menor, também na região da Sé. Fui acompanhando o crescimento de participantes presentes, até que um dia tivemos que solicitar uma nova sala, maior,

para nos acomodarmos. Estranhando o novo movimento, Tânia revelou que vê essa dinâmica há anos: com a aproximação das Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente, previstas para acontecer bianualmente nos âmbitos regionais, municipais, estaduais e nacional, diversas instituições apareciam nas reuniões do Fórum, pois é por meio dele que as comissões e atividades são organizadas. O objetivo das conferências é promover a participação social por meio de dias de debates e atividades nos vários âmbitos, prevendo que propostas de ação sejam elaboradas e norteiem as políticas públicas nacionais na área da infância e adolescência.

Ainda que a participação sazonal dessas instituições e trabalhadores seja de extrema importância, os membros mais assíduos, dentre eles eu mesma, achamos necessária a problematização da escassez de pessoas envolvidas perenemente com o Fórum e suas atividades vitais. O esvaziamento desse espaço levou à pausa de seu funcionamento em períodos anteriores desde sua fundação, e quando não, deixou de cumprir seu propósito por diversas vezes, sem a disponibilidade de corpos para a execução de atividades, como também revelou Tânia – que participa há aproximadamente 10 anos.

As instituições e trabalhadores, a maioria deles há muitos anos nesse campo de atuação, possuem trajetórias de relações entre si, o que interfere diretamente nesses espaços de encontro. Dessa forma, por terem também um histórico de participação no próprio Fórum lembrado pelas outras participantes mais antigas, essas mostravam ressalvas a suas participações sazonais. Compreendendo a crítica posta pelas colegas, mas também a necessidade de utilizar de estratégias agregadoras, para que tais instituições passassem a participar com maior frequência e comprometimento, por diversas vezes ocupei o lugar de “mediadora”, tentando demonstrar escuta a ambas as partes e oferecer propostas que conduzissem para a cooperação. Em um dos momentos, com fim também de exemplificar que o Fórum não existia apenas para esses eventos pontuais, participei da organização de um evento sobre o Estatuto da Adoção<sup>13</sup>, ao qual atenderam aproximadamente 200 pessoas de diversas regiões de São Paulo, inclusive de cidades do interior do estado.

---

<sup>13</sup> Proposta de lei em tramitação no senado nos anos de 2017 e 2018, que dispunha sobre a retirada dos termos sobre a situação de adoção de crianças e adolescentes do ECA para um estatuto próprio. Por meio da pressão de diversos movimentos civis, foi arquivada.

Na ocasião desse evento, alguns acontecimentos foram dando ensejo para uma preocupação em nossa atuação pelo Fórum, o de admitir e trabalhar sobre as contradições em sermos adultos representando a pauta infanto-juvenil, ao passo que nossas reuniões não vinham tendo esse público. A cena abaixo ilustra um dos momentos em que essas contradições se mostraram como ponto importante de reflexão de como incorremos em contradições, e o quanto é preciso avançar a prática no sentido de nossas ideias defendidas na teoria – como o protagonismo juvenil.

*No meio do evento, saí para tomar café e encontrei uma mulher trabalhadora de SAICA e que participou do Fórum algumas vezes e M., um dos convidados a palestrar, que conversavam sobre algum assunto no qual fui inserida com comentários sobre o quão jovem eu era. Falavam algo sobre crise nos 30 e 40 anos, algo do tipo “Ela tá bem longe, nem sabe, tão novinha”, “Nem tão nova, já sinto a crise dos 25 (risadas)”, e me apresento como sendo da organização do evento. M. faz uma brincadeira sobre eu parecer uma adolescente, “Que legal, a gente tem até uma adolescente na organização do evento! (risadas)”.*

*Situações como essa acontecem com alguma frequência e soam como uma desvalorização: pela aparência jovem, seria imatura e não saberia onde estou e o que estou fazendo. É contraditório que seja essa a sensação nessas ocasiões, porque o uso desses comentários de como sou jovem, parecem desvalorizar o jovem em geral, e isso é utilizado nesses contextos em que a infância e juventude é teoricamente valorizada – mas na verdade sob um signo de tutela, de nós trabalhadores adultos que temos que zelar por eles. Acho parecido com a postura de sempre serem adultos reclamando os direitos dos adolescentes, e poucas as iniciativas de inserção das próprias crianças e adolescentes nos espaços de debate, de realização de atividades com eles, de protagonismo etc.).*

(Diário de campo de mestrado, 24 de julho de 2018)

Sobre o constante perigo que incorremos sendo adultos a falar e querer representar o mundo infanto-juvenil, remeto estreitamente ao mesmo rumo que meu estudo tomou. A dificuldade em me aproximar diretamente dos adolescentes em situação de rua levou-me a entrar em contato preponderantemente com seus “representantes” adultos. Apesar de não ter compartilhado essa reflexão com os demais colegas, todos demonstraram incômodo quanto ao funcionamento de nossas reuniões adultocentradas ao nos darmos conta de que pouquíssimos participantes

entre os 200 eram crianças ou adolescentes. Além disso, o espaço com o qual conseguimos o acordo de sediar o evento exigia que crianças menores de 12 anos não entrassem, e que entre 12 e 18 anos, entrassem acompanhadas apenas de responsáveis legais. Entre esses ocorridos e outros, fomos nos dando conta de que o espaço de controle social da pauta da infância e adolescência não possuía uma configuração acolhedora para a participação dessa população, visto o formato formal e “protocolar” das reuniões.

Outro questionamento foi sobre a razão da ausência de serviços que trabalhassem com as CASRua, já que é uma problemática de destaque no território, pois levava à subrepresentação da pauta nas discussões. Passei então a ocupar também a posição de questionamento sobre as CASRua, trazendo informações que havia recebido por outras fontes, ou mesmo problematizando a especificidade desses diante das discussões trazidas por serviços de convivência entre crianças domiciliadas, como as em situações em ambientes de ensino regular, ou que frequentam serviços de convivência no contraturno escolar.

*Terminada a reunião, busco por Dani [educadora do Travessia] para perguntar diretamente a ela sobre o tal sumiço dos adolescentes que vinha sendo posto, e a ausência de discussão sobre isso (uma vez que é um dos propósitos desse Fórum zelar por essas crianças, por que eles não eram pautados?). Comentei que os que estão em situação de rua pouco apareciam nas reuniões, porque nenhum daqueles serviços presentes, com exceção do Consultório na Rua que apareceu poucas vezes, faz o atendimento deles. Os SEAS, que tem sido os únicos serviços para essa população, pareciam não só estarem afastados da rede, mas se afastarem, se isolarem, para que não seja criticados (mas também ficando sem rede de contato e apoio...).*

(Diário de campo de mestrado, 20 de julho de 2018)

Ao passo que cheguei ao Fórum com o interesse especialmente sobre os adolescentes em situação de rua, e senti a ausência dessa discussão, fui provocando tensionamentos a respeito disso, porém, fui também notando tensões em torno dessa questão dentro do próprio Fórum.

*Iniciamos com duas pautas, os encaminhamentos e avaliação do Evento do Estatuto da Adoção, e as Conferências Regionais. Ao chegar alguns minutos atrasada, encontrei uma sala ainda vazia, mas que foi se enchendo até que o círculo*

*estivesse em seu máximo, com 31 pessoas. Isso chamou a atenção da Irmã Josefa também, que disse que se fosse avisada com antecedência, poderia trazer mais comidas. Tânia ironiza dizendo que talvez na próxima reunião (já depois das Conferências Regionais) o quórum já seja bem menor, voltando ao normal.*

*Sobre os participantes, desta vez me chamou a atenção que havia um maior número de serviços novos: a dupla do Refugiados Urbanos do Quixote; uma educadora da Ação Educativa; a assistente social do SEAS Sé; uma técnica da supervisão do CREAS Sé, que chegou junto da AS do SEAS Sé; e do SEAS Santa Cecília [...]; estagiárias do CEDECA Sé também, mas que não tiveram participação ativa; duas trabalhadoras do CTA Henfil, que trabalham com oferecimento de PrEP<sup>14</sup> para adolescentes; e a coordenadora pedagógica da EMEF Brigadeiro Faria Lima.*

*A presença de trabalhadores de abordagem de rua me chamou a atenção, pois não me lembrava da presença de nenhum desde que comecei a frequentar o Fórum, aproximadamente em setembro do ano passado.*

(Diário de campo de mestrado, 10 de agosto de 2018)

Essa foi a reunião ordinária que antecedeu a realização da CDCA da região Sé, momento de preparação final para as atividades que ocorreriam no dia. Exatamente por esse motivo a trabalhadora de um dos SEAS disse estar presente, e afirmou que as CASRua não haviam sido consideradas em suas especificidades na organização do evento. Uma discussão foi instaurada acerca de como essa população vinha sendo abordada pelo Fórum nos últimos meses, com opiniões inflamadas tanto desta trabalhadora quanto de membros da Comissão Executiva do Fórum – afinal, essa vinha se configurando como uma preocupação da Comissão também, e era necessário pautar a ausência dos serviços voltados à essa população no espaço.

A primeira grande tensão presenciada no âmbito das reuniões desvelou uma grande tensão presente no Fórum por meio da pauta da CASRua: os SEAS presentes demonstravam não estarem trabalhando colaborativamente, tampouco estavam se fazendo presentes nos espaços de articulação dos demais serviços. É preciso considerar diversos aspectos: o pequeno quadro de educadores, a grande demanda e a morosidade de alguns procedimentos de trabalho – como pedir vaga em SAICA para os meninos, o compromisso em atendê-los diariamente, a falta de outros

---

<sup>14</sup> Profilaxia Pré-Exposição ao HIV (PrEP), um método de prevenção à infecção pelo HIV.

equipamentos que pudessem compor nos atendimentos, o movimento próprio da rua... Além dos fatores pragmáticos, havia a especificidade no atendimento que ofereciam em relação aos demais serviços, dadas as diferenças metodologias de atendimento e a natureza das demandas dos meninos. Contudo, como estávamos clamando no momento, a partir de nossa compreensão de que o suporte mútuo entre os serviços apenas potencializava os atendimentos e fortalecia a rede de defesa de direitos, cobrávamos a presença destes serviços pois era extremamente importante justamente dadas as dificuldades que enfrentavam.

Desde a experiência como orientadora socioeducativa no Moinho da Luz, vinha formulando uma imagem do funcionamento dos serviços na região central, especialmente os voltados ao atendimento da CASRua: ao acompanhar alguns adoecimentos e reações de nós educadores no processo de fechamento do ECCA, passei a ver semelhança entre as nossas dores, os comportamentos e os discursos e os dos próprios meninos. Talvez pela extremidade das situações, da envolvimento da rua, ou simplesmente por ser parte do fenômeno, nós, trabalhadores, mas os serviços em si, passavam a incorporar elementos característicos dos meninos e de suas vivências. Fazendo-me mais didática, recordo de uma noite em que, voltando do trabalho, comecei a ter o que deduzi ser uma crise de estresse. Meus dedos formigavam, meu corpo tremia e sentia minha pressão baixando. Precisava desesperadamente de doces, como se uma crise de abstinência de acomesse. Chegando em casa, abri a porta com violência e deixei meu corpo desabar no chão do banheiro, enquanto percebia dizer frases sem sentido, repelindo meu ex-companheiro, e puxando os cabelos da cabeça sem controle. Foi durante o banho que percebi a mimese que meu corpo fazia do que Natália, uma de nossas atendidas mais assíduas, fazia praticamente todas as vezes que comparecia ao serviço. Primeiro, chegava estabonada e rudemente, pedindo por um copo de açúcar. Aparentando impaciência, dizia que gostaria de tomar banho, mas antes que pudéssemos pegar as roupas e outros objetos de higiene, deitava no chão em prantos, e então, levantava de um salto e corria ao chuveiro. Quantas vezes a acordamos sentada no chão do banheiro, debaixo do chuveiro...

*Lembro da sensação que tínhamos, eu e Dri pelo menos, de que só nós, que passamos pela experiência do Moinho, sabíamos o que era aquilo. Que não adiantaria conversar com outras pessoas... que não faria sentido pra elas, e que acabávamos*

*então falando entre nós mesmas. Voltando-nos para nós mesmas. De alguma forma também, egoístas achando que esse trabalho, esses meninos, esse conhecimento, essa experiência eram nossos, de nossa possessão.*

(Diário de campo de mestrado, 10 de agosto de 2018)

Outro elemento presente é a competição, por vezes explícita e consciente, por vezes não, entre os trabalhadores e as instituições que representam, uma vez que mais de 90% dos serviços da pasta da Assistência Social são executados por organizações sociais, e não diretamente por funcionários públicos do município. As animosidades entre trabalhadores, o histórico de relações entre as organizações (as forças políticas por detrás das organizações), a conjuntura política, a precarização dos recursos na área, a dificuldade de estabelecimento de uma rede fortalecida de cooperação... todos operam sobre uma realidade que parece pouco mudar. O apartamento que parece segregar as crianças e adolescentes em situação de rua parece se reproduzir nos próprios serviços que os atendem. Parecendo em um circuito paralelo, essa população, esses serviços, essa demanda e temática, acaba ciclicamente, sistematicamente prejudicando os próprios meninos, a ponta mais fraca dessa trama. Gregori (2000), que desenvolveu sua pesquisa há quase três décadas, soa ainda bastante atual:

Do ponto de vista empírico, e levando em consideração a cidade de São Paulo, é notável, de um lado, a ausência de ações coordenadas entre as várias instâncias do poder público responsáveis pela proteção e assistência de crianças e adolescentes – como a Secretaria da Criança, da Família, e do Bem-Estar Social; a Polícia Militar, encarregada do controle e da repressão; e, ainda, os juízes e promotores públicos especializados na área da infância e da adolescência. De outro lado, atores institucionais como os conselheiros tutelares (de composição civil e comunitária) e as organizações não governamentais (ONGs) não estão desenvolvendo um trabalho de fiscalização e de cobrança diante do poder público, nem oferecendo um atendimento direto às demandas dessa clientela (p.162) [...] tudo isso transforma a intenção de conceber crianças e adolescentes como sujeitos, fazendo-os meros objetos das intervenções públicas, vulneráveis a toda sorte de mudanças políticas e institucionais. (p.213)

Na reunião ordinária de maio de 2019, quando anuncio meu afastamento temporário do Fórum por motivos pessoais, as demais colegas fizeram um agradecimento por minha participação nos últimos dois anos, ressaltando o caráter propositivo e dialógico de minha presença, fazendo notar que também vinham assimilando minha postura como a de quem, apesar de ter opiniões acerca das situações, pretenderia manter um equilíbrio no diálogo. Em palavras semelhantes, elogiaram a maneira de não utilizar de posturas agressivas ou de embate, mas de buscar elos de parceria. Foi com alegria que recebi o reconhecimento pela postura de mediadora, já mencionada, pois compreendi que esta forma de estar poderia trazer reflexões acerca dos verdadeiros enfrentamentos a serem feitos - não entre os próprios trabalhadores e instituições, mas com estruturas maiores, como o poder municipal, estadual, nacional, o sistema judiciário, entre outros.

Em outras palavras, gostaríamos de introduzir nossa análise de que o fenômeno da situação de rua, ou ainda, a realização não se encerra na vivência dos meninos.

## **9. COMO A CIDADE “CUIDA” DESSES MENINOS?**

*Sobre conversar com comerciantes e outros atores da região da Rua Anchieta: o que quero saber? Se apresentam os meninos como um elemento de seu dia a dia no território. Qual a percepção que tem dos meninos. Como os notam em seu dia a dia. Se tem observações sobre sua rotina. Se travam alguma relação com eles. Se tomam alguma atitude em relação a situação/presença deles.*

(Diário de campo de mestrado, 12 de setembro de 2018)

[Relato da primeira incursão à rua com o propósito de conversa com outros atores da região] *Ir à rua foi um processo... além da chuva frequente na semana, crescia a ansiedade de pensar no que se consistia exatamente a ida a campo: como escolhia alguém para conversar, o que iria perguntar, se me apresentaria como pesquisadora, se gravaria a conversa, se apresentava o termo de consentimento... Se não, como colheria as informações, como elas poderiam ser de alguma utilidade para o trabalho. Assim, consegui me convencer depois de tantos dias de receio, pensando que poderia ir e fazer uma primeira seleção de com quem eu conversaria, mapeando os atores do território próximo da Rua Anchieta.*

*Descendo então pela Praça até a Rua XV de Novembro, andei com calma e fui mapeando mentalmente lugares que pareciam relevantes naquele pedaço da rua. À direita, um café chamado Orange chama a atenção, pois tem uma fachada diferente dos outros restaurantes dali: possui letreiros piscantes, apresenta seus produtos em inglês (“juices and coffee”) e é inteiramente fechado por janelas de vidro, a porta se mantendo fechada sempre. No beiral dessas grandes janelas de vidro, que fazem sua fachada, há espetos de ferro, como uma medida para evitar que alguém decida sentar em frente ao café. A aparência é de um lugar mais caro que o entorno, e a própria configuração fechada para a rua parece uma forma de se diferenciar. De fato, já entrei neste café para comprar algo para comer e os preços eram elevados.*

*Do outro lado da rua, há uma loja grande em que os produtos ficam à mostra direta na porta, e pelas vitrines nas paredes laterais. Uma vez mais, reparo que os espetos de ferro também estão instalados na muretinha debaixo das vitrines. Me recordo de sempre ver vendedores à porta. Essa loja faz esquina com a Rua Direita, onde há diversos outros comércios, dessas várias de franquias reconhecidas, inclusive o McDonald’s onde em geral há pessoas mendigando.*

*Por esse lado da rua, há uma sucessão de comércios menores, entre eles lojas de roupas, pequenos restaurantes, e uma loteria. Pelo lado do café, há a entrada de um prédio bastante alto e portas de um comércio fechado na esquina com a Rua Anchieta.*

*Na própria Rua Anchieta, há, de um lado, a entrada para uma galeria de comércio, um café recém-fechado, um restaurante self-service e a base de um prédio muito antigo e alto. Do outro, há a esquina [com a Rua XV de Novembro] em que por muitas vezes vi pessoas em situação de rua se acomodarem, com colchões, cobertores, bebês, comidas doadas ou cachorros, onde também há uma porta e uma grade de ferro que protege um canteiro com algumas plantas. Nunca vi esta porta sendo usada para acessar o prédio. Seguindo sua lateral de canteiro gradeado, há a entrada de outro prédio antigo e alto, este da OAB, que ocupa todo o resto do quarteirão.*

*Compõe a paisagem ainda as estruturas não fixadas, que apesar de não comporem de maneira permanente o espaço, estão sempre lá, como a banca de jornal, pessoas com cartazes no corpo de “vendo/compro ouro”, uma dupla de policiais militares parados à esquina, muitos transeuntes que descem e sobem a R. XV de*

*Novembro como um corredor, alguns trabalhadores da prefeitura de colete laranja berrante, e alguns comerciantes no meio da rua, com seus produtos expostos em estruturadas montáveis.*

*Imaginei que pudesse conversar com um trabalhador do café, outro de um dos pequenos restaurantes, com os comerciantes “móveis”, com a pessoa da banca de jornais, alguém do restaurante da Anchieta e um segurança da OAB.*

*Mas estava apenas de passagem, e ainda não estava me sentindo confiante de ir e abordar as pessoas diretamente. No entanto, esse espaço não me oferece um lugar de pouso e observação. Ali, há intensa movimentação, uma larga calçada em que os transeuntes passam apressados em direção a outros destinos. Caminhei então pela própria Rua Anchieta até chegar ao Pátio.*

*No horário em que fui, pela manhã, não há moradores de rua por ali. O que se encontram são: uma base comunitária da polícia militar, skatistas usando do amplo espaço do Pátio para suas manobras, alguns seguranças à porta do prédio do Ministério da Justiça, algumas pessoas sentadas nos degraus ao pé da estátua centralizada, e, comumente, excursões de estudantes próximos à entrada ou ao sino do museu. Estando ali, e sentindo-me exposta, dei-me conta de que tenho frequentado essa região, e mais especificamente o Pátio há aproximadamente dois anos, e que há muitos mais, desde que não venho ao centro para visitá-lo como turista com meu pai, não entrava no museu do próprio Pátio.*

*Um pouco envergonhada, pela decisão tomada de supetão, e por ter que passar pelos dois homens que se postavam na entrada do museu, entrei e tentei localizar um banco em que pudesse me sentar e escrever. Ali havia muita movimentação, diversas pessoas entrando nas salas de exposições, algumas outras no café, e um grupo grande de adolescentes recebendo informações de uma guia no jardim interno do museu. Avaliei que tanto os policiais, os skatistas quanto os seguranças do museu e do Ministério [da Justiça] seriam possíveis entrevistados.*

*Já ficando constrangida de permanecer parada dentro do museu, voltei à rua Anchieta e parei em frente ao prédio da OAB. Pensando que o segurança ali seria a personagem mais relevante, supondo que devesse ter contato com os meninos e meninas que normalmente ocupavam aquela rua. Mas, de que forma abordar um trabalhador que normalmente faz da seriedade e da atenção sua postura diária?*

*Estaria disposto a conversar comigo? Como quebrar o gelo? Por que colaboraria comigo?*

*De qualquer maneira, aproximo-me da entrada do prédio e me dirijo ao segurança. Tento abordá-lo explicando que estava ali por uma pesquisa sobre a região, e que gostaria de saber o que as pessoas acham dela. O homem, que não se recusou a falar comigo, apesar de guardar uma seriedade e brevidade em suas respostas e no tratamento comigo, não perguntou mais sobre a pesquisa ou sobre mim.*

(Diário de campo de mestrado, 26 de outubro de 2018)

Após as tentativas de incursões e de atividades lúdicas na rua com os adolescentes em parceria com o Travessia, e ao passo em que acompanhava as atividades do GT e do Fórum DDCA-Sé, uma curiosidade foi ganhando forma: poucos serviços estavam fazendo abordagem de rua, não havia um equipamento de atendimento próprio às CASRua, o que levaria a pensar que não têm sido abordados pelo mundo adulto. O que não era verdade. Os vários comerciantes e trabalhadores da região, transeuntes fazendo compras ou a passeio, figuras que ficam costumeiramente nos entornos – como adultos em situação de rua, moradores do bairro, agentes de limpeza pública, pais e mães de rua, skatistas, grupos voluntários de doações, seguranças particulares de comércios e prédios, e especialmente os agentes de segurança pública... Esses atores encontram-se presentes no território da Sé, todos, de uma maneira ou de outra, em contato uns com os outros, e com os adolescentes em situação de rua. Dessa maneira, se pretendemos compreender o fenômeno das CASRua de maneira ampla, como não buscar aproximação também destes outros atores?

O espaço público, e o espaço da rua por excelência, compreende o encontro com o outro, com o diferente (MAGNANI, 2009), e ainda assim com um contexto social e cultural comum – ainda que seja o de desigualdade. Nele, física ou abstratamente, entramos em contato com o senso comum, com o saber popular, com os valores morais cultivados, com a opinião pública... Sendo assim, comporta também uma parte importante de nossa formação subjetiva, tanto em nossas características semelhantes quanto diferentes em relação à norma. Ocupar o espaço público é estar sob influência do outro também, de categorias externas, de valores extrínsecos, dos quais nem sempre partilhamos, mas que, contudo, não deixam de operar sobre nossa existência.

Nesse sentido, recuperamos a ideia de que em torno de crianças e adolescentes em situação de rua há em contato direto toda uma comunidade. As trocas entre essas personagens na rua, sendo as relações pacíficas, de cooperação, ou conflituosas, de embate, de medição de poder, explícitas ou tácitas, conformam um tecido de imbricações, onde se fazem presentes também todo o passado histórico, social, econômico e cultural do território – a especificar algumas características, racistas, classista e machista.

No caso da personagem “criança e adolescente em situação de rua”, ou anteriormente denominado “menor”, é importante ressaltar a condição peculiar que assume nesse espaço. Essa população, em sua maioria de meninos não-brancos vindo de bairros periféricos ou ainda de outras cidades, mas invariavelmente de contextos fragilizados pela pobreza e por um longo histórico de inclusão perversa à uma sociedade estrategicamente desigual, vai à rua em busca de meios de sobreviver, de fugir do contexto onde vivem violações cotidianas – pensemos aqui não apenas nas famílias, mas também em todo o aparato estatal ausente, ou quando presente, de controle e repressão. Muitos verbalizam uma busca por liberdade – busca questionável, dadas as condições de vivência das ruas.

Nas ruas, representam papéis criados pelos discursos do Estado, da mídia, e da opinião pública baseada em uma norma, uma forma de ser burguesa, ao qual não correspondem, mas, ao contrário, à qual atentam. Representantes de estigmas construídos sobre suas classes sociais de origem, como filhos da classe trabalhadora de baixa – ou baixíssima renda, Frontana (1999) recupera publicações jornalísticas do período de ditadura militar no país em relação a essa população, os “menores”, que entre discursos mesclados de vitimização e de culpabilização desses sujeitos, aponta para um fator crucial, tem sua identidade da heteronomeada como “menor”:

A identidade do ‘menor’ não é criada por um sujeito que a assume e afirma, mas antes lhe é imposta, forjada e imputada a partir de uma perspectiva exterior e alheia àquela condição que a nomeia. [...] O que particulariza essa categoria social é que sua identidade não é construída a partir de sua própria expressão e de suas formas de se auto-representar, de modo que acaba por aparecer predominantemente na ‘fala dos outros’. (FRONTANA, 1999, p.22)

Aprofundando sobre essa experiência, a partir de seu trabalho etnográfico nas ruas da região central, Gregori (2000) afirma que essa categorização, na qual são

enquadrados, gera não apenas uma familiaridade persistente ou esporádica com a rua, mas torna-a a referência da ordenação de seu cotidiano, de suas relações e de sua identidade. Sua tese é que, ao se relacionarem com as imagens agregadas a essa categoria, de “meninos de rua”, e com o tratamento que recebem em decorrência, eles desenvolvem a “viração”, dando um jeito, virando *meninos de rua*. Retomamos uma ideia já apresentada: o fenômeno da situação de rua não se encerra na vivência desses meninos e meninas. Dá-se também em como esta afeta a cidade e é afetada por ela. Daí a importância de análise do *território* que ocupam, de modo a contemplar outros atores e suas formas de interação.

Assim, foram promovidas duas incursões à rua, dessa vez sem a companhia de educadores. A primeira foi realizada no período da manhã, aproximadamente às 10h, de uma sexta-feira, e a segunda no período da tarde, aproximadamente entre 14h e 17h, também de uma sexta-feira. Com o propósito inicial de levantar atores a serem abordados em uma segunda incursão, ocorreram apenas duas conversas, porém uma interessante. Nessa incursão, conheci um interlocutor que me indicaria uma importante “descoberta”, além de ter oferecido um generoso acolhimento às minhas perguntas.

Prosseguindo com o relato da primeira incursão, o primeiro a ser abordado, pela suposta relevância por trabalhar exatamente na rua referida como ponto de encontro dos meninos, foi um segurança terceirizado do prédio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que aceitou conversar comigo, em uma condição de poucas palavras. Apesar de dizer que sua primeira impressão sobre o bairro é de perigo, quando pergunto se já passou por alguma intercorrência, responde que nunca. Esse prédio tem sua porta principal na mesma calçada em que se referem ficar os adolescentes, de maneira que perguntei diretamente se mantinha alguma relação com os jovens. Mencionando os meninos apenas em decorrência de minha pergunta pontual, relata “tranquilidade” e “respeito” na relação com os adolescentes.

Como o propósito era apenas de sondar a área para retornar em uma segunda incursão, conversei apenas com mais uma personagem. O entrevistado é Bento, comerciante e artesão de objetos de madeira que releva trabalhar na R. XV de Novembro há anos, com sua bancada portátil como vitrine. Após nos apresentarmos, amigavelmente conversa comigo, entre uma atenção ou outra a potenciais clientes. Espontaneamente diz que os meninos, “os menores” atrapalhavam um pouco seu

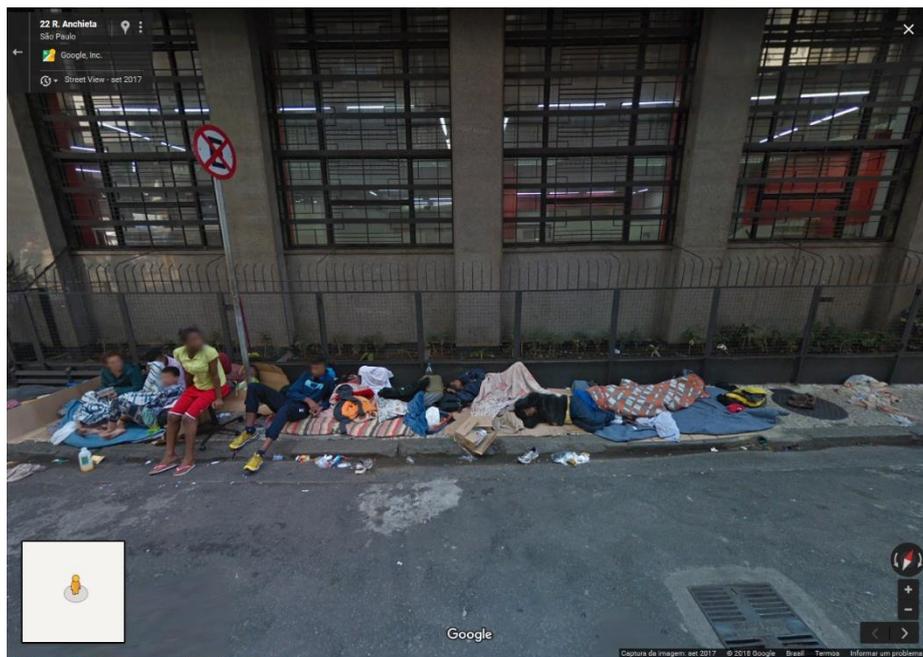
comércio. Nunca entrou em conflito, contudo já havia feito combinados, que uns meninos repassavam aos outros, de que não deveriam interpelar os passantes que parassem para cobiçar sua mercadoria. Bento diz que seus clientes, ao serem abordados por estes meninos, demonstram medo e incômodo, e não abrem suas carteiras.

Perguntando se era comum a abordagem da polícia às pessoas que ficavam na calçada atrás de sua banca, a da Rua Anchieta, Bento me disse que há aproximadamente duas semanas, isso vinha acontecendo com maior frequência. Um novo programa de segurança havia sido implementado no local, e os indícios aparentes disso foi a ausência de pessoas deitadas e pertences espalhados, e duas placas afixadas nas paredes, uma de cada lado da rua. Uma delas, portanto, diretamente na parede do prédio da OAB. **Programa Vizinhança Solidária**, era o que dizia. Apesar de não conseguir me contar do que se tratava, qual o propósito ou o funcionamento, Bento insistiu em seu caráter positivo, pois achava que a ação policial de varredura e expulsão deveria ser feita, algo que o programa agora legitimava.

Com o propósito de relembrar do visual e da ordem exata dos comércios da R. XV de Novembro e Anchieta, recuperei pelo Google Street View<sup>15</sup> imagens do trecho das ruas onde estas se encontram. É impressionante como essas imagens, feitas por satélite, apesar da artificialidade, e da frieza aparente em visitar um lugar sem precisar ir além de um clique na tela do computador, mostra alguns dos mesmos elementos que venho observando e outros que não havia reparado. As pessoas de passagem, as grades nos comércios, a pessoa com o cartaz de compra/vende ouro no mesmo ponto, a sequência de pequenos comércios pouco distinguíveis uns dos outros, a papelaria que não está mais lá, a lanchonete que já fechou... e os adolescentes esparramados com seus cobertores, papelões e outros objetos exatamente no mesmo ponto da Rua Anchieta onde íamos procurá-los. As imagens foram tiradas em setembro de 2017, contudo são condizentes com a cena atual.

---

<sup>15</sup> Ferramenta online do Google de localização global. Foi um instrumento de apoio aos diários de campo, a partir do qual é possível retrair os percursos, consultar o nome das ruas e utilizar da visualização mais aproximada para relembrar de elementos estéticos das ruas e prédios.



*Figura 14. Imagens obtidas pelo Google Maps Street View onde pode-se observar a presença de adolescentes em situação de rua no referido local.  
Fonte: Google Maps Street View*

Contando com a simpatia de Bento, e atenta ao fato do novo programa de segurança no local – sobre o qual nenhum serviço participante do Fórum DDCA-Sé demonstrou ciência – retornei com a perspectiva de aferir a percepção das pessoas sobre o território, e investigar, caso não aparecesse espontaneamente em seus discursos, suas percepções acerca da presença de crianças e adolescentes em situação de rua. As páginas a seguir foram retiradas do diário de campo, e por esse motivo, foi mantida a linguagem informal original.



Fui a pé, coisa que não havia feito ainda, percorrendo de casa até a Rua Augusta, indo pela Rua Martins Fontes até chegar no metrô Anhangabaú, e seguir até o Viaduto do Chá, descer a Líbero Badaró e subir a Rua XV de Novembro. O sol estava a pino, e a caminhada, que não foi muito longa, me deixou muito suada, mas antes assim do que a chuva insistente dos últimos dias, que não me permite ir a campo, e afugenta a todos da rua.

Já aproximando-me do encontro da XV com a Anchieta, avisto a dupla de policiais militares que costumeiramente caminha pela rua. Ambos encaram 4 meninos (entre crianças e adolescentes) com uma garrafinha na mão, que estão próximos a uma perua estacionada ao lado do lugar onde costumavam ficar. Vejo que há apenas

os quatro ali, além de 3 homens encostados na perua, e mais ninguém deitado. Vou me aproximando com o olhar atento à cena, e em pouco tempo, os policiais continuam a andar, e os meninos se dispersam. Olho para o lado contrário, onde há uma loja recém-fechada na XV de Novembro. Aproximadamente 10 adolescentes se aglomeram ali, sentados no espaço mínimo da mureta na fachada da loja. Reconheço alguns, entre eles uma adolescente de aproximadamente 17 anos que conversa com Romero [‘pai de rua’, acusado de exploração sexual infantil], “Então vamos lá pra casa!” diz o homem se aproximando da menina, enquanto ela nega e tenta se afastar. Os meninos que ali estavam são os que normalmente estavam na Anchieta.

Bento, o artesão que havia entrevistado no outro dia, me confirmou que eles migraram para a frente da loja fechada. Fui até ele para cumprimentá-lo, relembrando-o do meu nome. Disse que se lembrava de mim, que percebeu que sumi, e pensou que já tinha terminado minha pesquisa. Expliquei que não tinha podido ir à rua no último mês, por motivos pessoais, mas que estava ali hoje pensando em quem poderia entrevistar. Pedi indicação a ele sobre isso, e me disse que não tinha amizade com as pessoas do entorno, por isso não poderia indicar ninguém. Notei que a banca de jornais estava fechada, o seu dono seria uma das pessoas com as quais gostaria de conversar.

Aproveitei para perguntar como foram as últimas semanas, e se estava funcionando o programa do Vizinhança Solidária sobre o qual ele havia me contado. Disse sobre a mudança dos meninos para a loja fechada em frente, mas que voltavam ali com frequência, e que também eram logo dispersados por policiais - fez questão de apontar para os 4 meninos que se reuniam na marcada esquina, conversando entre si, com suas garrafinhas na mão, e fazer notar que estavam ali fazendo uso de drogas, e que por vezes saiam brigas.

Senti vontade de me aproximar dos adolescentes que estavam ali, e falar com eles, mas não me senti confortável, com receio de que não soubesse o que falar, ou de que não fosse bem recebida. Decidi então começar as conversas pelos policiais que estavam seguindo os meninos. A hora que me aproximei da dupla, percebi que não poderia mais tentar contato com os meninos nesse dia, pois provavelmente, se tivessem me visto, teriam a impressão de que corroboro com a figura dos policiais, e eu seria uma “verme” também.

Os dois policiais militares, homens entre 30 e 35 anos, estavam atendendo duas jovens, que pedem informações. Antes que vão embora, um deles pede seus dados, “para constar que atendemos vocês”, e a outra moça, distraída, comenta “Nossa, que susto, já ia perguntar o que você fez de errado aí” Aguardo que se afastem e me apresento “Boa tarde, me chamo Gabriela, tudo bem? Sou pesquisadora e nossa pesquisa é sobre essa região da cidade, da Praça da Sé e esse trecho mais para baixo. Queremos saber a impressão das pessoas que convivem nesse espaço sobre a região, vocês poderiam falar comigo um pouquinho?”. Novamente, os policiais não indagam sobre minha pesquisa, mas de pronto respondem que não trabalham com regularidade no local, e que estavam ali pela primeira vez em um trabalho “extra”, para vigilância do comércio ilegal de camelôs.

Apesar de ter sempre visto uma dupla de PM na Rua XV de Novembro nos últimos meses, compreendi que as duplas eram itinerantes, e que eram destinadas, a princípio, a fiscalizar o comércio informal da rua. No entanto, como flagrei ao chegar no local, cumprem o papel também de vigiar a Rua Anchieta, e de dispersar os meninos ou adultos em situação de rua que ali deitam ou se reúnem. Esta função dos policiais, não declarada por eles, é confirmada por Bento, e pela Guarda Civil Municipal, que entrevistei no mesmo dia.

Percebendo que ambos insistiam no fato de que não eram moradores dali, que trabalhavam na Zona Norte da cidade, e demonstravam não querer conversar, pedi que me indicassem os policiais que tem esse perímetro como fixo. Havia uma base da PM no meio da Praça da Sé, que foi a qual me indicaram. Caminhando no sentido em que me apontaram, relacionei o posto fixo que indicaram com a base da GCM, alocada em uma esquina de frente para a ponta da Praça da Sé, na direção da Catedral da Sé. Aproximei-me e entrei no local, sentindo que tentava parecer simpática e não provocativa, ou duvidável, tentando elevar em mim mesma uma boa predisposição que não tenho com guardas ou policiais, para que pudessem manter o diálogo sem questionamentos confrontadores.

Quando iniciei com a pergunta “o que acha da região, mesmo não necessariamente morando aqui, como trabalhadora mesmo... faz muito tempo que trabalha por aqui?”, a mulher, de aproximadamente 35 anos, sorriu para mim dizendo “Só sete... sete anos”. Seu primeiro comentário é “perigosa”, “tem muita sujeira”. Breve silêncio e diz que não é moradora do centro, por isso não poderia dizer tão bem.

Como Bento e os policiais militares, vem da periferia da cidade para trabalhar no centro, porque ali no centro é muito caro de morar, e em sua profissão, ganham muito mal – apenas um dos aproximadamente 50 guardas da base moram na região.

Ao perceber que este parecia um empecilho para que as pessoas se pronunciassem sobre a região, reafirmei que a proposta era ouvir o que as pessoas que ali frequentam acham do local, sem esperar respostas certas ou erradas, que todas as percepções eram bem-vindas, inclusive positivas e negativas.

A guarda relata que o acesso à cultura e lazer por ali é “sem igual”, no entanto, há muitas ocorrências [policiais], o que relacionou ao grande número de pessoas [frequentando a Praça]. O número de pequenos furtos e brigas é grande, e que disso consiste a rotina dos GCM ali: diferente de outros trabalhos (“como um escritório, que você vai e sabe o que vai fazer”), o dia pode ser calmo, sem muitas intercorrências, ou pode começar com uma pessoa esfaqueada na porta da base, como tinha sido o caso daquele dia, ou com alguém disparando com uma arma de fogo em frente à catedral. Contudo, revela que grande parte do trabalho é dar informações aos transeuntes.

A guarda, que passou a falar com mais conforto, sem precisar de perguntas para responder, comentou que uma peculiaridade da área é a grande quantidade de pessoas **sentadas** por ali. Disse que trabalhadores da região, ou moradores de rua, muitas pessoas ficam sentadas por ali, e que a convivência entre eles muitas vezes acaba em brigas, que eles, enquanto GCM, tem que mediar.

Ao fazer essa observação, a guarda aponta para a árvore em frente, sob a qual há alguns adultos sentados. Diz que ali a paisagem era essa, muito diferente se olhássemos pelo ângulo, no trecho de cima da Praça, em frente ao que referenciou como Tribunal de Justiça e que ganha o nome de Praça Clóvis Beviláqua. Quando pedi que me dissesse a diferença, diz que do outro ponto de observação, **as pessoas andavam bem arrumadas, que não havia pessoas sentadas, o lugar era mais limpo.**

Como as crianças e adolescentes não apareceram espontaneamente em sua fala, questionei se via muitas delas por ali, em situação de rua. A guarda disse que via muitas circulando por ali, “quando você vê a criança e parece que não tem nenhum adulto junto, responsável por elas”, mas que em sua maioria, vinham de prédios ocupados da região: ali [na Praça] é “**o quintal da casa deles**”. “O serviço social não

entende eles de rua, mas se você vai ver dentro da ocupação, às vezes é mais precário que a arrumação que as pessoas fazem aqui na rua”. Diz que há pessoas que se incomodam com as pessoas ali na rua, que “quer ver através da situação dela” e não da pessoa na rua. “Tem gente que vem reclamar que a mulher tá trocando de roupa, e eu falo que ali é o closet<sup>16</sup> dela, ela tá ali se arrumando”, e acha que pra quem gosta “desse assunto” (entendi que discutir situações de vulnerabilidade sob a perspectiva de humanização), a região é muito rica.

Perguntei mais especificamente se os adolescentes andavam muito por ali, e que tipo de atividades realizavam. A guarda disse que não dormiam por ali, pois uma de suas funções é acionar o Conselho Tutelar nesses casos, e quando são famílias com crianças, que já sabem disso, não ficam nas ruas (ou podem ter seus filhos *retirados, e encaminhados para um SAICA*).

Como disse que havia chegado ali por indicação da dupla de PM da Rua XV de Novembro, e que não tinham querido falar comigo, perguntei qual era a diferença entre suas atuações. A guarda revira os olhos e diz que os “PM não gostam muito de gente”, e que enquanto os GCMs têm a função de zeladoria do patrimônio público, acabava por assomar as outras funções da PM também, pois lidam com ocorrências e encaminham os detidos para as delegacias da mesma forma. Assim, fazem o mesmo “e até um pouco mais”. Por meio de seu relato, não fica explícita qual a relação que estes dois tipos de agente mantêm do território, que, apesar de conjugarem funções semelhantes, não parecem ter ações articuladas.

Pedindo novamente para que me indicasse alguma outra pessoa com a qual pudesse falar, a guarda indicou uma padaria que “deve estar aí desde a fundação da igreja”, em tom de brincadeira, e que ficava do lado oposto da Praça. Indo em direção da padaria indicada, me dei conta de que não havia reparado na base da PM, que estava no meio da Praça da Sé, a que a primeira dupla havia originalmente indicado. Contudo, antes de desviar em sua direção, senti que deveria ao menos caminhar até a padaria que havia sido indicada, como **uma forma de dar credibilidade a mim, e à pesquisa que estava ali realizando, caso a guarda continuasse me acompanhando com o olhar.**

---

<sup>16</sup> Um armário de roupas com um ambiente interno.

A padaria, um lugar pequeno, com pães grandes e vistosos dispostos na vitrine da rua, com aparência antiga, estava muito cheia e todos os atendentes estavam ocupados, de maneira que dei meia volta e fui em direção da base da PM.

Ali, com o furgão estacionado no meio da praça, entre as árvores, pessoas sentadas, e transeuntes, duas mulheres fardadas, também entre seus 30 e 35 anos, guardavam a porta aberta do veículo. Apresentando-me novamente, disse que tinha recebido a indicação da dupla de policiais para falar com elas, uma vez que eles estavam ali pela primeira vez. Quando mais uma vez recebi a resposta de que não moravam ali, e que trabalhavam em outra região, neste caso no Tatuapé, resolvi insistir e dizer que a pesquisa tinha o interesse de saber a impressão das pessoas sobre a região, ainda que não estivessem ali por muito tempo.

Ao me aproximar e me apresentar, uma das mulheres pareceu mais simpática, respondendo mais prontamente às perguntas. A outra preferiu se encarregar de dar informação à outras pessoas que paravam por ali. Disse que, em comparação com o território onde costumeiramente trabalham, ali tem um fluxo muito grande de pessoas, “muita gente, muita bagunça”. Associa a quantidade de pessoas à presença do metrô e da Catedral. A outra policial acrescenta que é um lugar muito perigoso, que há **“muito morador de rua, muito desocupado”**, que ficam bebendo e arranjando brigas. Indago se ela faz a relação entre o alto número de moradores de rua e de furtos, sendo eles os agentes das infrações. Ela diz que há um alto índice de furtos, e não afirma que são os próprios moradores, mas que oportunistas se infiltram ali, entre as pessoas que ocupam a Praça. Por diversas vezes repete a expressão “desocupados”, apontando este como um problema da região, e que por estarem sem fazer nada, e por estarem em geral portando garrafas e fazendo uso de bebidas alcoólicas, geram a periculosidade que identificam no local.

Esponaneamente trazem a questão dos adultos que ocupam a Praça, portanto, aproveito para perguntar sobre a presença de crianças e adolescentes no local, se circulam ali pela Praça, uma vez que minha impressão era de que prevalecia a presença adulta. A policial simpática logo diz que há crianças e adolescentes, mas que não se concentram na Praça, e sim “ali mais pra baixo” na Rua XV de Novembro e no Pátio do Colégio, onde “ficam cheirando cola”.

Antes que descesse para a Rua XV de Novembro, onde pretendia conversar com algum comerciante mais próximo à esquina com a Rua Anchieta, parei para

conversar com uma dupla de varredores que estavam próximos à base da PM. Abordando-os novamente com a apresentação sobre a pesquisa, de pronto a mulher balança a cabeça, como que sem jeito de responder, e o senhor me responde que não poderiam falar comigo “Eu responderia sim, mas a gente não pode mesmo, desculpe”, e me explicaram que havia fiscais da empresa sempre vigiando seus trabalhos, ou ainda outros colegas que o faziam.

Pensando em entrevistar também alguém do comércio fixo próximo à Rua Anchieta, tinha em mente um dos dois comércios/restaurantes que possuem uma máquina de sorvetes voltados para a calçada. Havia ido até uma com França, no dia de sua entrevista, e pensei que ali, pertencendo ao comércio fixo em uma estrutura de prédio, ao mesmo tempo que trabalhando de pé na calçada, as moças que ficavam no atendimento do sorvete seriam boas pessoas a serem entrevistadas, inclusive por estarem exatamente em frente à esquina com a Rua Anchieta.

Iniciei mais uma vez com a apresentação sobre mim mesma e a pesquisa, dizendo sobre a importância de colher depoimentos de diferentes pessoas. A mulher, entre 35 e 40 anos, me olhava com alguma desconfiança, e comecei por perguntar há quanto tempo trabalhava ali, e se morava no bairro. Uma vez mais, ela trabalhava ali há anos, morando em outra localidade da cidade (zona oeste). Disse ter vindo da Bahia e trabalhar na região central há 10 anos, desde que chegou. Começa seu relato pela impressão de que “**mudou muito**” nesse tempo, principalmente porque hoje há muitos “maloqueiros” no local. Que os aluguéis estão muito altos, o que impede o comércio de prosperar, visto pelo fechamento de algumas lojas da rua.

Espontaneamente, aponta para a esquina da Rua Anchieta, dizendo que os tais “**maloqueiros**” ficam ali em muitos. No momento, não havia pessoas no ponto indicado, e perguntando se ela sabia sobre o programa do Vizinhança Solidária e se estava tendo efeitos, diz que eles migram pela cidade, que o movimento ali havia diminuído nas últimas semanas, e que alguns deles estavam agora em frente à loja fechada.

Um homem de meia idade se aproxima de nós, perguntando sobre o tipo de sorvete que a mulher vendia. Para não atrapalhar sua venda, passei a fazer anotações no caderninho, como que a indicar que esperaria o tempo do atendimento. Notando que conversávamos, o senhor pede desculpas pela interrupção. Aproveito a

oportunidade e digo que estou ali como pesquisadora, e gostaria de saber sua opinião também, como passante.

Antes de me responder, pergunta que tipo de respostas espero (“como você quer saber? segurança pública? Sociológica?”). Respondendo que dos aspectos que preferisse abordar, o cliente demonstra muito apreço pela região, exaltando sua arquitetura, dizendo que carrega ali uma história e que apesar de ter tido a mudança para o novo centro, esse [o Centro Antigo] “**é eternizado**”. Cita suas ruas mais marcantes, como a Rua Direita e a do Comércio, dizendo que é preciso conhecê-las para conhecer a cidade. Revela que conhece tão bem a região central, pois além de passar por ela semanalmente, já trabalhou no Tribunal de Justiça e já foi guia turístico pela região.

Retorno suas impressões para a vendedora, a fim de saber se concorda com as impressões do homem. Diz que também aprecia muito a beleza da arquitetura do centro antigo, e que não há nada igual, mas insiste na impressão de que há agora muitos “maloqueiros” comparado com 10 anos atrás. O homem pondera que “mudam as pessoas, mas o lugar merece ser visto”, pega seu sorvete e vai embora.

Aproveitando que a mulher retomou a presença do que entende por indesejados, indaguei sobre a dinâmica deles na Rua Anchieta, e se ela, ou seu comércio, mantém algum contato com eles. Entende que a maioria fica entre os 6 e 13 anos de idade, e que como sempre variam, um chama o outro, e vão se aglomerando no local. “Tudo noiado”, como usam drogas, sempre “dá briga”. Imaginando que pudesse ter tido alguma ocorrência em tantos anos de trabalho na região, a mulher me responde que não, nunca tiveram uma ocorrência, e que nem mantém nenhum tipo de contato com eles, mas que suas presenças geram medo nos clientes de parar, de abrir a carteira, e por consequência, de comprar seu produto.

Me chama a atenção que a preocupação das pessoas de que estão ali pela atividade do comércio é sobre o efeito de suas presenças sobre o comportamento do potencial cliente. A reação citada nos dois casos [também no de Bento, na primeira incursão] foi medo, o que impediria que parassem pra comprar. **Apontam uma relação causal entre a presença dos meninos e a restrição do uso do espaço dos passantes.**

Como o dia ia quente, sentia o suor escorrendo pelas costas e ensopando a mochila, e como num sentimento de retribuição, pedi uma casquinha de sorvete e me

encaminhei para o Pátio do Colégio, onde pretendia terminar o sorvete enquanto fazia anotações sobre as conversas. [...]

Assim, encostei em uma pilastra do prédio da Secretaria da Justiça, que fica ao lado do museu do Pátio, com sua entrada de frente para a praça. Fazendo as anotações enquanto fazia malabarismo com o sorvete derretendo com a outra mão, reparei que além dos agentes de segurança do Pátio (os da base da GCM, o da Secretaria e os do museu), e de dois skatistas, não havia outras pessoas se atendo ao lugar. Em poucos minutos, reparei que um homem saiu do prédio da Secretaria, olhando diretamente para mim, talvez tentando entender o que fazia ali. Quando entrou de volta, outro homem saiu, não estando vestido de algum uniforme que o identificasse enquanto funcionário do local, e me disse que é proibido apoiar-se ali, e que deveria sair. O prédio, que guarda a arquitetura original do centro antigo, com eira e beira, e escada de pedras, guardadas por dois postes de iluminação em estilo europeu, não deveria ser tocado. **Pensei: pessoas não ornam.**

Já me adiantando a essa situação, busquei por uma lixeira para dar fim ao dilema do sorvete, e decidi por começar pelos guardas da base fixa. Havia ali uma dupla de guardas, um homem e uma mulher, ambos entre 30 e 40 anos. O homem, que estava do lado de fora da van, me recebe, respondendo primeiramente à minha pergunta. Diz que o centro é muito acessível. A mulher, sentada em uma cadeira dentro da van, me responde que o que mais chama sua atenção é a “**periculosidade, tem muito morador de rua e batedor de carteira**”. Complementa que a incidência de grandes furtos e roubos é alta na região – informação diferente da revelada pelas policiais na base da Praça da Sé, há poucos metros de distância.

Como ambos hesitaram a continuar a falar depois destas respostas, indiquei que poderiam dizer sobre coisas boas e não tão boas da região também, o que desejassem. A mulher toma a frente da conversa então, e passa a ressaltar a beleza do centro, sua arquitetura antiga e de como com a iluminação noturna fica ainda mais bonita, irreconhecível. Coloca que, contudo, “**o que estraga o centro são os moradores de rua**”, que juntam lixo. “**A Praça da Sé iluminada e sem moradores de rua é outra coisa!**”. Por algumas vezes insiste na frase “O que estraga o centro são os moradores de rua”. Identifica a presença dessa população principalmente nos finais de semana e no período noturno, e que a escolha dos lugares “virou cultural”, denominando-os “viciosos”.

Já a presença da GCM seria um elemento que espantaria essas presenças indesejáveis, visto o trabalho que fazem ali no Pátio – de fato, observa-se que não há pessoas em situação de rua ocupando o Pátio no momento, ou em diversas outras vezes durante o dia nas quais passei pelo local, cenário que se modifica totalmente à noite, pois além de a base não permanecer no período noturno, ali é ponto de distribuição de comida de iniciativas civis, remetendo à impressão da guarda sobre a aglomeração “viciosa” dessas pessoas no local. **Demonstra uma firmeza que soa como orgulho em dizer que a presença da base cumpre a função de inibir a presença dos adolescentes ali.**

Pergunto a ela também sobre o programa Vizinhança Solidária, e me responde que havia um “acúmulo de menores cheiradores de cola” na Rua Anchieta, e que efetuavam furtos nos arredores, uma vez que eles “não têm nada a perder”. Identifica ainda a rua como um lugar viciado, um “reduto deles”. Contudo, agora não vinham frequentando mais o local, fato que a guarda atribuiu à presença da base fixa da GCM, e às rondas motorizadas feitas pela PM na rua, segundo ela, diariamente ao anoitecer. Questionando sobre onde estes adolescentes teriam ido, me responde que alguns lugares frequentados por eles são Baixada do Glicério (Cambuci), Praça da Sé e Parque Dom Pedro (próximo ao SESC onde se realizaram a Conferência Lúdica Regional dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente). Disse não ter muito conhecimento do programa, portanto, não ter envolvimento direto com seu funcionamento, mas que supunha ser um aplicativo alimentado pelos próprios moradores e comerciantes, que poderiam se comunicar entre si e então comunicar às autoridades sobre atividades suspeitas em seus comércios.

Sua dupla retoma a conversa e coloca que a região é também muito procurada por turistas, mencionando um grupo de “*walking tour*” para estrangeiros que sempre faz uma parada na Praça da Sé. Digo que ao conversar com as pessoas, reparo que poucas vezes são mencionados moradores da região, inclusive que não havia conversado com nenhum, e o guarda enfatiza que é uma região muito movimentada, porém com pouca moradia, dada pela natureza comercial da área, mas também dos aluguéis muito elevados – apenas quem teria herança ou um bom salário, como os trabalhadores do Fórum Central, é que teriam essa oportunidade.

Durante toda a conversa, os termos utilizados pela mulher para se referir às pessoas em situação de rua chamaram muito minha atenção (“periculosidade”,

“estragam o centro”, “menores cheiradores de cola”, “lugar vicioso”, “reduto”), uma marca que não foi tão significativa na fala das agentes de segurança entrevistadas anteriormente. Seguindo a ideia de pedir aos próprios entrevistados que indicassem outras pessoas, ambos concordaram que o chefe dos seguranças do museu teria experiência para falar da região. Ao encontrar com J., que estava na entrada do Pátio para o museu, fui recebida simpaticamente ao dizer que havia seguido a indicação dos guardas municipais. O segurança sempre trabalhou na região central, há aproximadamente 10 anos, sendo 6 deles ali no museu. Sua primeira impressão é que a região central é “muito perigosa”. Exemplifica isso com os fatos de que os caixas eletrônicos da região fecham aos finais de semana, uma vez que os comércios e estabelecimentos ficam fechados e sem serviço de segurança, e de que não se encontram restaurantes abertos aos domingos, dado o abandono da região.

Uma preocupação com a **limpeza** e comparação entre o Pátio e a Praça da Sé perpassam toda sua fala, e relata com orgulho como o Pátio é mantido limpo da sujeira, e da falta de manutenção dos monumentos e prédios por parte da prefeitura que a Praça da Sé sofre. Menciona como gostaria que houvesse mais campanhas de conscientização quanto ao cuidado com o espaço (cita com certa raiva como não conseguiria mudar os “adultos nojentos” que fumam e jogam a bituca do cigarro no chão). Apesar destes fatores, diz amar o centro, e que há muitas coisas ricas a serem olhadas com outros olhos. Ao notar que os moradores de rua, que foram tão citados na conversa anterior, e que, por experiência própria, já vi ocuparem maciçamente o local, não haviam sido mencionados em sua fala, perguntei sua opinião sobre suas presenças. O segurança é bastante breve, indicando que há também pessoas ali de dia, que ficam em torno do monumento – apesar de não haver nenhuma no momento, mas que ocupam mais para o pernoite.

Em torno do prédio do museu, há uma grade posta há alguns meses. J. diz que foi uma providência tomada após o episódio de pichação da frente do museu, e que ficava ali constantemente, sendo fechada no período da madrugada, quando teria ocorrido a pichação. Foi então chamado para resolver um problema, e nos despedimos.

Tendo entrevistado os agentes de segurança, os “atores oficiais”, aproveitei para entrevistar os skatistas que ainda estavam ali, sentados ao pé do monumento central. Abordo-os da mesma maneira, perguntando se frequentavam muito o local

para a prática do skate. A dupla de rapazes negros revela que ali é o melhor lugar para se andar de skate, pelas características do piso, mas que faz parte de um circuito de outros **pontos “clássicos do skate”** desde a década de 1990, como o Vale do Anhangabaú, a Praça da Sé, o Teatro Municipal e a Praça Roosevelt. Costumam frequentar o centro no período da tarde, pois pela manhã há muitas pessoas transeuntes e turistas. Perguntei mais diretamente sobre o que achavam sobre a grande população em situação de rua que a região possui, ao que um responde “Por ser centro de uma cidade grande, é normal, né”, e o outro **“É do cotidiano, já faz parte, e ninguém vê, são os invisíveis”**.

Dizem que veem muitos jovens na Praça da República, onde tem a “praça como uma casa”, mas que a presença dessas pessoas no Vale do Anhangabaú – local identificado por nós no Moinho como local de permanência dos meninos – era muito maior há uns 4 anos, quando iam andar e encontravam várias pessoas dormindo, seus cobertores e pertences, bem como na Praça Roosevelt. Questionei se via relação com as reformas que ambos os locais sofreram e o rapaz concordou, dizendo **“Enquanto não revitalizaram, tinha mais crianças”**.

Com o aproximar da chuva, fui até o negócio de Bento me despedir, dizendo que possivelmente voltaria outro dia ainda. Perguntando mais uma vez como estavam as coisas, se havia alguma novidade, retomamos o assunto do Vizinhança Solidária, que na visão dele felizmente estava funcionando, afinal, é uma vergonha que fiquem encostados ali, naquela esquina de prédio, e que deveria ser respeitado, porque “Sabe que prédio é esse??? É a sede da Ordem dos Advogados do Brasil!!!”.

Despeço-me e ao ir em direção do ponto de ônibus, vejo uma pequena loja de doces. Já havia visto algumas famílias paradas em frente dessa loja, e imaginei que entrando e comprando algo, poderia iniciar uma conversa com a mulher no caixa, única trabalhadora ali visível. Justamente por ser a única, e ver que outros clientes se alinhavam atrás de mim, fiquei constrangida de pedir de conversasse comigo. Pisando para fora da loja, uma mulher com um bebê no colo me aborda, pedindo meu troco para que pudesse comprar fraldas. Minha primeira reação foi de dizer que não tinha nenhum trocado para dar. **Ali, notei que estava deixando de falar justamente com quem eu gostaria de estar falando. Talvez estivesse mesmo evitando esse contato**. Resolvi então dizer à mulher que estava ali para fazer uma pesquisa, e que sua opinião seria muito importante. Me diz em algumas palavras que está ali porque

precisa de ajuda, sente vontade de chorar apenas de pensar em sua condição, e que não vai participar de nenhuma pesquisa. Está ali há pouco tempo como pedinte, pois teve que sair da Zona Norte, onde residia, para morar com a mãe debaixo de um viaduto da Av. 9 de Julho.

(Diário de campo de mestrado, 23 de novembro de 2018)



A primeira impressão relatada pela maioria dos atores é: a região é perigosa. Não importava se tivessem passado por uma situação de violência pessoalmente, ou não tivessem um exemplo real de situação perigosa, a região remeteu à situação de perigo, ou como enfaticamente expresso, de *periculosidade*. A partir dessa primeira constatação, foi preciso estimulá-los a prosseguir com a conversa, por vezes incentivando também percepções positivas sobre o espaço.

Uma das primeiras entrevistadas, uma guarda municipal que trabalha na região há sete anos, faz apontamentos acerca da linguagem corporal dos *não-transeuntes* da Praça. Os termos “não-transeuntes” e “transeuntes” são trabalhados pela etnógrafa Fraya Frehse (2013,2014), que a partir de observações exatamente na Praça da Sé, categoriza-os como comportamentos corporais distintos pelos ritmos de permanência física. Os não-transeuntes resistiriam às pressões físicas e sociais do movimento de passagem executado pelos transeuntes, veículos e mercadorias – compreendendo que o papel de transeunte, que enxerga a rua como lugar de passagem, nem sempre existiu, visto o uso das ruas em séculos anteriores.

A postura das pessoas na rua nos dá pistas. O homem que se senta ou se deita na calçada logo ganha um olhar torto e um rótulo. Quando estamos andando – sempre de passagem e quase sempre com pressa, mesmo que sem pressa para algo específico –, uma pessoa que fica de pé a admirar ou esperar algo no meio da calçada causa estranhamento. Se ela não parece ter um propósito ali além de estar, já duvidamos, ficamos com medo de um assalto, achando que seu propósito será então escuso. Esta diferenciação comportamental é corroborada pelas impressões da guarda: reporta a postura de estar *sentado* na Praça, marca que diferencia os que ficam no pedaço “popular”, no pátio inferior da praça, e os que andam “bem arrumados” no pedaço superior, nos entornos do Fórum Central. O restar no espaço remete à guarda a sujeira, não encontrada na parte superior da praça. Diga-me em que ângulo da Praça andas e te direi quem és – e como se comporta corporalmente.

Nesse sentido, aponta outros comportamentos não esperados para o espaço de passagem – o de fazer da rua “closet” e “quintal”, ou ainda, uma “casa” mais organizada e provida que as encontradas em ocupações de moradias. Retomando a fala de ambos comerciantes ouvidos, essa presença dos meninos na rua e suas formas de ocupar estes espaços, entre as anteriores ou outras condenadas moralmente como uso de drogas, parece modelar a presença dos transeuntes, potenciais consumidores. A mendicância dos adolescentes afasta os transeuntes de seus comércios, e os deixam com medo de parar para observar, levando à conclusão de que a presença dos meninos incentivaria o comportamento de passagem.

A presença das CASRua no discurso da GCM do Pátio é espontânea. Entre outros termos pejorativos, dizem que eles **estragam** a região central. Em ambas as frases aproximadas que ouvi, “*O que estraga o centro são os moradores de rua*”, “*A Praça da Sé iluminada e sem moradores de rua é outra coisa!*”, é inclusive feita uma conexão explícita entre a desvalorização do espaço urbano com a presença das pessoas em situação de rua.

Nessa esteira, alguns elementos retratados denotam a percepção de processos ligados ao espaço urbano diretamente, em especial, efeitos de uma gestão empresarial sobre o território do Centro: nenhum dos entrevistados declarou morar na região central, pelo contrário, vinham de bairros periféricos para o trabalho no Centro. Um dos motivos explicitado por alguns deles foi o preço inacessível dos imóveis – possível apenas a herdeiros ou a trabalhadores de alto escalão como os do Fórum Central, como cogita um dos GCM. Ainda, o funcionário do museu do Pátio do Colégio demonstra extrema preocupação com a limpeza do local, bem como com o cuidado da preservação dos antigos prédios – como maneiras de valorizar, de “olhar com outros olhos”, as riquezas do Centro. Ao exaltar um dos pontos positivos do centro, um guarda municipal cita o papel turístico do local, e a frequência de *walking tours* voltados a turistas estrangeiros.

Porém, a fala mais contundente veio da dupla de skatistas, que após serem perguntados sobre sua impressão em relação à ocupação das ruas por adultos e crianças em situação de rua, disseram que essa visão já é parte do cotidiano, que já estão acostumados a algo que é esperado em regiões centrais de grandes cidades. Contando sobre existir um circuito de lugares clássicos na cena skatista, mencionam, entre eles, o Vale do Anhangabaú, local em que a equipe de abordagem de rua do

Quixote realizava busca-ativas e atendimentos nos anos de 2015 e 2016, quando trabalhei da instituição. Quando um dos entrevistados notou que a presença dessa população havia diminuído há aproximadamente quatro anos no local, imediatamente relacionei à intervenção urbana de revitalização por parte do governo municipal ocorrida em 2015. A relação entre o planejamento do espaço urbano e a ação de expulsão dos meninos foi muito bem expressa por sua fala “Enquanto não revitalizaram, tinha mais crianças”.

Expressão concreta da incorporação da lógica empresarial na gestão da cidade, como apresentada por Farias e Diniz (2018), os processos de “revitalização” dos espaços urbanos têm por objetivo, em realidade, o aumento do valor imobiliário das regiões. Outro mecanismo que corrobora para essa valoração do espaço são os aparatos da Segurança Pública de controle e opressão sobre os indesejados, como bem exposto na fala da GCM. Na mesma fala, demonstra orgulho por ver sua ocupação colaborando para o afastamento dos “cheiradores de cola” do um local, ao passo que é apoiada por outros atores, como Bento, que justifica a ação policial devido ao uso de drogas dos meninos. Surge então o Programa Vizinhança Solidária (PVS).



Figura 15. Placa do Programa Vizinhança Solidária.

Fonte: site da Polícia Militar de SP.

Como alegado em meio de comunicação oficial, o Programa da Polícia Militar do estado de São Paulo criado em 2009<sup>17</sup>, prevê a colaboração entre a PM e a comunidade, com o objetivo de, além de diminuir o índice de violência nos bairros, “a integração entre as pessoas, a preocupação mútua e a sensação de pertencimento, pois ninguém está sozinho”. Com base nos princípios da Polícia Comunitária, de vontade do agente, aceitação da comunidade e apoio/incentivo do comandante, destina-se à construção de uma Cultura de Paz.

Nos termos utilizados:

O Programa Vizinhança Solidária proporciona mudança deste cenário depressivo e hostil, num aumento vertiginoso da prevenção primária através do estreitamento das **relações humanas** das comunidades, o que permite que todos os membros de uma comunidade possam viver promovendo o bem uns dos outros e do que é para todos, cuidando, preocupando-se mutuamente, vivendo livres das amarras virtuais, do medo e do egoísmo, construindo ambientes saudáveis, ocupando todos os espaços comuns, **empoderando-se** da cidadania por meio da **sensação de pertencimento** desenvolvida, para viver eticamente e em paz. Enfim a segurança pública. A segurança aflora naturalmente como consequência do exercício da cidadania e promoção da **Cultura de Paz**, regado a modelos éticos e preocupações humanas mútuas!.  
(grifos originais)

Contando com mais de 600 núcleos de vizinhança solidária por todo estado, considerando que houve uma quadruplicação do número entre os anos de 2016 e 2017, para implantar um núcleo, é preciso reunir um grupo de moradores da rua - e recomendado pelo *site* oficial a criar um grupo de *Whatsapp*, organizarem-se de modo a terem um tutor representante, e entrarem em contato com a PM com o registro oficial do núcleo. As casas participantes são identificadas com as placas do programa, e os tutores participam do Conselho de Segurança da respectiva subprefeitura. A confecção das placas é o único custo previsto, e deve ser paga privadamente pelos moradores participantes - caso da Rua Anchieta, o símbolo da OAB aparece na placa. Alegam preocupação com aspectos de vinculação comunitária, maior qualidade de vida dos moradores, maior sensação de segurança e de participação social, e com

---

<sup>17</sup> <http://www4.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/dpcdh/index.php/programa-vizinhanca-solidaria/>

elementos da zeladoria urbana, que uma vez depreciados, incorrem na “geração de ambiente propício ao crime em detrimento da segurança saúde e meio ambiente”.

Apesar de a proposta apresentada assumir um caráter de defesa da cidadania, do pertencimento à cidade e da Cultura de Paz, foi por ver a abordagem de PM sobre adolescentes em situação de rua, mirrados corpos de pé, em roda, com garrafinhas na mão para que desocupassem o local que teve o primeiro contato com o PVS. Seria então um programa voltado apenas a moradores *domiciliados*? Às pessoas de bem, que por sua miséria aparente não configuram como afronta à zeladoria urbana?

O que muda com o Programa Vizinhança Solidária? Em especial, na região do Pátio do Colégio? Os entrevistados pareceram munidos de poucas pistas, inclusive sobre o funcionamento do programa. Contudo, o diálogo com o artesão elucida um importante impacto, o de que o programa estava legitimando as ações policiais no local para afugentar os meninos e outros adultos que por ali ficavam. Sua afirmação sobre apoiar as ações, uma vez que *aqueles “menores” ficavam ali fazendo uso de drogas*, ilustra uma das dimensões almejadas pelo Programa: “Lembre-se: a força contra o crime está na união coordenada entre povo e polícia”, como afirmado na apresentação do PVS.

Recapitulamos mais uma vez o ciclo acompanhado pela pesquisa, inserindo esses novos elementos: no início de 2016, o último equipamento destinado à população de CASRua foi fechado. Intervenções urbanas de revitalização, como a ocorrida no Vale do Anhangabaú, notoriamente impactavam a vida dos jovens que faziam seu lugar de dormir e outras atividades na região, promovendo mobilidade e dispersão, e, não raramente, ataques hostis e/ou violentos por parte de agentes públicos. A pasta da Assistência Social do município, à qual respondia o serviço, sofreu cortes consecutivos, acompanhados de perto nos anos de 2017 e 2018 por meio da participação no Fórum DDCA-Sé. As poucas equipes de SEAS sobreviventes na região sofreram corte do quadro de funcionários, o que diminuiu a abrangência de atividades executadas, isto é, os atendimentos feitos às CASRua foram sucateados. A implementação de serviços de atendimento pontual à população *adulta* em situação de rua impõe um novo paradigma de atendimento – emergencial – em sincronia com as ações de internação compulsória realizadas no ano de 2017. Nenhum serviço foi implementado, ainda que em caráter de urgência, às crianças e adolescentes. O

aumento das ações de zeladoria urbana, expostas pela mídia alternativa como estratégias higienistas de expulsão e ataque aos que se encontram expostos vulneravelmente nas calçadas e praças. Os agentes de segurança pública como os maiores interlocutores dos meninos, como retratadas nas reuniões de rede. Por fim, a implementação de um programa de monitoramento exatamente na Rua Anchieta, o ponto de referência indicado pelos trabalhadores – e pelo *Google Street View* – como local de permanência dos adolescentes.

Recapitular o histórico de como o espaço da região central e a população vulnerabilizada que o ocupa vindo sendo tratados, e como, neste último momento da pesquisa, os dois locais de referência para os adolescentes em situação de rua, o Viaduto Jaceguai e a Rua Anchieta, acabam por ser tratados como questão urbana a ser interpelada pelos serviços da força de segurança pública, lança uma sombra de dúvida e crítica sobre a proposta do PVS.

Pode ser interpretado, na verdade, como uma culminação do tratamento dado a essa população, por medidas nem tão distantes assim das historicamente já tomadas, e ainda colocar a própria sociedade civil como participantes ativos da violação desses sujeitos de direitos, aliando a opinião pública e a ação civil nesse processo de exclusão e legitimação da violência.

#### 9.1. A rualização como fenômeno de todo o território do Centro antigo

Em consonância com as reflexões sobre o processo de aproximação da rua como pesquisadora; sobre o funcionamento dos serviços que atuam no trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua, de que, certa maneira, reproduzem o movimento de viração e “encapsulamento” frente a outras pautas sociais; e ainda substanciado pelas falas dos atores abordados nos arredores da Rua Anchieta, o ponto revelado como referência do movimento de viração desses adolescentes, em que demonstram percepções que, ainda que não sejam direcionadas aos próprios meninos, referem-se ao espaço da rua e suas representações de “perigo”, “sujeira”, “lugar de passagem”, ou ainda “onde é esperada a presença de populações em situação de rua” caminhamos para a proposta de que a rualização é um processo psicossocial encontrado na região do Centro Antigo da cidade de São Paulo. Isto é, afeta não somente a população que acaba na ponta do processo de vulnerabilização,

mas também os demais atores que são direta ou indiretamente coparticipes desse processo.

Apontamos na seção anterior que a mobilidade das CASRua, e o uso que fazem do espaço urbano público, nos afeta mesmo como domiciliados: a existência da situação de rua provoca construções simbólicas, e ações concretas, em uma sociedade domiciliada, que preconiza os núcleos familiares, instituições e espaços privados como os ideais para o desenvolvimento da subjetividade contemporânea, e que opera de maneira a conformar o processo de subjetivação de toda a sociedade – excluindo assim o espaço da rua, que representaria o oposto, ou ainda, um atentado a esses valores.

Os processos que envolvem a ida para a rua e que influenciam diretamente a experiência dessa realização, seu agravamento e cronicidade ou a saída dela, é fruto de como todos nós, atoras/es que estamos presentes no território, seja fisicamente (comerciantes, moradores, pedestres, policiais, ambulantes, educadores, seguranças, voluntários, outros moradores de rua, pesquisadores...) ou simbolicamente. Fazemo-lo por meio da formação da opinião pública sobre o território e sobre as pessoas em situação de rua; de nossas escolhas políticas e participação (ou não) de discussões que promovam controle social sobre as políticas públicas e planos de governo; de nossa postura frente aos processos de marginalização e esvaziamento do espaço público e o posicionamento no conflito em torno da privatização do solo urbano; o controle social sobre os projetos do governo municipal para a região (seja por revitalização, seja a da criação de uma imagem de periculosidade em campanhas de segurança pública, seja a própria negligência quanto a seus direitos, ou o apoio de processos de especulação imobiliária), entre outros.

O *sul* que deve nos guiar é de que o espaço público tem o potencial de fazer o “nós”, o comum, e é do escopo e compromisso da Psicologia a dignificação dos espaços, e por consequência, da produção subjetiva e coletiva de territorialização. Entendido que todo território é uma combinação das várias produções que nele se inscrevem, tanto utilitárias como simbólicas, é necessário distinguir os vários sujeitos produtores dos territórios, podendo ser indivíduos ou grupos, instituições e aparatos do Estado, empresas etc. Nessa perspectiva, assumimos que a produção de cidadania, que depende da legitimação e cumprimento dos direitos pela comunidade

e pelo Estado que se fazem presentes nas ações cotidianas também, está intrinsecamente ligada à dinâmica estabelecida no território habitado.

Podemos citar, a título de exemplo, como uma estratégia de ação local poderia ter sido o chamado e o convite amplo aos moradores e cidadãos que se solidarizam por essa pauta para a construção da proposta, bem como ampla divulgação do produto final do GT, a fim de mobilizar a opinião pública para a cobrança da efetivação da política. Ainda, poderiam ter sido inclusas estratégias para uma formação sensibilizada dos atores que se fazem presentes no atendimento, contato e cuidado desses meninos, nisso inclusos os atores entrevistados no território, p.e., comerciantes, policiais, trabalhadores das redes, além de governantes e trabalhadores de outras pastas do governo, como moradia, saúde, educação...

É preciso que nossos esforços – nós, governantes, diversos profissionais, e sociedade civil de maneira geral – caminhem no sentido que suas lutas de sobrevivência possam se dar como movimento de resistência, por meio, por exemplo, da transformação qualitativa do uso dos espaços da cidade, e da rua por excelência: de uma condição imposta pela falta de outras oportunidades, para a apropriação pelo estatuto da cidadania, da autonomia, da dignidade, pautada na garantia de seus direitos. Destarte, a Psicologia, aliada a outras disciplinas, pode colaborar para a construção de estratégias de emancipação e autonomia crítica desses adolescentes, para que participem ativamente nas construções das políticas públicas, dos discursos acadêmicos, da opinião públicas sobre eles mesmos, como faces que diretamente refletem em seus processos identitários.

A proposta de sensibilização deve ser incorporada à construção de políticas públicas que visem a intervenção sobre o processo de rualização especificamente nos sujeitos rualizados. Contudo, é fundamental que visem também a comunidade domiciliada. Nesse sentido, não basta que ampliemos as políticas para as comunidades de atoras/es que cercam os territórios ocupados pelas CASRua, é preciso que outras medidas de longo prazo e de reparação histórica sejam feitas, como a reforma do solo urbano, uma vez que a exclusão socioterritorial é uma forma de seguir perpetrando desigualdades sociais.

Pretendemos apresentar, ademais, uma maneira de ampliação do escopo da área de atuação específica da Psicologia, e.g., exercendo maior interdisciplinaridade e integrando problemáticas das áreas de planejamento urbano e de segurança

pública. A implementação de programas como o PVS afeta diretamente o convívio comunitário e a possibilidade de acesso ao espaço público pelos *não-desejados*, e, se não promovendo territorializações precárias, induzindo ao aprofundamento da exclusão do *outro* do território, o qual já se encontra desprovido do direito do acesso ao espaço urbano de maneira digna. Ambos são processos nos quais o campo da Psicologia Ambiental tem acúmulo para atuar, e potencial para desenvolver estudos e intervenções frutíferas. Uma das vias que apontamos no presente estudo é o de requalificar o processo denominado por Prates, Prates e Machado (2011) de rualização, no sentido de adensar a noção de que esse fenômeno não se dá individualmente, mas territorialmente, como no caso do Centro Antigo de São Paulo.

Sabendo da dimensão do desafio e do desejo por uma utopia possível, citamos Paulo Freire: “A solidariedade social e política de que precisamos para construir a sociedade menos feia e menos arestosa, em que podemos ser mais nós mesmos, tem na formação democrática uma prática de real importância” (FREIRE, 2017, p.43).

## **10. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Cientes da pluralidade das histórias que essas pessoas carregam consigo até chegar às ruas, das diferentes vivências pelas quais passam uma vez que enfrentam essa situação, e principalmente da *mobilidade* inerente – nos próprios logradouros, e entre eles, seus locais de origem e instituições – passamos a compartilhar da noção do processo de ida para a rua como um *continuum*. Denominado rualização, é o processo pelo qual o indivíduo vai vinculando-se à rua, de maneira que gradualmente passa a ter esse espaço como sua principal referência, encontrando, no último estágio, a vinculação da construção de sua própria identidade pessoal com a rua.

Desta maneira, trazida essa temática para um trabalho acadêmico, ancoramos no campo da Psicologia Ambiental, e argumentamos, por meio de um diálogo com autores do campo da literatura, arquitetura, geografia humana, entre outros, porque devemos compreender o espaço da rua como categoria de interesse para estudos em psicologia. Preocupada centralmente com a relação pessoa-ambiente, a Psicologia Ambiental apoia-se no uso de multimétodos e da colaboração interdisciplinar, a fim de contemplar a complexidade dessa relação, de maneira que nos pautamos nesses valores no presente estudo. Utilizando de conceitos que julgamos colaborar para a

apreensão do fenômeno da rualização, a citar, a noção de territorialidade e de direito à cidade, bem como refazendo uma leitura histórica crítica da região central da capital, abordamos a rualização de *crianças e adolescentes* em específico.

Apesar de termos apresentado um projeto de pesquisa com etapas e recursos metodológicos definidos, diversas situações do campo de pesquisa foram se impondo de maneira a demandar flexibilidade do papel de pesquisadora e, por conseguinte, a reestruturação da pesquisa de campo para que se adequassem ao ritmo (entre temporalidade e movimento) próprio do espaço da rua e do circuito de atoras/es ligados à questão das CASRua. Esses desafios foram explicitados com o propósito de dizer das limitações da pesquisa reconhecidas ao longo de seu desenvolvimento - como a falta de acesso aos próprios adolescentes, o viés imposto pela experiência prévia como trabalhadora, dificuldades em estar no espaço da rua como pesquisadora, uma proposta flexível de pesquisa de campo, entre outras.

É assim que apresentamos alguns apontamentos acerca do *pesquisar na rua* que acreditamos ser de relevância para a literatura. Por exemplo, o formato narrativo de apresentação da pesquisa foi escolhido pela coerência em demonstrar o modo processual pelo qual a pesquisa se concretizou, permitindo transparecer a incorporação de novos recursos metodológicos – sugeridos pelo próprio campo – *pari passu* ao desenvolvimento da pesquisa e de seus resultados.

Sobre a incorporação de pistas do campo de pesquisa, por vezes encontradas como dificuldades de adentrar e de estar no campo – isso é, na rua –, encontramos no movimento de *deriva*. A postura de deriva na pesquisa que se dá no espaço da rua, apesar de exigente, mostra-se como um *método possível*, no sentido de que possibilita uma experiência mais próxima ao que se configura como o ritmo da rua e de fenômenos ligados a ela. É um dos elementos também, por meio do movimento de procura das CASRua “sumidas”, que permite acessar a *viração* do próprio Território-Rua.

Tal flexibilidade de estar à deriva demanda, porém, sensibilidade aos afetos presentes nas cenas vividas, uma vez que são importantes elementos analíticos sobre os próprios fenômenos observados e, sobretudo, sobre a interação do/a pesquisador/a com o campo – aspecto que instaura o fazer da pesquisa. É nessa esteira que propomos a assunção da dimensão afetiva como possibilitadora de uma relação dialógica e de respeito para com os participantes da pesquisa, bem como

maneira possível de manter o compromisso ético e político do conhecimento produzido com a transformação da realidade.

Ainda com esse propósito, o fechamento do ECCA Moinho da Luz é narrado como denúncia do descaso e da violação cometida por parte do governo municipal para com a população infanto-juvenil em situação de rua. Outrossim, serve como ilustração das dimensões histórica, social, econômica e cultural, além da psicológica, que perfilam o processo de rualização. É a partir da mercantilização das terras, dado no contexto econômico-cultural capitalista, e escravagista, que a disputa pelo espaço urbano brasileiro se dá, conformando as desigualdades sociais em desigualdades socioterritoriais, das quais a população em situação de rua é um produto. A cena acompanhada no baixo do Viaduto Jaceguai é trazida como exemplificação do impacto do imbricamento desses fatores especificamente na vida das populações rualizadas, com a violação do direito ao uso do espaço público, do não acesso a outros recursos urbanos, e da falta de assistência qualificada por parte do Estado. Demonstra também por quais meios, muitas vezes escamoteados, a segregação espacial é operacionalizada.

Outra reflexão tecida ao longo do trabalho diz sobre o dispositivo de busca alianças no campo, por meio de parceria com atores do território, ou ainda de outros/as pesquisadores/as. Há uma tensão presente no tênue fio que liga o Território-Universidade ao Território-Rua, e que diz respeito ao tipo de troca estabelecida entre nós e nosso campo de pesquisa. Como lugar detentor do saber-poder, o Território-Universidade tende a exercer a postura de superioridade sobre seus objetos de estudo, de maneira que a parceria com o próprio campo faz-se necessária para um pesquisa *junto às/aos atoras/es*, em uma relação que busque a horizontalidade, assumindo a natureza diferente dos papéis que os sujeitos ocupam no campo.

É apresentada, assim, a participação ativa no GT para formulação da primeira política pública de atendimento para crianças e adolescente em situação de rua e na rua na cidade de São Paul; e a participação do Fórum DDCA-Sé. Aproveitamos para sustentar que uma atuação possível de psicólogas/os no enfrentamento à rualização pode se dar em espaços de participação e controle social como os citados, de maneira a desenvolver junto à comunidade ferramentas de controle social mais eficazes; promover o papel de mediação nos grupos mobilizados, por exemplo, em situações de conflito ou de dificuldade de diálogo (vistos, por exemplo, na rede ligada às

CASRua); colaborar com a capacitação das discussões promovidas e construção de conscientização acerca dos direitos fundamentais; bem como participar ativamente na construção de planos de governo e políticas públicas, como no caso do GT. Dessa maneira, podemos atuar, ainda no papel de pesquisadoras, como articuladoras dos Territórios Rua e Universidade, potencializando ambos. Uma ferramenta a ser explorada é a da sensibilização de governantes, atores do território, e sociedade civil em geral, de maneira a compreenderem o processo de realização de uma perspectiva ampla e crítica, como já discutido.

Sobre parcerias com o campo, outra ferramenta da pesquisa na rua, trazemos ainda a colaboração direta do colega José França, que reflete sobre a diferença no tratamento da população infanto-juvenil dentro da pauta da situação de rua frente à população adulta. Por meio da falta de representatividade e da participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão sobre os direitos da PSR e de disputa sobre suas pautas, crianças e adolescentes são mais uma vez segregados, representando um setor “invisibilizado” dentro de uma população já considerada como socialmente invisível. Um ponto sensível dessa análise é quanto à vulnerabilidade frente ao tratamento mais violento recebido por agentes de segurança, hipoteticamente devido justamente à grande proteção judicial que a população infanto-juvenil conquistou.

Consideramos os desafios que se colocam, por exemplo, de que forma trabalhar com as noções de territorialização e de direito à cidade frente a essa população, pois ao passo que nos colocamos contra a vulnerabilização do processo de realização em nossa sociedade, não desejamos anular o potencial de autonomia desses sujeitos, e certamente não pretendemos vetar a *experiência com a rua*. Ao contrário, apresentamos por meio desse estudo o desejo de ressignificação do espaço urbano, e sua representante por excelência, a rua.

Dispondo novamente da hipótese de que a região central de SP é um *território realizado*., propomos a ressignificação do conceito de realização, acrescentando mais duas camadas de análise, para além da proposta pelo campo, a partir dos resultados obtidos no presente estudo: 1) o processo de imbricação com a rua por parte de crianças e adolescentes na região central de SP envolve a coparticipação de outros atores presentes nesse circuito-rua, o que significa que a relação criança/adolescente-rua precisa ser analisada a partir desses outros fatores – o que impacta diretamente

nas formas de atendimento e de construção de políticas públicas para o enfrentamento da situação de rua. Por exemplo, fundamental que as políticas públicas tenham como alvo os agentes e outros processos da gestão urbana do território de rualização, para além dos sujeitos rualizados, suas famílias e territórios de origem; 2) uma vez visto que a presença dos indivíduos em situação de rua influenciam a configuração do espaço da rua e da dinâmica público-privada ligado a ela, os domiciliados também são afetados pelo fenômeno de rualização, ainda que outras consequências que não a de situação de rua – como, por exemplo, as sensações de medo e insegurança na rua, e outras noções pejorativas em relação ao espaço público, que passa a modular como comportam-se nesse espaço e em relação a ele, às demais pessoas que estão presentes nas ruas (como as próprias crianças), e à dimensão simbólica do que é público, de maneira geral.

Nesse caso, o tratamento da questão da rualização não se daria pela retirada dessas populações da rua, nem apenas a garantia de uma moradia (ainda que esse seja elemento primordial e constitucional). A verdadeira inserção desses sujeitos na dinâmica urbana ainda precede de muitos passos, como o acesso à saúde, à educação, ao lazer, à convivência comunitária, entre outros, e à possibilidade de decisão sobre a cidade, com legitimidade de cidadãos.

O presente trabalho coloca-se no sentido de um processo de rualização, ou de territorialização, que signifique a conquista do direito à cidade. Destarte, um processo desejável a toda a sociedade. Que positive o espaço público como o lugar do comum, como espaço que afirma uma vida digna de acesso pleno à cidadania, por meio da qual possamos nos apropriar e participar das decisões sobre o espaço urbano.

A Psicologia Ambiental, por sua inserção em uma fronteira entre disciplinas, pode contribuir no sentido de construir recursos para a *dignificação do espaço público*, que vá de encontro aos monopólios financeiros a que a cidade se encontra sujeita, e sob os quais foi forjada enquanto produção humana-capitalista. Uma área de grande contribuição é sobre a compreensão da produção de territorializações precarizadas, como no presente caso. Como uma sugestão ao desenvolvimento desse campo, indicamos a maior valorização de produções científicas baseadas em relatos de intervenções.

Como considerações no campo da concretude, apontamos veredas que vemos como frutíferas para futuras pesquisas, como a maior atenção ao espaço da rua; o aprofundamento de métodos de pesquisa na rua; da atenção sobre a construção de políticas públicas para a população de crianças e adolescentes em situação de rua, na perspectiva histórica, social, cultural e econômica; e também no desenvolvimento de estudos sobre a implementação do Programa Vizinhança Solidária, política de segurança pública que tem crescendo no estado de SP, e que demonstra estar influenciando diretamente a vivências da população aqui discutida.

Como considerações utopicamente esperançosas, que também apontem caminhos para futuros estudos e novas práticas de sociedade, opomo-nos a um processo de rualização que se apresente como força centrípeta aprisionadora de um movimento circular em torno do Centro, que se colocando como mantenedora de um movimento de viração, de reprodução de desigualdades, e de um horizonte viciado e não esperançoso, impede a saída do círculo de violação de direitos. Colocamo-nos a favor de uma rua positivada, que represente simbólica e fisicamente o público e o comum, a possibilidade de acesso aos bens urbanos, e de exercício da democracia. Propomos um processo de rualização como a própria força centrípeta num sentido positivado, que fortaleça os processos de coletividade e autonomia simultaneamente. Isto posto, afirmamos nosso apoio à luta dos movimentos sociais, coletivos e de todas/os que lutam pela democratização dos territórios, pela reforma agrária das terras brasileiras e pelo cumprimento da função social de espaços de moradia, pois já vêm nos mostrando há décadas estratégias concretas de resistência, e de construção dessas utopias. No contexto político atual, de extrema instabilidade e de ataque aos direitos de populações minoritárias, gostaríamos de nos posicionar ao lado de todos os povos e populações que fazem do território uma luta por existência, como nossas populações indígenas, de trabalhadores rurais e de pessoas sem-teto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, P. B. et al. Atividades cotidianas de crianças em situação de rua. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. v.18, n.3, p.305-313, set./dez.2002.

ANDRADA, C. F. Etnografias em Psicologia Social: notas sobre uma aproximação fecunda. **Ponto Urbe [Online]**, n.7, 2010. Disponível em: <<https://pontourbe.revues.org/1661>>

APTEKAR, L. Crianças de rua nos países em desenvolvimento: uma revisão de suas condições. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.9, n.1, p.153-184, 1996.

BRASIL. Ministério da Justiça, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF, 1990.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua aprendendo a contar: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/Rua\\_aprendendo\\_a\\_contar.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf)>

\_\_\_\_\_. Decreto nº7053, de 23 de dezembro de 2009. **Regulamenta a política nacional para inclusão social da população em situação de rua**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm)>.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº1, de 15 de dezembro de 2016**. Dispõe sobre o conceito e o atendimento de criança e adolescente em situação de rua e inclui o subitem 4.6, no item 4, do Capítulo III do documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Neide/Downloads/CNAS%202016%20-%20001%20-%2015.12.2016>

\_\_\_\_\_. Ministério dos Direitos Humanos. **Diretrizes nacionais para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua**. Brasília, DF, 2017.

bell hooks. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

CARLOS, A. F. A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea. **Estudos Avançados**, v.23, n.66, p.303-314, jan.2009.

CERQUEIRA, D. et al. Atlas da violência: notas técnicas. Brasília, n.17, mar. 2016. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/160405\\_nt\\_17\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2016\\_finalizado.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160405_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf)>.

COMITÊ NACIONAL DE ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA. **Subsídios para a elaboração de uma política nacional de atenção à criança e ao adolescente em situação de rua**. Fortaleza: [s.n.], 2004.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução Nº 016/2000 de 20 de dezembro de 2000, Artigo 7º**. Dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos. Brasília, DF, 2000.

DA MATTA, R. **A Casa e a rua**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEVINE-WRIGHT, P.; CLAYTON, S. Introduction to the special issue: place, identity and environmental behaviour. **Journal of Environmental Psychology**, v.30, n. 3, p. 267–270. 2010.

EVARISO, C. **Ponciá Vicêncio**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Pallas, 2017.

EZPELETA, J.; ROCKWELL, E. **A escola**: relato de um processo inacabado de construção. In: EZPELETA, J.; ROCKWELL, E., *Pesquisa participante*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986. p. 9-30.

FARIAS, Tadeu; DINIZ, Raquel. Cidades neoliberais e direito à cidade: outra visão do urbano para a psicologia. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v.18, n. 42, p. 281-294, ago. 2018. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000200006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000200006&lng=pt&nrm=iso)>

\_\_\_\_\_. População em situação de rua e direito à cidade: invisibilidade e visibilidade perversa nos usos do espaço urbano (em fase de pré-publicação).

FERRAREZI, E.R. **Evolução das políticas dirigidas à infância e adolescência: A Secretaria do Menor de São Paulo e a introdução de um novo paradigma**. 1995. Tese de doutorado - Faculdade Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/5327/1199600054.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

FERREIRA, J. S. W. Cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: Simpósio “Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização”, 2005. **Anais...** UNESP Bauru e SESC Bauru, 2005.

FINKLER, L.; DELL’AGIO, D. D.; YUNES, M. Â. M. A metodologia da abordagem social de rua na perspectiva de usuários adolescentes. **Psicologia em Pesquisa**, Minas Gerais, v.11, n.2, p.22-32, jul./dez.2017.

FREIRE, P. **Paulo Freire e os educadores de rua**: uma abordagem crítica. Brasília: Unicef: 1989.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 22ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2015.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 55ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FUNDAÇÃO PROJETO TRAVESSIA. **Educação na rua: reflexões sobre a prática.** São Paulo: [s.n.] 2009.

FAVRET-SAADA, J. “Ser afetado”, de Jeanne Fravet-Saada. Tradução de Paula Siqueira. **Cadernos de Campo**, v.13, p.155-161, 2005.

FRONTANA, I.C.R.C. **Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo.** São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). Censo e Contagem de Crianças e Adolescentes na cidade de São Paulo: Relatório Final da Terceira Etapa. São Paulo, 2007. Disponível em <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00%20-%20Publica%C3%A7%C3%A3o%20de%20Editais/2007\\_02.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00%20-%20Publica%C3%A7%C3%A3o%20de%20Editais/2007_02.pdf)>

\_\_\_\_\_. Censo da População de Moradores em Situação de Rua e Caracterização Socioeconômica da População Adulta da Cidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua, Caracterização Socioeconômica da População Adulta em Situação de Rua e Relatório Temático de Identificação das Necessidades Desta População na Cidade de São Paulo. Produto V: Relatório Completo do Censo da População em Situação de Rua na Cidade de São Paulo. São Paulo, 2015. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia\\_social/censo/1862%20-%20PRODUTO%205%20-%20MAI%2015.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/censo/1862%20-%20PRODUTO%205%20-%20MAI%2015.pdf)>

GEHLEN, I.; SCHUCH, P. **Desafios metodológicos ao estudar populações “em situação de rua”.**In SCHUCH, P. (Org.), *A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre.* Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012. p. 27-42.

GÓGOL, N. **Avenida Niévski.** São Paulo: Cosac Naify, 2013.

GREGORI, M. F. **Viração: experiências de meninos nas ruas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GUNTHER, H.; ROZESTRATEN, R. J. A. **Psicologia Ambiental: Algumas considerações sobre sua área de pesquisa e ensino.** Série: Textos de Psicologia Ambiental, v.10, 2005.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** Porto Alegre: [s.n.], 2004.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JACOBS, J. **Morte e Vida nas Grandes Cidades**. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10ª ed. São Paulo: Ática, 2014.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.) **Psicologia Social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2012.

LE CORBUSIER. **A Carta de Atenas**. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1989.

LEFÈBVRE, H. **O direito à cidade**. 5ª ed. São Paulo, Editora Centauro, 2008.

LESCHER, A. D. et al. **Cartografia de uma rede**: reflexões sobre o mapeamento da circulação de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de São Paulo. São Paulo: Projeto Quixote, 1998.

LESCHER, A. D.; BEDOIAN, G. (Orgs.). **Textos de apoio**: Área de ensino e pesquisa. 2ªed. São Paulo: Projeto Quixote Área Ensino e Pesquisa, 2010.

\_\_\_\_\_. **Refugiados urbanos**: rematriamento de crianças e adolescentes em situação de rua. São Paulo: Editora Peirópolis, 2017.

MAGNANI, J. G. C. Rua, símbolo e suporte da experiência urbana. Versão revista e atualizada do artigo "A rua e a evolução da sociabilidade", originalmente publicado em **Cadernos de História de São Paulo**, São Paulo, v.2, jan./dez.1993, 2009. Disponível em:

<[http://nau.ffmpeg.usp.br/sites/nau.ffmpeg.usp.br/files/upload/paginas/rua\\_simbolo%20e%20suporte%20da%20experiencia%20-%20magnani.pdf](http://nau.ffmpeg.usp.br/sites/nau.ffmpeg.usp.br/files/upload/paginas/rua_simbolo%20e%20suporte%20da%20experiencia%20-%20magnani.pdf)>

\_\_\_\_\_. **Da Periferia ao centro**: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MATHIAS, H. J. D.; FRANCISCHINI, R. Desafios da etnografia com jovens em situação de rua: a entrada em campo. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.23, n.2, p.243-252, 2008.

MELLO, S. L. **A violência urbana e a exclusão dos jovens**. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

MEKIDECHE, T. Zanka: Apropriação do espaço urbano pelas crianças nas cidades magrebinas. **Psicologia USP**, São Paulo, v.16, n. 1 e 2, p.115-118, 2005.

MORAIS, N. A.; LIMA, R. F. F.; VEZEDEK, L.; SANTANA, J. P.; KOLLER, S. H. Ética na pesquisa com crianças e adolescentes em situação de rua: Considerações a partir da Resolução Nº510/2016. **Revista da SPAGESP**, v.18, n.2, p.27-42, 2017

MOURA, E. B. B. Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.19, n.37, set. 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881999000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>

MOURA JR., G. **Castanha do Pará**. São Paulo: Sesi Editora, 2008.

MOURÃO, A. R. T.; BOMFIM, Z. A. Identidade social urbana. In: CAVALCANTI, S.; ELALI, G. A. (Orgs.), **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. p.217-226.

NASCIMENTO, P. F.; MELAZZO, E. S. Território: conceito estratégico na assistência social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v.16, n.1, p.66-88, jul./dez. 2013.

NECA (ASSOCIAÇÃO DOS PESQUISADORES DE NÚCLEOS DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A CRIANÇA E O ADOLESCENTE). **Subsídios para a elaboração da política municipal de atenção a crianças e adolescentes em situação de rua e na rua da cidade de São Paulo**. São Paulo: SMDCH, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), Conferência Rio + 20, jun.2012. Disponível em: < <http://www.onu.org.br/rio20/cidades.pdf> >

\_\_\_\_\_. ONU lança relatório sobre cidades latino-americanas, ago.2012. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-lanca-relatorio-sobre-cidades-latino-americanas/>>

\_\_\_\_\_. World Urbanization Prospects 2018: highlights. 2019. Disponível em: <<https://population.un.org/wup/Publications/Files/WUP2018-Highlights.pdf>>

OLIVEIRA, W. F. de. Educação social de rua: bases históricas, políticas e pedagógicas. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v.14, n.1, 135-158, 2007.

PEIRANO, M. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe [online]**, v.2, 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/pontourbe/1890#quotation>>

PRATES, J. C.; PRATES, F. C.; MACHADO, S. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.191-215, jul./dez.2011.

RIZZINI, I. (Org.). **Vidas nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

ROAZZI, A.; FEDERICCI, F. C.B.; CARVALHO, M. R. A Questão do Consenso nas Representações Sociais: Um Estudo do Medo Entre Adultos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.18, n.2, p.179-192, mai./ago.2002.

ROBERTO, A. C. J. M. **Processo de rualização**: Resistências e aquiescências de crianças, adolescentes e adultos. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2016.

ROLNIK, R. **Território negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro**. 1989. Disponível em: Site: <<https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/territc3b3rios-negros.pdf>>

\_\_\_\_\_. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

\_\_\_\_\_. **Territórios em conflito**: São Paulo - espaço, história e política. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

ROSEMBERG, F. Estimativa sobre crianças e adolescentes em situação de rua: procedimentos de uma pesquisa. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.9, n.1, p.21-58, 1996.

SÃO PAULO (Prefeitura de São Paulo, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social). **Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua, Caracterização Socioeconômica da População Adulta em Situação de Rua e Relatório Temático de Identificação das Necessidades Desta População na Cidade de São Paulo: Sumário Executivo**. São Paulo, 2015. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia\\_social/censo/SUMARIO%20EXECUTIVO.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/censo/SUMARIO%20EXECUTIVO.pdf)>

SATO, L.; SOUZA, M. P. R. de. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. **Psicologia USP**, São Paulo, v.12, n.2, p.29-47, 2001.

SAWAIA, B. B. O calor do lugar: Segregação urbana e identidade. **São Paulo em Perspectiva**, v.9, n.2, p.20-24, 1995.

\_\_\_\_\_. (Org.). **As artimanhas da exclusão**: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 11ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

SCHUCH, P.; GEHLEN, I. **A “Situação de rua” para além de determinismos: explorações conceituais**. In: SCHUCH, P. (Org.), *A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012. p. 11-26.

SEVCENKO, N. A cidade metástasis e o urbanismo inflacionário: incursões na entropia paulista. **Revista USP**, São Paulo, n.63, p.16-35, set./nov., 2004.

SPINK, P. K. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia & Sociedade**, v.15, n.2, p.18-42, jul./dez.2003.

STOKOLS, D. **Perspectives on environment and behavior**: theory research and applications. Nova Iorque: Plenum Press, 1977.

TIENGO, V. M. O fenômeno população em situação de rua enquanto fruto do capitalismo. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.17, n.1, p.138-150, jan./jul.2018.

WANDERLEY, M. B. **Refletindo sobre a noção de exclusão**. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011, cap.1.

WIRTH, L. **O Urbanismo como Modo de Vida**. In: VELHO, O. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.